

G.O.E.

**Índice Legal**

**por Assunto**

Em atualização!

## Av. Ipiranga, 318 – Bloco B – 7º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 01046-927

**Tel.: (11) 3231-1755 – E-mail: udemo@udemo.org.br –** [**www.udemo.org.br**](http://www.udemo.org.br)

**APRESENTAÇÃO**

O Guia de Orientação aos Especialistas (GOE) é um Índice Legal por Assunto, na ordem alfabética e nos moldes de uma Consolidação das Leis do Ensino.

Nele você poderá localizar toda a legislação sobre o tema pesquisado.

Ao consultar o GOE, lembre-se de que um mesmo assunto pode aparecer em mais de um item, como ocorre, por exemplo, com “Estágio”, “Faltas” e “Transporte”. É importante que você consulte todos os itens sobre a mesma matéria.

Mantenha este documento sempre atualizado, acrescentando-lhe novos dispositivos legais, à medida que forem sendo publicados.

E, sempre que necessário, entre em contato conosco.

Este é mais um trabalho da UDEMO na defesa dos direitos, prerrogativas e interesses profissionais dos seus associados.

Sempre na luta por uma escola pública melhor e para todos,

Saudações

UDEMO Central

**Nossa União é Nossa Força!**

**Participe**

**SIGLAS E ABREVIATURAS USADAS**

ACT = Admitido em Caráter Temporário

ADCT = Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADE = Assistente de Diretor de Escola

ADIN = Ação Direta de Inconstitucionalidade

AF = Atestado de Frequência

APM = Associação de Pais e Mestres

ATPC = Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo

ATPCE = Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional

BF = Boletim de Frequência

BO = Boletim de Ocorrência

CAAS = Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde

CAF = Coordenadoria da Administração Financeira

CAGE = Coordenação da Administração Geral

CC = Casa Civil

CD = Conselho Diretor/Conselho Deliberativo

CE = Constituição Estadual

CEAMA = Centro Estadual de Assistência Médica Ambulatorial

CEB = Câmara de Educação Básica

CEE = Conselho Estadual de Educação

CEES = Centro Estadual de Educação Supletiva

CEFAM = Centro Estadual de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério

CEI = Coordenadoria de Ensino do Interior

CEL = Centro de Ensino de Línguas

CELP = Centro de Estudos e Legislação de Pessoal

CENP = Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

CES = Câmara de Educação Superior

CESP = Constituição do Estado de São Paulo

CF = Constituição Fed.

CFE = Conselho Fed. De Educação (Atual CNE)

CG = Chefe de Gabinete

CIEE = Centro de Integração Empresa-Escola

CJ = Consultoria Jurídica

CLE = Consolidação das Leis do Ensino

CLN = Comissão de Legislação e Normas

CNE = Conselho Nacional de Educação (ex – Conselho Fed. De Educação)

CO = Comunicação de Ocorrência

COGSP = Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo

Com. = Comunicado

CONDECA = Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNPJ = Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas

CRHE = Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado

CRM = Conselho Regional de Medicina

CRO = Conselho Regional de Odontologia

CSCF = Certificado de Sanidade e Capacidade Física

D.E. = Diretoria de Ensino

DAE = Departamento de Assistência ao Escolar

Dec. = Decreto

Dec. Fed. = Decreto Federal

DL = Decreto-Lei

DO = Diário Oficial

DOU = Diário Oficial da União

DPME = Departamento de Perícias Médicas do Estado

DSD = Divisão Secional de Despesa

DT = Disposições Transitórias

EC = Emenda Constitucional

ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente

ECAD = Escritório Central de Arrecadação e Distribuição

EE = Escola Estadual

EEEU = Escola Estadual Rural

EFP = Estatuto dos Funcionários Públicos

EJA = Educação de Jovens e Adultos

ENEM = Exame Nacional do Ensino Médio

ESP = Estatuto dos Servidores Públicos

FAI = Ficha de Assentamento Individual

FDE = Fundação para o Desenvolvimento da Educação

Fed. = Federal

FNDE = Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Educação

FUNDEF = Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

e de Valorização do Magistério

GAAE = Gratificação por Atividade Administrativa Educacional

GAE = Gratificação de Apoio Escolar

GC = Gabinete do Coordenador

GDAE = Gestão Dinâmica de Administração Escolar e Sistema de Informações da Educação

GG = Gabinete do Governador

GOE = Guia de Orientação aos Especialistas de Educação

GPM = Guia de Perícias Médicas

GS = Gabinete do Secretário

GTCN = Gratificação por Trabalho no Curso Noturno

GTE = Gratificação por Trabalho Educacional

GVCA = Grupo de Verificação e Controle das Atividades Administrativas e Pedagógicas da SE

HEM = Habilitação Específica para o Magistério

IAMSPE = Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual

Inst. = Instrução

Inst. Conj. = Instrução Conjunta

IPESP = Instituto de Previdência do Estado de São Paulo

IR = Imposto de Renda

LC = Lei Complementar

LDB = Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC = Ministério da Educação e Cultura

MP = Medida Provisória

OFA = Ocupante de Função-Atividade

OP = Órgão Pagador

PAD = Processo Administrativo Disciplinar

Par. = Parecer

PEB = Professor de Educação Básica

PROEJA = Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio

Port. = Portaria na modalidade de Educação de Jovens e Adultos

QAE = Quadro de Apoio Escolar

QM = Quadro do Magistério

QSE = Quadro da Secretaria da Educação

Res. = Resolução

RGE = Regimento Comum das Escolas

RGS = Regulamento Geral dos Servidores (Dec n° 42.850/63)

SAEB = Sistema de Avaliação da Educação Básica

SAM = Secretaria da Administração e Modernização do Serviço Público

SARESP = Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo

SE = Secretaria da Educação

SEDUC = Secretaria da Educação

SEDUSP = Sistema Estadual de Defesa do Usuário do Serviço Público

SEE = Secretaria de Estado da Educação

SEIVA = Sistema Estadual de Informações sobre Violência contra a Criança e o Adolescente

SEJ = Secretaria de Estado da Justiça

SJEL =Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer

SS = Secretaria da Saúde

SUS = Sistema Único de Saúde

SVS = Secretaria de Vigilância em Saúde (Ministério da Saúde)

TCA = Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

UCRH = Unidade Central de Recursos Humanos

UD = Unidade de Despesa

UE = Unidade Escolar

UO = Unidade Orçamentária

**ANEXO 1**

**SIGLAS DOS ÓRGÃOS CENTRAIS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SEDUC**

GS = Gabinete do Secretário

GSE = Gabinete do Secretário Executivo

CEE = Conselho Estadual de Educação

CEAE = Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo

CPE = Comitê de Políticas Educacionais

SAGESP = Subsecretaria de Acompanhamento da Grande São Paulo

SAINTER = Subsecretaria de Acompanhamento do Interior

FDE = Fundação para o Desenvolvimento da Educação

FUNDESP = Fundo de Desenvolvimento da Educação em São Paulo

CJ = Consultoria Jurídica

CG = Chefia de Gabinete

ATCG = Assistência Técnica

ARINS = Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais

ASCOM = Assessoria de Comunicação

GSTIC = Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação

OUVID = Ouvidoria

CE = Comissão de Ética

CADA = Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso

SIC = Serviço de Informações ao Cidadão

GSPOF = Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas

ENOR = Escritório de Normativos

EPP = Escritório de Planejamento e de Projetos

CAT = Centro de Apoio Técnico

UACEX = Unidade de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo

NACG = Núcleo de Apoio Administrativo

DA = Departamento de Administração

CEREV = Centro de Cerimonial e Eventos

CECAD = Centro de Comunicações Administrativas

NUPROE = Núcleo de Protocolo e Expedição

NDOC = Núcleo de Documentação e Arquivo

NEXP1 = Núcleo de Expediente I

NEXP2 = Núcleo de Expediente II

NEXP3 = Núcleo de Expediente III

NEXP4 = Núcleo de Expediente IV

CTRAN = Centro de Transportes

CEZEL = Centro de Zeladoria

CEPAT = Centro de Patrimônio

DESUP = Departamento de Suprimentos e Licitações

CECOL = Centro de Planejamento e Normatização de Compras e Licitações

CPLIC = Centro de Processamento de Licitações e Contratos

CENOT = Centro de Normatização e Controle de Serviços Terceirizados

CSBM = Comitê Setorial de Inventário de Bens Móveis e de Estoques

CSSBM = Comissão Subsetorial de Inventário de Bens Móveis e de Estoques

EFAPE = Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”

ATEFAPE = Assistência Técnica do Coordenador

UCTEC = Unidade de Cooperação Técnica e Pesquisa

DEPEC = Departamento de Programas de Formação e Educação Continuada

CEFOP = Centro de Formação e Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica

CEFOG = Centro de Formação e Desenvolvimento Profissional de Gestores da Educação Básica

CEAC = Centro de Avaliação e Certificação

DELOG = Departamento de Apoio Logístico

CESOP = Centro de Suporte Operacional

CESOP = Secretaria Geral

DETED = Departamento de Recursos Didáticos e Tecnológicos de Educação a Distância

CITEC = Centro de Infraestrutura e Tecnologia Aplicada

CCRIP = Centro de Criação e Produção

CREMC = Centro de Referência em Educação “Mário Covas”

NBDOC = Núcleo de Biblioteca e Documentação

NUMAH = Núcleo de Memória e Acervo Histórico

NAEFAP = Núcleo de Apoio Administrativo

COPED = Coordenadoria Pedagógica

ATCOPED = Assistência Técnica do Coordenador

DECEGEP = Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão Pedagógica

CEIAI = Centro de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

CEFAF = Centro de Anos Finais do Ensino Fundamental

CEM = Centro de Ensino Médio

CGPED = Centro de Gestão Pedagógica

CEIN = Centro de Inovação

CEART = Centro de Projetos e Articulação de Iniciativas com Pais e Alunos

DEMOD = Departamento de Modalidades Educacionais e Atendimento Especializado

CAPE = Centro de Apoio Pedagógico

CINC = Centro de Inclusão Educacional

CEJA = Centro de Educação de Jovens e Adultos

DAVED = Departamento de Avaliação Educacional

CEPAV = Centro de Planejamento e Análise de Avaliações

CEAPA = Centro de Aplicação de Avaliações

NACOPED = Núcleo de Apoio Administrativo

CITEM = Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidência e Matrícula

ATCITEM = Assistência Técnica do Coordenador

DEINF = Departamento de Informação e Monitoramento

CEIND = Centro de Informação e Indicadores Educacionais

CGAB = Centro de Governo Aberto

DGREM = Departamento de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e Matrícula

CEDEP = Centro de Demanda Escolar e Planejamento da Rede Física

CEMAT = Centro de Matrícula

CEGEM = Centro de Gerenciamento da Municipalização do Ensino

CVESC = Centro de Vida Escolar

DETEC = Departamento de Tecnologia de Sistemas

DETEC = Centro de Planejamento e Integração de Sistemas

CEIR = Centro de Infraestruturas de Rede

CIEQ = Centro de Instalações e Equipamentos

CEAT = Centro de Atendimento

NPROG = Núcleo de Programação do Atendimento

NEOPE = Núcleo de Operação do Atendimento

NACITEM = Núcleo de Apoio Administrativo

CISE = Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares

ATCISE = Assistência Técnica do Coordenador

DEST = Departamento de Serviços de Transporte e Assistência ao Aluno

CTESC = Centro de Transporte Escolar

CSERV = Centro de Serviços de Assistência ao Aluno

DAESC = Departamento de Alimentação Escolar

CENUT = Centro de Serviços de Nutrição

CEPAE = Centro de Supervisão e Controle do Programa de Alimentação Escolar

CELOG = Centro de Logística de Distribuição

NARM1 = Núcleo de Armazenamento I

NARM2 = Núcleo de Armazenamento II

NARM3 = Núcleo de Armazenamento III

NARM4 = Núcleo de Armazenamento IV

DGINF = Departamento de Gestão de Infraestrutura

CEPLAE = Centro de Planejamento e Acompanhamento de Obras e Serviços de Engenharia

CEQUI = Centro de Equipamentos e Materiais

CENUP = Centro de Normatização e Acompanhamento de Utilidades Públicas

NACISE = Núcleo de Apoio Administrativo

CGRH = Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos

ATCGRH = Assistência Técnica do Coordenador

DEPLAN = Departamento de Planejamento e Normatização de Recursos Humanos

CELEP = Centro de Legislação de Pessoal e Normatização

CEPEA = Centro de Planejamento, Estudos e Análises

CEPGE = Centro de Planejamento do Quadro de Gestão da Educação

CEQV = Centro de Qualidade de Vida

DEAPE = Departamento de Administração de Pessoal

CEVIF = Centro de Vida Funcional

CEMOV = Centro de Ingresso e Movimentação

CECAF = Centro de Cargos e Funções

CEPAG = Centro de Frequência e Pagamento

NACGRH = Núcleo de Apoio Administrativo

COFI = Coordenadoria de Orçamento e Finanças

ATCOFI = Assistência Técnica do Coordenador

DEORC = Departamento de Orçamento

CEPRO = Centro de Programação Orçamentária

CEORC = Centro de Execução Orçamentária

CCUST = Centro de Custos

DEFIN = Departamento de Finanças

CEFIN = Centro de Programação e Execução Financeira das Unidades Centrais

NAD1 = Núcleos de Adiantamento I

NAD2 = Núcleos de Adiantamento II

NAD3 = Núcleos de Adiantamento III

NAD4 = Núcleos de Adiantamento IV

CPDES = Centro de Programação Financeira das Diretorias de Ensino

DECON = Departamento de Controle de Contratos e Convênios

CCONT = Centro de Acompanhamento e Controle de Contratos

CCONV = Centro de Convênios

NADC = Núcleo de Administração de Convênios

NPCO = Núcleo de Prestação de Contas de Convênios

FUNDEB = Centro de Gestão do FUNDEB

NACOFI = Núcleo de Apoio Administrativo

ÍNDICE

[1. Abandono de Cargo 29](#_Toc163207187)

[2. Abono Complementar 29](#_Toc163207188)

[3. Abono de Permanência 29](#_Toc163207189)

[4. Acordo de Cooperação 30](#_Toc163207190)

[5. Acúmulo de Cargos 30](#_Toc163207191)

[6. Adicional de Complexidade de Gestão-ACG 30](#_Toc163207192)

[7. Adicional de Insalubridade 31](#_Toc163207193)

[8. Adicional de Local de Exercício - ALE 31](#_Toc163207194)

[9. Adicional de Transporte 32](#_Toc163207195)

[10. Adicional por Quinquênios (Tempo de Serviço) 32](#_Toc163207196)

[11. Adicional por Tempo de Serviço (ATS) 33](#_Toc163207197)

[12. Adidos 33](#_Toc163207198)

[13. Afastamento Eleitoral 33](#_Toc163207199)

[14. Afastamentos em Geral 34](#_Toc163207200)

[15. Agente de Organização Escolar (Inspetor de Alunos + Oficial de Escola) 35](#_Toc163207201)

[16. Agente de Serviço Escolar (Servente de Escola) 36](#_Toc163207202)

[17. AIDS e HIV - Discriminação - Proibição 37](#_Toc163207203)

[18. Alcoolismo 37](#_Toc163207204)

[19. Além da Escola 37](#_Toc163207205)

[20. Alteração de Denominação e Tipologia das Escolas Estaduais 37](#_Toc163207206)

[21. Aluna Gestante e Regime de Exercícios Domiciliares 37](#_Toc163207207)

[22. Aluno - idade para estudar no noturno 38](#_Toc163207208)

[23. Aluno Adventista 38](#_Toc163207209)

[24. Aluno Aprendiz 38](#_Toc163207210)

[25. Aluno Circense 38](#_Toc163207211)

[26. Aluno Estagiário 38](#_Toc163207212)

[27. Aluno Estrangeiro e Equivalência de Estudos 38](#_Toc163207213)

[28. Aluno Filho de Servidor Público - Transferência 39](#_Toc163207214)

[29. Aluno Hospitalizado e/ou Doente 39](#_Toc163207215)

[30. Aluno Inadimplente - Direitos 39](#_Toc163207216)

[31. Aluno Militar (inclui diferença entre o convocado e o profissional) 39](#_Toc163207217)

[32. Aluno Portador de Necessidades Educacionais Especiais 40](#_Toc163207218)

[33. Alunos - Faltas 42](#_Toc163207219)

[34. Aluno Viajante 42](#_Toc163207220)

[35. Apoio Presencial para os docentes em sala de aula (Diretor Escolar/Diretor de Escola, Vice-diretor Escolar, Coordenador de Gestão Pedagógica, Coordenador de Gestão Pedagógica Geral, Coordenador de Gestão Pedagógica por Área de Conhecimento.) 42](#_Toc163207221)

[36. Aposentadoria Especial 42](#_Toc163207222)

[37. Aposentadoria e Previdência - SPPREV 43](#_Toc163207223)

[38. Aposentadoria Por Invalidez 46](#_Toc163207224)

[39. Aproveitamento de Estudos Concluídos com Êxito 46](#_Toc163207225)

[40. Apuração Preliminar – Ver item - Processo Administrativo - Processos e Expedientes. 46](#_Toc163207226)

[41. Artigo 133 (da Constituição Estadual de SP) 46](#_Toc163207227)

[42. Assistente de Diretor de Escola 46](#_Toc163207228)

[43. Assistência Técnica das Diretorias de Ensino 47](#_Toc163207229)

[44. Associação de Pais e Mestres - APM 47](#_Toc163207230)

[45. Associação de Pais e Mestres - Dissolução 50](#_Toc163207231)

[46. Atividades Curriculares Desportivas 50](#_Toc163207232)

[47. Atribuição de Classes e Aulas 50](#_Toc163207233)

[48. Autorização para Funcionamento da Escola 57](#_Toc163207234)

[49. Auxílio Alimentação para Funcionários/Servidores 58](#_Toc163207235)

[50. Auxílio-Funeral 58](#_Toc163207236)

[51. Auxílio-Reclusão 58](#_Toc163207237)

[52. Auxílio-Transporte para despesas de locomoção do funcionário/servidor 58](#_Toc163207238)

[53. ATIVIDADE de Trabalho Pedagógico (A.T.P.C.) - Atividade de Trabalho Pedagógico LIVRE (ATPC-ATPL) 58](#_Toc163207239)

[54. Atividade de Natureza Essencial 59](#_Toc163207240)

[55. Avaliação da Escola 59](#_Toc163207241)

[56. Avaliação de Desempenho de Diretores Escolares/Diretores de Escola 59](#_Toc163207242)

[57. Avaliação do Rendimento Escolar 59](#_Toc163207243)

[58. Avaliação Oftalmológica e Auditiva dos Alunos 61](#_Toc163207244)

[59. Base Nacional Comum Curricular – BNCC 61](#_Toc163207245)

[60. Banco de Informações Referentes a Pessoal, Reflexos e Encargos Sociais do Estado 61](#_Toc163207246)

[61. Bebidas Alcoólicas nas Escolas – Proibição 61](#_Toc163207247)

[62. Biblioteca nas Escolas 61](#_Toc163207248)

[63. Bolsa-Atleta 61](#_Toc163207249)

[64. Bolsa-Escola e Bolsa-Mestrado/Doutorado 61](#_Toc163207250)

[65. Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização - Projeto 62](#_Toc163207251)

[66. Bolsa Família e Bolsa Formação / Ler e Escrever 62](#_Toc163207252)

[67. Bônus para os Integrantes do QM 62](#_Toc163207253)

[68. Bônus Merecimento para os Servidores do QSE e QAE 62](#_Toc163207254)

[69. Bônus Gestão (legislação antiga) 63](#_Toc163207255)

[70. Bônus Mérito (legislação antiga) 63](#_Toc163207256)

[71. Bônus Resultado – Bonificação por Resultado 63](#_Toc163207257)

[72. Bônus (Novo) no âmbito da Administração Direta e Autarquias. 66](#_Toc163207258)

[73. Busca Ativa 67](#_Toc163207259)

[74. Calendário Escolar 67](#_Toc163207260)

[75. Campeonato Escolar de Esportes – (Jogos Escolares) 68](#_Toc163207261)

[76. Câncer - Direitos dos Pacientes Portadores da Doença 69](#_Toc163207262)

[77. Cantina Escolar 69](#_Toc163207263)

[78. Carga Horária, Jornadas e Remuneração nas Escolas 69](#_Toc163207264)

[79. Cargo Público e Quadro do Magistério: Nomeação, Substituição, Posse e Exercício 71](#_Toc163207265)

[80. Carreira do Magistério 72](#_Toc163207266)

[81. Carteira de Passe (Carteira de Transporte Escolar Metropolitano) 72](#_Toc163207267)

[82. Carteira de Saúde do Escolar 73](#_Toc163207268)

[83. Cassação de Cursos e Estabelecimentos Particulares de Ensino 73](#_Toc163207269)

[84. CEEJAS – Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos 73](#_Toc163207270)

[85. CEFAM - Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento para o Magistério 74](#_Toc163207271)

[86. CEL - Centro de Estudos de Línguas 74](#_Toc163207272)

[87. Celular 74](#_Toc163207273)

[88. Censo Escolar 75](#_Toc163207274)

[89. Centros Estaduais de Educação Supletiva - Avaliação Final das Classes 75](#_Toc163207275)

[90. Centro de Mídia 76](#_Toc163207276)

[91. CEES - Centros Estaduais de Educação Supletiva 76](#_Toc163207277)

[92. Certificados e Certidões 77](#_Toc163207278)

[93. Certificação Ocupacional 77](#_Toc163207279)

[94. Cessão das Dependências das UEs. 77](#_Toc163207280)

[95. Ciclos 77](#_Toc163207281)

[96. Classes de Aceleração 78](#_Toc163207282)

[97. Classes Descentralizadas 78](#_Toc163207283)

[98. Classificação e Reclassificação dos Alunos 78](#_Toc163207284)

[99. Cobranças de Taxas nas Escolas - Restrições 78](#_Toc163207285)

[100. Código de Ética da Administração Pública Estadual 78](#_Toc163207286)

[101. Comércio, Listas, Rifas por funcionários, dentro da repartição - vedação 79](#_Toc163207287)

[102. Comércio, Listas, Rifas por estranhos dentro da repartição - vedação 79](#_Toc163207288)

[103. Comissão Interna de Vivência Escolar - CIVE 79](#_Toc163207289)

[104. Comitê Central de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional 79](#_Toc163207290)

[105. Competências 79](#_Toc163207291)

[106. Competências do Diretor de Escola 80](#_Toc163207292)

[108. Competências (Atribuições) do Supervisor de Ensino - Supervisor Escolar 81](#_Toc163207293)

[109. Competências do Secretário de Escola 81](#_Toc163207294)

[110. Compensação de Ausências - Normas Regimentais Básicas 81](#_Toc163207295)

[111. Concluintes - Laudas 81](#_Toc163207296)

[112. Concursos Públicos (inclui Sessões de Escolha e Abono das Faltas) 81](#_Toc163207297)

[113. Conselho de Escola 83](#_Toc163207298)

[114. Conselho de Série / Classe 83](#_Toc163207299)

[115. Contagem de Tempo de Serviço 83](#_Toc163207300)

[116. Contratações 84](#_Toc163207301)

[117. Contribuição Previdenciária 84](#_Toc163207302)

[118. Contribuição Previdenciária dos Ativos 84](#_Toc163207303)

[119. Contribuição Previdenciária dos Inativos e Pensionistas 84](#_Toc163207304)

[120. Controladoria Geral do Estado 85](#_Toc163207305)

[121. Controle de Frequência - Docente (Inclui livro-ponto) 85](#_Toc163207306)

[122. Convalidação de Estudos 85](#_Toc163207307)

[123. Convocação de Funcionários/Servidores - incluindo Serviços Extraordinários 86](#_Toc163207308)

[124. Coordenador de Equipe Escolar e Professor de Especialista em Currículo 86](#_Toc163207309)

[125. Coordenador de Gestão Escolar 86](#_Toc163207310)

[126. Coordenador de Organização Escolar 86](#_Toc163207311)

[127. Cotas: Negros, Índios e Egressos de escolas públicas 86](#_Toc163207312)

[128. COVID-19 (Novo Coronavírus) 87](#_Toc163207313)

[129. Curso Normal - Orientações Gerais 93](#_Toc163207314)

[130. Cursos Complementares e Cursos de Especialização 93](#_Toc163207315)

[131. Cursos e Exames Supletivos (Educação de Jovens e Adultos - EJA) 94](#_Toc163207316)

[132. Cursos Sequenciais 95](#_Toc163207317)

[133. Cursos Técnicos 96](#_Toc163207318)

[134. Data-Base: Revisão Anual da Remuneração dos Servidores 96](#_Toc163207319)

[135. Décimo Terceiro Salário 96](#_Toc163207320)

[136. Declaração de bens 96](#_Toc163207321)

[137. Defesa do Funcionário Público - Desacato 96](#_Toc163207322)

[138. Deficientes - Direitos em Geral e Reserva de Cargos e Empregos em Concursos 96](#_Toc163207323)

[139. Delegação de Competências/Atribuições 96](#_Toc163207324)

[140. Denúncia Anônima: invalidade 96](#_Toc163207325)

[141. Desacato a Funcionário Público 97](#_Toc163207326)

[142. Deveres e Direitos dos Funcionários 97](#_Toc163207327)

[143. Dia da Consciência Negra (20 de novembro) - feriado na cidade de São Paulo 97](#_Toc163207328)

[144. Dia do Diretor de Escola (18 de outubro) 97](#_Toc163207329)

[145. Dia do Professor (15 de outubro) 97](#_Toc163207330)

[146. Dia do Supervisor de Ensino (14 de novembro) 97](#_Toc163207331)

[147. Diárias e Ajuda de Custo - Pagamento 97](#_Toc163207332)

[148. Diário de Classe 97](#_Toc163207333)

[149. Dias Letivos e Carga Horária - Obrigatoriedade do Cumprimento 97](#_Toc163207334)

[150. Dinheiro Direto na Escola (PDDE Paulista) 98](#_Toc163207335)

[151. Diplomas 101](#_Toc163207336)

[152. Direito de Manifestação 101](#_Toc163207337)

[153. Diretor de Escola – Habilitação e Competências 101](#_Toc163207338)

[154. Dirigente Regional de Ensino 102](#_Toc163207339)

[155. Discriminação (vedação) 103](#_Toc163207340)

[156. Dispensa/Abono das aulas por motivos religiosos - Vedação 103](#_Toc163207341)

[157. Dispensa de Ponto – ver item Afastamentos em Geral 104](#_Toc163207342)

[158. Disque-Denúncia 104](#_Toc163207343)

[159. Doação de Órgãos 104](#_Toc163207344)

[160. Doação de Material Inservível e Excedente 104](#_Toc163207345)

[161. Doação de Material Servível e Excedente 104](#_Toc163207346)

[162. Docente Adventista 104](#_Toc163207347)

[163. Docente Afastado - Carga Horária 104](#_Toc163207348)

[164. Docentes - Afastamento para o Programa Especial de Formação 104](#_Toc163207349)

[165. Docentes - Aproveitamento 105](#_Toc163207350)

[166. Docentes - Contratação 105](#_Toc163207351)

[167. Documentos Escolares - Expedição, 2º via, Guarda e Eliminação 105](#_Toc163207352)

[168. Documentos de Identificação dos Alunos 106](#_Toc163207353)

[169. Documentos – Incineração (ver Incineração de Documentos) 106](#_Toc163207354)

[170. Doenças - Notificação Compulsória 106](#_Toc163207355)

[171. Drogas - Prevenção 106](#_Toc163207356)

[172. Educação - Compromisso de São Paulo - Programa 107](#_Toc163207357)

[173. Educação a Distância 107](#_Toc163207358)

[174. Educação Ambiental 107](#_Toc163207359)

[175. Educação Artística e Educação Física no Ciclo I 108](#_Toc163207360)

[176. Educação Básica 108](#_Toc163207361)

[177. Educação Especial - Diretrizes Curriculares 108](#_Toc163207362)

[178. Educação Especial - Convênio com Instituições Especializadas 108](#_Toc163207363)

[179. Educação Especial - Diretrizes Nacionais 109](#_Toc163207364)

[180. Educação Especial na Educação Básica 109](#_Toc163207365)

[181. Educação Física 110](#_Toc163207366)

[182. Educação Fundamental e Médio 111](#_Toc163207367)

[183. Educação Indígena 111](#_Toc163207368)

[184. Educação Infantil 112](#_Toc163207369)

[185. Educação nas Prisões 113](#_Toc163207370)

[186. Educação Profissional 113](#_Toc163207371)

[187. EJA - Cursos, Exames, Comp. Curriculares, Matrícula 114](#_Toc163207372)

[188. EJA - Exame Nacional de Certificação (ENCCEJA) 115](#_Toc163207373)

[189. EJA - Ensino Fundamental e Ensino Médio 115](#_Toc163207374)

[190. EJA - Organização Curricular e Idades 115](#_Toc163207375)

[191. EJA - Telessalas 116](#_Toc163207376)

[192. Eleições 116](#_Toc163207377)

[193. ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio 117](#_Toc163207378)

[194. Enfermagem - Auxiliar e Técnico 117](#_Toc163207379)

[195. Enriquecimento Curricular 118](#_Toc163207380)

[196. Ensino da Arte 118](#_Toc163207381)

[197. Ensino Fundamental - Duração e Diretrizes Curriculares 118](#_Toc163207382)

[198. Ensino Híbrido 118](#_Toc163207383)

[199. Ensino Médio 119](#_Toc163207384)

[200. Ensino Médio de Período Integral 119](#_Toc163207385)

[201. Ensino Profissionalizante 119](#_Toc163207386)

[202. Ensino Religioso 119](#_Toc163207387)

[203. Entidade de Classe - Dirigente - Mandato 120](#_Toc163207388)

[204. Entrevistas à Imprensa - Servidor Público 120](#_Toc163207389)

[205. Erradicação do Analfabetismo 120](#_Toc163207390)

[206. Escola da Família - Programa 120](#_Toc163207391)

[207. Escola da Juventude - Programa de Ensino para Jovens e Adultos (fins de semana) 121](#_Toc163207392)

[208. EFAP – Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo. 121](#_Toc163207393)

[209. Escola de Tempo Integral 122](#_Toc163207394)

[210. Escola Indígena 123](#_Toc163207395)

[211. Escola Militar 123](#_Toc163207396)

[212. Programa Escola na Copa 124](#_Toc163207397)

[213. Escola-Padrão 124](#_Toc163207398)

[214. Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo - EVESP 124](#_Toc163207399)

[215. Escolas de 1° e 2° graus - Projetos e Edificações 124](#_Toc163207400)

[216. Escolas Experimentais 124](#_Toc163207401)

[217. Estabilidade 124](#_Toc163207402)

[218. Estágio de Alunos (Aluno Estagiário) 124](#_Toc163207403)

[219. Estágio - Alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, incluindo Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos 125](#_Toc163207404)

[220. Estágio do Curso de Licenciatura - Contagem em dobro na Alfabetização de Jovens e Adultos 125](#_Toc163207405)

[221. Estágio do Curso de Magistério - Curso Normal 125](#_Toc163207406)

[222. Estágio Probatório 125](#_Toc163207407)

[223. Estágio Supervisionado 126](#_Toc163207408)

[224. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA 126](#_Toc163207409)

[225. Estatuto da Pessoa com Deficiência 127](#_Toc163207410)

[226. Estatuto do Idoso 127](#_Toc163207411)

[227. Estatuto do Magistério 128](#_Toc163207412)

[228. Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo - (*Atualizado pela LC nº 1.361, de 21/10/2021)*. 128](#_Toc163207413)

[229. Estudos realizados no Exterior - Equivalência 129](#_Toc163207414)

[230. Evolução Funcional (Acadêmica e Não Acadêmica) 129](#_Toc163207415)

[231. Exames Supletivos 130](#_Toc163207416)

[232. Exames Supletivos - Normas 130](#_Toc163207417)

[233. Excedente - Servidor Público 130](#_Toc163207418)

[234. Experiência Pedagógica - Escolas Autorizadas 130](#_Toc163207419)

[235. Experimentação Educacional e Formação do Professor 131](#_Toc163207420)

[236. Falta dos Alunos: Falta Coletiva 131](#_Toc163207421)

[237. Faltas dos Alunos: Outras 131](#_Toc163207422)

[238. Falta dos Docentes/Funcionários: Falta Médica (ex-falta IAMSPE) 131](#_Toc163207423)

[239. Falta dos Docentes/Funcionários: Falta por Doação de Sangue 131](#_Toc163207424)

[240. Faltas dos Docentes/Funcionários: Outras 132](#_Toc163207425)

[241. Férias 133](#_Toc163207426)

[242. Feriados - 9 de julho 133](#_Toc163207427)

[243. Festas Escolares - Músicas - Direitos Autorais - ECAD 133](#_Toc163207428)

[244. Flexibilização Curricular 133](#_Toc163207429)

[245. Formação Continuada 134](#_Toc163207430)

[246. Formação e Aperfeiçoamento 134](#_Toc163207431)

[247. Fórum de Educação do Estado de São Paulo – FEESP 134](#_Toc163207432)

[248. Fotógrafo nas Escolas - Restrições 135](#_Toc163207433)

[249. Fumo nas Repartições Públicas - Proibição 135](#_Toc163207434)

[250. Funcionário Estudante 135](#_Toc163207435)

[251. Funcionários Públicos - Direitos e Deveres 135](#_Toc163207436)

[252. Fundação Casa (ex-FEBEM) 135](#_Toc163207437)

[253. FUNDEF e FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (da Educação Básica) e de Valorização do Magistério (dos Profissionais da Educação) 136](#_Toc163207438)

[254. Fundação para o Desenvolvimento da Educação- FDE 136](#_Toc163207439)

[255. Furto e Roubo de Bens Patrimoniais 137](#_Toc163207440)

[256. Gala 137](#_Toc163207441)

[257. GDAE - Gestão Dinâmica de Administração Escolar e Informações 137](#_Toc163207442)

[258. Gerente de Organização Escolar (GOE) 137](#_Toc163207443)

[259. Gratificação de Atividade Pedagógica 138](#_Toc163207444)

[260. Gratificação de Função 138](#_Toc163207445)

[261. Gratificação de Informática 138](#_Toc163207446)

[262. Gratificação de Representação 138](#_Toc163207447)

[263. Gratificação de Trabalho Noturno 138](#_Toc163207448)

[264. Gratificação Especial (para Supervisor de Ensino) 138](#_Toc163207449)

[265. Gratificação Geral (GG) - Ativos e Inativos 138](#_Toc163207450)

[266. Gratificação de Dedicação Exclusiva (GDE) 138](#_Toc163207451)

[267. Gratificação por Atividade de Magistério (GAM) 139](#_Toc163207452)

[268. Gratificação por Trabalho Educacional (GTE) - Ativos 139](#_Toc163207453)

[269. Gratificação Suplementar (abrange os Dirigentes de Ensino) 139](#_Toc163207454)

[270. Gravidez Precoce e Juvenil 139](#_Toc163207455)

[271. Grêmio Estudantil 139](#_Toc163207456)

[272. Greve de Professores e Servidores Públicos 139](#_Toc163207457)

[273. Grupo de Coordenação do Programa Nacional de Valorização e Formação do Professor da Educação Básica (GPROF) 140](#_Toc163207458)

[274. Grupo de Verificação e Controle de Atividades da SE (GVCA) - Extinção 140](#_Toc163207459)

[275. Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação - GSTIC 140](#_Toc163207460)

[276. Hasteamento da Bandeira e Hino Nacional 140](#_Toc163207461)

[277. Hierarquia 140](#_Toc163207462)

[278. Hino Nacional 140](#_Toc163207463)

[279. Hino Nacional em Eventos Esportivos 141](#_Toc163207464)

[280. Holocausto 141](#_Toc163207465)

[281. História e Cultura Afro-Brasileira no Currículo 141](#_Toc163207466)

[282. Homossexualismo 141](#_Toc163207467)

[283. Hora-Aula 141](#_Toc163207468)

[284. Hora de Trabalho Pedagógico (H.T.P. e H.T.P.C.) - Atividade de Trabalho Pedagógica (ATPC-ATPL) 142](#_Toc163207469)

[285. Horário Administrativo da Escola *(Ver também Horário de Funcionamento das escolas, Horário de Trabalho e Ponto.)* 142](#_Toc163207470)

[286. Horário de Almoço (*Ver também Horário Administrativo da Escola e Horário de Trabalho e Ponto*) 142](#_Toc163207471)

[287. Horário de Banco *(Ver também Horário Administrativo da Escola e Horário de Trabalho e Ponto*) 143](#_Toc163207472)

[288. Horário de Estudante – Servidor (*Ver também Horário Administrativo da Escola e Horário de Trabalho e Ponto*) 143](#_Toc163207473)

[289. Horário de Funcionamento das Escolas *(Ver também Horário administrativo da Escola e Horário de Trabalho e Ponto*) 143](#_Toc163207474)

[290. Horário de Trabalho e Ponto (*Ver também Horário Administrativo da Escola e Horário Funcionamento da Escola*) 143](#_Toc163207475)

[291. IAMSPE 144](#_Toc163207476)

[292. IAMSPE - Inscrição de Dependentes 144](#_Toc163207477)

[293. IAMSPE - Inscrição e Cancelamento de Agregados/Retorno de Contribuintes 144](#_Toc163207478)

[294. Idoso (60 anos ou mais) - Atendimento Prioritário 144](#_Toc163207479)

[295. Idoso (60 anos ou mais) - Prioridade na Tramitação dos Procedimentos Administrativos 144](#_Toc163207480)

[296. Imposto de Renda - Isenção para Aposentados, Reformados e Pensionistas 144](#_Toc163207481)

[297. Inativos - Recadastramento 144](#_Toc163207482)

[298. Incêndio na Escola 145](#_Toc163207483)

[299. Incineração de Documentos 145](#_Toc163207484)

[300. Inclusão Escolar 145](#_Toc163207485)

[301. Incorporação de Décimos 145](#_Toc163207486)

[302. Incorporação de Gratificações de Representação 146](#_Toc163207487)

[303. Ingresso e Remoção 146](#_Toc163207488)

[304. Integridade (ver Unidade de Gestão de Integridade – UGI) 147](#_Toc163207489)

[305. Inspeção Médica 147](#_Toc163207490)

[306. Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP 147](#_Toc163207491)

[307. Intervalo Pedagógico 148](#_Toc163207492)

[308. Jogos de Azar nas Repartições Públicas (baralho, etc...) - Vedação 148](#_Toc163207493)

[309. Jornadas de Trabalho do Pessoal do QM 148](#_Toc163207494)

[310. Jovem Universitário - Educação com Trabalho 148](#_Toc163207495)

[311. Laudo Médico - Isenção 148](#_Toc163207496)

[312. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 149](#_Toc163207497)

[313. LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais - Oficialidade 150](#_Toc163207498)

[314. Licença a Funcionário(a) casado(a) com Militar 150](#_Toc163207499)

[315. Licença Compulsória 150](#_Toc163207500)

[316. Licença-Gestante 150](#_Toc163207501)

[317. Licença para Atender ao Serviço Militar 150](#_Toc163207502)

[318. Licença para Estágio como Oficial de Reserva das Forças Armadas 150](#_Toc163207503)

[319. Licença para Tratamento de Saúde 150](#_Toc163207504)

[320. Licença para Tratar de Interesses Particulares 151](#_Toc163207505)

[321. Licença Paternidade 151](#_Toc163207506)

[322. Licença por Acidente de Trabalho (ou Doença Profissional) 151](#_Toc163207507)

[323. Licença por Adoção 152](#_Toc163207508)

[324. Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família 152](#_Toc163207509)

[325. Licença-Prêmio 152](#_Toc163207510)

[326. Licenciatura Curta e Programa Especial de Formação Pedagógica 152](#_Toc163207511)

[327. Licitação 153](#_Toc163207512)

[328. Língua Estrangeira Moderna 153](#_Toc163207513)

[329. Lixo e Lixeiras Seletivas nas Escolas Públicas 154](#_Toc163207514)

[330. Locação de Espaços Públicos 154](#_Toc163207515)

[331. Mandado de Segurança - Procedimento do Diretor 154](#_Toc163207516)

[332. Mandado Judicial/Segurança 154](#_Toc163207517)

[333. Mapa Estratégico 154](#_Toc163207518)

[334. Matérias Obrigatórias no Currículo 154](#_Toc163207519)

[335. Matrículas de Alunos 156](#_Toc163207520)

[336. Matriz Curricular dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental (*Ver também em Organização Curricular dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental*) 158](#_Toc163207521)

[337. Matriz Curricular das Classes/Turmas Multisseriadas nos Centros de Internação da Fundação Casa-Revitalizando a Trajetória Escolar (*Ver também em Organização Curricular das Classes/Turmas Multisseriadas nos Centros de Internação da Fundação Casa-Revitalizando a Trajetória Escolar*) 159](#_Toc163207522)

[338. Matriz Curricular do Ensino Médio (*Ver também em Organização Curricular do Ensino Médio*) 159](#_Toc163207523)

[339. Matriz Curricular dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental *(Ver também em Matriz Curricular dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental)* 161](#_Toc163207524)

[340. Matriz Curricular para os Cursos de Educação Profissional Técnica *(Ver também Organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional e Técnica de Nível Médio)* 161](#_Toc163207525)

[*341.* Matriz Curricular para Ed. Infantil, Ens. Fund., Ens. Méd. da Educ. Indígena *(Ver também em Organização Curricular para Ed. Infantil, Ens. Fund. Ens. Méd. da Educação Escolar Indígena e Educação Indígena)* 162](#_Toc163207526)

[342. Matriz Curricular para o Ens. Fund. e Méd. nas Comunidades Tradicionais e Quilombolas (*Ver também em Organização Curricular para o Ens. Fund. Ens. Méd. nas Comunidades Tradicionais e Quilombolas*) 162](#_Toc163207527)

[343. Meia-Entrada para Estudantes 162](#_Toc163207528)

[344. Meia-Entrada para Professores da Rede Pública Estadual 162](#_Toc163207529)

[345. Meio-Ambiente 163](#_Toc163207530)

[346. Melhor Gestão, Melhor Ensino 163](#_Toc163207531)

[347. Mensalidade Escolar 163](#_Toc163207532)

[348. Merenda Escolar 163](#_Toc163207533)

[349. Meu Primeiro Trabalho - Programa de Estágio 164](#_Toc163207534)

[350. Módulo das Escolas e das Diretorias de Ensino - incluindo Oficinas Pedagógicas 164](#_Toc163207535)

[351. Motivação (fundamentação) dos atos administrativos 166](#_Toc163207536)

[352. Municipalização 166](#_Toc163207537)

[353. Nojo - Licença 167](#_Toc163207538)

[354. Normas Regimentais Básicas *(Ver também em Regimento Escolar)* 167](#_Toc163207539)

[355. Normas Regimentais, Planos nas Escolas e Regimento Escolar 167](#_Toc163207540)

[356. Normas Regimentais e Regimento Escolar (*Ver também em Regimento Escolar*) 168](#_Toc163207541)

[357. Noturno - Idade 169](#_Toc163207542)

[358. Número de Alunos por Classe 169](#_Toc163207543)

[359. Olimpíadas Escolar do Estado de São Paulo (esporte) 169](#_Toc163207544)

[360. Organização Curricular para Ed. Infantil, Ens. Fund. Ens. Méd. da Educação Escoar Indígena (Ver também em Matriz Curricular para Ed. Infantil, Ens. Fund., Ens. Méd. da Educ. Indígena e Educação Indígena) 169](#_Toc163207545)

[361. Organização Curricular das Classes/Turmas Multisseriadas nos Centros de Internação da Fundação Casa-Revitalizando a Trajetória Escolar *(Ver também em Matriz Curricular das Classes/Turmas Multisseriadas nos Centros de Internação da Fundação Casa-Revitalizando a Trajetória Escolar*) 169](#_Toc163207546)

[362. Organização Curricular do Ensino Médio (*Ver também em Matriz Curricular do Ensino Médio)* 169](#_Toc163207547)

[363. Organização Curricular dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental *(Ver também em Matriz Curricular dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental)* 169](#_Toc163207548)

[364. Organização Curricular dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental (*Ver também em Matriz Curricular dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental)* 169](#_Toc163207549)

[365. Organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional e Técnica de Nível Médio *(Ver também Matriz Curricular para os Cursos de Educação Profissional Técnica)* 170](#_Toc163207550)

[366. Ouvidorias na SE 170](#_Toc163207551)

[367. Pagamento - 5º dia útil do mês 170](#_Toc163207552)

[368. Pagamento Indevido 170](#_Toc163207553)

[369. Palácio dos Bandeirantes: acesso e realização de eventos: disciplina 170](#_Toc163207554)

[370. Parceiros do Futuro 170](#_Toc163207555)

[371. Parceria nas Escolas 170](#_Toc163207556)

[372. Parentes até 2° grau 170](#_Toc163207557)

[373. PASEP - Extinção 171](#_Toc163207558)

[374. Passe Escolar 171](#_Toc163207559)

[375. Penalidades Disciplinares 171](#_Toc163207560)

[376. Pensão por morte 171](#_Toc163207561)

[377. Pensão Mensal 173](#_Toc163207562)

[378. Perícias Médicas - DPME (Comunicados) 173](#_Toc163207563)

[379. Perímetro Escolar 175](#_Toc163207564)

[380. Pesquisa Discente - Ensino Médio 175](#_Toc163207565)

[381. Pessoas Estranhas na Escola (Pessoas Estranhas à Comunidade Escolar) - Vedação 175](#_Toc163207566)

[382. Petições 175](#_Toc163207567)

[383. Piso Salarial Nacional 175](#_Toc163207568)

[384. Planejamento Escolar - Replanejamento - Ações 176](#_Toc163207569)

[385. Plano de Ações Integradas-PAINSP 176](#_Toc163207570)

[386. Plano de Carreira do QM 176](#_Toc163207571)

[387. Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE - Escola 177](#_Toc163207572)

[388. Plano Estadual de Educação (Ver informações no D.O. 30/04/03 - II) 177](#_Toc163207573)

[389. Plano de Promoção de Integridade – (*Ver também Unidade de Gestão de Integridade – UGI*) 177](#_Toc163207574)

[390. Plano Nacional de Educação 177](#_Toc163207575)

[391. "Pontes" entre feriados - permissão quando previstas no calendário 177](#_Toc163207576)

[392. Ponto Facultativo 177](#_Toc163207577)

[393. Pós-Graduação - Diferença entre 'lato-sensu' e 'stricto-sensu' 178](#_Toc163207578)

[394. Prazos 178](#_Toc163207579)

[395. Precatórios 178](#_Toc163207580)

[396. Prédios Escolares - Cessão 178](#_Toc163207581)

[397. Preferências Sexuais - Discriminação - Vedação 179](#_Toc163207582)

[398. Prêmio de Valorização para os Profissionais do Magistério (Ativos e Inativos) 179](#_Toc163207583)

[399. Previdência Complementar 179](#_Toc163207584)

[400. Processo Administrativo - Processos e Expedientes 179](#_Toc163207585)

[401. Procuração (ou Mandato) 180](#_Toc163207586)

[402. Professor Auxiliar 180](#_Toc163207587)

[403. Professor-Coordenador-Pedagógico 180](#_Toc163207588)

[404. Professor de Especialista em Currículo – Ver item Coordenador de Equipe Escolar e Professor de Especialista em Currículo 182](#_Toc163207589)

[405. Professor Eventual 182](#_Toc163207590)

[406. Professor - Formação 183](#_Toc163207591)

[407. Professor Mediador Escolar e Comunitário do Sistema de Proteção Escolar da Rede Pública Estadual (Extinto) 183](#_Toc163207592)

[408. Professor Orientador de Convivência – POC 184](#_Toc163207593)

[409. Professor - Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada 184](#_Toc163207594)

[410. Professor da Rede - Formação Pedagógica Superior 184](#_Toc163207595)

[411. Professor I - Habilitação - Dispensa de Nível Superior 185](#_Toc163207596)

[412. PROEMI – Programa Ensino Médio Inovador 185](#_Toc163207597)

[413. PROFIC - Programa de Formação Integral da Criança 185](#_Toc163207598)

[414. Profissionais de Educação - Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional para a Ed. Básica - Formação 185](#_Toc163207599)

[415. Programa de Alimentação Saudável da SE 185](#_Toc163207600)

[416. Programa Alfabetização Ambiental 185](#_Toc163207601)

[417. Programa Alfabetização Juntos SP 185](#_Toc163207602)

[418. Programa Bolsa do Povo 185](#_Toc163207603)

[419. Programa dignidade íntima 186](#_Toc163207604)

[420. Programa de Demissão Incentivada -PDI 186](#_Toc163207605)

[421. Programa de Educação Continuada - PEC 186](#_Toc163207606)

[422. Programa de Intercâmbio “Prontos pro Mundo” 186](#_Toc163207607)

[423. Programa Educação - Compromisso de São Paulo 186](#_Toc163207608)

[424. Programa Educação Profissional Paulista 187](#_Toc163207609)

[425. Programa Computador do Professor 187](#_Toc163207610)

[426. Programa de Inclusão Digital para os Servidores Públicos 188](#_Toc163207611)

[427. Programa Ensino Integral - (PEI) 188](#_Toc163207612)

[428. Programa de diagnóstico e apoio aos alunos com dislexia e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) 191](#_Toc163207613)

[429. Programa de Qualidade da Escola (PQE) 191](#_Toc163207614)

[430. Programa Estadual Jovem Voluntário - Escola Pública 191](#_Toc163207615)

[431. Programa Jovem Paulista 191](#_Toc163207616)

[432. Programa Mais Educação 191](#_Toc163207617)

[433. Programa Melhoria da Convivência e Proteção Escolar. 191](#_Toc163207618)

[434. Programa Multiplica SP #Diretores 192](#_Toc163207619)

[435. Programa Multiplica SP #Professores 192](#_Toc163207620)

[436. Programa Permanente de Desenvolvimento Profissional do Servidor Público 192](#_Toc163207621)

[437. Programa Presença 192](#_Toc163207622)

[438. Programa Rede de Ensino Médio Técnico - REDE 192](#_Toc163207623)

[439. Programa Residência Educacional 192](#_Toc163207624)

[440. Programa Saúde na Escola - PSE 193](#_Toc163207625)

[441. Progressão Continuada 193](#_Toc163207626)

[442. Progressão Parcial 193](#_Toc163207627)

[443. Projeto Ação Jovem 193](#_Toc163207628)

[444. Projeto de Apoio ao Estudante do Ensino Técnico (PAEET) 193](#_Toc163207629)

[445. Projetos Especiais 193](#_Toc163207630)

[446. Projeto Apoio à Aprendizagem 193](#_Toc163207631)

[447. Projeto Aprender Juntos 193](#_Toc163207632)

[448. Projeto Assistência ao Currículo 194](#_Toc163207633)

[449. Projeto Apoio à Tecnologia 194](#_Toc163207634)

[450. Projeto Gestão Educacional Paulista 194](#_Toc163207635)

[451. PROJOVEM 194](#_Toc163207636)

[452. PROMDEPAR 194](#_Toc163207637)

[453. Propaganda e Publicidade - Locação e/ou Cessão de Espaços nas Escolas Públicas Estaduais 194](#_Toc163207638)

[454. Propaganda Eleitoral - Proibição nas Escolas 194](#_Toc163207639)

[455. Protocolo 194](#_Toc163207640)

[456. Prova de Escolaridade 194](#_Toc163207641)

[457. Provão Paulista Seriado 195](#_Toc163207642)

[458. Provimento de Cargos (ver também: Concursos Públicos - inclui Sessões de Escolha e Abono das Faltas) 195](#_Toc163207643)

[459. Punição de Alunos 197](#_Toc163207644)

[460. QAE e QSE - Movimentação 197](#_Toc163207645)

[461. Quadro de Apoio Escolar - QAE 198](#_Toc163207646)

[462. Readaptação 201](#_Toc163207647)

[463. Readmissão, Reversão a Pedido e Transposição (Vedação) 201](#_Toc163207648)

[464. Reajuste Salarial 201](#_Toc163207649)

[465. Recadastramento 201](#_Toc163207650)

[466. Recadastramento por meio digitais 201](#_Toc163207651)

[467. Recesso 201](#_Toc163207652)

[468. Recreio 202](#_Toc163207653)

[469. Recreio e Intervalo Pedagógico 202](#_Toc163207654)

[470. Recuperação/Reforço/Dependência/Progressão - "Recuperação Implícita" 202](#_Toc163207655)

[471. Recurso e Reconsideração. 204](#_Toc163207656)

[472. REDE – Programa Rede de Ensino Médio Técnico 204](#_Toc163207657)

[473. RDPE – Regime de Dedicação Plena e Exclusiva (revogado) 205](#_Toc163207658)

[474. RDPI – Regime de Dedicação Plena e INTEGRAL 205](#_Toc163207659)

[475. Regimento Escolar *(Ver também em Normas Regimentais)* 205](#_Toc163207660)

[476. Registro de Ponto e Horário de Trabalho 205](#_Toc163207661)

[477. Regularização da Vida Escolar e Convalidação de Atos Escolares 205](#_Toc163207662)

[478. Religião - Privilégios e Exceções - Proibição 206](#_Toc163207663)

[479. Remoção: Levantamento de Vagas 206](#_Toc163207664)

[480. Remoção por Permuta 206](#_Toc163207665)

[481. Remoção por Títulos e União de Cônjuges 206](#_Toc163207666)

[482. Remoção do QAE 207](#_Toc163207667)

[483. Reorganização da Rede 208](#_Toc163207668)

[484. Reposição de Dias Letivos e de Horas de Aula 208](#_Toc163207669)

[485. Reposição de Vencimentos Indevidos (Estorno) 208](#_Toc163207670)

[486. Responsabilidade Fiscal 208](#_Toc163207671)

[487. RGS (Regulamento Geral dos Servidores) 208](#_Toc163207672)

[488. SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica 209](#_Toc163207673)

[489. Salas de Leitura 209](#_Toc163207674)

[490. Salário-Esposa 209](#_Toc163207675)

[491. Salário-Família 209](#_Toc163207676)

[492. Salário do Servidor 209](#_Toc163207677)

[493. Sanções Administrativas - Aplicação 209](#_Toc163207678)

[494. SARESP - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar de São Paulo 209](#_Toc163207679)

[495. Saúde Auditiva - Programa 211](#_Toc163207680)

[496. Saúde Vocal do Professor 211](#_Toc163207681)

[497. Secretaria da Educação - Estrutura 211](#_Toc163207682)

[498. Secretário de Escola 211](#_Toc163207683)

[499. Sede de Controle de Frequência 211](#_Toc163207684)

[500. Segurança Escolar e Violência 211](#_Toc163207685)

[501. Semana de Alfabetização e Conscientização Ambiental 212](#_Toc163207686)

[502. Semana de Educação para a Vida 212](#_Toc163207687)

[503. Servente de Escola - Dia do - 28 de outubro 212](#_Toc163207688)

[504. Serviço Voluntário 212](#_Toc163207689)

[505. Serviços Obrigatórios por Lei 212](#_Toc163207690)

[506. Servidores Públicos - Regime Jurídico 212](#_Toc163207691)

[507. Sexta-Parte 212](#_Toc163207692)

[508. SIAP - Sistema Informatizado de Administração de Pessoal 212](#_Toc163207693)

[509. Símbolos Nacionais 212](#_Toc163207694)

[510. Sistema de Proteção Escolar na rede estadual 212](#_Toc163207695)

[511. Sistema Municipal de Ensino - Competência 213](#_Toc163207696)

[512. Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professor 213](#_Toc163207697)

[513. Substituições e Escalas 213](#_Toc163207698)

[514. Suco de Laranja na Merenda Escolar - Obrigatoriedade 214](#_Toc163207699)

[515. Supervisor de Ensino/Supervisor Escolar - Atribuições e Vantagens 214](#_Toc163207700)

[516. Supletivo - Idade Mínima para Matrícula 215](#_Toc163207701)

[517. Suspensão de atividades previstas no calendário 215](#_Toc163207702)

[518. Telecursos 215](#_Toc163207703)

[519. Telefone - Uso do Telefone Público nas Repartições Públicas 215](#_Toc163207704)

[520. Telefones Públicos ("Orelhões") nas Escolas Públicas 215](#_Toc163207705)

[521. Tipologia das Escolas 216](#_Toc163207706)

[522. Trabalhar e Estudar na mesma Escola 216](#_Toc163207707)

[523. Transferência de Alunos 216](#_Toc163207708)

[524. Transferência de Aluno filho de servidor público 217](#_Toc163207709)

[525. Transferência de Funcionários 217](#_Toc163207710)

[526. Trânsito 217](#_Toc163207711)

[527. Transparência Ativa 217](#_Toc163207712)

[528. Transporte Coletivo Gratuito para Deficientes 217](#_Toc163207713)

[529. Transporte Escolar dos Alunos - Obrigatoriedade 217](#_Toc163207714)

[530. Transexuais e Travestis 218](#_Toc163207715)

[531. TRE - Afastamento Eleitoral 218](#_Toc163207716)

[532. Unidade de Gestão de Integridade – UGI 218](#_Toc163207717)

[533. Uniforme Escolar 218](#_Toc163207718)

[534. Uniformização dos Procedimentos de Elaboração de Normas Legais 218](#_Toc163207719)

[535. Universidade Aberta do Brasil 218](#_Toc163207720)

[536. Usuário dos Serviços Públicos - Direitos e Deveres 218](#_Toc163207721)

[537. Utilidade Pública - Declaração 218](#_Toc163207722)

[538. Vacinação 219](#_Toc163207723)

[539. Vantagem Pessoal (VP) 219](#_Toc163207724)

[540. Venda de Livros, por empresas ou particulares, nas Escolas - Restrições 219](#_Toc163207725)

[541. Vice-Diretor de Escola 219](#_Toc163207726)

[542. Vice-Diretor - Módulo 219](#_Toc163207727)

[543. Vida Escolar - Regularização 220](#_Toc163207728)

[544. Violência contra Escolas - Sistema de Cadastro de Alunos 220](#_Toc163207729)

[545. Violência contra Educadores 220](#_Toc163207730)

[546. Violência Doméstica e Discriminação 220](#_Toc163207731)

[547. Visão do Futuro – Programa 220](#_Toc163207732)

[548. Visto Confere 220](#_Toc163207733)

[549. Vivisseção de animais - Proibição nas Escolas 220](#_Toc163207734)

[550. Zeladoria 221](#_Toc163207735)

1. Abandono de Cargo

* Dec. nº 42.850 de 30/12/63, D.O. de 31/12/63 - Regulamento Geral dos Servidores (RGS) – art. 645.
* Lei nº 10.261 de 28/10/68, D.O. de 29/10/68 (EFP) - art. 256 § 1°.
* LC nº 942 de 06/06/03, D.O. de 07/06/03 - arts. 308 a 311
* Lei nº 500 de 13/11/74, D.O. de 14/11/74 - Regime Jurídico dos Servidores ACT.
* Res. SE n° 158/87 - Delegação de Competências.
* Inst. DRHU nº 07/87 - Configuração do ilícito do abandono e penalidades.
* Com. CG, de 25/10/95 - Procedimentos sobre abandono de cargo ou função atividade.
* Com. CG, de 10/12/99 - Estabelece prazo para comunicar a ocorrência do fato (10 dias).
* Dec. n° 52.054/07, D.O. 15/08/07 – Horário de trabalho e registro de ponto.
* Dec. nº 54.050/09 - Regulamenta o artigo 271 da Lei nº 10.261/68, com a redação dada pela LC nº 942/03, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
* LC n° 1361 – Art. 24, J e §1º de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 – Ilícito de Inassiduidade.
* Lei nº 10.261, de 28/10/68, D.O. de 29/10/68, Art.256, V- Ilícito de Inassiduidade.
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 – art. 67, § 3ºAbono Complementar.
* Dec. nº 66.623, de 01/04/22, D.O. de 02/04/22 - Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica, em cumprimento ao estabelecido na Lei Fed. nº 11.738/08. (*Republicado por conter incorreções*).
* Dec. nº 66.703, de 05/05/22, D.O. de 06/05/22 - Acrescenta dispositivo ao Dec. nº 66.623/22, que dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica, em cumprimento ao estabelecido na Lei Fed. nº 11.738/08.

1. Abono Complementar

* Dec. nº 66.623, de 01/04/22, D.O. de 02/04/22 - Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica, em cumprimento ao estabelecido na Lei Fed. nº 11.738/08. (Republicado por conter incorreções).
* Dec. nº 66.703, de 05/05/22, D.O. de 06/05/22 - Acrescenta dispositivo ao Dec. nº 66.623/22, que dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica, em cumprimento ao estabelecido na Lei Fed. nº 11.738/08.
* Dec. nº 67.582, de 17/03/23, D.O. de 18/03/2023.
* LC nº 1.387, de 03/07/23, D.O. de 06/07/23 - Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica.

1. Abono de Permanência

* CF/88 - art. 40, § 19.
* EC nº 41/03 - art. 2º, § 5º e art. 3, § 1º.
* Instr. UCRH nº 2, de 29/10/04, D.O. de 30/10/04 - Dispõe sobre os procedimentos relativos à concessão do abono de permanência, previsto no § 19 do artigo 40 da C.F/1988, modificado pela E.C. n.º 41, de 19, D.O.U. de 31/12/03, bem como no § 5º do artigo 2º e § 1º do artigo 3º, ambos da referida emenda.
* Inst. Conj. UCRH n° 02, de 29/10/04 - Procedimentos Administrativos sobre Abono de Permanência.
* LC n° 1012, de 05/07/07, D.O. 06/07/07 – Altera as Leis Complementares: LC 180/78, LC nº 10261/68, LC nº 207/79 – PREVIDÊNCIA – Pensão, Salário-Família, Auxílio-Reclusão, Auxílio-Funeral, Contribuições, Base de Cálculo, Abono Permanências e Afastamentos.
* EC n° 47, D.O.U. 06/07/05 - Cada ano trabalhado a mais na contagem de tempo de contribuição, diminui um na idade.
* Dec. nº 52.859/08 - Regulamenta a LC nº 1.012/07.
* Dec. nº 56.386/10 - Altera dispositivos do Dec. nº 52.859/08, que regulamenta a LC nº 1.012/07.
* Com. UCRH 57, de 19/11/10 – Dispõe sobre o pagamento relativo ao abono de permanência deferido pela autoridade competente e, devido a partir da data em que o servidor tiver completado os requisitos para aposentadoria.
* E.C. nº 103, de 12/11/19, D.O.U. de 13/11/19 - Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.
* LC nº 1.354/20 art. 28 - Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da Constituição do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
* E.C. nº 49 de de 06/03/20 D.O. 07/03/20 – Modifica o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado de São Paulo.
* Dec. nº 65.021, de 19/06/21 – Dispõe sobre a declaração de défict atuarial do Regime Próprio de Prvidência do Estado e dá as providências correlatas.
* LC nº 1354/20 - art. 28.
* LC nº 1361 de 21/10/21, D.O. de 22/10/21 - art. 24, XIV.
* LC nº 1380/22 - Fim da Contribuição Previdenciária abaixo do teto do RGPPS.

1. Acordo de Cooperação

* Lei Fed. nº 13.019, de 31/07/14, D.O. de15/07/14.
* Lei Fed nº 13.204, de 14/12/15, D.O. de 15/12/15.
* Dec. nº 61.981, de 20/05/16, D.O. de 21/05/16.
* Dec. nº 62.710, de 20/07/17, D.O. de 21/07/17
* Res. SEDUC nº 18, de 04/02/21, D.O. de 05/02/21 - Estabelece a obrigatoriedade de uso de minuta-padrão para a celebração de acordos de cooperação com organizações da sociedade civil que não envolvam celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial.
* Dec.nº 66.173 de 26/10/21, D.O. de 27/10/21.
* Dec.nº 66.174 de 26/10/21, D.O. de 27/10/21.

1. Acúmulo de Cargos

* Lei nº 10.261, de 28/10/68, D.O. de 29/10/68 (EFP) - arts. 171 a 175.
* CF/88 - arts. 37, XVI e XVII, 38, 42, 95 § único, I, 128, § 5°, II, 'd', e ADCT, art. 17, §§ 1° e 2°; EC 19/98, 20/98 e 34/01.
* CE/89 - art. 115, XVIII, XIX.
* Dec. nº 41.915 de 02/07/07, D.O. de 03/07/07 - Acumulação Remunerada de Cargos - Manual de Procedimentos.
* Correio Eletrônico DRHU, de 01/07/98, para a Rede - Aplica o Dec. nº 41.915/97 aos servidores militares.
* Dec. n° 42.965, de 27/03/98, D.O. de 27/03/98 - Jornadas de trabalho - art. 15: limite de 64 horas semanais.
* Del. TCA nº 1627/026/05, D.O. 30/06/05 - Servidor público, vereador, na Presidência da Câmara Municipal - proibição do acúmulo.
* Dec. nº 53.037 de 28/05/08, D.O. de 29/05/08.
* LC nº 1.207 de 05/07/13, D.O. de 06/07/13.
* Dec. nº 59.448 de 19/08/13, D.O. de 20/08/13.
* Res. SEDUC nº 85, de 07/11/22, D.O. de 08/11/22.
* LC nº 1.374, de 30/03/22, D.O. 31/03/22 – Artigo 9, § 2º.

1. Adicional de Complexidade de Gestão-ACG

* LC. nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Arts 52 ao 60. Institui o Adicional de Complexidade de Gestão-ACG, , para os integrantes do Quadro do Magistério.
* Dec. nº 66.807, de 02/06/22, D.O. de 03/06/22 - Regulamenta o Adicional de Complexidade de Gestão - ACG a que se refere a LC nº 1.374-22, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 44, de 06/06/22, D.O. de 07/06/22 - Dispõe sobre concessão de Adicional de Complexidade de Gestão - ACG para os servidores das Diretorias Regionais de Ensino da rede estadual de ensino, a que dispõe o Dec. nº 66.807 de 02/06/22, D.O. de 03/06/22.
* Res. SEDUC nº 45, de 06/06/22, D.O. de 07/06/22 - Dispõe sobre concessão de Adicional de Complexidade de Gestão - ACG para os servidores das unidades escolares da rede estadual de ensino, a que dispõe o Dec. nº 66.807 de 02/06/22, D.O. de 03/06/22.

1. Adicional de Insalubridade

* Lei Com. nº 432, de 18 de dezembro de 1985 (vigência 19/12/85).
* Dec. nº 25.492, de 14 de julho de 1986 (vigência 19/12/85) revogado pelo Dec. nº 51.782/07.
* Lei Com. nº 776, de 23 de dezembro de 1994 (vigência 01/04/94).
* Lei Com nº 835, de 04 de novembro de 1997 (vigência 05/11/97).
* Dec. nº 51.782, de 27 de abril de 2007 (vigência 28/04/07).
* Lei Com. nº 1.054, de 07 de julho de 2008 (vigência 08/07/08).
* Lei Com. nº 1.179, de 26 de junho de 2012 (vigência 01/01/2010).
* Com. CAF/UCRH nº 01, de 19 de março de 2013 (vigência 01/03/13).
* Com. CAF/UCRH nº 01, de 18 de março de 2014 (vigência 01/03/14).
* Com. Conj. CAF/UCRH Nº 01, de 02 de março de 2015(vigência 01/03/15).
* Com. CAF/UCRH nº 01, de 02 de março de 2016 (vigência 01/03/16).
* Com. Conj. CAF/UCRH nº 02, de 07 de março de 2017 (vigência 01/03/17).
* Com. Conj. CAF/UCRH nº 01, de 02 de março de 2018 (vigência 01/03/18).
* Com. Conj. CAF/UCRH nº 01, de 28 de fevereiro de 2019 (vigência 01/03/19).
* Com. Conj. CRHE/CAF nº 01, de 03 de março de 2020 (vigência 01/03/2020).
* Com. Conj. CAF/CRHE nº 01, de 1º de março de 2021 (vigência 01/03/21) = D.O.E. Pág. 20.
* COM. DPME 073, de 31/05/2021, D.O. de 02-05-2021-laudo.
* COM. DPME 091 de 01-06-2021, D.O. de 02-06-2021.
* LC. nº 1.361, de 21 de outubro de 2021 (vigência 21/10/21).
* Com. DPME nº 08, de 14/03/22, D.O. de 15/03/22 - Dispõe sobre os processos de Insalubridade.

1. Adicional de Local de Exercício - ALE

* LC n° 669, de 20/12/91 - Institui Adicional Local de Exercício aos integrantes do QM, alterada pela LC nº 688/92, LC nº 702/93 e LC nº 836/97.
* LC nº 687, de 07/10/92 - Institui o ALE para o QAE.
* Dec. nº 36.447. de 12/01/93 - Regulamenta o art. 1º da LC nº 669/91.
* Dec. n° 52.674, de 29/01/08, D.O. 30/01/08 – Dispõe sobre a concessão do ALE.
* Dec. n° 52.674/08, de 29/01/08, D.O.E. 31/01/08 – Novas regras para a concessão de Adicional de Local de Exercício.
* Res. SE n ° 9, de 30/01/08, D.O. 31/01/08 – Concessão de Adicional de Local de Exercício para unidades escolares.
* Res. SE n° 29, de 14/03/08, D.O. 15/03/08 – Altera anexos da Res. SE n° 9/08.
* Res. SE n° 47, de 10/06/2008, D.O. 11/06/08 - Extensão do ALE aos Centros de Atendimento à fundação Casa.
* Res. SE nº 48, de 10/06/08 - Dispõe sobre concessão de Adicional de Local de Exercício para unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providencias correlatas.
* Res. SE nº 22, de 17/02/10 - Dispõe sobre a concessão de Adicional de Local de Exercício a unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 53, de 22/05/12 - Dispõe sobre a concessão de Adicional de Local de Exercício a unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 08, de 27/01/14 - Dispõe sobre concessão de Adicional de Local de Exercício – ALE a unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 22, de 14/04/15 - Dispõe sobre a concessão de Adicional de Local de Exercício a unidades escolares da rede estadual.
* Res SE nº 42, de 28/06/18 - Dispõe sobre concessão de local de Exercício-ALE a unidades escolares da rede estadual de ensino.
* LC nº 1.374, de 30/3/22, D.O. 31/3/22 – Art. 80, inciso II-QM; inciso IV – QAE.
* Dec. nº 66.806, 02/06/22, D.O. de 03/06/22 - Regulamenta a concessão do Adicional de Local de Exercício de que trata a LC nº 669/91, alterada pela LC nº 1.374/22, para os integrantes do Quadro do Magistério.
* Res. SEDUC nº 46, de 06/06/22, D.O. de 07/06/22 - Dispõe sobre concessão de Adicional de Local de Exercício - ALE para os servidores do Quadro de Apoio Escolar - QAE a unidades escolares da rede estadual de ensino, a que dispõe o Dec. nº 66.805/22.
* Res. SEDUC nº 47, de 06/06/22, D.O. de 07/06/22 - Dispõe sobre concessão de Adicional de Local de Exercício - ALE para os servidores do Quadro do Magistério - QM.
* Dec. nº 67.691, de 03/05/23, D.O. de 04/05/23 - Altera a redação dos Dec. nº 66.805 e Dec. nº 66.806, de 02/06/22, que regulamentam a concessão do adicional de local de exercício aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e Quadro do Magistério, de que tratam, respectivamente, as LCs. nº 687, de 07/10/92 e nº 669, de 20/12/91, alteradas pela LC nº 1.374, de 30/03/22.
* Dec. nº 67.697, de 04/05/23, D.O. de 05/05/23 - Revoga o Dec. nº 67.691, de 03/05/23.
* Dec. nº 67.771/2023, de 24/06/23, D.O. de 26/06/23 - Altera os Decs. nº 66.805/22 e nº 66.806/22, ambos de 02/06/22, que regulamentam a concessão do Adicional de Local de Exercício aos integrantes dos Quadro de Apoio Escolar e Quadro do Magistério, de que tratam, respectivamente, as LCs nº 687, de 07/10/92, e nº 669, de 20/12/91, alteradas pela LC nº 1.374, de 30/03/22.

1. Adicional de Transporte

* LC nº 679, de 22/07/92 - Institui Adicional de Transporte para classes do Quadro do Magistério (Diretor e Supervisor).
* LC nº 836/97- - Institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da SE.
* LC nº 1.097/09 (vigência 28/10/09)
* LC nº 1.107/10 (vigência 01/03/10)
* LC nº 1.143/11 (vigência 01/06/11)
* LC nº 1.204/13 (vigência 01/07/13)
* LC nº 1.317/18 (vigência 01/02/18)
* LC nº 1.374, de 30/03/22 – Artº 35 – item II – letra “a”
* Dec. nº 66.800, de 31/05/22 - Regulamenta o Adicional de Transporte para classes do Quadro do Magistério, instituído pela Lei Complementar nº 679, de 22 de julho de 1992, e dá providências correlatas.

1. Adicional por Quinquênios (Tempo de Serviço)

* LC n° 444/85 - art. 26, c, II.
* CF/88 - art. 37, XIV - Cálculo de forma singela.
* CE/89 - art. 129 - Previsão do benefício.
* LC n° 792/95 - Prazo máximo para concessão.
* LC n° 836/97 - art. 33, I.
* LC n° 958/04 – Altera disposições da LC n° 836/98.
* LC nº 901, de 12/09/2001.
* LC nº 1.107, de 23/04/2010.
* LC nº 1.43, de 11/07/2011.
* LC nº 1.204, de 1º/07/2013.
* LC nº 1.316, de 21/03/2018.
* LC nº 1.319, de 28/03/2018.

1. Adicional por Tempo de Serviço (ATS)

* LC n° 444/85 - art. 26, c, II.
* CF/88 - art. 37, XIV - Cálculo de forma singela.
* CE/89 - art. 129 -Assegura o percebimento do adicional por tempo de serviço, concedido no mínimo, por quinquênio, e vedada a sua limitação, bem como a sexta-parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos, observado o disposto no artigo 115, XVI, desta Constituição - Parágrafo único - O disposto no “caput” não se aplica aos servidores remunerados por subsídio, na forma da lei. (NR).
* LC n° 792/95 - Prazo máximo para concessão- Altera o parágrafo único do artigo 127 da Lei n. 10.261, de 28 de outubro de 1968- Inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADI nº 3167, julgada em 18 de setembro de 2007.
* LC n° 836/97 - art. 33, I. I - Adicional por tempo de serviço de que trata o artigo 129 da Constituição Estadual;
* LC n° 958/04 – Altera disposições da LC n° 836/98.
* LC nº 901, de 12/09/01- Atualizada até a LC nº 1.211, de 27/09/13) Institui Gratificação Geral para os servidores que especifica e dá outras providências.
* LC nº 1.107, de 23/04/10- Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários dos integrantes do Quadro do Magistério, da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* LC nº 1.143, de 11/07/11 - Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários dos integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* LC nº 1.204, de 1º/07/13- Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários dos integrantes do Quadro do Magistério e do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação.
* LC nº 1.319, de 28/03/18 - Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários das classes que especifica do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dos empregos públicos em confiança do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS.

1. Adidos

* Res. SE n° 141/97 - Dispõe sobre a transferência de servidores.
* Inst. DRHU n° 8/97 - Transferência de servidores.
* Dec. nº 42.966/98 - Adidos - Disciplina a transferência e aproveitamento dos integrantes do QM.
* Res. SE n° 53/99 - Movimentação dos integrantes do QAE
* Port. DRHU n° 02/00 - Altera as portarias 11/99 e 14/99 (incluindo adido).

1. Afastamento Eleitoral

* LC nº 64, de 18/05/90 - Inelegibilidade.
* Inst. DRHU n° 08, de 27/06/02 - Uniformiza os procedimentos do período eleitoral do ano de 2002.
* Res. Fed. nº 454/05 - Regulamenta a licença para atividade política e o afastamento para exercício de mandato de que tratam os artigos 86 e 94, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, em sessão realizada em 30/06/2005.
* Dec. nº 61.977, de 18/05/2016 - Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, com vistas ao pleito de 02/10/16, em primeiro turno, e 30/10/2016, em segundo turno, se houver.
* Decreto nº 63.295, de 21/03/2018 - Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, com vistas ao pleito de 07/10/18, em segundo turno, se houver.
* Dec. nº 65.074, de 20/07/20 - Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, com vistas ao pleito de 15/1120, em primeiro turno, e 29/11/20, em segundo turno, se houver
* Dec. nº 66.929, de 01/07/22 - Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, com vistas ao pleito de 02/10/22, em primeiro turno, e 30/10/22, em segundo turno, se houver

1. Afastamentos em Geral

* DL Fed. nº 5.452/43 - art. 320 § 3º - Gala para Prof. CLT.
* Lei nº 10.261/68 (EFP) - licenças.
* Dec. nº 52.322/69 – Dispõe afastamento para participação em Congressos, eventos etc...
* Lei nº 500/74 - Regime Jurídico dos Servidores ACT.
* LC nº 444/85 - Estatuto do Magistério - arts. 51, 55, 64, 65 e 66.
* Informação CELP n° 2.786/87 - Serviços Obrigatórios por Lei.
* Dec. n° 31.170/90 - Regulamenta a LC n° 343/84, de 06/01/84 e o artigo 64, inciso VII da LC nº 444/85 - Exercício de mandato como dirigente de entidade de classe.
* Dec. nº 39.930/95 - Afastamento dos Integrantes do QM ***(Revogado)***.
* Dec. nº 40.156/95 - Revogado pelo Dec. nº 45.645/01.
* Dec. n° 41.578/97 - Altera o Dec. n° 39.930/95 - Afastamento de Servidores do QM para prestar assessoria parlamentar ***(Revogado)***.
* Dec. nº 45.645/01 - Altera dispositivos do Dec. n° 39.930/95 - e revoga o Dec. nº 43.814/99 ***(Revogado)***.
* Port. CG - SJEL n° 01, de 06/02/04, D.O. 07/02/04 - Estabelece calendário de eventos da Coordenadoria de Esporte e Lazer para o ano de 2004.
* Res. CC n° 39, de 22/04/04, D.O. 23/04/04 - Autoriza o afastamento de Servidores Públicos para participação em competições desportivas.
* Dec. n° 49.762, de 06/07/05, D.O. 07/07/05 - Altera o Dec. 39.930/95 (diminui o n° de afastamentos em Brasília) ***(Revogado)***.
* Dec. n° 49.893, de 18/08/05, D.O. 19/08/05 - Dispõe sobre Afastamentos do Pessoal do QM, revogando decretos anteriores.
* Res. CC n° 8, de 24/02/06, D.O. 25/02/06 - Afastamento para Vice-Prefeito.
* Dec. n° 54.878, de 06/10/09, D.O. 07/10/09 – Dá nova redação ao Dec. n° 31.170/90 (apenas atualiza nomenclatura).
* Dec. n° 57.786, de 10/02/12, D.O. 11/02/12 – Acrescentar § 4º ao artigo 1º do Dec. n° 49.893/05 (afastamento junto ao Detran).
* Dec. nº 52.322/69 – Dispõe sobre afastamento para participação em Congressos, eventos, etc...
* Dec. nº 49.893/05 - Dispõe sobre os afastamentos dos integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação.
* Res. SE nº 59/09 - Dispõe sobre medida preventiva de afastamento temporário de servidoras gestantes, nas escolas da rede pública estadual.
* Res. SE nº 75/11 - Dispõe sobre a ocupação dos cargos de comando das Diretorias de Ensino e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 41/16 - Dispõe sobre a instrução de processos de afastamento de servidor para participação em congresso, curso, missão ou certame, de cunho cultural, técnico ou científico, no País ou no Exterior.
* Res. SE nº 58/16 - Dá nova redação ao artigo 3º da Res. SE nº 75/11, que dispõe sobre a ocupação dos cargos de comando das Diretorias de Ensino e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 75/16 - Prorroga afastamentos de servidores da Pasta da Educação, junto a Prefeituras Municipais, para atendimento ao ensino fundamental, nos termos do convênio de Parceria Educacional Estado-Município.
* Res. SE nº 73/17 - Prorroga afastamentos de servidores da Pasta da Educação, junto a Prefeituras Municipais, para atendimento ao ensino fundamental, nos termos do convênio de Parceria Educacional Estado Município
* Res. SE nº 28/18 - Altera a Res. SE nº 75/11, que dispõe sobre a ocupação dos cargos de comando das Diretorias de Ensino, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 146, de 22/12/2021, D.O. de 23/12/2021 - Prorroga afastamentos de servidores da Pasta da Educação, junto às Prefeituras Municipais, para atendimento ao ensino fundamental, nos termos do convênio de Parceria Educacional Estado Município .
* Despacho do Secretário Executivo, de 17/01/24, D.O. de 18/01/24. - Autorizando, nos termos propostos, o afastamento dos membros do quadro das Classes de Suporte Pedagógico (Supervisor de Ensino/Supervisor Educacional, Diretor de Escola/Diretor Escolar, Coordenador de Organização Escolar/COC e Coordenador de Gestão Pedagógica/CGP), para participarem do 23° encontro Estadual e Congresso de Educação da UDEMO, nos dias 11, 12 e 13 de outubro de 2023, no Palace Hotel – Poços de Caldas – Minas Gerais.
* Despacho do Secretário Executivo, de 12/03/24, D.O. de 13/03/24 - Assunto: Dispensa de Ponto para Atividade Organizativa (Afuse)

1. Agente de Organização Escolar (Inspetor de Alunos + Oficial de Escola)

* LC n° 888/2000 - Institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação e dá outras providências correlatas.
* Dec. nº 52.690/08 - Regulamenta os artigos 15 a 20 da LC nº 888/00, institui critérios e procedimentos para assegurar a Evolução Funcional aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
* Res. SE n° 23, de 20/04/11, D.O. de 21/04/11- Dispõe sobre a situação funcional dos integrantes do Quadro do Magistério, do Quadro de Apoio Escolar e do Quadro da Secretaria da Educação, readaptados.
* LC nº 1.144, de 11/07/11, D.O. de 12/07/11 - Institui Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar, da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 32, de 26/05/11, D.O. de 27/05/11 - Dispõe sobre a atuação e a movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar – QAE, e do Quadro da Secretaria da Educação – QSE, das unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 52, de 09/08/11, D.O. de 10/08/11- Dispõe sobre as atribuições dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar – QAE, da Secretaria da Educação.
* Res. SE nº 11 de 17/02/17, D.O. de 18/02/17.- Altera a Res. SE nº 52/11, que dispõe sobre as atribuições dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar – QAE da Secretaria da Educação.
* Res. SE nº 62, de 06/06/12, D.O. de 07/06/12 - Altera dispositivos da Res. SE nº 32/11, que dispõe sobre a atuação e a movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar – QAE e do Quadro da Secretaria da Educação – QSE, das unidades escolares da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 85/12 - Dispõe sobre designação de Gerente de Organização Escolar e dá providências correlatas.
* Res.SE nº 12, de 17/02/17, D.O. de 18/02/17 - Dispõe sobre módulo e movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e do Quadro da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* Dec. nº 63.471, de 11/06/18, DO de 12/06/18 - Regulamenta a Avaliação de Desempenho Individual e estabelece os critérios relativos à Progressão para os servidores integrantes do Quadro de Apoio Escolar, prevista na LC nº 1.144/11, e dá providências correlatas.
* Com. CGRH, de 11/06/2018, D.O. 12/06/18 - Retificação – Concurso Público de Agente de Organização Escolar.
* Com. CGRH, s/nº, de 12/06/18, D.O. 13/06/18 - Retifica itens do Edital nº1 - Abertura do Concurso Público de Agente de Organização Escolar.
* Despachos do Governador, de 14/06/18, D.O. 30/06/18 - Autoriza a Secretaria da Educação na contratação de 550 Agentes de Organização Escolar, pelo prazo de 12 meses.
* Com. CGRH, s/nº, de 17/07/18, D.O. 18/07/18 – Dispõe sobre o Concurso de Agente de Organização Escolar.
* Com. CGRH, s/nº, de 15/08/18, D.O. 16/08/18 – Dispõe sobre o Edital de convocação para a realização da Prova para o Provimento de Cargos de Agente de Organização Escolar.
* Com. CGRH, s/nº, de 24/09/18, D.O. 25/09/18 – Dispõe sobre a 1ª classificação dos aprovados no concurso DE Agentes de Organização Escolar.
* Res. SE nº 54, de 28/08/18, D.O. 29/08/18 - Dispõe sobre o processo de progressão, relativo aos anos de 2015 e 2018, aplicável aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar abrangidos pela LC nº 1.144, de 11/07/11.
* Res. SE n°70, de 14/11/18, D.O. 15/11/18 - Altera a Resolução SE nº 54, de 28/08/18, que dispõe sobre o Processo de Progressão, relativo aos anos de 2015 e 2018, aplicável aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar, abrangidos pela LC nº 1.144, de 11/07/11.
* Com. Conj. CGRH-SE/DPME-SPG, de 12/11/18, D.O. 13/11/18 – Dispõe sobre o Processo de Promoção - 2018 do Quadro de Apoio Escolar.
* Port. CGRH nº 11, de 20/11/20, D.O. de 21/11/20 - Dispõe sobre Procedimentos de Inscrição, Indicação e Relação de Vagas do Concurso de Remoção - Quadro de Apoio Escolar 2020. A Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos, por intermédio de sua Coordenadora, torna pública a Relação de Vagas Iniciais e as respectivas orientações, pertinentes ao Concurso de Remoção – Quadro de Apoio Escolar 2020.
* Res. SEDUC nº 94, de 14/12/20, D.O. de 15/12/20 - Dispõe sobre prorrogação de Validade do Concurso Público de Provimento de Cargos de Agente de Organização Escolar.
* Res. SEDUC nº 21, de 08/02/21, D.O. de 10/02/21 - Altera a Res. SE nº 52, de 09/08/11, que dispõe sobre as atribuições dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar - QAE, da Secretaria da Educação.
* Com. CGRH nº 1, de 05/03/21, D.O. de 06/03/21 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção do Quadro de Apoio Escolar – 2020 .
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 – Nova Carreira.
* Port. CGRH nº 04 de 08/02/23 - D.O. de 09/02/23 - Estabelece procedimentos referente ao Processo Seletivo Simplificado, para contratação de Agente de Organização Escolar.
* Dec. nº 67.691, de 03/05/23, D.O. de 04/05/23 - Altera a redação dos Dec. nº 66.805 e Dec. nº 66.806, de 02/06/22, que regulamentam a concessão do adicional de local de exercício aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e Quadro do Magistério, de que tratam, respectivamente, as LCs. nº 687, de 07/10/92 e nº 669, de 20/12/91, alteradas pela LC nº 1.374, de 30/03/22.
* Dec. nº 67.697, de 04/05/23, D.O. de 05/05/23 - Revoga o Dec. nº 67.691, de 03/05/23.
* Port. CGRH nº 12, de 05/10/23, D.O. de 06/10/23 - Altera a Port. CGRH nº 04, de 08/02/23, que estabelece procedimentos referente ao Processo Seletivo Simplificado, para contratação de Agente de Organização Escolar.
* Port. CGRH nº 14, de 16/02/24, D.O. de 16/02-2024 – Estabelece procedimentos referente ao Processo Seletivo Simplificado, para contratação de Agente de Organização Escolar.

1. Agente de Serviço Escolar (Servente de Escola)

* LC nº 888/00 - Plano de Carreira do QAE.
* Dec. nº 52.690/08 - Regulamenta os artigos 15 a 20 da LC nº 888/00, institui critérios e procedimentos para assegurar a Evolução Funcional aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação e dá providências correlatas
* Res. SE n° 23, de 20/04/11, D.O. de 21/04/11- Dispõe sobre a situação funcional dos integrantes do Quadro do Magistério, do Quadro de Apoio Escolar e do Quadro da Secretaria da Educação, readaptados.
* Res. SE nº 32, de 26/05/11, D.O. de 27/05/11 - Dispõe sobre a atuação e a movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar – QAE, e do Quadro da Secretaria da Educação – QSE, das unidades escolares da rede estadual de ensino.
* LC nº 1.144, de 11/07/11, D.O. de 12/07/11 - Institui Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar, da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 52, de 09/08/11, D.O. de 10/08/11- Dispõe sobre as atribuições dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar – QAE, da Secretaria da Educação.
* Res. SE nº 11/17 - Altera a Res. SE nº 52/11, que dispõe sobre as atribuições dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar – QAE da Secretaria da Educação.
* Res. SE nº 62, de 06/06/12, D.O. de 07/06/11 - Altera dispositivos da Res. SE nº 32/11, que dispõe sobre a atuação e a movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar – QAE e do Quadro da Secretaria da Educação – QSE, das unidades escolares da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas.
* Res.SE nº 12, de 17/02/17, D.O. de 18/02/17 - Dispõe sobre módulo e movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e do Quadro da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* Dec. nº 63.471, de 11/06/18, D.O. de 12/06/18 - Regulamenta a Avaliação de Desempenho Individual e estabelece os critérios relativos à Progressão para os servidores integrantes do Quadro de Apoio Escolar, prevista na LC nº 1.144/11, e dá providências correlatas.
* Com. nº 28, de 10/02/20, D.O. de 12/02/20 - Dispõe sobre a documentação para fins de concessão do Adicional de Insalubridade.

1. AIDS e HIV - Discriminação - Proibição

* Lei n° 11.199, de 12/07/02.
* Lei nº 14.289, de 03/01/22 - Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259/75.

1. Alcoolismo

* Dec. nº 2.591, de 09/10/73 - Toxicômanos.
* Lei n° 10.990, de 18/12/01 - Perigos e Prevenção - Obriga a inclusão em conteúdo programático.
* Lei nº 14.592, de 19 10/11 - Proíbe vender, ofertar, fornecer, entregar e permitir o consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade, e dá providências correlatas.

1. Além da Escola

* Ex-Ensino Híbrido – ver item neste GOE.

1. Alteração de Denominação e Tipologia das Escolas Estaduais

* Dec. nº 44.449/99 - Denominação e Tipologia das Escolas Estaduais (inclui CEFAM e CEES).
* Res. SE n° 02/2001 - Regulamenta os incisos II e IV do artigo 1º do Dec. nº 44.449/99.

1. Aluna Gestante e Regime de Exercícios Domiciliares

* DL. Fed. nº 1.044/69 - Exercícios Domiciliares.
* Lei Fed. nº 6.202/75 - Exercícios Domiciliares.
* Par. CEE n° 1.496/91 - Possibilita período de 90 dias de afastamento.
* Par. CNE n° 06/98 - Referenda o DL. nº 1.044/69.
* Res. SE nº 25, de 1º/04/16, D.O. de 02/04/16 - Dispõe sobre atendimento escolar domiciliar a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em ambiente domiciliar.
* LC nº 1.054/08 - Amplia os períodos da licença à gestante, da licença- paternidade e da licença por adoção.

1. Aluno - idade para estudar no noturno

* CF/88 - art. 7º, inc. XXXIII; art. 208, inc. VI e art. 227 § 3º, inc. I.
* Lei nº 9394/96 (LDB) - art. 4º, inciso VII.
* Res. SE nº 125/98 - art. 2º, incisos II e III.

1. Aluno Adventista

* CF/88 - art. 5º, VIII (não há privilégios).
* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 24, VI.
* Par. CEB/CNE nº 15/99 - Consulta sobre aluno da Igreja Adventista do 7º dia.
* Par. CEE nº 442/02 - Vedação a qualquer forma de privilégio.
* Lei nº 12.142/05, D.O. 09/12/05 - Cria privilégios para alunos adventistas.
* Decisão do STF, no processo STA/389 – Suspensão de Tutela Antecipada. Julgamento em plenário em 03/12/09 – “não pode haver privilégios”.
* Par. da PGR (PGR – ADI 3714/06): “A lei Estadual n° 12.142/05 é inconstitucional”.
* Par. CEB/CEE n° 463/09 – “Não pode haver privilégios”.
* Com. CGRH, de 07/12/18, D.O. 08/12/18 – Dispõe sobre procedimentos aos servidores que estão em condição Sabatista, para realização de prova (VUNESP).
* Lei nº 13.796, de 03/01/19, D.O.U. 04/01/19 – Altera a Lei nº 9.394, de 20/12/96. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa.
* Lei nº 17.346, de 12/03/21, D.O. de 13/03/21 - Institui a Lei Estadual de Liberdade Religiosa no Estado de São Paulo e dá outras providências.

1. Aluno Aprendiz

* Dec. Fed. n° 5.598, de 01/12/05 - Regulamenta a contratação de aprendizes.
* Dec. nº 67.660, de 26/04/23, D.O. de 27/04/23 - Institui, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o Programa “Jovem Aprendiz Paulista” e dá providências correlatas.

1. Aluno Circense

* Lei Fed. n° 6.533/78 - Regulamenta Profissões de Artista e de Técnico de Espetáculos de Diversões.
* Dec. Fed. 82.385/78 -art. 59 - Garantia de vaga.

1. Aluno Estagiário

* Lei Fed. nº 6494, de 07/12/77 - Dispõe sobre estágios.
* Dec. Fed. nº 87.497, de 18/08/82 - Regulamenta a Lei Fed. nº 6.494/77.
* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 61, I e art 65.
* Lei n° 10.335/99 - Serviço Voluntário.
* Dec. n° 44.860/00 - Institui o Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho.
* Del. CEE n° 31/03 - Estágio Supervisionado para alunos do Ensino Médio do Curso Normal e da Educação Profissional de Nível Técnico.
* Ind. CEE n° 30/03 - Anexa na Del. CEE nº 31/03.
* Res. CEB/CNE nº 1 de 21/01/04 - Organização e Realização de Estágio.
* Dec. n° 52.756, de 27/02/08, D.O. 28/03/08 – Institui o Programa de Estágios em Órgãos Públicos.
* Res. SGP 3, de 27/02/08, D.O. 06/03/08 – Normas complementares sobre o Dec. n° 52.756/08.
* Lei Fed. nº 11.788, de 25 /09/08. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

1. Aluno Estrangeiro e Equivalência de Estudos

* Res. SE n° 10, de 02/02/95 - Dispõe sobre matrícula de aluno estrangeiro na rede estadual de Ensino Fundamental e Médio.
* Par. CEE n° 707/95 - Refugiados políticos.
* Inst. Conjunta COGSP/CEI/CENP, D.O. 08/07/95
* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art 23 § 1°.
* Del. CEE nº 16/97 e Par. CEE n° 445/97 - Matrícula de Alunos Estrangeiros.
* Com. SE, de 13/09/99, retificado em 17/09/99 - Transferência de Estudantes, de Nível Fundamental e Médio, na Esfera do Mercosul.
* Del. CEE n° 21/2001 e Ind. CEE n° 15/01 - Dispõe sobre equivalência de estudos realizados no exterior, Ensinos Fundamental e Médio, com o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SE, de 03/01/02 - Homologa a Del. CEE nº 21/2001.
* Com. CENP, D.O. 08/07/09 – Matrícula de alunos estrangeiros.
* Res. CEE/SC nº 52, de 12/07/16, D.O. de 13/07/16 - Fixa normas para o reconhecimento da equivalência de estudos da Educação Básica e Profissional realizados no exterior, revalidação de diplomas e certificados, transferência de país estrangeiro para o Brasil e regularização da vida escolar dos alunos e validação de estudos da Educação Básica e Profissional Técnico de Nível Médio.
* Res. SE nº 63, de 29/10/19, D.O. de 30/10/19 - Dispõe sobre atendimento a estudantes estrangeiros na rede estadual de ensino, nas situações que especifica.

1. Aluno Filho de Servidor Público - Transferência

* Dec. n° 10.623/77 - art 107, e Dec. n° 11.625/78, art. 111 (Regimento Comum das Escolas)

*Obs: é permitida a transferência em qualquer época do ano, independente da existência de vaga (quando houver transferência do Servidor).*

1. Aluno Hospitalizado e/ou Doente

* Res. SE n° 218, de 13/09/95 - Atendimento Educacional para alunos da rede estadual no Hospital Darcy Vargas.
* Res. SE, de 17/04/98 - Cria Classe hospitalar.
* Lei n° 10.685/00 - Dispõe sobre o acompanhamento educacional de crianças e adolescentes internados para tratamento de saúde.
* Par. CNE/CEB n° 31/02 - Remete ao art. 24, inc. VI da L.D.B. e art. 47, § 3º (freqüência).
* Res. SE, de 06/09/06, D.O. 28/09/06 - Homologa a Del. CEE nº 59/2006 - Estabelece condições especiais de atividades escolares de aprendizagem e avaliação, para discentes cujo estado de saúde as recomende.
* Res. SE nº 25, de 01/04/16, D.O. 02/04/16 - Dispõe sobre atendimento escolar domiciliar a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em ambiente domiciliar, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 71, de 22/12/16, D.O. 23/12/16 – Dispõe sobre o atendimento escolar aos alunos em ambiente escolar.
* Res. SE nº 8, de 02/02/17, D.O. 03/02/17 – Acrescenta o § 5º ao artigo 12 da Res. SE nº 71, de 22/12/16, que dispõe sobre o atendimento escolar a alunos em ambiente hospitalar e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 58, de 06/12/17, D.O. 07/12/17- -Altera a Res. SE nº 71, de 22/12/16 – Dispõe sobre o atendimento escolar aos alunos em ambiente escolar.
* Res. SE nº 78, de 11/12/18, D.O. de 12/12/18 – Altera a Res. SE nº 71, de 22/12/16, que dispõe sobre o atendimento escolar a alunos em ambiente hospitalar.

1. Aluno Inadimplente - Direitos

* Lei n° 8.078/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) - arts. 6, V e 42.
* Lei Fed. n° 9.870, de 23/11/99, art. 6° - Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.

1. Aluno Militar (inclui diferença entre o convocado e o profissional)

* Lei n° 4.375, de 17/08/64 - Lei do Serviço Militar.
* Dec. Fed. n° 57.654, de 20/01/66 - Regulamenta a Lei do Serviço Militar.
* DL. Fed. n° 715/69 - Altera a Lei nº 4.375/64.
* Par. CLN/CFE n° 1.077/75 - Abono de falta para alunos convocados.
* Par. CEE n° 163/78 - Solicita abono de falta.

1. Aluno Portador de Necessidades Educacionais Especiais

* Lei nº 9394/96 (LDB) - Art 4º, III; Arts 58 a 60.
* Res. SE nº 135/94 - Cria na S.E. o Centro de Apoio Pedagógico- Cape para atendimento ao deficiente visual.
* Res. SE nº 95/2000 - Dispõe sobre o atendimento dos alunos com necessidades especiais nas escolas da rede estadual.
* Del. CEE nº 5/2000, homologada pela Res. SE de 03/05/2000 - Fixa normas para o atendimento de alunos com necessidades especiais.
* Res. nº 61/2002 - Ações referentes ao Programa de Inclusão Escolar-Cape.
* Res. nº 130/2002 - Idem anterior - (REVOGADA)
* Res. SE nº 31, de 16/05/07, D.O. 17/05/07, republicada em 24/05/07 - Dispõe sobre ações referentes ao Programa de Inclusão Escolar-Cape
* Res. SE nº 32, de 23/05/07, D.O. 25/05/07 - Desenvolvimento de Ações - A CENP coordenará as ações necessárias...
* Res. SE. n° 11, de 31/01/08, D.O. 01/02/08 – Educação Escolar dos alunos com necessidades Educacionais Especiais.
* Res. SE n° 31, de 24/03/08, D.O. 25/03/08 – Altera dispositivos da Res. SE n° 11/08.
* Port. Conj. CENP/COGSP/CEI, de 06/07/09, D.O. 07/07/09 – Terminalidade escolar específica na área de deficiência mental.
* Res. SE nº 72, de 09/10/09 - Estabelece orientações e procedimentos para a celebração de convênios com instituições, sem fins lucrativos, atuantes em educação especial, e dá providências correlatas.
* Res SE nº 15, de 14/03/11, D.O. de 15/02/11 - Altera o artigo 4º das Res. SE nº 21, de 08/03/04, e nº 34, de 19/06/06, D.O. de 20/06/06, que tratam dos Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção de Braille para atendimento às Pessoas com Deficiência Visual, respectivamente, nas Diretorias de Ensino de Araçatuba e Marília.
* Res. Conj. SE/SELJ/SDPCD nº 01, de 23/03/11, D.O. de 24/03/2011 - Dispõe sobre a Olimpíada Escolar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 27, de 09/05/11, D.O. de 10/05/11 - Disciplina a concessão de transporte escolar para assegurar aos alunos o acesso às escolas públicas estaduais.
* Res. SE nº 14, de 07/02/12, D.O. de 08/02/12 - Dispõe sobre a celebração de convênio com entidades de fins não econômicos, para proporcionar atendimento e apoio a alunos com deficiência, matriculados em escolas da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 70, de 29/06/12, D.O. de 30/06/12 - Altera dispositivo da Res. SE nº 54, de 12/08/11, que dispõe sobre a celebração de convênios com instituições, sem fins lucrativos, atuantes em educação especial.
* Res. SE nº 81, de 07/08/12, D.O. de 08/08/12 -Dispõe sobre o processo de aceleração de estudos para alunos com altas habilidades/superdotação na rede estadual de ensino e dá providências correlatas.
* Res. Conj. da SEDPCD, SES, SEE, SEDS, SEERT, SEELJ, SEC, SEJDC, SEDECT nº 01, de 14/02/13, D.O. de 15/02/13 - Programa Estadual de Atendimento à Pessoa com Deficiência Intelectual.
* Res. SE nº 16, de 18/03/13, D.O. de 19/03/13 - Dispõe sobre o transporte escolar de alunos regularmente matriculados em instituições adequadas para autistas residentes no Estado de São Paulo.
* Res. SE nº 32, de 17/05/13, D.O. de 18/05/13 - Dispõe sobre as atribuições do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, em diretorias de ensino, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 18, de 03/04/14, D.O. de 04/04/14 - Institui Comissão de Gestão do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Secretaria da Educação e o Ministério Público do Estado de São Paulo, visando à acessibilidade nos prédios escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 54, de 06/10/14, D.O. de 07/10/14 - Dá nova redação a dispositivo da Res. SE nº 54, de 12/08/11, que dispõe sobre a celebração de convênios com instituições, sem fins lucrativos, atuantes em educação especial, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 29, de 23/06/15, D.O. de 24/06/15 - Dá nova redação ao artigo 10 da Res. SE nº 61, de 11/11/14, que dispõe sobre a Educação Especial nas unidades escolares da rede estadual de ensino. Revogada pela Resolução nº 68/17.
* Res. SE nº 02, de 08/01/16, D.O. de 09/01/2016 - Estabelece diretrizes e critérios para a formação de classes de alunos, nas unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 08, de 29/01/16, D.O. de 30/01/16 - Dispõe sobre a atuação de docentes com habilitação/ qualificação na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, nas escolas da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 59, de 22/11/16, D.O. de 23/11/16 - Dispõe sobre o processo de credenciamento de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, a que alude o artigo 30, inciso VI, da Lei Federal 13.019, de 31/07/14.
* Res. de 08/12/16, D.O. de 09/12/16 - Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403, de 06/07/71, a Del. CEE nº 149/16, que “Estabelece normas para a educação especial no sistema estadual de ensino”.
* Res. SE nº 26, de 22/05/17, D.O. de 23/05/17 - Dispõe sobre a delegação de competência, para os fins que especifica.
* Res. SE nº 49, de 23/10/17, D.O. de 24/10/17 - Dispõe sobre o processo de credenciamento de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, a que alude o artigo 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/14.
* Res. SE nº 68, de 12/12/17, D.O. de 13/02/17 - Dispõe sobre o atendimento educacional aos alunos, público-alvo da Educação Especial, na rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 10, de 08/02/18, D.O. de 09/02/18 - Institui Comissão Técnica, no âmbito da Secretaria da Educação, para propor ações que visem a subsidiar o atendimento a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
* Res. SE nº 15, de 16/02/18, D.O. de 17/02/18 - Dispõe sobre o processo de credenciamento de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, a que alude o artigo 30, inciso VI, da Lei Fed. nº 13.019, de 31/07/14.
* Res. SE nº 62, de 09/11/18, D.O. de 10/11/18 - Altera dispositivo da Res. SE nº 2, de 08/01/16, que estabelece diretrizes e critérios para a formação de classes de alunos, nas unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SEDUC nº 95, de 08/10/21, D.O. de 09/10/21 - Aprova Plano de trabalho, parte integrante do Termo de Colaboração que tem por objeto o atendimento pedagógico (escolarização) a educandos que necessitam de apoio permanente-pervasivo com Deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada à Deficiência Intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.
* Res. SEDUC nº 138, de 10/12/21, D.O. de 11/12/2021. Estabelece normas complementares para aplicação dos eixos s de “materiais didáticos e pedagógicos, tecnologias educacionais e educação inclusiva”, “formação e valorização de profissionais”, “equipamentos” e “gestão pedagógica, avaliação educacional e estratégia de aprendizagem para alunos com altas habilidades, superdotados e com necessidades especiais” do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo – PAINSP.
* Res. SEDUC nº 144, de 21/12/21, D.O. de 22/12/21 - Altera e inclui dispositivos na Res. SEDUC nº 95, de 08/10/21, que aprova Plano de trabalho, parte integrante do Termo de Colaboração que tem por objeto o atendimento pedagógico (escolarização) a educandos que necessitam de apoio permanente-pervasivo com Deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada à Deficiência Intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.
* Lei nº 17.669, de 06/04/23 – D.O. de 07/04/2023 - Dispõe sobre o prazo de validade do laudo médico pericial que atesta o Transtorno do Espectro Autista – TEA (Prazo de Validade Indeterminada).
* Dec. nº 67.634, de 06/04/23, D.O. de 07/04/23 - Institui o Plano Estadual Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo – PEIPTEA (Envolve a Secretaria da Educação, de Desenvolvimento Social e dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que será a Coordenadora do PEIPTEA. Cria o selo Amigos da Pessoa com TEA).
* Dec. nº 67.635, de 06/04/23, D.O. de 07/04/23 - Dispõe sobre a Educação Especial na Rede Estadual de Ensino (Educação Especial e Modalidade Transversal da Educação Básica).
* Lei n 17.798, de 06/10/23, D.O. de 09/10/23 - Altera a Lei nº 17.158, de 18/09/19, que dispõe sobre a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA

1. Alunos - Faltas

* Res. SE n° 22, de 06/02/98 (altera o art. 15 da Res. nº 164/97),
* Par. CEE nº 67/98 – CEF/CEM – Aprovado em 18/03/98 - ASSUNTO: Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais – Título VI – Capítulo III
* Lei nº 13.068, de 10/06/08 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de as escolas da rede pública estadual comunicarem o excesso de faltas de alunos, na forma que especifica.

1. Aluno Viajante

* Lei Fed. nº 6.533 de 24/05/1978, D.O. de 26/05/78 - Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências– Art. 29
* Par. CEE, n° 229/97 - Plano Especial de Estudos para alunos em viagem.

1. Apoio Presencial para os docentes em sala de aula (Diretor Escolar/Diretor de Escola, Vice-diretor Escolar, Coordenador de Gestão Pedagógica, Coordenador de Gestão Pedagógica Geral, Coordenador de Gestão Pedagógica por Área de Conhecimento.)

* Port. do Coord. de 14/03/24, D.O. de 15/03/24 - Dispõe sobre o Apoio Presencial para os Professores, em sala de aula, pelo Diretor Escolar/Diretor de Escola, Vice-diretor Escolar, Coordenador de Gestão Pedagógica/Coordenador de Gestão Pedagógica Geral e Coordenador de Gestão Pedagógica por Área de Conhecimento.

1. Aposentadoria Especial

* Lei Fed. n° 11.301, de 10/05/06, D.O.U. 11/05/06 - Altera o art. 67 da LDB, estendendo a aposentadoria especial aos especialistas em educação no desempenho de atividades educativas quando exercidas em estabelecimento de educação básica.
* Desp. do Gov. de 02/06/06, D.O. 03/06/06 - "A vedação constitucional para permanência no serviço público após os 70 anos, não se aplica aos servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão".
* LC nº 1012, de 05/07/07, D.O. 06/07/07- Altera a LC nº 180/78, a Lei nº 10.261/68 e a LC nº 207/79 (Pensão e outros benefícios)
* Dec. n° 52.046, de 09/08/07, D.O. 30/08/07 – Aprova o Regulamento da SPPREV.
* Dec. nº 52.859, de 02/04/08, D.O. 03/04/08 - Regulamenta a LC n° 1012/07
* Com. GT/UCRH n° 1, de 16/05/08, D.O. 17/05/08 – Certidões de Tempo de Serviço.
* Port. SPPREV n° 143, de 24/11/08, D.O. 27/11/08 – Cobrança da contribuição dos afastados.
* Orientação Técnica (OT) – DRHU – 22/05/09 – Informes e Informações Complementares.
* Dec. n° 54.623, de 31/07/09, D.O. 01/08/09 – Define diretrizes.
* Port. n° 078, de 07/12/09, D.O. 12/12/09 – Disciplina o recadastramento dos inativos e pensionistas.

1. Aposentadoria e Previdência - SPPREV

* Lei nº 10.261/68 (EFP) - arts. 222 a 232.
* CF/88 - CF - art. 40.
* CE/89 - art. 126. (§22=prazo de 90dias para publicação)
* LC nº 836/97 - Plano de Carreira para o Magistério.
* EC n° 20/98.
* Inst. Conj. UCRH/CAF n° 01/01 - Procedimentos Administrativos.
* LC nº 943, de 23/06/03 - Institui Contribuição Previdenciária para custeio de aposentadoria.
* EC nº 47/05 – Cada ano trabalhado a mais na contagem de tempo de contribuição, diminui um na idade.
* EC nº 103/19.
* EC nº 49/11 – Modifica o RPPS dos servidores de cargas efetivos, revoga o art. 133.
* LC nº 1.354/20.
* LC n° 954, de 31/12/03 - Contribuição Previdenciária dos Inativos e Pensionistas.
* EC n° 41, de 19/12/03, D.O.U.de 31/12/03.
* Inst. Conj. UCRH nº 01/04, de 05/03/04 - Procedimentos Administrativos sobre Abono de Permanência ***(revogado)***.
* Lei Fed. nº 10.887, de 18/06/04 - Regulamenta os cálculos dos proventos (aplicação de dispositivos relativos a E.C. nº 41).
* Orientação Normativa n° 03, de 13/08/04, DOU de 17/08/04 - Dispõe sobre os Regimes próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos.
* Orientação Normativa n° 04, de 08/09/04 - Altera a Orientação Normativa n° 3, anterior.
* Inst. Conj. UCRH n° 02, de 29/10/04 - Procedimentos Administrativos sobre Abono de Permanência.
* EC n° 47, D.O.U. 06/07/05.
* Lei Fed. n° 11.301, de 10/05/06, D.O.U. 11/05/06 - Altera o art. 67 da LDB, estendendo a aposentadoria especial aos especialistas em educação no desempenho de atividades educativas quando exercidas em estabelecimento de educação básica.
* LC nº 1010, de 01/06/07, publicada no D.O. 02/06/2007 - Cria a SPPREV - São Paulo Previdência.
* Despacho do Governador de 02/06/06, D.O. 03/06/06 - "A vedação constitucional para permanência no serviço público após os 70 anos, não se aplica aos servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão".
* LC nº 1012, de 05/07/07, D.O. 06/07/07- Altera a LC 180/78, a Lei nº 10.261/68 e a LC 207/79 (Pensão e outros benefícios)
* Dec. n° 52.046, de 09/08/07, D.O. 30/08/07 – Aprova o Regulamento da SPPREV.
* Dec. nº 52.859, de 02/04/08, D.O. 03/04/08 - Regulamenta a LC n° 1012/07
* Com. GT/UCRH n° 1, de 16/05/08, D.O. 17/05/08 – Certidões de Tempo de Serviço.
* Portaria SPPREV n° 143, de 24/11/08, D.O. 27/11/08 – Cobrança da contribuição dos afastados.
* Orientação Técnica (OT) – DRHU – 22/05/09 – Informes e Informações Complementares.
* Dec. n° 54.623, de 31/07/09, D.O. 01/08/09 – Define diretrizes.
* Port. n° 078, de 07/12/09, D.O. 12/12/09 – Disciplina o recadastramento dos inativos e pensionistas.
* LC n° 1.105, de 25/03/10, D.O. 26/03/10 – Reajuste dos benefícios da aposentadoria e pensão por morte.
* SPPREV – Port. DP 210, de 17/06/10, D.O. 25/06/10 – Opção de inclusão na base da contribuição previdenciária – padronização do formulário.
* Dec. n° 56.217, de 21/09/10, D.O. 22/09/10 – Altera artigos do Regulamento do SPPREV.
* Portaria do Diretor Presidente do SPPrev n° 25, de 27/01/12, D.O. 31/01/12 – Novo procedimento para a concessão de aposentadoria.
* Portaria SPPREV 300, de 27/12/13, D.O. 16/03/13 – Recadastramento de inativos e pensionistas.
* Inst. Conj. UCRH/SPPREV 001, de 26/03/13, D.O. 28/03/13 – Protocolo de Aposentadoria e 90 dias.
* Port. SPPREV nº 20, de 04/02/15, D.O. de 05/02/15. Dispõe sobre a contribuição previdenciária dos servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo.
* Com. Conjunto UCRH/CA/SPPREV nº 01/2015, de 08/12/15, D.O. de 09/12/15. Dispõe sobre a Aposentadoria Compulsória.
* Instr. Conj. UCRH/SPPREV-1, de 19/02/16, D.O. de 20/02/16. Dispõe sobre a regulamentação nos benefícios previdenciários conforme formulários disciplinadores.
* Dec. nº 62.030, de 17/06/16, D.O. de 18/06/16. Dispõe sobre a elaboração de laudos e pareceres técnicos para fim de apreciação de pedido de aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal e no artigo 126, § 4º, item 3 da Constituição Estadual, altera dispositivos que especifica do Dec. nº 51.782, de 27 de abril de 2007.
* Instr. Nor. Conj. SPPREV-UCRH-01, de 01/08/16, D.O. de 02/08/16. Estabelece instruções para o reconhecimento, pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo, do direito à aposentadoria dos servidores públicos com requisitos e critérios diferenciados, de que trata o artigo 40, §4º, inciso III, da Constituição Federal, com fundamento na Súmula 33 ou por ordem judicial.
* Port. Conj. SPPREV/CAF nº 01, de 30/08/16, D.O. de 31/08/16. Dispõe sobre a atuação conjunta da Coordenadoria da Administração Financeira da Secretaria da Fazenda e da SPPREV-São Paulo Previdência na gestão e cobrança de débitos de servidores quando de sua aposentadoria.
* Com. DBS/SPPREV nº 02, de 12/09/16, D.O. de 21/09/16. A Diretoria de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais da São Paulo Previdência-SPPREV – expede o presente comunicado com o objetivo de orientar órgãos Setoriais, Subsetoriais e Serviços de Pessoas do Sistema de Administração de Pessoal da Administração Direta e das Autarquias do Estado quanto à padronização dos procedimentos de expedição e homologação de Certidões de Tempo de Contribuição-CTC.
* Lei nº 16.675, de 13/02/18, D.O. de 14/03/18. Altera a Lei nº 14.653, de 22/12/11, que “institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de São Paulo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências”, a fim de dar nova redação aos §§ 4º e 5º do artigo 1º e acrescentar os §§ 7º, 8º e 9º ao mesmo dispositivo.
* LC. nº 1.357, de 06/03/20, D.O. de 07/03/20 - Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da constituição do Estado de São Paulo.
* Com. São Paulo Previdência, de 19/06/2020 - A São Paulo Previdência, em atendimento ao art. 3º, parágrafo único, do Dec. Est. nº 65.021/20, e em virtude da declaração de déficit atuarial feita pelo Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão desta data, comunica que a partir de 90 dias desta publicação a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas incidirá, de forma adicional, sobre o montante dos proventos de aposentadorias e de pensões que supere 1 salário mínimo nacional até o teto do Regime Geral de Previdência Social, por meio da aplicação de alíquotas progressivas de que tratam os incs. II e III do art. 8º da LC nº 1.012/07, incidentes sobre faixas da base de contribuição.
* Com. Subsecretaria/CGRH - nº 318 de 21/04/21 - Protocolos pendentes de Aposentadoria.
* Port. SPPREV nº 157/21, D.O. de 26/08/21 - Disciplina a retomada da obrigatoriedade do recadastramento dos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência no ano de 2021.
* Dec. nº 65.964, de 27/08/21, D.O. de 28/08/21 - Regulamenta a LC nº 1.354/20, para fixar procedimentos para concessão de aposentadorias e pensões por morte e disciplinar o custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo - RPPS e dá outras providências correlatas.
* Com. DPME nº 114, de 30/8/21, D.O. de 01/09/21 - Dispõe sobre Aposentadoria Especial do Servidor com Deficiência.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria/CGRH, de 02/09/21. Dispõe sobre a Regulamentação da LC nº 1354/20.
* Dec. nº 65.964/21, D.O. de 15/09/21 - Retificação do D.O. de 28/08/21, que Regulamenta a LC nº 1.354/20, para fixar procedimentos para concessão de aposentadorias e pensões por morte e disciplinar o custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo – RPPS.
* Com. DPME nº 112, de 05/10/21, D.O. de 06/10/21 - Dispõe sobre os pedidos de avaliação para fins de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.
* Port. SPPREV nº 236, de 16/11/21, D.O. de 17/11/21 - Disciplina o censo previdenciário dos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência no ano de 2022.
* Com. UCRH e SPPREV/DBS nº 01 de 11/01/2022, D.O. de 12/01/2022 - Comunica padronização documental no fluxo da Aposentadoria por Incapacidade Permanente no RPPS-SP.
* Port. SPPREV nº 35, de 20/01/22 - O Diretor Presidente da São Paulo Previdência - SPPREV, nos termos do estabelecido no § 8º do artigo 8º da LC nº 1.012/07 com redação dada pelo artigo 30 da LC nº 1.354/20, conforme previsão regulamentada pelo Dec. nº 65.021/20, comunica: A contribuição social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado de São Paulo, inclusive os de suas Autarquias e Fundações, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, das Universidades, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública, para a manutenção do Regime Próprio de Previdência Social, fica estabelecida conforme Anexo I desta Portaria.
* Instr. Normativa SPPREV-DBS nº 01, de 19/08/22 - Estabelece instruções para o reconhecimento, pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo, do direito à aposentadoria especial do servidor público com deficiência de que trata o artigo 40, § 4º - A da CF, conforme as disposições contidas no artigo 3º da Lei Complementar Estadual nº 1.354/2020.
* Port. SPPREV nº 372 de 12/12/22, D.O. de 13/12/22 - Disciplina o recadastramento (prova de vida) dos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência no ano de 2023.
* Mensagem A-nº 02/23 do Senhor Governador do Estado, de 03/02/23 - Veto total ao Proj. de Lei Comp. nº 2, de 2013, aprovado por essa nobre Assembleia, conforme Autógrafo nº 33.330 de 2013. 03/02/23.
* Port. SPPREV nº 274, de 19/10/23, D.O. de 23/10/23 - Dispõe sobre a Alteração do Anexo I que especifica.
* Port. SPPREV nº 295 de 04/12/23, D.O. de 05/12/23 - Disciplina o recadastramento (prova de vida) dos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência no ano de 2024.
* Port. SPPREV nº 28, de 05/01/24 - Dispõe sobre o índice de atualização dos benefícios previdenciários.
* Dec. n° 68.306, de 16/01/24, D.O. de 17/01/24 - Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, regulamenta o artigo 5° da Lei Fed. n° 14.063, de 23/09/20, e disciplina a comprovação de vida e as ações de recadastramento por meio digital para os fins que especifica.
* Instr. Norm. SPPREV nº 1, de 07/02/24, D.O. de 09/02/24 - Estabelece instruções para o reconhecimento, pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo, do direito à aposentadoria especial do servidor público cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, de que tratam os artigos 40, § 4º- C da CF e 126, § 4º, 3 da CE de São Paulo, conforme as disposições contidas nos artigos 5º e 13 da LC Est. nº 1.354/20.

1. **Aposentadoria Por Invalidez**

* Lei nº 10.261/68, art. 226, I, 2.
* CF, artigo 40, § 1º.
* Lei nº 8.112/1990, art. 186, I.
* Lei nº 8.112/1990, art. 186, § 1º: “Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis...
* EC 41/2003 – Retira a paridade nas aposentadorias por invalidez.
* EC 70/2012 – Garante a paridade nas aposentadorias por invalidez (elas continuam sendo com proventos proporcionais ou integrais).
* Dec. nº 58.372, de 05/09/12, D.O. 06/09/12 - Altera dispositivos do Decreto nº 52.833/08: órgãos do Sistema de Administração de Pessoal.
* Port. Diretor Presidente 116, de 22/05/2012, D.O. 18/09/12 - Alterações de critérios para o cálculo e correção dos proventos de aposentadoria por invalidez (EC 70/12).
* Inst. Conj. UCRH/SPPREV 01, de 25/09/12, D.O. 26/09/12 – Instruções para padronização e orientação de procedimentos.

1. Aproveitamento de Estudos Concluídos com Êxito

* Lei Federal nº 9394/96 (LDB) - Art. 24, V d; Art. 38, § 2º.
* Del. CEE nº 10/97 (Ind. CEE 9/97) - Item 2.5.
* Del CEE nº 6/98 - Sobre Ensinos Médio e Profissionalizante.
* Par. CEE, nº 67/98 - Normas Regimentais - Art. 52, § 2º e Art. 76, IV.
* Par. CEE, nº 136/07 - Matrícula e aproveitamento na Educação Profissional.

1. Apuração Preliminar – Ver item - Processo Administrativo - Processos e Expedientes.
2. Artigo 133 (da Constituição Estadual de SP)

* Dec. n° 35.200/92 - Dispõe sobre a aplicação do art. 133 da CE/89.
* Inst. Conjunta CRHE/CAF n° 1, de 11/09/92 - Padronização de procedimentos.
* Portaria DRHU nº 3, DO 28/02/96
* Instr. CRHE/CAF nº 1/99 – D.O. 16/10/99 - A Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado - CRHE, da Secretaria do Governo e Gestão Estratégica e a Coordenação da Administração Financeira - CAF, da Secretaria da Fazenda, nos termos do Dec nº 35.200, de 26-692 e à vista do pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado, nos Pareceres PA-3 92/99 e 11/98, exarados nos Processos SJDC 255.533/96 e SS 283-000183/93, respectivamente, espedem a presente Inst. Conj., referente à aplicação do artigo 133 da Constituição do Estado de São Paulo de 1989.
* LC n° 924, de 16/08/02 - Institui incorporação ao servidor público.
* Res. SE nº 73 – D.O. 23/07/03 – Dispõe sobre as substituições, nos períodos de impedimentos legais e temporários dos integrantes do Quadro do Magistério, classe de Suporte Pedagógico, serão exercidas por titulares de cargo do mesmo Quadro, observadas as condições previstas para preenchimento do cargo estabelecidas no anexo III da LC nº 836, de 30/12/97.
* **Artigo 133 - revogado pela EC nº 49**, de 06/03/2020, assegurada a concessão das incorporações que, na data da promulgação da EC nº 103, de 12/11/2019, tenham cumprido os requisitos temporais e normativos previstos na legislação então vigente.

1. Assistente de Diretor de Escola

* LC nº 208/79 - Transforma em ADEs os cargos de Professores efetivos.
* LC n° 318/83 - Enquadramento do ADE.
* LC nº 444/85 - Estatuto do Magistério.
* Res. SE nº 164, de 28/07/86 - Veda o afastamento de ocupante de cargo de assistente de diretor de escola.
* LC nº 836/97 - A.D.E. - Cargo em extinção.
* Dec. n° 43.409/98 - Vice-Diretor de Escola.
* LC. nº 1.374/22 – Nova terminologia para o Vice-Diretor de Escola: Coordenador de Organização Escolar.

1. Assistência Técnica das Diretorias de Ensino

* Res. SEDUC nº 29, de 31/07/23, D.O. de 01/08/23 - Dispõe sobre o módulo da Assistência Técnica das Diretorias de Ensino e dá providências correlatas.

1. Associação de Pais e Mestres - APM

* Dec. n° 12.983/78 - APM - Estatuto Padrão.
* Res. SE n° 25/79 - Regulamenta o Dec. n° 12.983/78 (APM - Estatuto-Padrão).
* Lei n° 6.479, de 15/08/89 - Locação de Espaços para Propaganda.
* Dec. n° 40.785/96 – Execução de pequenas obras pela APM.
* Com. SE, de 30/09/98 e Manual de Aplicação de Recursos.
* Com. CG n° 5, de 11/02/99, para atendimento do Dec. Fed. n° 2.896/98 - Aplicação de Recursos Públicos e Prestação de Contas (APM).
* Com. SE, de 21/04/99 - Procedimentos para participação da APM e escolas no Programa Dinheiro Direto na Escola.
* Com. SE, de 05/05/00 - Prestação de Contas - Dinheiro Direto na Escola.
* Dec. n° 48.408, de 06/01/04 - Altera o Dec. 12.983/78.
* Manuais de Aplicação de Recursos e Prestação de Contas da FDE (ver site: www.educação.sp.gov.br).
* Lei Fed. n° 10.406/02 (Código Civil) - Arts. 54 a 61 - "Das Associações".
* Lei Fed. n° 11.127, de 28/06/05 - Altera os Arts. 54 a 60 do Código Civil.
* Dec. n° 50.756, de 03/05/06, D.O. 04/05/06 - Altera artigos do Estatuto Padrão da APM.
* Com. Conj. CEI/COGSP de 29/01/09, D.O. 03/02/09 – Recomendações para convocação do Conselho Escolar e APM.
* Lei n°. 14.689, de 04/01/12, D.O. 05/01/12 – Programa “Aprimoramento da Gestão Participativa” e autoriza repasse de verbas para a APM resolver pendências trabalhistas.
* Com. Conj. CISE/COFI nº 23/2016 - Repasse de Recursos às APMs.
* Com. Conj. CISE/COFI nº 01/2012 - Define procedimento para a operacionalização dos pagamentos às APMs com débitos trabalhistas.
* Res. SE nº 21/12 - Dispõe sobre a implementação do Programa “Aprimoramento da Gestão Participativa”, destinado às Associações de Pais e Mestres – APMs, instituído pela Lei 14.689/12.
* Comunicado Conjunto Cise /Cofi /001, de 12/01/2018 - Repasse de Recursos às APMs.
* Dec. nº 63.891, de 05/12/18, D.O. 06/12/18 - Altera e acrescenta dispositivos ao Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres - APM, estabelecido pelo Dec. nº 12.983, de 15/12/1978.
* Res. nº SE nº 35, de 31/03/20 - Dispõe sobre a prorrogação da composição da Diretoria Executiva da Associação de Pais e Mestres, em caráter excepcional, em razão das medidas adotadas para prevenção do contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus)
* Res. SEDUC nº 55, de 23/06/20 - Dispõe sobre a prorrogação da composição da Diretoria Executiva da Associação de Pais e Mestres, em caráter excepcional, em razão das medidas adotadas para prevenção do contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus)
* Res. SEDUC nº 63, de 03/09/20 – D.O. de 04/09/20 - Dispõe sobre procedimentos para transferência de recursos financeiros para quitação de dívidas contraídas de boa-fé pelas Associações de Pais e Mestres das escolas estaduais.
* Dec nº 65.298, de 18/11/20, D.O. de 19/11/20. Dispõe sobre o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres.
* Res. SEDUC nº 88, de 25/11/20, D.O. de 27/11/20. - Altera e inclui dispositivo na Res. SEDUC nº 55, de 23/06/20, que dispõe sobre a prorrogação da composição da Diretoria Executiva da Associação de Pais e Mestres, em caráter excepcional, em razão das medidas adotadas para prevenção do contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus) .
* Dec. nº 65.346, de 09/12/20, D.O. de 10/12/20 - Altera o anexo do Dec. nº 65.298, de 18/11/20, que dispõe sobre o Estatuto da APM.
* Res. SEDUC nº 100, de 29/12/20, D.O. de 30/12/2020 - Altera a Res. SE nº 99, de 23/12/20, que autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, para aquisição de Kit Centro de Mídias.
* Res. SEDUC nº 101, de 30/12/20, DO de 31/12/20 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, para aquisição de Kit Centro de Mídias – CMSP.
* Res. SEDUC nº 14, de 27/01/21, D.O. de 28/01/21 - Dispõe sobre a prorrogação de prazo de encaminhamento da prestação de contas dos recursos do PDDE Paulista de que trata a Res. SEDUC nº 49 de 30/04/20.
* Res. SEDUC nº 17, de 02/02/21, D.O. de 03/02/21 - Dispõe sobre autorização para contratação de serviços de contabilidade e aquisição de certificado digital com recursos do PDDE Paulista.
* Res. SEDUC nº 31, de 05/03/21, D.O. de 06/03/21 - Dispõe sobre a prorrogação do prazo de encaminhamento da prestação de contas dos recursos do PDDE Paulista de que trata a Res. SEDUC nº 49 de 30/04/20.
* Dec. nº 65.565 de 12/03/21, D.O. de 13/03/21 - Altera o Dec. nº 65.298/20, que dispõe sobre o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres – APMs .
* Res. SEDUC nº 37, de 16/03/21, D.O. de 17/03/21 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs), via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, para aquisição de utensílios descartáveis destinados ao fornecimento de alimentação escolar aos alunos da rede estadual.
* Por. CISE nº 9, de 23/03/21, D.O. de 24/03/21 - Dispõe sobre a aquisição de utensílios descartáveis destinados ao fornecimento de alimentação escolar aos alunos da rede estadual, nos termos da Res. SEDUC nº 37, de 16/03/21, e dá providências correlatas.
* Com. SUBSECRETRIA/COPED, de 21/04/21 - Orienta sobre a aplicabilidade do Dec. nº 65.298, de 19/11/20, e suas alterações, bem como respostas às principais dúvidas apresentadas pela Rede Estadual de Ensino(APM).
* Res. Conj. SEDUC/FDE-1, de 25/05/21, D.O. de 26/05/2021 - Dispõe sobre procedimentos para regularização das dívidas judiciais contraídas de boa-fé pelas Associações de Pais e Mestres das escolas estaduais com a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE.
* Res. SEDUC nº 56, de 21/06/21, D.O. de 22/06/21 - Dispõe sobre transferência de recursos para aquisição de produtos de higiene íntima menstrual pelas APMs com recursos do PDDE Paulista, no âmbito da Ação Dignidade Íntima.
* Res. SEDUC nº 60, de 08/07/21 - Altera a Res. SEDUC nº 56, de 21/06/21, que dispõe sobre a transferência de recursos para aquisição de produtos de higiene íntima menstrual pelas APMs com recursos do PDDE Paulista, no âmbito da Ação Dignidade Íntima.
* Res. SEDUC nº 64, de 26/07/21 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista.
* Res. SEDUC nº 71, de 11/08/21 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, para implementação dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 78, de 13/09/21, D.O. de 14/09/21 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs), via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista - PDDE Paulista, para a contratação de serviços e/ou aquisição de equipamentos e itens necessários à renovação do Auto de Vistoria dos Bombeiros (AVCB) dos prédios escolares da rede estadual de ensino.
* Res SEDUC nº 79, de 13/09/21, D.O. de 14/09/21 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, para contratação de bens e serviços, aquisição de equipamentos, reparo e adequação de espaços destinados a sua instalação ou utilização do laboratório de ciências - PDDE Ciências.
* Res. SEDUC nº 80, de 14/09/21, D.O. de 15/09/21 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, para aquisição de produtos e serviços destinados à implantação e funcionamento do Programa Atividades Maker e Espaços de Inovação nas escolas da rede estadual.
* Res. SEDUC nº 90, de 30/09/21, D.O. de 01/10/21 - Dispõe sobre a prorrogação do prazo de decisão pelos Dirigentes Regionais de Ensino sobre a análise de prestações de contas dos recursos do PDDE Paulista de que trata a Res SEDUC nº 49, de 30/04/20.
* Res. SEDUC nº 126, de 17/11/21, D.O. de 19/11/21 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs), no subprograma PDDE Paulista - Climatização, visando à aquisição de equipamentos de climatização para os prédios escolares da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 131, de 26/11/21, D.O. de 27/11/21 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs), via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista - PDDE Paulista, visando à contratação de prestação de serviços de engenheiro eletricista, em subprograma denominado PDDE Paulista - Engenharia Elétrica, a fim de elaborar projetos de instalações elétricas, para a instalação de equipamentos de climatização nos prédios escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SEDUC nº 134, de 30/11/21, D.O. de 02/12/2021 - Dispõe sobre a prorrogação do prazo de decisão pelos Dirigentes Regionais de Ensino sobre a análise de prestações de contas dos recursos do PDDE Paulista de que trata a Res. SEDUC nº 49, de 30/04/20.
* Lei nº 17.449, de 29/10/2021, D.O. de 30/10/21 - Altera a Lei nº 11.498/2003, que autoriza o Poder Executivo a instituir Programas de Formação Continuada destinados aos integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá outras providências correlatas, e altera a Lei nº 17.149/19, que institui o Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, vinculado à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, define suas finalidades, diretrizes e estabelece outras providências.
* Res. SEDUC nº 141, de 16/12/21, D.O. de 17/12/21 - Estabelece a obrigatoriedade de uso de minuta-padrão para a celebração de Termos de Compromisso com Municípios, para a execução do eixo de infraestrutura física do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo – PAINSP.
* Dec. nº 66.402, de 28/12/21, D.O. de 29/12/21 - Altera o Dec. nº 65.298/20, que dispõe sobre o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres - APMs para os fins que especifica.
* Res. SEDUC nº 04, de 20/01/22, D.O. de 21/01/22 - Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs), via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista – PDDE Paulista, para pequenos reparos e aquisição de equipamentos destinados à implantação de polos de transmissão do Centro de Mídias da Educação de São Paulo, e dá providências correlatas.
* Res SEDUC nº 05, de 20/01/22, D.O. de 21/01/22 - Acrescenta dispositivos na Resolução SEDUC nº 71, de 11/08/21, que autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, para implementação dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 6, de 24/01/22, D.O. de 25/01/22. Dispõe sobre a prestação de contas das unidades executoras representativas da comunidade escolar - Associações de Pais e Mestres beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista- PDDE Paulista, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 42, de 02/06/22, D.O. de 03/06/22 - Dispõe sobre os novos valores para transferência de recursos para aquisição de produtos de higiene íntima menstrual pelas APMs com recursos do PDDE Paulista, no âmbito da Ação Dignidade Íntima.
* Res. SEDUC nº 83, de 31/10/22, D.O. de 03/11/22 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APM’s), via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista -PDDE Paulista, para a contratação de serviços e aquisição de equipamentos e itens necessários à obtenção e renovação do Auto de Vistoriados Bombeiros (AVCB) dos prédios escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SEDUC nº 105, de 30/12/22, D.O. de 31/12/22 - Altera a Res. SEDUC nº 80, de 17/10/22, que institui o Subprograma Educação & Atividades Pedagógicas Externas, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista – PDDE Paulista, objetivando a contratação de serviço eventual de transporte para visitas a museus, teatros, exposições culturais e artísticas, casas de cultura e atividades afins, pelas Associações de Pais e Mestres (APM).
* Res. SEDUC nº 31, de 02/08/23, D.O. de 03/08/23 - Prorroga excepcionalmente o prazo de análise pelo CAF das prestações de contas de recursos repassados pelo PDDE Paulista, no exercício de 2022.

1. Associação de Pais e Mestres - Dissolução

* Lei Fed. n° 10.406/02 (Código Civil) - art. 54, VI e art. 61, caput.
* Dec. nº 12.983/78 - art. 49.
* Dec. nº 48.408/04 - art. 46.
* Dec nº 65.298, de 18/11/20, D.O. de 19/11/20 – art. 34

1. Atividades Curriculares Desportivas

* Res. n° 173, de 05/12/02 - Dispõe sobre as sessões de atividades desportivas.
* Res. SE n° 14, de 22/02/10, D.O. 03/02/10 – Dispõe sobre as atividade curriculares desportivas.
* Res. SE nº 4/16 - Dispõe sobre Atividades Curriculares Desportivas – ACDs nas unidades escolares da rede pública Estadual.
* Res. SEDUC nº 115, de 05/11/21, D.O. de 06/11/21 - Dispõe sobre as Atividades Curriculares Desportivas e Artísticas - ACDA nas Unidades Escolares da rede Pública Estadual.
* Res. SEDUC nº 66, de 25/07/22, D.O. de 26/07/22 - Altera dispositivos da Resolução SEDUC nº 115, de 05/11/21 que dispõe sobre as Atividades Curriculares Desportivas e Artísticas - ACDA nas Unidades Escolares da rede Pública Estadual.

1. Atribuição de Classes e Aulas

* Lei n° 500, de 13/11/74, D.O. de 15/11/74 - Institui o Regime Jurídico dos Servidores Estaduais.
* LC nº 836/97 - art. 10 - Jornada de Trabalho.
* Dec. nº 42.965, de 27/03/98 - Jornada de Trabalho do Pessoal Docente.
* Inst. DRHU nº 08, de 19/11/98 - Uniformização dos critérios relativos à contagem de tempo de serviço.

**Observação:** a cada ano sai uma nova Resolução sobre o assunto. Exemplos:

* Res. n° 180/02 (REVOGADA).
* Res. SE n° 134, de 16/12/03 - Atribuição de Classes/Aulas.
* Res. SE nº 135, de 16/12/03 - Atribuição de Projetos **(REVOGADA).**
* Res. SE n° 90, de 09/12/05 - Atribuição de Classes/Aulas 2006. **(Revogada pela Res. SE 97/2008).**
* Res. SE n° 1, de 04/01/06 - Atribuição de Classes/Turmas/Aulas - projetos e modalidades.
* Res. SE nº 79, de 30/11/06, D.O. 01/12/06 - Atribuição de Classes de 1ª e 2ª Séries do Ciclo I do Ensino Fundamental ("o diretor atribui**...**"). **(Revogada pela Res. SE 63/2008).**
* Res. SE n° 97, de 23/12/08, D.O. 24/12/08 – Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes aulas ao pessoal docente do Q.M.
* Res. SE n° 98/08 – Novas instruções
* Res. SE n° 10, de 28/01/10, D.O. 29/01/10 – Altera artigos e anexo da Res. SE n° 98/10.
* Res. SE n° 11, de 28/01/10, D.O. 29/01/10 – Altera a Res. n° 98/09
* Res. SE nº 21, de 29/01/02 - Dispõe sobre as aulas de ensino religioso na rede estadual de ensino e dá providências correlatas.
* Res SE nº 184, de 27/12/02 - Dispõe sobre a natureza das atividades de Educação Artística e de Educação Física nas séries do ciclo I do Ensino Fundamental das escolas públicas estaduais
* Res. SE nº 1, de 06/01/04 - Altera a Res. SE nº 184/02.
* Res. SE nº 69, de 30/10/08 - Dispõe sobre o Processo Seletivo Simplificado para classificação de docentes e candidatos, no processo de atribuição de classes e aulas da rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 26, de 05/03/10 - Dispõe sobre o exercício de docentes abrangidos pelo disposto no § 2º do artigo 2º da LC nº 1.010/2007.
* Res. SE nº 29, de 19/03/10, D.O. de 20/03/10 - Dispõe sobre a atuação de docentes nas funções que especifica.
* Res. SE nº 03, de 28/01/11, D.O. de 29/01/11 - Dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério e dá providências correlatas
* Res. SE nº 04, de 28/01/11, D.O. de 29/01/11 - Acrescenta parágrafo ao artigo 3º, da Res. SE nº 93, de 08/12/09, D.O. de 09/12/09 que dispõe sobre estudos de recuperação aos alunos do Ciclo II do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, das escolas da rede pública estadual.
* Res. SE nº 08, de 19/01/12, D.O. de 20/01/12 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 10, de 23/01/12 - Altera dispositivos da Resolução SE n° 3, de 28/01/11, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério, e dá providências correlatas.
* Res. SE n° 23, de 23/02/12 - Dispõe sobre o cadastro de candidatos à contratação por tempo determinado para docência nas escolas da rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 66, de 16/12/14 - Dispõe sobre critérios e procedimentos relativos à implementação do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado/Município, para Atendimento do Ensino Fundamental, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 8, de 29/01/16, D.O. de 30/01/16 - Dispõe sobre a atuação de docentes com habilitação/ qualificação na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, nas escolas da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 9, de 29/01/16 - Altera a Res. SE n° 3, de 28/01/11, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 64, de 19/12/16 - Altera a Res. SE n° 3, de 28/01/11, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 72, de 22/12/16 (Alterada pela Res. SE nº 65, de 11/12/2017, D.O. 12/12/17) - Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério.
* Ind. CEE nº 157/16 CE Aprovado em 14/12/16, D.O. 15/12/6 - Orientação ao Sistema Estadual de Ensino a respeito da qualificação necessária dos docentes para ministrarem aulas nas disciplinas do currículo da Educação Básica.
* Res. SE nº 65, de 11/12/17, D.O. de 12/12/17 - Altera a Res. SE nº 72, de 22/12/16, D.O. de 23/12/16, que dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério – (Republicada por ter saído com incorreção).
* Res. SE nº 7, de 24/01/18, D.O. 25/01/18 - Dispõe sobre o funcionamento de unidades administrativas no dia 26/01/18, com vistas ao processo de atribuição de classes e aulas do ano letivo de 2018.
* Res. SE nº 71, de 22/11/18, D.O. 23/11/18 - Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 1, de 17/01/19, D.O. 18/01/19 - Dispõe sobre a Prioridade de Atendimento aos Alunos, por docentes designados e atuando em programas/projetos da pasta, nas unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.
* Res. CGRH nº 4, de 02/09/19, D.O. de 03/09/19 - Dispõe sobre as inscrições do Processo de Anual de Atribuição de Classes e Aulas para o ano letivo de 2019.
* Port. CGRH nº 6, de 30/09/19, D.O. de 01/10/19 - Complementa a Port. CGRH nº 4, de 02/09/19, que dispõe sobre as inscrições do Processo Anual de Atribuição de Classes e Aulas para o ano letivo de 2020.
* Res. SE nº 71, de 16/12/19, D.O. de 17/12/19 - Altera a Res. SE nº 71, de 22/11/18, que dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 72, de 16/12/19, D.O. de 17/12/19 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* Port. CGRH nº 01, de 03/01/20, D.O. de 04/01/20 - Dispõe sobre a inscrição de docentes contratados nos termos da L.C. nº 1.093/09 e estabelece o cronograma para a divulgação da classificação dos inscritos como candidatos à contratação e contratados, no processo de atribuição de classes e aulas de 2020.
* Res. SE nº 75, de 03/01/20, D.O. de 04/01/20 - Altera a Res. SE nº 71, de 22/11/18, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério.
* Com. CGRH/COPED, de 27/01/20, D.O. 28/01/20 - Dispõe sobre orientações complementares sobre o processo de atribuição de classes e aulas, de acordo com o artigo 4º da Res. SE nº 72/19.
* Com. CGRH nº 1, de 31/01/20, D.O. de 01/02/20 - Dispõe sobre abertura de cadastramento emergencial de docentes, nas Diretorias de Ensino, nos componentes curriculares necessários que, comprovadamente, decorridas todas as fases previstas, ainda apresentarem déficit de docentes habilitados/qualificados.
* Res. SE nº 72, de 13/10/20, D.O. de 14/10/20 - Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério.
* Port. CGRH nº 7, de 13/10/20, D.O. de 14/10/20 - Dispõe sobre as inscrições do Processo Anual de Atribuição de Classes e Aulas para o ano letivo de 2021 aos docentes titulares de cargo e ocupantes de função-atividade.
* Port. CGRH nº 10, de 13/11/20, D.O. de 14/11/20. Dispõe sobre as inscrições do Processo Anual de Atribuição de Classes e Aulas para o ano letivo de 2021.
* Port. CGRH nº 12, de 19/11/20, D.O. de 20/11/20. Complementa as orientações relacionadas aos procedimentos e cronograma do processo de atribuição de classes e aulas para o ano letivo de 2021, previstos na Portaria da CGRH nº 9, de 13/11/20.
* Com. CGRH, de 20/11/20, D.O. de 21/11/20 - Considerando que a Portaria de Abertura de Inscrições e Relação de Vagas será publicada em Diário Oficial do Estado – 20/11/20, este Centro de Ingresso e Movimentação/DEAPE/CGRH informa os prazos e procedimentos referentes à fase de inscrição/indicação por parte de Candidatos, Unidades Escolares e Diretorias Regionais de Ensino.
* Port. CGRH nº 13, de 26/11/20, D.O. de 27/11/20 - Complementa as orientações relacionadas às inscrições do Processo Anual de Atribuição de Classes e Aulas para o ano letivo de 2021, previstas na Port. CGRH nº 10, de 13/11/20.
* Port. CGRH nº 14, de 27/11/20, D.O. de 28/11/20 - Altera a Port. CGRH nº 12, de 19/11/20, que complementa as orientações relacionadas aos procedimentos e cronograma do processo de atribuição de classes e aulas para o ano letivo de 2021, previstos na Port. CGRH nº 9, de 13/11/20.
* Com. Conj. SUBSECRETARIA / CGRH nº 257, de 03/12/20, D.O. de 04/12/20 - Dispõe sobre o Processo de Atribuição de classes e aulas de 2021.
* Com. Ext. Conj. SUBSECRETARIA/CGRH/COPED/CITEM nº 251, de 03/12/20, D.O. de 04/12/20 - Dispõe sobre a suspensão da atribuição das Turmas de ACD.
* Com. Conj. SEDUC/CITEM, de 10/12/20, D.O. de 11/12/20 - Dispõe sobre carga suplementar de docentes.
* Com. Ext. Conj. SEDUC SUBSECRETARIA/CITEM, de 10/12/20, D.O. de 11/12/20 - Dispõe sobre atribuição de carga suplementar aos docentes.
* Port. CGRH nº 17, de 16/12/20, D.O. de 17/12/20 - Dispõe sobre a classificação dos Docentes Contratados e Candidatos à Contratação relacionada às inscrições do Processo de Atribuição de Classes e Aulas para o ano de 2021.
* Res. nº 72/2020, Port. CGRH nº 09/20 e Port. CGRH, nº 15/20, de 29/12/20, D.O. de 30/12/20 - Procedimentos e Cronograma do Processo de Atribuição de Classes e Aulas para o ano de 2021.
* Com. Externo Com. Subsecretaria/CGRH nº 03, de 04/01/21- Dispõe sobre o Processo Simplificado para Contratação Temporária de Docente.
* Edital de Convocação para o Processo Simplificado para Contratação Temporária de Docente de 05/01/21- Destina-se à formação de cadastro de candidatos a contratação temporária para ministrar aulas presenciais aos estudantes do Ensino Fundamental e Médio da rede púbica estadual.
* Dec. nº 65.458, de 05/01/21, D.O. de 06/01/21 - Altera o Dec. nº 54.682, de 13/08/09, que regulamenta a LC nº 1.093/09, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual, e dá providências correlatas.
* Com. CGRH, de 12/01/21. Dispõe sobre a participação no Processo Seletivo Simplificado Docente/2021.
* Com. nº 129/21, de 15/01/21 - Dispõe sobre Cronograma de Atribuição de 2021.
* Com. CGRH, de 12/01/21, D.O. de 13/01/21 - Dispõe sobre a participação no Processo Seletivo Simplificado Docente/2021.
* Com. Externo Conjunto Subsecretaria e CGRH nº 025, de 13/01/21 - Orienta a condução dos processos de designação de Postos de Trabalho e atribuição janeiro 2021.
* Com. Externo Conjunto Subsecretaria e CGRH nº 030, de 14/01/21 - Dispõe sobre complementação de orientação para atribuição.
* Com. nº 129/21, de 15/01/21 - Dispõe sobre Cronograma de Atribuição de 2021.
* Com. Orientador CGRH, de 15/01/2021 - Dispõe sobre Processo Seletivo Simplificado Docente Temporário.
* Com. DPME nº 005, de 15/01/21, D.O. de 19/01/21 - Ficam suspensas a partir de 18/01/21 as perícias médicas para os municípios pertencentes à região de Marília, enquanto fizerem parte da Fase 1 da Retomada Consciente, do Plano São Paulo.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria/CGRH nº 80/21, de 26/01/21 - Dispõe sobre a finalização do processo inicial de atribuição de classes e aulas e orientação sobre o processamento da folha de pagamento dos docentes.
* Port. CGRH nº 3, de 26/01/21, D.O. de 27/01/21 - Dispõe sobre as etapas de divulgação dos resultados parciais do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital de Convocação, publicado no D.O. de 05/01/21, Executivo I, páginas 104-105, do período de recurso e resultados finais.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria / CGRH/CITEM nº 18/21 - Dispõe sobre o Sistema de Atribuição Online – Fase durante o ano.
* Res. SEDUC nº 27, de 26/02/21, D.O. de 27/02/21 - Altera a Res. SE nº 37, de 05/08/19, que dispõe sobre o Projeto de Reforço e Recuperação das aprendizagens e dispõe sobre a atribuição de aulas específicas para este fim.
* Port. CGRH nº 8, de 26/02/21, D.O. de 27/02/21 - O Coordenador da Coordenadoria de Recursos Humanos, considerando a necessidade de adequação do cronograma do Processo Seletivo Simplificado 2021, altera o Artigo 1º da Port. CGRH nº 03, de 26/01/21, alterado pela portaria CGRH nº 05, de 15/02/21.
* Com Ext. Conj. Subsecretaria/CGRH - 2021 – nº. 291, de 05/03/21 - Dispõe sobre Acerto de Carga Horária de docentes sem pagamento – mês de referência: fevereiro/2021.
* Com CEMOV - Centro de Ingresso e Movimentação 05/03/21. - O Centro de Ingresso e Movimentação informa que a Secretaria Escolar Digital – SED ficará aberta para interposição de Recurso, referente ao Processo Seletivo Simplificado, até às 23h59 do dia 07/03/2021.
* Com. Ext. Conj. com as Coordenadorias - Ano: 2021 - nº 306 – 16/03/21. D.O. de 17/03/21 - Dispõe sobre a Classificação do Processo de Atribuição de Classes e Aulas, após o banco de talentos.
* Com. Ext. Conj. Extraordinário com as Coordenadorias / CGRH – Ano: 2021 – nº 307 – 18/03/21 - Dispõe sobre Complemento ao Comunicado nº 306, de 16/03/2021, sobre Atribuição de Classes e Aulas.
* Res SEDUC, de 29/10/21, D.O. de 18/11/21 - Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403/71, a Indicação CEE nº 213/21, sobre "Orientação ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo a respeito da qualificação necessária aos docentes para ministrar aulas dos componentes curriculares da Educação Básica".
* Port. CGRH nº 18, de 09/11/21, D.O. de 10/11/21 - Estabelece procedimentos e cronograma do processo de atribuição de classes e aulas para o ano letivo de 2022.
* Port. CGRH nº 19, de 12/11/21, D.O. de 13/11/21 - Altera a Port. CGRH nº 18, de 09/11/21, que estabelece procedimentos e cronograma do processo de atribuição de classes e aulas para o ano letivo de 2022.
* Res. SEDUC nº 132, de 26/11/21, D.O. de 27/11/21 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* Port. CGRH nº 20, de 26/11/21, D.O. de 27/11/21 - Altera o cronograma de publicação da classificação dos docentes contratados e candidatos à contratação para a atribuição inicial de 2022, publicado na Port. CGRH nº 17 de 03/11/21.
* Res. SEDUC nº 133, de 29/11/21 (REVOGA RES SEDUC nº 132 de 26/11/21), D.O. de 30/11/21 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* Port. CGRH nº 20, de 30/11/2021 D.O. de 01/12/21 - Estabelece novas datas dos procedimentos do processo de atribuição de classes e aulas para o ano letivo de 2022.
* Com. CGRH de 01/12/21, D.O. de 02/12/21. Torna pública a do Anexo III do Cronograma Previsto, do Edital de Abertura de Inscrições do Processo Seletivo Simplificado no processo de atribuição de classes e aulas/2022.
* Port. CGRH nº 22, de 03/12/21, D.O. de 04/12/21 - Altera a Port. CGRH nº 20, de 30/11/21, que estabelece procedimentos e cronograma do processo de atribuição de classes e aulas para o ano letivo de 2022.
* Edital e Cronograma do Processo de Atribuição de Classes e ou aulas/2022, de 06/12/21, D.O. de 07/12/2021 - As sessões de atribuição de classes e aulas previstas neste cronograma ocorrerão nas Unidades Escolares e Diretoria de Ensino, na SED – Secretaria Escolar Digital e pela Plataforma Teams.
* Port. CGRH nº 23, de 10/12/21, D.O. de 11/12/21 - Altera o cronograma de publicação da classificação dos docentes contratados e candidatos à contratação para a atribuição inicial de 2022, publicado na Portaria CGRH nº 21, de 01/12/21.
* Port. CGRH nº 24, de 15/12/21, D.O. de 16/12/21 - Altera o cronograma de publicação da classificação dos docentes contratados e candidatos à contratação para a atribuição inicial de 2022, publicado na Portaria CGRH nº 21, de 01/12/21.
* Port. CGRH nº 25, de 23/12/21, D.O. de 24/12/21 - Altera a Portaria CGRH nº 20, de 30/11/21, que estabelece procedimentos e cronograma do processo de atribuição de classes e aulas para o ano letivo de 2022.
* Port. CGRH nº 01, de 13/01/22, D.O. de 14/01/22 - Altera a Portaria CGRH nº 20, de 30/11/21, que estabelece procedimentos e cronograma do processo de atribuição de classes e aulas para o ano letivo de 2022.
* LC nº 1.374, de 30-03-2022, DO de 31-03-2022-Nova Carreira.
* Res. SEDUC nº 48, de 09/06/22, D.O.E. de 10/06/22 - Altera a Resolução SE nº 72/20, que dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério.
* Res. SEDUC nº 49, de 10/06/22, D.O. de 11/06/22 - Altera a Res. SE nº 72, de 13/10/20, que dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério.
* Res. SEDUC nº 55, de 29/06/22, D.O. de 30/07/22 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino submetidos ao regime instituído pela LC nº 1.374, de 30 de março de 2022 e providências correlatas.
* Port. CGRH nº 05, de 07/07/22, D.O. de 08/07/22 - Estabelece cronograma e diretrizes para o processo de atribuição da Educação de Jovens e Adultos – EJA, para o 2º semestre de 2022.
* Res. SEDUC nº 58 de 08/07/22, D.O. de 09/07/22 - Dispõe sobre a realização de Atividades Pedagógicas Diversificadas excepcionalmente no ano de 2022, em complemento à Res. SEDUC nº 55, de 29/06/22.
* Port. CGRH nº 06, de 21/07/22, D.O. de 22/07/22 - Altera a Port. CGRH nº 05, de 07/07/2022, que estabelece o cronograma do processo de Atribuição de Classes e Aulas, para o 2º semestre de 2022.
* Por. CGRH nº 11, de 13/09/22, D.O. de 14/09/22 - Dispõe sobre as inscrições do Processo de Atribuição Inicial de Classes e Aulas para o ano letivo de 2023.
* Com. CGRH de 16/09/22, D.O. de 17/09/22 - Dispõe sobre o Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Docentes.
* Com. CGRH nº 14, de 30/09/2022, D.O. de 01/10/22 - Dispõe sobre a Inscrição para o Processo de Atribuição de Classes e Aulas 2023 – Port. CGRH nº 11/22.
* Com. CGRH, de 06/10/22, D.O. de 07/10/22 - Torna pública a alteração do Anexo II – Cronograma, do Edital de Abertura de Inscrições do Processo Seletivo Simplificado, publicado em 17/09/2022.
* Res. SEDUC nº 85, de 07/11/22, D.O. de 08/11/22 - Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério, e dá providências correlatas.
* Port. CGRH nº 22, de 22/11/22, D.O. de 23/11/22 - Estabelece datas e procedimentos para o Processo de Atribuição Inicial de Classes e Aulas para o ano letivo de 2023.
* Port. CGRH nº 23, de 24/11/22, D.O. de 25/11/22 - Altera a Portaria CGRH nº 22, de 22/11/22, que estabelece procedimentos e cronograma para o Processo de Atribuição Inicial de Classes e Aulas para o ano letivo de 2023.
* Port. CGRH nº 24, de 29/11/22 – D.O. de 30/11/22 - Altera a Port. CGRH nº 22, de 22/11/22, que estabelece procedimentos e cronograma para o Processo de Atribuição Inicial de Classes e Aulas para o ano letivo de 2023.
* Port. CGRH nº 26, de 07/12/22 – D.O. de 08/12/22 - Altera a Port. CGRH nº 22, de 22/11/22, que estabelece datas e procedimentos para o Processo de Atribuição Inicial de Classes e Aulas para o ano letivo de 2023.
* Port. CGRH nº 27 de 13/12/22 – D.O. de 14/12/22 - Altera a Port. CGRH nº 22, de 2211/22, que estabelece procedimentos e cronograma para o Processo de Atribuição Inicial de Classes e Aulas para o ano letivo de 2023.
* Resolução SEDUC nº 102, de 23/12/22, D.O. de 24/12/22 - Dispõe sobre a prorrogação dos contratos dos docentes celebrados nos termos da LC nº 1.093/09, a que se refere a LC nº 1.381, de 16/12/22.
* Port. CGRH nº 02, de 17/01/23, D.O. de 18/01/23 - Altera a Port. CGRH nº 01, de 13/01/23, que estabelece procedimentos e cronograma para continuidade do Processo de Atribuição Inicial de Classes e Aulas para o ano letivo de 2023.
* Port. CGRH nº 03, de 19/01/23, D.O. de 20/01/23 - Estabelece procedimentos de atendimento prioritário a docente contratado e a candidato à contratação, em condição de cuidador parental, no Processo de Atribuição Inicial de Classes e Aulas para o ano letivo de 2023.
* Com. Ex. Subsecretaria/CGRH-2023 n°39, de 03/03/23 - Dispõe sobre Atividades Diversificadas (APDs), tendo em vista a uniformização dos procedimentos a serem adotados no cumprimento das Atividades Pedagógicas Diversificadas previstas na Resolução SEDUC nº 55 de, 29/06/22, D.O. de 30/07/22, que dispõe sobre a realização de (APDs). (sem publicação).
* Port. CGRH nº 07, de 03/07/23, D.O. de 03/07/2023 - Estabelece cronograma e diretrizes para o processo de atribuição da Educação de Jovens e Adultos – EJA, para o 2º semestre de 2023.
* Port. CGRH nº 07, de 05/07/23, D.O. de 06/07/23 - Estabelece cronograma e diretrizes para o processo de atribuição da Educação de Jovens e Adultos – EJA, para o 2º semestre de 2023. (*Republicada por conter incorreções.*)
* Port. CGRH nº 09, de 21/07/23, D.O. de 24/07/23 - Altera a Port. CGRH nº 7, publicada em 03 e 06/07/2023, que estabelece o cronograma de atribuição da Educação de Jovens e Adultos – EJA, para o 2º semestre de 2023.
* Res SEDUC nº 28, de 25/07/23, D.O. de 26/07/23 - Dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério e dá providências correlatas
* Res. SEDUC nº 33 de, 04/08/23 - Constitui Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado - PSS e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 47 de 06/11/23, D.O. de 06/11/23 - Dispõe sobre as regras de inscrição e classificação para o processo anual de atribuição de classes e aulas ao docente efetivo e ao não efetivo do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação.
* Res. SEDUC nº 47, de 01/11/23, D.O. de 07/11/23 - (***Republicada por conter incorreções***). (Revoga parcialmente a Res SEDUC nº 85/22, dos artigos 1º ao 9º).
* Port. CGRH nº 13, de 08/11/23 – D.O. de 09/11/23 - Dispõe sobre as inscrições do Processo de Atribuição Inicial de Classes e Aulas para o ano letivo de 2024.
* Port. CGRH nº 14, de 21/11/23, D.O. de 22/11/23 - Altera a Port. CGRH nº 13, de 08/11/23, que dispõe sobre as inscrições do Processo de Atribuição Inicial de Classes e Aulas para o ano letivo de 2024.
* Res. SEDUC nº 67, de 01/12/23, D.O. de 04/12/23 - Altera a Res. SEDUC n°47, de 01/11/23, que dispõe sobre as regras de inscrição e classificação para o processo anual de atribuição de classes e aulas ao docente efetivo e ao não efetivo do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação.
* Edital de Retificação do Edital de Abertura de Inscrições- D.O. de 18/12/22. (Concurso Público nº 01/2023).
* Res. SEDUC nº 74, de 19/12/23, D.O. de 20/12/23 - Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério, e dá providências correlatas.
* Port. CGRH nº 16, de 19/12/23, D.O. de 20/12/23 - Estabelece datas e procedimentos para o Processo de Atribuição Inicial de Classes e Aulas para o ano letivo de 2024.
* Port. CGRH nº 01, de 08/01/24, D.O. de 09/01/24 - Altera a Port. CGRH nº 16, de 19/12/23, que dispõe sobre as inscrições do Processo de Atribuição Inicial de Classes e Aulas para o ano letivo de 2024.
* Port. CGRH nº 16, 19/12/23, D.O. de 20/12/23 - Estabelece datas e procedimentos para o Processo de Atribuição Inicial de Classes e Aulas para o ano letivo de 2024. (Republicado).
* Res. SEDUC nº 2, de 18/01/24, D.O. de 19/01/24 - Dispõe sobre a contratação de docentes por tempo determinado, de que trata a LC nº 1.093/09, e dá providências correlatas.
* Portaria CGRH nº 03, de 18/01/24, D.O. de 19/01/24 - Dispõe sobre o cronograma de atribuição de classes e aulas para o ano letivo 2024 aos candidatos à contratação e aos docentes contratados nos termos da LC nº 1.093/09, e dá providências correlatas.
* Port. CGRH nº 05, de 22/01/24, D.O. de 23/01/24 - Altera dispositivos da Port. CGRH nº 16, de 19/12/23 e da Port. CGRH 03, de 18/01/24.
* Port. CGRH nº 07, de 29/01/24, D.O. de 30/01/24 - Altera dispositivo da Port. CGRH nº 03, de 18/01/24.
* Port. CGRH nº 08, de 30/01/24, D.O. de 30/01/24 - Dispõe sobre critério de classificação para atribuição de classes e aulas para o ano letivo 2024 aos candidatos à contratação e aos docentes contratados nos termos da LC nº 1.093/09.
* Port. CGRH nº 10, de 07/02/24, D.O. de 08/02/24 - Altera dispositivos da Port. CGRH nº 03, de 18/01/24.
* Port. CGRH nº 10, de 07/02/24 - Altera dispositivos da Port. CGRH nº 03, de 18/01/24.
* Port. CGRH nº 13, de 15/02/24, D.O. de 16/02/24 - Acrescenta dispositivos na Port. CGRH nº 03, de 18/01/24.
* Port. CGRH nº 16, de 20/02/24, D.O. de 21/02/24 - Acrescenta dispositivos na Port. CGRH nº 03, de 18/01/24.
* Port. CGRH nº 19, de 06/03/24, D.O. de 07/03/24 - Dispõe sobre o cronograma de atribuição de classes e aulas durante o ano para 2024 aos docentes efetivos, não efetivos, contratados e candidatos à contratação.
* Res. SEDUC nº 24, de 02/04/24, D.O. de 03/04/24 - Altera a Res. SEDUC nº 15, de 29/02/24, que trata do docente contratado nos termos da LC 1.093.

1. Autorização para Funcionamento da Escola

* Res. SS n° 493, de 08/09/94 - Normas Técnicas para Edificações de Escolas.
* Del. CEE n° 01/99 - Fixa normas para autorização de Funcionamento de Estabelecimentos e Cursos de Ensino Fundamental, Médio e Educação Profissional de Nível Técnico.
* Ind. CEE n° 01/99 - Anexada à Del. n° 01/99.
* Ind. CEE n° 04, de 30/06/99 - Autorização de Funcionamento e Supervisão de Creches e Pré-Escolas.
* Del. CEE n° 06, de 09/10/99 - Autorização e inst. de classes descentralizadas (fora da sede)
* Ind. n° 08/99 - Anexada a Del. CEE 06/99.
* Res. SE n° 16, de 17/02/04 - Competências para cassação de Cursos.
* Del. CEE nº 138, de 11/2/16, D.O. de 13/12/16 - Fixa normas para autorização de funcionamento e supervisão de estabelecimentos e cursos de educação infantil, ensino fundamental, médio e de educação profissional de nível técnico, no sistema estadual de ensino de São Paulo.
* Del. CEE n° 140/2016 - Estabelece orientações e fixa diretrizes gerais para autorização de funcionamento e supervisão de estabelecimentos de Educação Infantil no Estado de São Paulo.
* Del. CEE nº 148/2016 - Altera dispositivos da Deliberação CEE nº 138/2016, que Fixa normas para autorização de funcionamento e supervisão de estabelecimentos e cursos de educação infantil, ensino fundamental, médio e de educação profissional de nível técnico, no sistema estadual de ensino de São Paulo O Conselho Estadual de Educação, de acordo com o disposto no inciso I do artigo 2º da Lei Est. nº 10.403, de 06/07/71, e considerando a Indicação CEE nº 154/2016.
* Res. SE nº 51, de 01/11/17 - Dispõe sobre o cumprimento do disposto na Deliberação CEE nº 138/2016, quanto ao processo de autorização de funcionamento e supervisão e estabelecimentos de ensino e cursos da rede privada de ensino presencial, nos diferentes níveis e modalidades, integrantes do Sistema Estadual de Ensino de São Paulo.
* Del. CEE n° 162/2018 - Fixa Diretrizes para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 21, de 25/03/24, D.O. de 26-03-2024 - Dispõe sobre a atribuição dos componentes Tecnologia e Inovação da matriz curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Tecnologia e Robótica do Ensino Médio.

1. Auxílio Alimentação para Funcionários/Servidores

* Lei n° 7.524, de 28/10/91 - Institui Auxílio Alimentação para funcionários e servidores da Administração Centralizada.
* Dec. n° 34.064, de 28/10/91 - Regulamenta a Lei nº 7.524/91.
* Dec. n° 39.534, de 17/11/94.
* Dec. n° 48.938, de 13/09/04 - altera os Decretos anteriores.
* Dec. n° 50.079, de 06/10/05 - Dá nova redação ao Dec. n° 34.064/91.
* Dec. nº 63.139, de 04/01/18 - Fixa o valor do auxílio-alimentação, instituído pela Lei nº 7.524, de 28/10/1991.
* Dec. nº 63.140, de 04/01/2018 - Dá nova redação ao inciso I do artigo 8º do Dec. nº 34.064, de 28/10/91, de regulamentação da Lei nº 7.524, de 28/10/91, que institui o auxílio-alimentação.
* Dec. nº 67.813, de 17/07/23 – D.O. de 19/07/23 - Altera o Dec. nº 34.064, de 28/10/91, que regulamentou a Lei nº 7.524, de 28/10/91, que instituiu o auxílio-alimentação.

1. Auxílio-Funeral

* Lei nº 10.261/68 (EFP) - art. 168.
* Lei n° 500/74 - art. 22 - Institui o Regime Jurídico dos Servidores Admitidos em Caráter Temporário.
* LC n° 1012, de 05/07/07, D.O. 06/07/07 – Altera as Leis Complementares: LC 180/78, LC 10261/68, LC 207/79 – PREVIDÊNCIA – Pensão, Salário-Família, Auxílio-Reclusão, Auxílio-Funeral, Contribuições, Base de Cálculo, Abono Permanências e Afastamentos.
* LC nº 1.123, de 01/07/2010 - Altera as leis que especifica, e dá providências correlatas – Artº 1º, inc. II letra “d”

1. Auxílio-Reclusão

* Lei nº 10.261/68 – EFP
* LC nº 180/78 – Institui o Sistema de Administração de Pessoal
* LC n° 1012, de 05/07/07, D.O. 06/07/07 – Altera as Leis Complementares: LC 180/78, LC 10261/68, LC 207/79 – PREVIDÊNCIA – Pensão, Salário-Família, Auxílio-Reclusão, Auxílio-Funeral, Contribuições, Base de Cálculo, Abono Permanências e Afastamentos.
* Dec. nº 52.859, de 02/04/08, D.O. de 03/04/08 - Regulamenta a LC nº 1.012, de 05/07/07.

1. Auxílio-Transporte para despesas de locomoção do funcionário/servidor

* Lei n° 6.248, de 13/12/88 - Institui Auxílio Transporte (= Vale-Transporte: 6%).
* Dec. n° 30.595, de 13/10/89 - Regulamenta a Lei nº 6.248/88.
* LC nº 679/92 - Institui Adicional de Transporte para o Q.M. (Diretor 10% e Supervisor 20%).
* LC nº 836/97, art. 43 - Ratifica os percentuais da LC. nº 679/92.
* LC nº 1.374, de 30/03/22 – Art.º 35 – item II – letra “a”
* Dec. nº 66.800, de 31/05/22 - Regulamenta o Adicional de Transporte para classes do Quadro do Magistério, instituído pela LC. nº 679, de 22/07/92, e dá providências correlatas.

1. ATIVIDADE de Trabalho Pedagógico (A.T.P.C.) - Atividade de Trabalho Pedagógico LIVRE (ATPC-ATPL)

* Port. CENP nº 01/96.
* LC nº 836/97 - Plano de Carreira para o Magistério.
* Inst. DRHU n° 03, de 13/06/97 - Especificando a HTPC na UE com maior n° de aulas.
* Com. Conj. CENP/COGSP/CEI, de 26/02/02, D.O. 27/02/02 - Poderão ser consideradas como equivalentes às HTPCs, as horas de atividades realizadas pelos Professores enquanto participantes do PEC/Formação Universitária.
* Comunicado CENP s/n, de 29/01/08, D.O. 31/01/08 – Orientações sobre as HTPCs.
* Port. Conj. CENP/COGSP, de 06/02/09, D.O. 07/02/2009 – Instruções Gerais.
* L C nº 1.093, de 16/07/09, D.O. de 18/07/09 - Docentes Contratados.
* Res. SE nº 8, de 19/01/12, D.O. 19/01/12 - Carga horária dos docentes -horas/aulas e ATPC.
* Com. Conj. CGEB/CGRH, de 27/04/18- Orientações sobre as ATPCs.
* Com. COPED, de 16/01/20 – Orientação sobre as ATPCs.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria nº 313 de 01/04/21 - EFAPE - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo - Dispõe sobre o Cronograma integrado das ATPC e Reuniões de Trabalho.
* Res. SEDUC nº 132, de 26/11/21, D.O. de 27/11/2021 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino. (ATPC/ATPL)
* Res. SEDUC nº 133, de 29/11/21 (REVOGA RES SEDUC nº 132 de 26/11/21), D.O. de 30-11-2021.
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Nova Carreira do Magistério - Docentes Contratados
* Com. Ext. Subsecretaria/CGRH-2023 - n° 39 de 03/03/23 - Dispõe sobre Atividades Diversificadas (APDs), tendo em vista a uniformização dos procedimentos a serem adotados no cumprimento das Atividades Pedagógicas Diversificadas previstas na Res. SEDUC nº 55/22, que dispõe sobre a realização de (APDs).

1. Atividade de Natureza Essencial

* Dec. nº 64.879, de 20/03/20, D.O. de 21/03/20 - Reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 48, de 29/04/20, D.O. de 30/04/20 - Define, no âmbito da Secretaria da Educação, as atividades de natureza essencial e dá providências correlatas.

1. Avaliação da Escola

* Res. SE nº 27/96 - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar (SARESP).
* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art 9, VI.
* Par. CEE, nº 67/98 - Normas Regimentais Básicas.
* Port. MEC n° 438/98 - ENEM.
* Port. MEC nº 839/99 - SAEB.
* Port. MEC n° 931, de 21/03/05 - Novo SAEB, com divisão em ANEB e ANRESC.
* Dec. nº 9.432, de 29/06/18, D.O.U. de 30/06/18 - Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica.
* Port. nº 1.100, de 26/12/18, D.O.U. de 27/12/18 - Estabelece as diretrizes para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb no ano de 2019.
* Ind. CEE nº 180/19 - D.O. de 20/06/2019, sobre “Procedimentos de flexibilização da trajetória escolar e certificação curricular: garantia à educação e à aprendizagem”.

1. Avaliação de Desempenho de Diretores Escolares/Diretores de Escola

* Res. SEDUC nº 4, de 19/01/24, D.O. de 22/01/24 - Dispõe sobre a Avaliação de Desempenho de Diretores Escolares/Diretores de Escola e dá providências correlatas.
* Port. CGRH nº 15, de 20/02/24, D.O. de 21/02/24 - Estabelece Cronograma e Diretrizes para Avaliação de Desempenho Individual.

1. Avaliação do Rendimento Escolar

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 24, V.
* Del. CEE n° 11/96 - Ficha individual de avaliação periódica.
* Res. SE nº 27, de 29/03/96, D.O. de 30/03/96 - Dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.
* Par. CEE n° 315/97 - CLN - Trata da Del. 11/96 e ficha de avaliação.
* Ind. CEE nº 9/97 - Diretrizes para a Elaboração do Regimento Escolar.
* Del. CEE nº 10/97 - Normas para as Escolas de Ensino Fundamental e Médio.
* Par. CEE, nº 67/98 - Normas Regimentais Básicas.
* Par. CEE, nº425/98 - CEF - CEM - Avaliação e Progressão Continuada.
* Res. SE nº 124, de 13/11/01, D.O. de 14/01/01 - Dispõe sobre a realização das provas de avaliação dos Ciclos I e II do Ensino Fundamental, nas escolas da rede estadual de ensino, em 2001.
* Res. SE nº 14, 01/01/02, D.O. de 02/01/02 - Dispõe sobre a realização das provas de Avaliação de Ciclo - SARESP-2001.
* Res. SE nº 30, de 10/05/07, D.O. 11/05/07 - Dispõe sobre registro do rendimento escolar dos alunos das escolas públicas da Rede Estadual - "notas de 0 a 10". (REVOGADA)
* Res. SE n° 61, de 24/09/07, D.O. 25/09/07 – Dispõe sobre o registro do rendimento escolar dos alunos da rede estadual.
* Res. SE nº 77, de 06/12/11, D.O. de 07/12/11 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAs.
* Res. SE n°90, de 04/10/12, D.O. 05/10/12 – Avaliação dos alunos das escolas de Ensino Médio Integral.
* Del. CEE nº 120, de 20/05/2013, D.O. 21/05/2013 – Reconsideração e recursos sobre resultados finais de avaliação na educação básica.
* Res. SE, de 11/07/17, D.O. 12/07/17 - Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403, de 6-7-1971, Del. CEE nº 155/17, que “Dispõe sobre avaliação de alunos da Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, no Sistema Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas”.
* Del. CEE nº 161/18, de 13/06/18, D.O. 21/06/18 - Altera e acrescenta dispositivos à Del. CEE nº 155/17.
* Ind. CEE nº 161/18, de 13/06/18, D.O. 21/06/18 – Altera e acrescenta dispositivos à Del. CEE nº 155/17.
* Com. Conj. CGEB-CIMA, de 22/09/17, D.O. de 23/09/17 - Avaliação da Aprendizagem em Processo - Décima Sétima - Edição – Terceiro Bimestre – outubro de 2017.
* Com. Conj. CGEB-CIMA, de 21/08/18, D.O. de 22/08/18 - Avaliação da Aprendizagem em Processo – Vigésima Primeira Edição – Terceiro Bimestre – outubro de 2018.
* Com. Conj. de 24/04/19, D.O. de 25/04/19 - Avaliação da Aprendizagem em Processo – Vigésima Segunda Edição – Primeiro Bimestre – maio de 2019.
* Res. SE nº 62, de 29/10/2019, D.O. de 30/10/2019 – Dispõe sobre o registro do rendimento dos estudantes das escolas da Rede Estadual.
* Res. SEDUC nº 91, de 03/12/20, D.O. de 04/12/20 - Suspende, no ano de 2020, a aplicação de provas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) .
* Com. da Presidência do CEE, de 21/12/20, D.O. de 22/12/20 - Tendo em vista a publicação da homologação da Deliberação CEE-193/2020 no D.O. de 19/12/20, Seção I, página 129, republicamos, na íntegra, a Deliberação CEE-155/2017, que “Dispõe sobre avaliação de alunos da Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, no Sistema Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas”, com as alterações introduzidas pela Deliberação CEE-193/2020.
* Res. SEDUC nº 116, de 08/11/21, D.O. de 10/11/21 - Dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e a aplicação dos instrumentos de avaliação externa em 2021.
* Res. SEDUC nº 124, de 16/11/21, D.O. de 17/11/21 - Altera dispositivos da Resolução SEDUC nº 116, de 08/11/21, que dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e a aplicação dos instrumentos de avaliação externa em 2021, considerando a necessidade de adequar datas para a realização da avaliação do SARESP 2021.
* Res. SEDUC nº 143, de 20/12/21, D.O. de 21/12/21 - Dispõe sobre os procedimentos da avaliação do estudante do Ensino Médio na Formação Geral Básica e nos Itinerários Formativos, voltados para a rede estadual de ensino.
* Port. CGRH nº 05 de 24/02/23 – D.O. de 25/02/23 - Estabelece Cronograma e Diretrizes para Avaliação de Desempenho Individual.
* Res. SEDUC nº 64, de 19/07/22, D.O. de 21/07/22 - Altera dispositivos na Res. SEDUC nº 143, de 20/12/21, que dispõe sobre os procedimentos da avaliação do estudante do Ensino Médio na Formação Geral Básica e nos Itinerários Formativos, voltados para a rede estadual de ensino.

1. Avaliação Oftalmológica e Auditiva dos Alunos

* Lei n° 10.886, de 20/09/01.

1. Base Nacional Comum Curricular – BNCC

* Res. SE nº 24, de 06/03/18 - Dispõe sobre a implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC na rede estadual de ensino e dá providências correlatas

1. Banco de Informações Referentes a Pessoal, Reflexos e Encargos Sociais do Estado

* Dec. n° 52.624, de 15/01/08, D.O. 16/01/08 – Cria o Banco.

1. Bebidas Alcoólicas nas Escolas – Proibição

* Lei n° 13.545, de 20/05/09, D.O. 21/05/09 - Proibição.
* Lei nº 14.592, de 19 10/11 - Proíbe vender, ofertar, fornecer, entregar e permitir o consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade, e dá providências correlatas.

1. Biblioteca nas Escolas

* Lei n° 5.301/86 - Exigência de local adequado nas escolas.
* Res. CD/FNDE n° 58, de 23/12/04 - Programa Nacional Biblioteca da Escola.
* Res. CD/FNDE n° 36, de 08/09/05 - Altera o art. 2° da Res. 58.
* Lei nº 12.244/10 - universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país.
* Lei nº 9.674 de 26/06/98 – profissão bibliotecário.
* Lei n 7.559/11 - Plano Nacional de Leitura.
* Lei nº 10.753/03 - Institui a Política Nacional do livro.
* Res. SEDUC n° 34, de 14/08/23, D.O. de 15/08/2023 - Fica instituída a Comissão de Monitoramento e Avalição para acompanhamento da parceria celebrada entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto, por meio de Termo de Fomento, objetivando a transferência de recursos financeiros para realização da ação “cheque livros” no evento denominado “22º Feira Internacional do Livro de Ribeirão Preto – FIL.

1. Bolsa-Atleta

* Lei Fed. nº 10.891, de 09/07/04 - Institui a Bolsa-Atleta, destinada aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas e para-olímpicas.
* Lei nº 13.556, de 09/06/09 (*Atualizada até a Lei nº 14.949, de 06 de fevereiro de 2013*) Institui o "Programa Bolsa Talento Esportivo".

1. Bolsa-Escola e Bolsa-Mestrado/Doutorado

* Lei Fed. n° 10.219, de 11/04/01 - Bolsa Escola - Programa Nacional de Renda Mínima, vinculada à Educação.
* Lei nº 11.498, de 15/10/03 - Autoriza o Poder Executivo a instituir Programas de Formação Continuada destinados aos integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá outras providências correlatas.
* Res. SE nº 131, de 04/12/03 - Dispõe sobre o projeto Bolsa-Mestrado. **(Revogada pela SE n° 04/08)**
* Res. SE n° 39, de 26/06/06, D.O. 27/06/06 - Altera a Res. SE n° 131/03 - "Compromisso". **(Revogada pela SE n° 04/08)**
* Inst. CENP nº 01, de 03/11/06, D.O. 04/11/06, republicada em 10/11/06 - Conseqüências do descumprimento das normas do programa Bolsa-Mestrado
* Res. SE n° 3, de 17/01/08, D.O. 18/01/08 – Suspende, por 6 meses, novas concessões.
* Dec. n° 53.277, de 25/07/08, D.O. 26/07/08 – Nova regulamentação do Projeto Bolsa Mestrado.
* Res. SE n° 64, de 29/08/08, republicada em 02/09/08 e retificada em 03/09/08 – Novas turmas para bolsa Mestrado/Doutorado.
* Inst. Conj. CENP/COGSP/CEI/DRHU, de 29/04/09, D.O. 30/04/09 – Ressarcimento por descumprimento.
* Res. SE. N° 17, de 22/03/11, D.O. 23/03/11 – Valores, prazos, regras.
* Dec. nº 63.803, de 13/11/18, D.O. de 14/11/18 - Dá nova regulamentação ao programa de concessão de bolsas de estudo aos servidores do Quadro do Magistério para realização de pós-graduação "stricto sensu", nos termos da Lei nº 11.498, de 15/10/03.

1. Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização - Projeto

* Res. SE n° 74, de 24/11/11, D.O.26/11/11 – Dispõe sobre o Projeto Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização.

1. Bolsa Família e Bolsa Formação / Ler e Escrever

* Lei Fed. nº 10.836, de 09/01/04 - Programa de Combate à Fome.
* Dec. Fed. nº 5.209, de 17/09/04 - Regulamento da Bolsa Família.
* Port. Interministerial nº 3.789, de 17/11/04 - Condicionalidade da freqüência.
* Dec. nº 51.627, de 01/03/07, D.O. 02/03/07 - Institui o Programa de Bolsa Formação Escola Pública e Universidade.
* Res. SE. nº 22, de 29/03/07, D.O. 30/03/07 - Constitui Grupo de Trabalho para o programa Ler e Escrever e Bolsa Formação - Escola Pública e Universidade.
* Res. SE. n° 83, de 04/12/07, D.O. 05/12/07 – Expansão do Projeto Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização.
* Res. SE n° 86, de 19/12/07, D.O. 21/12/07 – Institui o Programa Ler e Escrever nas escolas públicas da área da COGSP.
* Res. SE n° 96, de 23/12/08, D.O. 24/12/08 – Estende o programa Ler e Escrever para as escolas do interior.

1. Bônus para os Integrantes do QM

* LC n° 948, de 10/12/03 - Institui bônus aos integrantes do QM.
* Dec. n° 48.486/04 - Regulamenta a LC nº 948/03.
* LC n° 963/04.
* Dec. n° 49.365, de 09/02/05 - Regulamenta e define critérios para 2004.
* LC n° 984, de 29/12/05 - Institui bônus aos integrantes do QM.
* LC nº 1006, de 21/12/06 - idem.

1. Bônus Merecimento para os Servidores do QSE e QAE

* LC n° 949, de 12/12/03 - Institui Bônus Merecimento aos Servidores do QSE e QAE em exercício na SE.
* LC n° 966/04.
* Dec. n° 49.395, de 22/02/05 - Regulamenta e define critérios para 2004.
* LC n° 983, de 29/12/05 - Institui Bônus Merecimento aos Servidores do QSE e QAE em exercício na SE.
* LC nº 1005, de 21/12/06 - idem.

1. Bônus Gestão (legislação antiga)

* LC nº 890/00 - Institui Bônus Gestão às classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério.
* Dec. n° 46.168, D.O. 10/10/01 - Regulamenta a LC nº 890/00.
* LC n° 927/02 - Institui Bônus Gestão às classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* LC n° 938/03 - Altera as LCs. nos 927 e 928, de 12/09/02.

1. Bônus Mérito (legislação antiga)

* LC nº 891/00 - Institui Bônus Mérito às classes de docentes do QM.
* Dec. n° 46.167, D.O. 10/10/01 -Regulamenta a LC nº 891/00.
* LC n° 928/02 - Institui Bônus Mérito às classes de docentes do QM.
* LC n° 938/03 - Altera as LCs.nºs 927 e 928, de 12/09/02.

1. Bônus Resultado – Bonificação por Resultado

* LC n° 1078, de 17/09/08, D.O. 18/09/08 – Institui a Bonificação por Resultados no âmbito da S.E.
* Res. Conj. CC/SF/SEP/SGP – 1, de 10/03/09, D.O. 11/03/09 – Dispõe sobre a definição dos indicadores globais da S.E. para fins de pagamento da Bonificação por Resultados.
* Res. Conj. CC/SF/SEP/SGP – 2, de 10/03/09, D.O. 11/03/09 – Dispõe sobre a fixação de metas para os indicadores globais de S.E.
* Dec. nº 54.173, de 26/03/09, D.O. 27/03/09 – Dispõe sobre a fixação de percentual para fins de pagamento.
* Dec. nº 54.174, de 26/03/09, D.O. 27/03/09 – Pagamento do bônus a servidores afastados.
* Res. SE n° 21, de 26/03/09, publicada em 27/03/09 – Fixação das metas para 2008, por escola.
* Res. SE n° 22, de 27/03/09, publicada em 28/03/09, e republicada em 01/04/09 – Definição dos indicadores específicos da SE.
* Res. SE n° 23, de 27/03/09, publicada em 28/03/09 – Estabelece normas relativas à bonificação.
* Res. SE n° 25, de 27/03/09, publicada em 28/03/09 – Dispõe sobre o valor de índice de cumprimento de metas (IC) para 2008, por escola e DE.
* Res. Conj. CC/SF/SEP/SGP n° 3, de 27/03/09, D.O. 28/03/09 – Dispõe sobre o montante a ser despendido pela SE, relativo a 2008 (R$ 600.000.000,00)
* Res. SE n° 20/11 – Altera dispositivos.
* Res. SE n° 35, de 28/03/12, D.O. 29/03/12 – Altera dispositivos – servidores não vinculados às escolas.
* Res. SE nº 24, de 27/03/09 - Institui comissão para apuração dos indicadores específicos para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC nº 1078, de 17/12/08.
* Res. Conj. CC/SF/SEP/SGP nº 5, de 07/08/09 - Dispõe sobre a fixação de metas para os indicadores globais da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC n° 1078/08, para o exercício de 2009.
* Res. SE nº 31 de 22/03/10 - Dispõe sobre a definição dos indicadores específicos da SE para fins de pagamento de Bonificação de Resultados.
* Res. SE nº 32 de 22/03/10 - Dispõe sobre valor do indicador de cumprimento de metas das UEs e administrativo da SE para fim de BR 2009.
* Res. SE nº 20, de 30/03/11 - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC nº 1078, de 17/12/08.
* Res. SE n° 15, de 17/03/17 - Dispõe sobre fixação de Metas do IDESP, para fins de pagamento da bonificação por resultados – BR, instituída pela LC 1.078, de 17/12/08, para o Exercício de 2016.
* Res. SE nº 22, de 18/04/17 - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC 1.078, de 17/12/08.
* Res. SE nº 75, de 27/12/17 - Dispõe sobre fixação de metas do Idesp, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC nº 1.078, de 17/12/08, para o exercício de 2017.
* Res. Conj. CC/SG/SF/SPG nº 13, de 1º/12/17 - Dispõe sobre a definição e os critérios de apuração e avaliação dos indicadores globais da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC nº 1.078/08, para o exercício de 2017.
* Res. Conj. CC/SG/SF/SPG nº 14, de 1º/12/17 - Dispõe sobre a fixação das metas para os indicadores globais da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC 1.078/08, para o exercício de 2017.
* Res. SE nº 26, de 21/03/18 - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC nº 1.078, de 17/12/08.
* Res. SE nº 58, de 10/09/18, D.O. 11/09/18 - Institui Comissão Especial sobre Bonificação por Resultados – BR
* Res. Conj. CC/SF/SPG-11, de 27/12/2018, D.O. 18/01/19 – Dispõe sobre a fixação das metas para os indicadores globais da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da bonificação por Resultados – Instituída pela Lei nº1078/2008, para o exercício de 2018.
* Res. SE nº 16, de 18/04/19, D.O. de 18/04/19 – Estabelece Normas relativas à Bonificação por Resultados-BR, instituída pela LC nº 1.078, de 17/12/08.
* Res SE nº 21, de 26/03/09, D.O. de 27/03/09 - Dispõe sobre a fixação das metas para os indicadores específicos das unidades escolares da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº 1078, de 17 de dezembro de 2008, para o exercício de 2008.
* Res. SE nº 22, de 27/03/09, DO de 28/03/2009 - Dispõe sobre a definição dos indicadores específicos da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1078/08, seus critérios de apuração e avaliação.
* Res SE nº 23, de 27/03/09, D.O. de 28/03/09 - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1078/08.
* Res. SE nº 26, de 27/03/09, D.O. de 28/03/09 - Dispõe sobre a fixação das metas para os indicadores específicos das unidades escolares da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1078/08, para o exercício de 2009.
* Res nº SE nº 25, 27/03/09, D.O. de 28/03/09 - Dispõe sobre o valor de índice de cumprimento de metas.
* Res. SE nº 31, de 22/03/10, D.O. de 23/03/10 - Dispõe sobre a definição dos indicadores específicos da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078/08, seus critérios de apuração e avaliação
* Res. SE nº 32, de 22/03/10, D.O. de 23/03/10 - Dispõe sobre o valor do índice de cumprimento de metas das unidades escolares e administrativas da Secretaria da Educação, para fins de pagamento de Bonificação por Resultados – BR, referente ao exercício de 2009
* Res. SE nº 34, de 23/03/10, D.O. de 24/03/10 - Dispõe sobre a fixação de metas para os indicadores específicos das unidades escolares da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078/08, para o exercício de 2010.
* Res. SE nº 43, de 17/05/10, D.O. 18/05/10 - Dispõe sobre pagamento de bonificação por resultados.
* Res. SE nº 45, de 25/05/10, D.O. de 26/05/10 - Dispõe sobre o valor do Índice de Cumprimento de Metas e de seu Adicional de Qualidade, referentes ao exercício de 2009, e sobre a fixação de metas para os indicadores específicos para o exercício de 2010, das unidades escolares que especifica, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados-BR, instituída pela LC nº 1078/08.
* Res. SE nº 63, de 23/09/10, D.O. de 24/09/2010 - Dispõe sobre o valor do Índice de Cumprimento de Metas e de seu Adicional de Qualidade, referentes ao exercício de 2009, e sobre a fixação de metas para os indicadores específicos para o exercício de 2010, das unidades escolares que especifica, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados-BR, instituída pela LC nº 1078/08.
* Res. SE nº 20, de 30/03/11, D.O. de 31/03/11 - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1078/08.
* Res. SE nº 21, de 30/03/11, D.O. de 31/03/11 - Dispõe sobre do indicador global das unidades de ensino e do valor do índice de cumprimento de metas das unidades escolares e administrativas da Secretaria da Educação, para fins de pagamento de Bonificação por Resultados – BR, referente ao exercício de 2010
* Res. SE nº 35 de 28/03/12, D.O. de 29/03/2012 - Altera dispositivos da Res SE nº 20, de 30/03/11, que estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC. nº 1078, de 17/12/08.
* Res. SE nº 36, de 29/03/12, D.O. de 30/03/12 - Dispõe sobre a fixação de metas para os indicadores específicos das unidades escolares da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC. nº 1.078, de 17/12/08, para o exercício de 2012
* Res. SE nº 37, de 30/03/12, D.O. de 31/03/12 - Dispõe sobre a autorização de pagamento da Bonificação por Resultados – BR da Secretaria da Educação, referente ao período de avaliação de janeiro a dezembro de 2011.
* Res. SE nº 41, de 09/04/12, D.O. de 10/04/12 - Dispõe sobre a definição dos indicadores específicos da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC. nº 1.078, de 17/12/08, seus critérios de apuração e avaliação.
* Res. SE nº 21, de 09/04/13, D.O. de 10/04/13 - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078, de 17/12/08.
* Res. SE nº 88, de 20/12/13, D.O. de 21/12/13 - Dispõe sobre a fixação de metas para os indicadores globais da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC. nº 1.078, de 17/12/08, para o exercício de 2013.
* Res. SE nº 16, de 27/03/15, D.O. de 28/03/15 - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078, de 17/12/08.
* Res. SE nº 52, de 22/10/15, D.O. de 23/01/15 - Dispõe sobre fixação de metas do IDESP, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar 1.078, de 17-12-2008, para o exercício de 2015.
* Res. Conj. CC/SG/SF/SPG nº 13, de 18/11/15, D.O. de 19/11/15 - Dispõe sobre a definição dos indicadores globais da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078/08, seus critérios de apuração e avaliação.
* Res. Conj. CC/SG/SF/SPG nº 14, de 18/11/15, D.O. de 19/11/15 - Dispõe sobre a fixação das metas para os indicadores globais da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC nº 1.078/08, para o exercício de 2015.
* Res. SE nº 27, de 12/04/16, D.O. de 13/04/16 - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078/12/08.
* Res. SE nº 15, de 17/03/17, D.O. de 18/03/17 - Dispõe sobre fixação de Metas do IDESP, para fins de pagamento da bonificação por resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078/08, para o Exercício de 2016.
* Res. SE nº 22, de 18/04/17, D.O. de19/04/17 - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078/08.
* Res. SE nº 31, de 11/07/17, D.O. de 12/07/17 - Altera dispositivo da Res. SE nº 22, de 18/04/17, que estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078/08.
* Res. Conj. CC/SG/SF/SPG nº 14, de 01º/12/17, D.O. de 02/12/2017 - Dispõe sobre a fixação das metas para os indicadores globais da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078/08, para o exercício de 2017.
* Res. Conj. CC/SG/SF/SPG nº 13, de 01º/12/17, D.O. de 02/12/17 - Dispõe sobre a definição e os critérios de apuração e avaliação dos indicadores globais da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078/08, para o exercício de 2017.
* Res. SE nº 75, de 27/12/17, D.O. de 28/12/17 - Dispõe sobre fixação de metas do Idesp, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC. nº 1.078/08, para o exercício de 2017.
* Res. SE nº 26, de 21/03/18, D.O. de 22/03/18 - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC. nº 1.078/08, para o exercício de 2017.
* Res. SE nº 58, de 10/09/18, D.O. de 11/09/18 - Institui Comissão Especial sobre Bonificação por Resultados – BR.
* Res. SE nº 11, de 28/03/19, D.O. de 29/03/19 - Dispõe sobre fixação de metas do IDESP, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC. nº 1.078/08, para o exercício de 2018
* Res. SE nº 16, de 18/04/19, D.O. de19/04/19 - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC. nº 1.078/08.
* Res. Conj. CC/SG/SFP nº 3, de 10/09/20 - Ementa: Dispõe sobre o pagamento de adicional do valor da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC nº 1.079/08, referente ao período de avaliação de janeiro a dezembro de 2019.
* Res. SEDUC nº 64, de 11/09/20, D.O. de 12/09/20 - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078/08.
* Res. SEDUC nº 92, de 28/09/21, D.O. de 06/10/21 - Altera dispositivos da Resolução SE nº 68, de 12-12-2017, para ampliação e reorganização das aulas do ensino colaborativo, no âmbito do atendimento educacional especializado e dá providências correlatas.
* Res. Conj. CC/SG/SFP nº 4, de 07/10/21, D.O. de 08/10/21 - Dispõe sobre a definição, e os critérios de apuração e avaliação, dos indicadores globais da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC nº 1.078/08, no exercício de 2021.
* Res. Conj. CC/SG/SFP nº 5, de 07/10/21, D.O. de 08/10/21 - Dispõe sobre a fixação das metas para os indicadores globais da Secretaria da Educação, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC nº 1.078/08, para o exercício de 2021.
* Dec. nº 66.135, de 18/10/2021, D.O. de 19/10/2021 - Fixa, conforme o caso, o percentual ou o valor anual máximo para pagamento de Bonificação por Resultados – BR.
* Dec. nº 66.772, de 24/05/2022, D.O. de 25/05/22 - Regulamenta a Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.361/21, e dá providências correlatas.
* Dec. nº 66.781, de 25/05/22, D.O. de 25/05/22 - Dispõe sobre a fixação do percentual para fins de pagamento de Bonificação por Resultados - BR, nos termos da LC nº 1.086/09, relativa ao exercício de 2021, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 99, de 20/12/22, D.O. de 21/12/22 - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados – BR, instituída pela LC nº 1.078, de 17/12/08, referente ao exercício de 2021.
* SÃO PAULO PREVIDÊNCIA PORTARIA SPPREV nº 98 de 13/03/23 – D.O. de 14/03/23. - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.361, de 21/10/21 para o exercício de 2022.

1. Bônus (Novo) no âmbito da Administração Direta e Autarquias.

* Lei Comp. nº 1.361, de 21/10/21, D.O. de 22/10/21 - Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da administração direta e autarquias, cria a Controladoria Geral do Estado, dispõe sobre a Assistência Técnica em Ações Judiciais, altera as Leis nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, e nº 500, de 13 de novembro de 1974, as Leis Complementares nº 180, de 12 de maio de 1978, nº 367, de 14 de dezembro de 1984, nº 432, de 18 de dezembro de 1985, nº 907, de 21 de dezembro de 2001, nº 1.034, de 4 de janeiro de 2008, nº 1.059, de 18 de setembro de 2008, nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, nº 1.093, de 16 de julho de 2009, nº 1.104, de 17 de março de 2010, nº 1.122, de 30 de junho de 2010, nº 1.144, de 11 de julho de 2011, nº 1.157, de 2 de dezembro de 2011, nº 1.164, de 4 de janeiro de 2012, nº 1.195, de 17 de janeiro de 2013, nº 1.245, de 27 de junho de 2014, nº 1.317, de 21 de março de 2018, e nº 1.354, de 6 de março de 2020, revoga a Lei nº 1.721, de 7 de julho de 1978, as Leis Complementares nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008, nº 1.086, de 18 de fevereiro de 2009, e nº 1.121, de 30 de junho de 2010, e dá providências correlatas.
* Dec. nº 67.842, de 27/07/23, D.O. de 28/07/23 - Altera os Decs. nº 67.053, de 17/08/22, que fixa, conforme o caso, o percentual ou o valor anual máximo para pagamento das Bonificações por Resultados - BR relativas ao exercício de 2022, e nº 66.772, de 24/05/22, que regulamenta a Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.361, de 21/10/21.
* Res. Conj. CC/SGGD/SFP nº 3, de 04/09/23, D.O. de 05/09/23 - Dispõe sobre a apresentação de propostas para definição de indicadores globais, seus critérios de avaliação, as respectivas metas e apuração de resultados da Bonificação por Resultados – BR, referente ao exercício de 2023, na Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 42 de, 27/09/23, D.O. de 28/09/23 - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.361/21.

1. Busca Ativa

* Res. SEDUC nº 39 de, 05/09/23, D.O. de 06/09/23 - Estabelece procedimento de prevenção à evasão e “Busca Ativa” de alunos da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

1. Calendário Escolar

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 23, § 2° e art 24, I.
* Ind. CEE nº 09/97 - Diretrizes para a Elaboração do Regimento.
* Del. CEE nº 10/97 - Normas para as Escolas de Ensino Fundamental e Médio.
* Par. CEE, nº 67/98 - Normas Regimentais Básicas.
* Par. CNE/CEB n° 01/02.
* Res. SE nº 44, de 07/07/11, D.O. 08/07/11 – Divide as férias dos docentes em 15 dias em janeiro e 15 dias em julho.
* Dec. nº 57.121, de 11/07/11, D.O. 12/07/11 – Institui o Programa Rede de Ensino Médio Técnico – REDE – na SE.
* Res. SE nº 47, de 12/07/11, D.O. 13/07/11 – Regulamenta o Dec. nº 57.121/11 – Programa REDE.
* Res. SE nº 65, de 09/12/19, D.O. de 10/12/19 - Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2020.
* Res. SEDUC nº 47, de 29/04/20. Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar devido à suspensão das atividades escolares presenciais como medida de prevenção do contágio pelo coronavírus (Covid-19).
* Res. SEDUC nº 39, de 03/04/20, D.O. de 04/04/20 - Inclui dispositivo na Res. SE nº 65, de 09/12/19, que dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2020
* Res SEDUC nº 44, de 20/04/20, D.O. de 21/04/20 - Dispõe sobre a reorganização do calendário escolar, das atividades pedagógicas e a extensão do teletrabalho devido à suspensão das atividades escolares presenciais para prevenir o contágio pelo coronavírus (COVID-19) e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 45, de 20/04/20, D.O. de 21/04/20 - Dispõe sobre a realização e o registro de atividades escolares não presenciais pelas unidades escolares vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, durante o período de restrição das atividades presenciais devido à pandemia de COVID19.
* Res. SEDUC nº 47, de 29/04/20, D.O. de 30/04/20 - Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar devido à suspensão das atividades escolares presenciais como medida de prevenção do contágio pelo coronavírus (Covid-19)
* Res. SEDUC nº 60, de 19/08/20, D.O. de 20/08/20 - Altera a Res. SEDUC nº 47, de 29/04/20, que dispõe sobre a elaboração do calendário escolar devido à suspensão das atividades escolares presenciais como medida de prevenção do contágio pelo Coronavírus (Covid-19) e dá providências correlatas
* Res. SEDUC nº 73, de 15/10/20, D.O. de 16/10/20 - Altera as Res. SEDUC nº 47, de 29/04/20 e Res. SEDUC nº 60, de 19/08/20, que dispõem sobre a elaboração do calendário escolar devido à suspensão das atividades escolares presenciais como medida de prevenção do contágio pelo Coronavírus (Covid-19) e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 83, de 10/11/20, D.O. de 11/11/20 - Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2021
* Res. SEDUC nº 19, de 04/02/21, D.O. de 05/02/21- Altera a Res. SEDUC nº 83, de 10/11/20, que dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2021.
* Res. SEDUC nº 20, de 05/02/20, D.O. de 09/02/2021- Altera a Res. SEDUC nº 83, de 10/11/20, que dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2021.
* Res. SEDUC nº 36, de 12/03/21, D.O. de 13/03/21 - Altera a Res. SEDUC nº 83, de 10/11/20, que dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2021, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 139, de 13/12/21, D.O. de 15/11/21 - Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2022.
* Res. SEDUC nº 95, de 13/12/22, D.O. de 14/12/22 - Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar da rede estadual de ensino para o ano letivo de 2023.
* Res. SEDUC n° 59, de 17/11/23, D.O. de 17/11/23 - Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar da rede estadual de ensino para o ano letivo de 2024.

***OBS****: Todo final de ano é publicada uma Res. que orienta a montagem do calendário*

1. Campeonato Escolar de Esportes – (Jogos Escolares)

* Res. SE nº 142, de 14/12/01 - Dispõe sobre atividades curriculares desportivas.
* Res. CC, de 24/05/02 - Autorização para participação em Competições Desportivas.
* Port. Conjunta G/CEL e COGSP/CEI/CENP nº 1, de 01/04/02 - Regulamento Geral do Campeonato Escolar.
* Res. Conjunta SE/SJEL, de 04/12/02 - Dispõe sobre o Campeonato Escolar de Esportes na Rede Estadual de Ensino do Estado de SP.
* Dec. nº 47.699 de 11/03/03 - Institui a Olimpíada Colegial do Est. de SP.
* Res. Conjunta SE/SJEL n° 1, de 14/03/03 - Dispõe sobre a Olimpíada Colegial do Estado de São Paulo.
* Port. Conjunta G/CEL e COGSP/CEI/CENP nº 01, de 14/03/03 - Estabelece o Regulamento Geral da Olimpíada Colegial do Estado de São Paulo.
* Port. Conjunta G/CEL e COGSP/CEI/CENP nº 02, de 14/03/03 - Estabelece o Regulamento Técnico por Modalidade da Olimpíada Colegial do Estado de São Paulo.
* Res. SJEL nº 07, de 12/05/04 - Institui os Jogos Escolares do Estado de São Paulo.
* Lei Fed. nº 10.891, de 09/07/04 - Institui a Bolsa-Atleta.
* Lei nº 13.556, de 09/06/09, D.O. 10/06/09 - Institui o “Programa Bolsa Talento Esportivo”.
* Lei nº 14.949, de 06/02/13, D.O. 07/02/13 - Altera a Lei nº 13.556, de 09/06/09.
* Port. Conj. G-CEL – SESP/G-COPED- SEDUC/GSEDPCD/G -CEETEPS-SCTI, de 24/02/23, D.O. de 25/02/23 - Dispõe sobre os jogos Escolares do Estado de São Paulo - JEESP.
* Portaria nº 001 Conj. G-CEL-SESP-G-COPED-SEDUC-GSEDPCD-G-CEETEPS-SCTI de 19/01/24, D.O. de 23/01/24 - Dispõe sobre os Jogos Escolares do Estado de São Paulo – JEESP- e dá providências correlatas.
* Res. Conj. SE/SELJ/SDPCD/SDECT nº 2, de 07/02/24, D.O. de 08/02/24 - Institui a Comissão responsável pela Coordenação dos Jogos Escolares do Estado de São Paulo, de que trata o Dec. nº 58.986/13.

*OBS: Todo ano é publicado o Calendário dos Jogos.*

1. Câncer - Direitos dos Pacientes Portadores da Doença

* CF/88 - art. 196 - "direito à saúde".
* Lei Fed. nº 7.713/88, alterada pela Lei Fed. nº 8.541/92 - Isenção do pagamento de Imposto de Renda (aos aposentados).
* Lei Fed. n° 8.036/90 - art. 20, inc. XI - Levantamento do FGTS.
* Lei Fed. n° 8.080/90 - Lei Orgânica da Saúde - Responsabilidade do Estado.
* Lei Fed. n° 8.922/94 - Levantamento do FGTS.
* Res. n° 01/96 -Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/PASEP - Levantamento do PIS/PASEP.
* Lei Fed. n° 9.311/96 - Direito à compensação da CPMF de valores até 10 salários mínimos.
* Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99) - art. 39, XXXIII; e Inst. Normativa da Secretaria da Receita Fed. (INSRF) n° 15/01 - art. 5°, XII - Isenção do Imposto de Renda na aposentadoria.
* Lei Fed. n° 9.797/99 - Cirurgia Reconstrutiva da Mama.

***OUTROS DIREITOS****:*

*Auxílio Doença (aos filiados ao INSS)*

*Renda Mensal Vitalícia (aos filiados ao INSS, que comprovarem renda familiar baixa)*

*Aposentadoria por Invalidez*

*Isenção de ICMS na Compra de Veículos Adaptados*

*Isenção de IPI na Compra de Veículos Adaptados*

*Isenção de IPVA na Compra de Veículos Adaptados*

*Quitação do Financiamento da Casa Própria*

*Compensação de Valores Recolhidos através da CPMF*

*Atendimento Jurídico Prioritário*

*Cobertura Total nos Planos de Saúde*

*Acesso aos Dados do Serviço Médico*

*Garantia Constitucional contra Discriminação*

*Gratuidade nos Transportes Públicos para os de baixa renda (aqui depende de lei municipal, que já existe, por exemplo, na cidade de São Paulo)*

1. Cantina Escolar

* Dec. n° 12.983/78 - APM Alterado pelo Dec. nº 48.408/04 - Estatuto Padrão.
* Port. DAE, de 24/02/83 - Cantina Escolar Normas para funcionamento de cantinas escolares.
* Dec. n° 48.408, de 06/01/04 - Altera o Dec. nº 12.983/78 e acrescenta dispositivos que especifica ao Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres.
* Port. Conjunta COGSP/CEI/DSE, de 23/03/05, D.O. 24/03/05 - Normas para Funcionamento das Cantinas Escolares - "Alimentos Saudáveis" - "180 dias - regularização".
* Port. Interministerial nº 1.010 de 08/05/06, D.O. de 09/05/06 - Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.

1. Carga Horária, Jornadas e Remuneração nas Escolas

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 67.
* Port. CENP nº 01/96 - Diretrizes para o HTPC.
* LC nº 836/97 - Plano de Carreira para o Magistério.
* Ind. CEE nº 09/97 - Diretrizes para a Elaboração do Regimento.
* Del. CEE nº 10/97 -Fixa Normas para as Escolas de Ensino Fundamental e Médio.
* Dec. n° 42.965/98 - H.T.P. e Jornada de Trabalho.
* Dec. n° 43.630, de 17/11/98 - Dá nova redação ao § 1° do art. 16 do Dec. n° 42.965/98.
* Res. SE nº 04/98 e 09/98 - Ensino Fundamental - Matriz Curricular.
* Res. SE nº 07/98 e 10/98 - Ensino Médio - Matriz Curricular.
* Res. SE n° 09, de 23/01/98 - Inclui Anexo IV na Res. SE n° 04/98.
* Res. SE n° 10, de 23/01/98 - Inclui Anexos III e IV na Res. SE n° 07/98.
* Res. SE n° 11, de 23/01/98 - Inclui Anexo III, IV e CEFAM.
* Res. SE nº 12/98 - Cursos de Educação Profissional Técnica.
* LC n° 958/04 - Altera a LC n° 836/97.
* Res. SE n° 18, de 24/02/06, D.O. 25/02/06 - Dispõe sobre a complementação de carga horária relativa às aulas ministradas pelo pessoal docente (retificada em 18/03/06).
* Com. SE, D.O. 04/05/06 - Referente à Res. SE n° 18/06 - HTPL.
* Res SE nº 60, de 31/08/06, D.O. 01/09/06 – Escolas de 3 turnos diurnos – aulas aos sábados.
* LC n° 1.093, de 16/07/09, D,O. 17/07/09 – Processo seletivo simplificado.
* LC n° 1.094, de 16/07/09, D.O. 17/07/09 – Institui as jornadas Integral Reduzida.
* Dec. n° 54.682, de 13/08/09, D.O. 14/08/09 – Regulamenta a contratação pelo processo seletivo simplificado.
* Inst. Conj. CEI/CENP/COGSP/DRHU – Atribuição de aulas e admissão de docentes por prazo certo e determinado.
* Inst. Norm. UCRH – n° 2, de 21/09/09, D.O. 22/09/09 – Orientações sobre os processos seletivos simplificados.
* Inst. DRHU – n° 2, de 11/11/09, D.O. 12/11/09 – Dispõe sobre a atribuição de carga horária mínima.
* Dec. n° 55.078, de 25/11/09, D.O. 26/11/09 – Dispõe sobre as jornadas de trabalho.
* LC. n° 1.106, de 25/03/10, D.O. 26/03/10 – Concessão de abono complementar aos servidores que não atingirem o salário mínimo regional.
* LC n° 1.107, de 23/04/10, D.O. 24/04/10 – Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários (incorporação da GAM).
* Inst. CENP/DRHU, de 30/06/10, D.O. 01/07/10 – Carga horária do ensino fundamental e médio – Orientações para dirigentes e diretores.
* Res. SE nº 8, de 19/01/12, D.O. 20/01/12 – Nova carga horária dos docentes da rede estadual de ensino (Horas – relógios e horas-aula).(Revogada pela Res. SE 72 de 16/12/2019)
* Res. SE nº 72, de 16/12/19, D.O. de 17/12/19 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* Resolução SE nº 2, de 03/01/20, D.O. de 04/01/20 - Altera a Res. SE nº 72, de 16/12/19, que dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* Res SE nº 76, de 03/01/20, D.O. de 04/01/2020 - Altera a Res. SE nº 72, de 16/12/19, que dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* Res. SEDUC nº 132, de 26/11/21, D.O. de 27/11/21 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* Res. SEDUC nº 133, de 29/11/21 (Revoga Res. SEDUC nº 132 de 26/11/21), D.O. de 30/11/21.
* Resolução SEDUC nº 15, de 14/02/22, D.O. de 15-02-2022 - Dispõe sobre a carga horária de expansão do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino.
* LC nº 1374 de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Nova Carreira do Magistério.
* Res. SEDUC nº 55, de 29/06/22, D.O. de 30/07/22 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino submetidos ao regime instituído pela LC nº 1.374/22 e providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 58 de 08/07/22, D.O. de 09/07/22 - Dispõe sobre a realização de Atividades Pedagógicas Diversificadas excepcionalmente no ano de 2022, em complemento à Res. SEDUC nº 55, de 29/06/22.

1. Cargo Público e Quadro do Magistério: Nomeação, Substituição, Posse e Exercício

* Lei nº 10.261/68 (EFP) - arts. 46 a 55 e 57 a 75.
* Dec. nº 22.031/84 - Dec. nº 31.003/89 - Regulamenta a apresentação de documentos para posse.
* LC n° 444/85 - Estatuto do Magistério, art. 22.
* Port. DRHU nº 03, de 27/02/96 - Substituições nos impedimentos legais e temporários.
* LC nº 836/97 - Plano de Carreira para o Magistério (alteração da LC n° 444/85).
* Inst. DRHU n° 01, de 13/01/99 - Uniformiza procedimentos em nomeação e admissão do pessoal do Quadro da SE.
* Inst. DRHU nº 11, de 16/12/02 - Dispõe sobre posse e exercício de PEB II (REVOGADA PELA Inst. DRHU n° 3 de 16/07/04).
* Res. SE nº 73, de 22/07/03 - Alterada pela Res. SE nº 15 de 17/01/04 e Res. SE n° 63 de 16/07/04 - Substituição da Classe de Suporte Pedagógico.
* Inst. DRHU nº 02, de 09/09/03 - Dispõe sobre posse e exercício do cargo de secretário de escola - QAE.
* Inst. DRHU nº 02, de 20/02/04 - Posse e exercício de Diretor de Escola e Supervisor de Ensino.
* Inst. DRHU n° 03 de 16/07/04 - Uniformiza os procedimentos relativos à posse e ao exercício dos nomeados para o cargo de PEB II.
* Com. DRHU n° 05 de 16/07/04 - Normatiza procedimentos a serem adotados para o ingresso de PEB II, quanto à comprovação da habilitação e atribuição de aulas da Jornada.
* Res. SE n° 63, de 16/07/04 - Altera dispositivos da Res. SE n° 73/03.
* LC n° 958/04 - Altera a LC 836/97.

*Obs: A cada evento sempre é publicada nova orientação*

* Dec. n° 53.037, de 28/05/08, D.O. 29/05/08 – Regionalização dos Concursos; remoção; substituição e contratação temporária.
* Inst. DRHU n° 1, de 25/11/10, D.O. 26/11/10 – Posse e exercício.
* Instr. CGRH nº 2, de 15/12/16, D.O. de 16/12/2016 - Dispõe sobre a posse e o exercício de candidatos nomeados para cargo efetivo de Professor Educação Básica II – PEB II, do Quadro do Magistério.
* Inst. CGRH nº 4, de 1º/09/17, D.O. de 02/09/17 - Dispõe sobre a posse e o exercício de candidatos nomeados para cargos efetivos de Professor Educação Básica I do Quadro do Magistério.
* Instr. CGRH nº 2, de 23/11/18, D.O. de 24/11/18 - Dispõe sobre a posse e o exercício de candidatos nomeados para cargo efetivo de Diretor de Escola do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 18, de 31/01/20, D.O. de 1º/02/20 - Altera a Res. SE nº 5, de 07/01/20, que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res. SEDUC nº 56, de 30/06/20, 31/06/20 - Altera a Res. SE nº 5, de 07/01/20, que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res. Seduc nº 81, de 09/11/20, D.O. de 10/11/20 - Dispõe sobre as substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res. SEDUC nº 148, de 29/12/21, D.O. de 30/12/21 - Dispõe sobre Prorrogação de prazo de validade do Concurso Público para Provimento de Cargos de Supervisor de Ensino/2020.
* Res. SEDUC nº 149, de 29/12/21, D.O. de 30/12/2021 - Dispõe sobre Prorrogação de prazo de validade do Concurso Público para Provimento de Cargos de Oficial Administrativo/2020. Republicado em 04/01/2022, por conter incorreções.
* Res. SEDUC n° 43, de 03/06/22, 04/06/22 - Dispõe sobre as substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res. SEDUC nº 78, de 17/10/22, D.O. de 18/10/22 - Constitui Comissão Especial de Concurso Público e dá providências correlatas.

1. Carreira do Magistério

* LC n° 444/85 - Estatuto do Magistério.
* LC n° 836/97 - Altera a LC 444/85.
* LC n° 958/04 - Altera a LC 836/97 (enquadramento e reenquadramento).
* LC nº 1.018, de 16/10/07, D.O. de 18/10/07 - Institui Gratificação de Função aos servidores que especifica, atualizada pela LC. nº 1.374/23.
* LC n° 1097/09 – Institui o sistema de promoção para integrantes do QM.
* Dec. n° 55.217, de 21/12/09, D.O. 22/12/09 – Regulamenta a LC n° 1.097/09.
* Edital de convocação para provas – D.O. 21/01/10, Sec I, págs. 70 e 71.
* LC nº 1.143/11 – Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários dos integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* Dec. nº 55.217, de 21/12/2009 – Regulamenta a LC nº 1.097/2009.
* Dec. nº 60.650, de 16/07/2014 – Altera o Dec. nº 55.217, de 21/12/2009.
* LC nº 1.317, de 21/03/18 – D.O. de 22/03/18 - Dispõe sobre os vencimentos e salários dos servidores que especifica (ANEXOS).
* LC nº 1.319, de 28/03/18 - Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários das classes que especifica do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dos empregos públicos em confiança do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, e dá providências correlatas.
* LC nº 1.374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Institui Planos de Carreira e Remuneração para os Professores de Ensino Fundamental e Médio, para os Diretores Escolares e para os Supervisores Educacionais da Secretaria da Educação, altera a Lei nº 10.261, de 28/10/68 e nº 500, de 13/11/74, as LCs. nº 444, de 27/1285, nº 506, de 27/01/87, nº 669, de 20/12/91, nº 679, de 22/07/92, nº 687, de 07/10/92, nº 836, de 30/12/97, nº 1.018, de 15/10/07, nº 1.041, de 14/04/08, nº 1.144, de 11/07/11 e nº 1.256, de 06/01/15, revoga as LCs. nº 744, de 28/12/93, nº 1.164 de 04/01/12 e nº 1.191, de 28/12/12.

1. Carteira de Passe (Carteira de Transporte Escolar Metropolitano)

* Res. SE n° 179, de 22/07/93 - Passe Escolar.
* Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - Lei Federal nº 9394/96;
* Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei Federal nº 8069/90;
* Res. STM n° 55, de 26/12/02.
* Dec. nº 48.631/04 alterado pelo Dec. nº 58.169/12 - Autoriza a Secretaria da Educação a, representando o Estado, celebrar convênios com Municípios Paulistas, objetivando a transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção de Programa de Transporte de Alunos da Rede Estadual de Ensino;
* Res. SE nº 27/11 - Disciplina a concessão de transporte escolar para assegurar aos alunos o acesso às escolas públicas estaduais;
* Res. SE nº 28/2011 - Disciplina a concessão de auxílio-transporte às Prefeituras Municipais para garantir aos alunos acesso à escola pública estadual.
* Lei nº 17.414, de 23/09/21, D.O. de 24/09/21 - Institui o Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo - PAINSP, com o objetivo de promover a assistência técnica e financeira do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, aos Municípios, em regime de colaboração, para melhoria da qualidade da educação básica pública.
* Dec. nº 66.177, 27/10/21, D.O. de 28/10/21 - Regulamenta a Lei nº 17.414, de 23/09/21, que institui o Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo – PAINSP.
* Res. SEDUC nº 137, de 09/12/21, D.O. de 10/12/21 - Estabelece normas complementares para aplicação dos eixos de transporte e alimentação escolar do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo PAINSP, instituído pela Lei nº 17.414, de 23/09/21, e regulamentado pelo Decreto nº 66.177, de 27/10/21.

1. Carteira de Saúde do Escolar

* Lei n° 6.855, de 09/05/90 - Institui a Carteira de Saúde do Escolar.
* Dec. n° 32.852, de 28/01/91 - Regulamenta a Lei nº 6.855/90 e dispõe sobre a expedição e preenchimento das carteiras de saúde do escolar.
* Res. SS n° 399/91 - Concessão de Carteira Escolar.
* Res. Conjunta SS/SE n° 103, de 08/03/92 - Implantação da Carteira de Saúde do Escolar.
* Lei nº 17.252, de 17/03/20, D.O. de 18/03/20 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação nas redes pública e particular da carteira de vacinação no ato da matrícula escolar.

1. Cassação de Cursos e Estabelecimentos Particulares de Ensino

* Res. SE n° 16, de 17/02/04 - Dispõe sobre a competência para cassação dos Cursos.
* Res. SE nº 29, de 13/03/12, D.O. de 14/03/12 - Dispõe sobre a delegação de atribuições e competências ao Dirigente Regional de Ensino, observadas as exigências e as diretrizes legais estabelecidas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, a competência para autorizar e encerrar o funcionamento de cursos e estabelecimentos particulares de ensino fundamental, médio e educação profissional técnica de nível médio.

1. CEEJAS – Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos

* LDB – Lei n° 9394/96, artigos 4°, 5°, 37, 38, 87 e Educação Profissional.
* Res. CNE/CEB n°1, de 05/07/00: Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação e Jovens e Adultos.
* Res. CNE/CEB, de 15/06/10 – Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.
* Res. SE n° 77, de 06/12/11 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos.
* Res. SE n° 31, de 16/05/13, D.O. 17/05/13 – Altera dispositivo da Res SE nº 77/11 (módulos).
* Res. SE nº 64, de 19/12/16 - Altera a Res SE nº 3, de 28/01/11, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 77, de 06/12/11 (Alterada pela Res. SE nº 66, de 19/12/2016) - Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAs.
* Res. SE nº 66, de 19/12/2016. (Altera a Res. SE nº 77, de 06/12/11) - Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAs.
* Res. SE nº 32, de 17/07/2017 - Dispõe sobre o detalhamento de atribuições do Centro de Aplicação de Avaliações, da Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional, e do Centro de Educação de Jovens e Adultos, da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica.
* Edital MEC nº 43, de 24/07/2017 - Dispõe sobre o Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos-ENCEJA NACIONAL 2017.
* Res. SEDUC nº 119, de 11/11/21, D.O. de 12/11/21 - Altera a Res. SE n.º 75, de 07/12/18, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAs.
* Res. SEDUC nº 89 de 18/11/22, D.O. de 19/11/22 - Acrescenta e revoga dispositivo da Res. SEDUC nº 33, de 27/03/20, que detalha as atribuições do Centro de Aplicação de Avaliações, do Departamento de Avaliação Educacional, e do Centro de Educação de Jovens e Adultos, do Departamento de Atendimento Especializado, ambos da Coordenadoria Pedagógica.

1. CEFAM - Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento para o Magistério

* Res. SE n° 43, de 19/02/92 - Autorização para Instalação e Funcionamento.
* Res. SE n° 181, de 13/12/96 - Dispõe sobre Habilitação do Magistério - CEFAM.
* Res. SE nº 11, de 23/01/98 - CEFAM (Grade Curricular).
* Dec. n° 44.449/99 - Tipologia.
* Res. SE n° 119, de 07/11/03 - Matrículas (extinção dos CEFAMs)**.**

1. CEL - Centro de Estudos de Línguas

* Res. SE n° 85, de 13/08/01 - Reorg. e Funcionamento dos CELs ***(revogado pela Res. SE n° 06/03)****.*
* Res. SE nº 08, de 10/01/02 - Dá nova redação ao art. 20 da Res. SE nº 85/01 ***(revogado pela Res. SE n° 06/03)****.*
* Res. SE nº 09, de 10/01/02 - Designação de PCP para o CEL ***(revogado pela Res. SE n° 06/03)****.*
* Res. SE n° 06/03, de 22/01/03 – Dispõe sobre o funcionamento dos CELs.
* Res. SE n° 81, de 04/11/09, D.O. 05/11/09 – Organização e funcionamento dos CELs.
* Res. SE n° 67, de 19/06/12, D.O. 20/06/12 – Altera a Res. SE n° 81/09 (jus à Gratificação de Função).
* Res. SE n° 44, de 13/08/2014, D.O 13/08/2014 – Dispões sobre a organização e o funcionamento dos CELs.
* Res. SE nº 11, de 29/01/16 - Altera a Resolução SE 44, de 13/08/14, que dispõe sobre a organização e funcionamento dos Centros de Estudos de Línguas – CEL.
* Res. SE nº 43, de 03/07/2018 - Altera a Resolução SE nº 44, de 13/08/2014, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Centros de Línguas-CELs.
* Res. SE nº 83, de 17/12/18, D.O. de 18/12/18 - Altera a Res. SE nº 44, de 13/08/14, que dispõe sobre a organização e funcionamento dos Centros de Estudos de Línguas – CELs..
* Res. SEDUC nº 26, de 25/02/21, D.O. de 26/02/21 - Dispõe sobre autorização para instalação e funcionamento de Centro de Estudos de Línguas - CEL na Escola Estadual Dr. Afonso Vergueiro e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC n° 105, de 27/10/21, D.O. de 28/10/21 - Dispõe sobre autorização para transferência, instalação e funcionamento do Centro de Estudos de Línguas - CEL JTO A da Escola Estadual ¨Professora Maria José de Aguiar Zeppelini¨ para a Escola Estadual ¨Professor Manoel da Costa Neves¨, Município de Rio das Pedras / SP, jurisdicionada a Diretoria de Ensino - Região Capivari e dá providências correlatas.
* Dec. nº 66.576, de 17/03/22, D.O. de 18/03/22 - Altera e acrescenta dispositivos ao Dec. nº 54.758/09, que dispõe sobre os Centros de Estudos de Línguas - CELs e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 67, de 27/07/22, D.O. de 29/07/22 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Centros de Estudos de Línguas - CEL, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 100, de 23/12/22, D.O. de 24/12/22 - Dispõe sobre autorização para instalação e funcionamento de Centro de Estudos de Línguas – CEL.
* Res. SEDUC nº 101, de 22/12/22, D.O. de 24/12/22 - Dispõe sobre autorização para instalação e funcionamento de Centro de Estudos de Línguas – CEL.

1. Celular

* Lei n° 12.730, de 11/10/07, D.O. 12/10/07 – Proíbe o uso do celular nas escolas públicas do Estado, durante as aulas.
* Dec. n° 52.625, de 15/01/08, D.O. 16/01/08 – Regulamenta o uso de celular, nas escolas públicas estaduais.
* Res. SE nº 98, de 22/12/20, D.O. de 23/12/20 - Autoriza e regulamenta a utilização de serviço móvel celular pelos servidores da Secretaria da Educação.
* Lei nº 16.567, de 06/11/17, D.O. de 07/11/17 - Altera a Lei nº 12.730, de 11/10/07, que proíbe o uso de telefone celular nos estabelecimentos de ensino do Estado, durante o horário de aula.
* Res. SEDUC nº 30, de 02/03/21, D.O. de 03/03/21 - Autoriza a utilização de serviço móvel celular pelos alunos da rede pública estadual e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 145, de 22/12/21, D.O. de 23/12/21 - Altera dispositivos da Res. SEDUC nº 30, de 02/03/21, que regulamenta a utilização de serviço móvel celular pelos alunos da rede pública estadual, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 30, de 27/04/22, D.O. de 28/04/22 - Autoriza a utilização de serviço móvel celular pelos alunos da rede pública estadual, e dá providências correlatas.

1. Censo Escolar

* (O que regula são as Portarias expedidas pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).
* Port. INEP n° 14, de 16/02/06, D.O.U. 17/02/06 - Censo Escolar 2006 - datas e responsáveis.
* Res. SE nº 12, de 08/02/07, D.O. 09/02/07 - Institui o sistema de cadastro de alunos do Estado de São Paulo, como instrumento de coleta de dados do Censo Escolar
* Portaria GM-MEC nº 264, de 26/03/07, D.O.U. 27/03/07 - Institui o Dia Nacional do Censo Escolar da Educação Básica (Última 4ª feira do mês de maio).
* Dec. Fed. n° 6.425, de 04/04/08, D.O.U. 07/04/08 – Orientações sobre o Censo Escolar anual.
* Res. SE nº 51, de 04/08/11, D.O. de 05/08/11 - Regulamenta o Dec. nº 55.080, de 25/11/09, que dispõe sobre o fornecimento de alimentação escolar aos alunos da rede pública estadual.
* Dec. nº 55.080, de 25/11/09, D.O. de 26/11/09 - Dispõe sobre o fornecimento de alimentação escolar aos alunos da rede pública estadual. ***(Revogado).***
* Res. SE nº 74, de 19/07/12, D.O. 20/07/12 – Censo escolar e matrícula antecipada.

1. Centros Estaduais de Educação Supletiva - Avaliação Final das Classes

* Res. SE n° 147, de 02/09/02, D.O. 03/09/02 - Ficam autorizados os Centros Estaduais de Educação Supletiva e as escolas estaduais que mantêm telecurso a realizar a avaliação final de seus alunos nos termos previstos nos respectivos regimentos escolares e propostas pedagógicas.
* Res. SE nº 3, de 13/01/10, D.O. de 14/01/10 - Dispõe sobre alterações na organização dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, mantidos pelas escolas estaduais.
* Res. SE nº 32, de 17/07/2017, D.O. de 18/07/17 - Dispõe sobre o detalhamento de atribuições do Centro de Aplicação de Avaliações, da Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional, e do Centro de Educação de Jovens e Adultos, da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. ***(Revogada)***
* Edital MEC nº 43, de 24/07/2017, D.O. de 24/07/17 - Dispõe sobre o Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos-ENCEJA NACIONAL 2017.
* Res. SEDUC nº 33, de 27/03/20, D.O. de 28/03/20 - Detalha as atribuições do Centro de Aplicação de Avaliações, do Departamento de Avaliação Educacional, e do Centro de Educação de Jovens e Adultos, do Departamento de Atendimento Especializado, ambos da Coordenadoria Pedagógica, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 89 de 18/11/22, D.O. de 19/11/22 - Acrescenta e revoga dispositivo da Res. SEDUC nº 33, de 27/03/20, que detalha as atribuições do Centro de Aplicação de Avaliações, do Departamento de Avaliação Educacional, e do Centro de Educação de Jovens e Adultos, do Departamento de Atendimento Especializado, ambos da Coordenadoria Pedagógica.

1. Centro de Mídia

* Res SEDUC nº 53, de 19/06/20, D.O. de 20/06/20 - Detalha as atribuições das Diretorias de Ensino e das Unidades Escolares com relação às atividades escolares não presenciais durante o período da pandemia da COVID-19.
* Dec. nº 64.982, de 15/05/20, D.O. de 16/05/20 - Institui o Programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo - CMSP e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 57, de 30/06/20, D.O. de 01/07/20 - Estabelece normas complementares para aplicação do Dec. nº 64.982, de 15/05/20.
* Res. SEDUC nº 99, de 23/12/20, D.O. de 24/12/20 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, para aquisição de Kit Centro de Mídias – CMSP - Revogada pela Res. SEDUC nº 101, de 30/12/20; alterada pela Res. SE nº 100, de 29/12/20.
* Resolução SE nº 100, de 29/12/20, D.O. de 30/12/20 - Altera a Res. SE nº 99, de 23/12/20, que autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, para aquisição de Kit Centro de Mídias – CMSP- Nota: Revogada pela Res. SEDUC nº 101, de 30/12/20.
* Res. SEDUC nº 101, de 30/12/20, D.O. de 31/12/20 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, para aquisição de Kit Centro de Mídias – CMSP.
* Res. SEDUC nº 11, de 26/01/21, D.O. de 27/01/21 - Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica para o ano letivo de 2021, nos termos do Dec. Est. nº 65.384/20, e dá providências correlatas. - NOTA: Alterações – Res. SEDUC nº 13, de 26/01/21; Res. SEDUC nº 32, de 05/03/21.
* Res. SEDUC nº 13, de 26/01/21, D.O. de 27/01/21 - Altera a Res. SEDUC nº 11, de 26/01/21, que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica para o ano letivo de 2021, nos termos do Dec. Est. nº 65.384/20 e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 32, de 05/03/21 - Altera a Res. SEDUC nº 11, de 26/01/21, que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica para o ano letivo de 2021, nos termos do Dec. Est. nº 65.384/20 e dá providências correlatas.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria/COPED nº. 132/21, de 08/02/21 - Dispõe sobre a Articulação entre aulas de Língua Portuguesa e Matemática no 1º bimestre do Centro de Mídias e presenciais a partir dos materiais de apoio.
* Com. Subsecretaria/CITEM nº 318 de 21/04/21 - 2 - 8ª lista de estudantes que devem receber chips de internet; e-mail além da escola e perguntas frequentes. Parte 2: Enturmação ALÉM DA ESCOLA - Novidades. Com. Centro de Mídias-https://repostorio.sp.gov.br de 21/04/2021.

1. CEES - Centros Estaduais de Educação Supletiva

* Res. SE n° 01, de 12/01/01 - Organização Curricular dos Cursos de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual de Ensino.
* Del. nº 14/01 - Funcionamento de Cursos de Ed. a Distância e de Presença Flexível.
* Par. CEE n° 325, de 28/02/02- Credenciamento para realizar exames (Del. CEE nº 14/01).
* Res. SE n° 147, de 02/09/02 - Autoriza os CEES a realizar Avaliação Final.
* Res. SE n° 8, de 03/02/09, D.O. 04/02/09 – Diretrizes para a organização curricular.
* Res. SE nº 13, de 10/02/09, D.O. 11/02/09 – Organização curricular: Filosofia, Sociologia, Leitura e Produção de Textos.
* Res. SE nº 3, de 13/01/10, D.O. de 14/01/10 - Dispõe sobre alterações na organização dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, mantidos pelas escolas estaduais.
* Res. SE nº 32, de 17/07/2017, D.O. de 18/07/17 - Dispõe sobre o detalhamento de atribuições do Centro de Aplicação de Avaliações, da Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional, e do Centro de Educação de Jovens e Adultos, da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica. (Revogada).
* Edital MEC nº 43, de 24/07/2017, D.O. de 24/07/17 - Dispõe sobre o Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos-ENCEJA NACIONAL 2017.
* Res. SEDUC nº 33, de 27/03/20, D.O. de 28/03/20 - Detalha as atribuições do Centro de Aplicação de Avaliações, do Departamento de Avaliação Educacional, e do Centro de Educação de Jovens e Adultos, do Departamento de Atendimento Especializado, ambos da Coordenadoria Pedagógica, e dá providências correlatas.

1. Certificados e Certidões

* Del. CEE nº 04/95 - Fixa normas para Expedição de Documentos Escolares.
* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 24, VII.
* Dec. Fed. nº 2.208/97 - Ensino Profissionalizante ***(revogado)***.
* Ind. CEE nº 12/98 - Expedição de Históricos, Certificados e Diplomas.
* Res. SE n° 108/02 - Dispõe sobre a informatização do sistema de publicação de nomes de alunos concluintes de estudos de nível fundamental e médio bem como de registro de diplomas e certificados.
* Port. Conjunta COGSP/CEI/CENP, de 28/06/02 - Baixa instruções complementares à publicação informatizada dos nomes dos alunos concluintes de estudos do nível fundamental e médio, bem como de registro de diplomas de que trata a Res. SE nº 108/02.
* Res. CEB/CNE n° 02, de 17/02/04, D.O.U. 18/03/04 - Validade de documentos emitidos por escolas no Japão, que atendem brasileiros.
* Dec. Fed. n° 5.154/04, de 23/07/04 – Regulamenta artigos da LDB.
* Res. SEDUC nº 73, de 12/12/23, D.O. de 13/12/23 - Dispõe sobre a emissão de histórico escolar, certificado e diploma para estudantes das turmas de Ensino Médio com itinerário de formação técnica profissional nas Escolas Estaduais, e dá providências correlatas.

1. Certificação Ocupacional

* Dec. n° 53.254, de 21/07/08, D.O. 22/07/08 – Institui o processo de certificação ocupacional no Estado de São Paulo.
* LC nº 1.144, de 11/07/11, D.O. de 12/07/11 - Dispõe sobre o processo de certificação ocupacional para a função de Gerente de Organização Escolar e dá outras providências
* Dec. nº 64.902, de 01/04/20, D.O. de 02/04/20 - Que regulamenta o § 1º, do artigo 18, da LC nº 1.144, de 11/07/11, que dispõe sobre o processo de certificação ocupacional para a função de Gerente de Organização Escolar e dá outras providências.
* Res. Conj. SPOG-SE nº 01, de 24/08/20, D.O. de 25/08/20 - Constitui o Comitê Técnico de Certificação de que trata o artigo 8º, do Dec. nº 64.902, de 01/04/20, que regulamenta o § 1º, do artigo 18, da LC nº 1.144, de 11/07/11, que dispõe sobre o processo de certificação ocupacional para a função de Gerente de Organização Escolar e dá outras providências.
* Com. Ext. Conj. SUBSECRETARIA/CGRH nº 282, de 10/12/20 - Dispõe sobre a Certificação de Gerente de Organização Escolar - Tornado sem efeito em 12/12/20.
* Res. SEDUC, de 07/01/21, D.O. de 08/01/21 - Homologando, consoante o disposto no item 4 do Capítulo III do Edital de Certificação Ocupacional para Gerente de Organização Escolar 01/2020, publicado no D.O. de 29/09/20, a relação dos servidores que realizaram o curso de Certificação para Gerente de Organização Escolar e foram certificados, publicada no D.O. de 22/12/20.

1. Cessão das Dependências das UEs.

* Dec. nº 40.094, de 24/05/95 - Revoga o Dec. nº 6.326/75 que autoriza a SE a ceder aos partidos políticos, prédios para convenções.
* Lei nº 10.309/99 - da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo - Uso pela comunidade.
* Com. SE de 24/09/99 - Vedação para uso político-partidário.

1. Ciclos

* Lei Fed. n° 9.394/96 (LDB) - art. 23.
* Par. CEE, n° 67/98 (Normas Regimentais) - art. 44.
* Res. SE nº 81, de 16/12/11, D.O. de 17/12/11 - Estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio nas escolas estaduais.
* Res. SE nº 73, de 29/12/14, D.O. de 30/12/14 - Dispõe sobre a reorganização do Ensino Fundamental em Regime de Progressão Continuada e sobre os Mecanismos de Apoio Escolar aos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio das escolas estaduais.
* Res. SE nº 37, de 05/08/19, D.O. de 06/08/29 - Institui o Projeto de Reforço e Recuperação das aprendizagens e dispõe sobre a atribuição de aulas específicas para este fim.
* Res. SEDUC nº 12, de 26/01/21, D.O. de 27/01/21 - Altera a Res. SE nº 37, de 05/08/19, que dispõe sobre o Projeto de Reforço e Recuperação das aprendizagens e dispõe sobre a atribuição de aulas específicas para este fim.

1. Classes de Aceleração

* Lei Fed. n° 9394/96 (LDB) - art. 24, V, b.
* Res. SE n° 77/96 - Dispõe sobre as Classes de Aceleração da Rede Estadual.
* Res. SE de 13/05/96, D.O. de 14/05/96 - Homologa Parecer CEE nº 170/96, que autoriza a Secretaria da Educação a implantar o Projeto de Reorganização Escolar do Ensino Fundamental – Classes de Aceleração.
* Par. CEE n° 170/96 - Homologado pela Res. SE de 13/05/96 -Projeto de Reorganização Escolar no Ensino Fundamental.
* Res. SE nº 77, de 13/05/96, D.O. de 14/05/96 - Dispõe sobre as Classes de Aceleração na Rede Estadual de Ensino.
* Del. CEE n° 10/97 - Fixa Normas para Elaboração do Regimento.
* Ind. CEE n° 09/97 - Anexada a Del. CEE nº 10/97.
* Ind. CEE n° 13/97 - Diretrizes para Elaboração do Regimento das Escolas.
* Resolução SE nº 81, de 07/08/12, D.O. de 08/08/12 - Dispõe sobre o processo de aceleração de estudos para alunos com altas habilidades/superdotação na rede estadual de ensino e dá providências correlatas.

1. Classes Descentralizadas

* Res. SE de 08/10/99 - Homologa a Del CEE n° 06/99 - Fixa normas para autorização e instalação de classes descentralizadas.

1. Classificação e Reclassificação dos Alunos

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - arts. 23 e 24.
* Ind. CEE nº 9/97 - Diretrizes para a Elaboração do Regimento.
* Del. CEE nº 10/97 -Fixa Normas para as Escolas de Ensino Fundamental e Médio.
* Res. SE nº 20/98 - Reclassificação de Alunos - Operacionalização.
* Par. CEE nº 67/98 - Normas Regimentais Básicas.
* Par. CEE nº 500/98 - CEM - Autorização para matrícula no Ensino Médio sem ter concluído o Ensino Fundamental.
* Par. CEE nº 554/98 - CEM - Consulta sobre reclassificação de alunos - inclui idades.
* Par. CEE n° 124/04, de 26/05/04 - Classificação de ingressantes no Ensino Fundamental.
* Res. de 22/07/19 - Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei nº 10.403, de 06/07/71, a Indicação CEE nº 180/19, sobre “Procedimentos de flexibilização da trajetória escolar e certificação curricular: garantia à educação e à aprendizagem”.

1. Cobranças de Taxas nas Escolas - Restrições

* Lei n° 3.913/83 - Proíbe cobrança de Taxas.
* Estatuto da APM - art. 7º, § 1º - Contribuição Facultativa.

1. Código de Ética da Administração Pública Estadual

* Dec. n° 60.428, de 08/05/2014, D.O. 09/05/2014 – Aprova o Código de Ética da Administração Pública Estadual

1. Comércio, Listas, Rifas por funcionários, dentro da repartição - vedação

* Lei n° 10.261/68, art. 242, VII.

1. Comércio, Listas, Rifas por estranhos dentro da repartição - vedação

* Dec. n° 28.643, de 03/08/88 - Dispõe sobre o perímetro escolar de segurança.

1. Comissão Interna de Vivência Escolar - CIVE

* Lei n° 11.264, de 14/11/02 - Criação.

1. Comitê Central de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional

* Res. SE n° 42, de 14/07/09, D.O. 15/07/09 – Cria o Comitê, no Gabinete do Secretário.

1. Competências

* Res. SE n.º 158, de 02/07/1987 - D.O. de 03/07/1987 - Dispõe sobre delegação de competências previstas no Dec nº 7.510/76 e Dec nº 17.329/81.
* Res. SE n.º 222, de 09/09/1987, D.O. de 10/09/1987 - Acrescenta dispositivo à Res. SE nº 158/87.
* Res. SE nº 133, de 19/05/1992, de 20/05/1992 - Dispõe sobre delegação de competências.
* Res. SE nº 44, de 17/07/09, D.O. de 18/07/2009 - Dispõe sobre delegação de atribuições.
* Res. SE nº 67, de 01/10/2009, D.O. de 02/10/2009 - Delega competência para celebração de contratações por tempo determinado, de que trata a LC nº 1.093, de 16 de julho de 2009.
* Res. SE nº 47, de 01/6/2010, D.O. de 02/06/2010 - Dispõe sobre delegação de competências na área de administração de pessoal.
* Res. SE nº 52, de 09/08/2011, D.O. de 10/08/2011 - Dispõe sobre as atribuições dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar - QAE, da Secretaria da Educação.
* Res. SE nº 64, de 29/09/2011, D.O. de 30/09/2011 - Dispõe sobre delegação de competências na área de administração de pessoal.
* Res. SE nº 01, de 05/01/2012 - Dispõe sobre o encaminhamento de informações sobre ações da Secretaria da Educação para a Assessoria de Comunicação e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 27, de 13/03/2012, D.O. de 14/03/2012 - Estabelece o detalhamento de atribuição prevista para os Núcleos de Apoio Administrativo de unidades e órgãos centrais da Secretaria da Educação.
* Res. SE nº 28, 13/03/2012, D.O. de 14/03/2012 - Dispõe sobre o exercício de atribuições relativas ao registro e circulação de papéis, documentos e processos pelos Núcleos de unidades e órgãos centrais da Secretaria da Educação.
* Res. SE nº 29, de 13/03/2012, D.O. de 14/03/2012 - Dispõe sobre a delegação de atribuições e competências.
* Res. SE nº 39, de 04/04/2012, D.O. de 05/04/2012 - Dispõe sobre competência e atribuições que especifica.
* Res. SE nº 58, de 04/06/2012, D.O. de 05/06/2012 - Dispõe sobre o detalhamento de atribuições do Núcleo de Informações Educacionais e Tecnologia das Diretorias de Ensino.
* Res. SE nº 59, de 04/06/2012, D.O. de 05/06/2012 - Dispõe sobre o detalhamento de atribuições dos Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico das Diretorias de Ensino, na área de Tecnologia Educacional.
* Res. SE nº 60, de 05/06/2012, D.O. de 06/06/2012 - Dispõe sobre delegação de competência para autorizar o pagamento de diárias, cujo valor não ultrapasse 50% da retribuição mensal do servidor.
* Res. SE nº 92, de 17/10/2012, D.O. de 18/10/2012 - Dispõe sobre delegação e autorização de exercício de competência e sobre detalhamento de atribuições em procedimentos licitatórios das Diretorias de Ensino, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 25, de 29/04/2013, D.O. de 25/04/2013 - Estabelece o detalhamento de atribuição prevista para a Assessoria de Relações Institucionais da Secretaria da Educação.
* Res. SE nº 32, de 17/05/2013, D.O. de18/05/2013 - Dispõe sobre as atribuições do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado - CAPE, em diretorias de ensino, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 46, de 16/07/2013, D.O. de 17/07/2013 -Dispõe sobre delegação de competência para autorizar o pagamento de transporte a coordenadores e dirigentes regionais de ensino.
* Res. SE nº 48, de 17/07/2013, D.O. de 18/07/2013 - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quando da formalização de contratos, nos órgãos centrais da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 37, de 03/07/2014, D.O. de 04/07/2014 - Dispõe sobre padronização de modelos a serem utilizados em processos licitatórios.
* Res. SE nº 3, de 19/01/2017, D.O. de 20/01/2017 - Dispõe sobre delegação de competência para o exercício da supervisão de ensino nos Centros Formadores de Pessoal para a Saúde - CEFORs.
* Res. SE nº 11, de 17/02/2017, D.O. de 18/02/2017 - Altera a Resolução SE 52, de 9-8-2011, que dispõe sobre as atribuições dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar - QAE da Secretariada Educação.
* Res. SE nº 20, de 12/04/2017, D.O. de 13/04/2017 - Dispõe sobre delegação de competência referente a abono e justificação de faltas e à fruição de férias e licenças dos Dirigentes Regionais de Ensino.
* Res. SE nº 32, de 17/07/2017, D.O. de 18/07/2017 - Dispõe sobre o detalhamento de atribuições do Centro de Aplicação de Avaliações, da Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional, e do Centro de Educação de Jovens e Adultos, da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica.
* Res. SEDUC nº 33, de 27/03/2020, D.O. de 28/03/2020 - Detalha as atribuições do Centro de Aplicação de Avaliações, do Departamento de Avaliação Educacional, e do Centro de Educação de Jovens e Adultos, do Departamento de Atendimento Especializado, ambos da Coordenadoria Pedagógica, e dá providências correlatas

1. Competências do Diretor de Escola

* Dec. n° 5.586, de 05/02/75 - Atribuição de Cargos e Funções do QM.
* Dec. n° 7.510/76 - Reorganiza a Secretaria de Estado da Educação.
* Dec. n° 10.623/77 - Regimento Comum das Escolas de 1° Grau.
* Dec. n° 11.625/78 - Regimento Comum das Escolas de 2° Grau.
* Dec. n° 17.329/81 - Competências, Atribuições e Deveres nas U.Es. e D.Es.
* Dec. 39.902/95 - Competências e Atribuições nas U.Es. e D.Es. (alterou o Dec. n° 7.510/76 e Dec. n° 17.329/81).
* Res. SE nº 52, de 14/08/13 - Ementa: Dispõe sobre os perfis, competências e habilidades requeridos dos Profissionais da Educação da rede estadual de ensino, os referenciais bibliográficos e de legislação, que fundamentam e orientam a organização de exames, concursos e processos seletivos, e dá providências correlatas. (Revoga os itens 3 e 4 do Anexo A e o inciso II do Anexo B constantes da Res. SE nº 52, de 14/08/13.)
* Res. SE nº 56, de 14/10/16 - Ementa: Dispõe sobre perfil, competências e habilidades requeridos dos Diretores de Escola da rede estadual de ensino, e sobre referenciais bibliográficos e legislação, que fundamentam e orientam a organização de concursos públicos e processos seletivos, avaliativos e formativos, e dá providências correlatas

1. Competências do Dirigente de Ensino

* Res. SE n° 76, de 12/04/95 - Competências do Delegado de Ensino.
* Dec. nº 42.815/98 - Competências e Atribuições nas U.Es. e D.Es e Dec. nº 48.826/04 de 23/07/04 que acresce dispositivo no art. 33.
* Dec. nº 57.141 de 18/07/11, D.O. 19/12/11 - Reorganiza a Secretaria da Educação - (artigos 82, alíneas “f e h a j, do inciso I e 90 - Dirigente Regional de Ensino) – Competências.
* Res. SEDUC nº 51, de 29/06/22, D.O. de 30/06/22 - Dispõe sobre a delegação de competência, relativa à celebração de termos de colaboração, com organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, atuantes em educação especial, nos termos do Dec. nº 62.294/16.

1. Competências (Atribuições) do Supervisor de Ensino - Supervisor Escolar

* Dec. nº 7.510/76 - art. 73 - Reorganiza a SE.
* Dec. nº 39.902, de 01/01/95 - Reorganiza os Órgãos da SE.
* Res. SE nº 52, de 14/08/13 - Ementa: Dispõe sobre os perfis, competências e habilidades requeridos dos Profissionais da Educação da rede estadual de ensino, os referenciais bibliográficos e de legislação, que fundamentam e orientam a organização de exames, concursos e processos seletivos, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 50, de 07/08/18, D.O. de 08/08/18 - Dispõe sobre perfil, competências e capacidades técnicas requeridos aos Supervisores de Ensino da rede estadual de ensino, e sobre referenciais bibliográficos e legislação, que fundamentam e orientam a organização de concursos públicos e processos seletivos, avaliativos e formativos, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 1, de 12/01/24, D.O. de 15/01/24 - Altera a Res. SE nº 97, de 18/12/09, que dispõe sobre o Setor de Trabalho do Supervisor de Ensino.

1. Competências do Secretário de Escola

* Dec. nº 17.329, de 14/07/81 - art 73 - Define a estrutura e as atribuições de órgãos e as Competências das autoridades da SE.
* LC n° 888, de 28/12/00, D.O. de 29/10/00 - Institui o Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do QAE da SE.
* Res. SE nº 52, de 09/08/11 - Dispõe sobre as atribuições dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar – QAE, da Secretaria da Educação – Art.º 5º
* Res. SE nº 52, de 14/08/13, D.O. de 15/08/13 - Dispõe sobre as atribuições dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar – QAE, da Secretaria da Educação (Cargo em Extinção)

1. Compensação de Ausências - Normas Regimentais Básicas

* Par. CEE n° 67/98 - arts. 76 e 77.

1. Concluintes - Laudas

* Res. SE n° 25, de 09/02/81 - Documentos Escolares.
* Ind. CEE nº 12/98 - Expedição de históricos, certificados e diplomas.
* Res. SE n° 107, de 25/06/02 - Institui o GDAE.
* Res. SE n° 108, de 25/06/02 - Publicação de nomes dos alunos concluintes.
* Port. Conjunta COGSP, CEI, CENP, de 28/06/02, D.O. 29/06/02 - Instruções Complementares à Res. n° 108/02.
* Port. Conjunta COGSP, CEI, GVCA, de 19/03/03, D.O. 20/03/03 - Publicação informatizada.

1. Concursos Públicos (inclui Sessões de Escolha e Abono das Faltas)

* Dec. n° 11.104/78 - Autoriza abono de falta e dá nova redação ao art. 1021 da CLE.
* Dec. n° 53.307, de 28/05/08, alterado pelo Dec. 53.161, de 24/06/08 – Regionalização dos concursos.
* Dec. n° 54.556, de 15/07/09, D.O. 17/07/09 – Estabelece periodicidade para a realização de concursos públicos para PEB II na rede estadual.
* Res. SE nº 70/10 – Perfis, competências e habilidades.
* Res. SE nº 13/11 – Altera anexo da Res. SE 70/10
* Res. SE nº 37, de 07/06/13, D.O. 08/06/13 – Altera o anexo da Res. SE nº 70/10 (legislação básica).
* LC nº 1.1027, de 05/07/13, D.O. 06/07/13 – Concursos Regionalizados, acúmulo, remoção, atribuição, carga horária máxima de 65h semanais (‘caça à jornada reduzida’)
* Dec. n° 60.449, de 15/05/14, D.O. 16/05/14 – Regulamenta os procedimentos relativos à realização de concursos públicos, no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Estado e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 33, de 17/05/16, D.O. 18/05/16 - Constitui Comissão Especial de Concurso Público e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 56, de 14/10/16, D.O. 15/10/16 - Dispõe sobre perfil, competências e habilidades requeridos dos Diretores de Escola da rede estadual de ensino, e sobre referenciais bibliográficos e legislação, que fundamentam e orientam a organização de concursos públicos e processos seletivos, avaliativos e formativos, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 48, de 11/10/17, D.O. 12/10/17 - Constitui Comissão Especial de Concurso Público e dá providências correlatas O Secretário da Educação, com fundamento no disposto no artigo 11 do Dec. nº 60.449, de 15/05/14, que regulamenta os procedimentos relativos à realização de concursos públicos, no âmbito da Administração direta e autárquica do Estado, e dá providências correlatas.
* Res. GS, de 01/12/17, D.O. 02/12/17 – Dispõe sobre a homologação do Concurso de Diretor de Escola.
* Res. SE nº 31, de 18/04/18, D.O. 19/04/18 - Altera o artigo 3º da Res. SE nº 33, de 17/05/16, que constitui Comissão Especial de Concurso Público e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 48, de 30/07/18, D.O. 31/07/18 - Constitui Comissão Especial de Concurso Público, para provimento de cargos de Oficial Administrativo, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 50, de 07/08/18, D.O. 08/08/18 - Dispõe sobre perfil, competências e capacidades técnicas requeridos aos Supervisores de Ensino da rede estadual de ensino, e sobre referenciais bibliográficos e legislação, que fundamentam e orientam a organização de concursos públicos e processos seletivos, avaliativos e formativos, e dá providências correlatas.
* Res. GS, de 01/12/17, D.O. 02/12/17 – Dispõe sobre a homologação do Concurso de Diretor de Escola.
* Res. SE nº 1, de 03/01/18, D.O. 04/01/2014 –D.O. de 05/01/2014 - Altera a Res. SE nº 82, de 16/12/13, que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 18, de 26/02/18, D.O. 27/02/18 - Institui Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho, dos ingressantes no cargo de Diretor de Escola, durante Estágio Probatório.
* Com. CGRH - Concurso Público para Provimento de Cargos de Supervisor de Ensino, de 26/10/21, D.O. de 27/10/21. REPUBLICADO em 28/10/21 - Dispõe sobre a convocação dos candidatos aprovados e classificados, para a sessão de escolha.
* Res. SEDUC nº 148, de 29/12/21, D.O. de 30/12/21 - Dispõe sobre Prorrogação de prazo de validade do Concurso Público para Provimento de Cargos de Supervisor de Ensino/2020.
* Res. SEDUC nº 149, de 29/12/21, D.O. de 30/12/2021 - Dispõe sobre Prorrogação de prazo de validade do Concurso Público para Provimento de Cargos de Oficial Administrativo/2020. ***Republicado em 04/01/2022, por conter incorreções.***
* Res. SEDUC nº 78, de 17/10/22, D.O. de 18/10/22 - Constitui Comissão Especial de Concurso Público e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 16, de 05/05/23, D.O. de 06/05/23 - Dispõe sobre os perfis, competências e habilidades requeridos dos Professores de Ensino Fundamental e Médio, os referenciais bibliográficos e de legislação, que fundamentam e orientam a organização de exames, concursos e processos seletivos, e dá providências correlatas.
* Parte Pedagógica Concurso Estado – D.O.E. de 09/05/23, Executivo 2, Pag. 22 a 28 - Dispõe sobre o “Perfil e Bibliografia Específica de cada Componente Curricular.
* Edital de Abertura de Inscrições nº 01/23 (concurso público), de 10/05/23, D.O. de 11/05/23.
* Res. SEDUC nº 16, de 05/05/23, D.O. de 19/05/23 - Dispõe sobre os perfis, competências e habilidades requeridos dos Professores de Ensino Fundamental e Médio, os referenciais bibliográficos e de legislação, que fundamentam e orientam a organização de exames, concursos e processos seletivos, e dá providências correlatas. (*Republicada por conter incorreções*).
* Edital de Retificação do Edital de Abertura de Inscrições - (Concurso Público nº 01/23), de 30/05/23 – D.O. de 31/05/23.
* Edital de Prorrogação das Inscrições de 06/23, D.O. 12/06/23. (Concurso Público nº 01/23).
* Edital de Prorrogação da Entrega da Videoaula - Executivo III - Pág. 21 – D.O. de 20/07/23 - Concurso Público n º 01-2023).
* Edital de Convocação para a prova objetiva e discursiva, D.O. de 25/07/23 - (Concurso Público nº 01/23) - Convoca os candidatos inscritos para prestarem as provas objetiva e discursiva no dia 06/08/2023.
* Edital de Divulgação de gabarito, de 09/08/23, D.O. de 10/08/23 - Dispõe sobre o Concurso 1/23 do Professor de Educação Básica.
* Edital de Processo Seletivo Simplificado de Docentes para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio de 09/08/23, D.O. de 10/08/23, retificado em 15/08/2023 - Dispõe sobre a Abertura de Inscrições.
* Inst. CGRH nº 01 de 06/09/23, D.O. de 11/09/23 - Dispõe sobre a posse e o exercício de candidatos nomeados para cargo efetivo de Oficial Administrativo do Quadro da Secretaria da Educação.
* Com. Conj. CGRH-SEDUC/DPME-SGGD nº 001, de 11/09/23 - Avaliação médica oficial do Concurso Público para provimento, em caráter efetivo, de cargo de Oficial Administrativo.
* Port. CGRH nº 12, de 05/10/23, D.O. de 06/10/23 - Altera a Port. CGRH nº 04, de 08/02/23, que estabelece procedimentos referente ao Processo Seletivo Simplificado, para contratação de Agente de Organização Escolar.
* Edital de Divulgação da Nota da Prova Objetiva, da Nota da Prova Discursiva, da NOTA da Prova Prática Vídeo Aula, da Nota da Prova de Títulos e da Classificação Prévia, de 24/10/23, D.O. de 25/10/23.
* Edital de Divulgação do Novo Período de Recurso Contra a Nota da Prova Discursiva, de 17/10/23, D.O. de 30/10/23.
* Edital de Divulgação das Respostas aos Recursos contra o Resultado da VIDEOAULA e Reabertura de Prazo de Recursos contra o Resultado da VIDEOAULA (Concurso Público nº 01/2023), D.O. de 20/12/23.
* Edital de Divulgação dos Candidatos Inscritos para fins de Contratação Temporária - (Concurso Público nº 01/2023), de 17/01/24, D.O. de 18/01/24.
* Edital de Divulgação dos Candidatos Inscritos para Fins de Contratação Temporária, de 30/01/24 – D.O. de 31/01/24.

1. Conselho de Escola

* LC n° 444/85 - art. 95 - Estatuto do Magistério.
* Com. SE, de 31/03/86 - Conselho de Escola.
* Com. SE, de 10/03/93 - Conselho de Escola.
* Par. CEE nº 67/98 - Normas Regimentais Básicas - arts. 16 a 19.
* Res. SE n° 41, de 18/03/02 - Anuência do Conselho de Escola para o Projeto Parceiros do Futuro.
* Com. Conj. CEI/COGSP de 29/01/09, D.O. 03/02/09 – Recomendações para convocação do Conselho Escolar e APM.
* Res. SEDUC nº 19, de 08/03/22, D.O. de 10/03/22 - Dispõe sobre o modelo do Estatuto-Padrão do Conselho de Escola.

1. Conselho de Série / Classe

* Regimento Escolar da própria escola.
* Dec. n° 10.627/77 - Regimento Comum das Escolas.
* Dec. n° 11.625/78 - Regimento Comum das Escolas.
* Par. CEE nº 67/98 - Normas Regimentais Básicas.

1. Contagem de Tempo de Serviço

* Lei n° 10.261/68 - art. 76 - Regra geral.
* LC n° 437/85 - Tempo prestado em outras esferas administrativas.
* LC n° 706/93 - Docentes estáveis.

1. Contratações

* LC n° 1.093, de 16/07/09, D.O. 17/07/09 – Contratação por tempo determinado.
* Dec. n° 54.682, de 13/08/09, D.O. 14/08/09 – Regulamenta a LC n° 1.093/09.
* Inst. Norm. UCRH 2, de 21/09/09, D.O. 22/09/09 – Processo seletivo simplificado, de que trata a LC n° 1.093/09
* Res. SE n° 68, de 01/10/09, D.O. 02/10/09 – Dispõe sobre a contratação.
* LC n° 1.132, de 10/02/11, D.O. 11/02/11 – Altera a LC n° 1.093/09 – aumenta o prazo de contratação.
* Dec. n° 58.140, de 15/06/12, D.O. 19/06/12 – Extinção do contrato: procedimentos.
* Dec. nº 65.458, de 05/01/21, DO de 06/01/21 - Altera o Dec. nº 54.682/09, que regulamenta a LC nº 1.093/09, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual, e dá providências correlatas.
* LC nº 1.381, de 16/12/22, D.O. de 17/12/22 - Fica autorizado o Governo do Estado de São Paulo a prorrogar a vigência dos contratos dos docentes firmados nos termos da LC nº 1.093, de 16/07/09, que se vencerem ao longo do ano de 2022 por mais um ano.
* Res. SEDUC nº 102, de 23/12/22, D.O. de 24/12/22 - Dispõe sobre a prorrogação dos contratos dos docentes celebrados nos termos da LC nº 1.093, de 16/07/09, a que se refere a LC nº 1.381, de 16/12/22.

1. Contribuição Previdenciária

* Inst. UCRH n° 01, de 21/08/03.
* Inst. Conj. UCRH n° 02, de 29/10/04 - Procedimentos administrativos sobre o abono de permanência.
* LC n° 954, de 31/12/03 - Contribuição Previdenciária dos Inativos e Pensionistas.
* EC n° 41, de 19/12/03, D.O.U. de 31/12/03 - Extinção da paridade e integralidade das aposentadorias a partir de 01/01/2004.
* Inst. Conj. UCRH nº 01/04, de 05/03/04 - Procedimentos Administrativos sobre Abono de Permanência ***(revogado)***.
* Lei Fed. nº 10.887, de 18/06/04 - Regulamenta os cálculos dos proventos (aplicação de dispositivos relativos a E.C. nº 41).
* Orientação Normativa n° 03, de 13/08/04, DOU de 17/08/04 - Dispõe sobre os Regimes próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos.
* LC nº 1010, de 01/06/07, publicada no D.O. 02/06/2007 - Cria a SPPREV - São Paulo Previdência.
* Desp. do Gov. de 02/06/06, D.O. 03/06/06 - "A vedação constitucional para permanência no serviço público após os 70 anos, não se aplica aos servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão".
* Portaria SPPREV n° 143, de 24/11/08, D.O. 27/11/08 – Cobrança da contribuição dos afastados.
* Orientação Normativa n° 04, de 08/09/04 - Altera a Orientação Normativa n° 3, anterior.

1. Contribuição Previdenciária dos Ativos

* LC n° 943, de 23/06/03 - Institui Contribuição Previdenciária.
* LC nº 1.354, de 06/03/20 - (Texto atualizado até a LC nº 1.361, de 21/11/21) - Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da Constituição do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

1. Contribuição Previdenciária dos Inativos e Pensionistas

* LC n° 954, de 31/12/03 - Dispõe sobre a Contribuição Previdenciária mensal de inativos e pensionistas do Estado.
* LC nº 1.354, de 06/03/20 - (Texto atualizado até a LC nº 1.361, de 21/10/21) - Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da Constituição do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
* Port. SPPREV nº 35, de 20/01/22, D.O. de 21/01/22 - Dispõe sobre a contribuição social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado de São Paulo, inclusive os de suas Autarquias e Fundações, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, das Universidades, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública, para a manutenção do Regime Próprio de Previdência Social, fica estabelecida conforme Anexo I desta Portaria.
* LC 1380 de 2022 - revoga o § 2º do art 9º da LC nº 1354/20.

1. Controladoria Geral do Estado

* LC nº 1361, de 21/10/2021, D.O. de 22/10/21 - Fica criada a Controladoria Geral do Estado, órgão vinculado diretamente ao Governador do Estado, que tem por finalidade a adoção de providências necessárias à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria, à promoção da ética no serviço público e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado.
* Dec. nº 66.850, de 15/06/22, D.O. de 16/06/22 - Organiza a Controladoria Geral do Estado, criada pela LC nº 1.361, de 21/10/21, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 92, de 25/11/22, D.O. de 26/01/22 - Dispõe sobre a implantação da Unidade – Demanda Controladoria – DC, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.

1. Controle de Frequência - Docente (Inclui livro-ponto)

* Res. SE n° 27, de 13/02/78 - Normas a que se refere o art. 9º do Dec. nº 11.105, de 18/01/78 que fixa critérios à apuração de faltas do pessoal docente.
* Res. SE n° 268/86 - Disciplina as disposições do Dec. n° 25.110/86, que dispõe sobre sede de controle de frequência e fixa critérios para fins de descontos dos docentes.
* Dec. n° 39.931, de 30/01/95 - Fixação da Sede de Controle de Freqüência.
* Inst. DRHU nº 2, de 02/02/07, D.O. 03/02/07 - Normas de preenchimento do livro de controle de frequência dos docentes...
* Dec. nº 52.054, de 14/08/07, D.O. 15/08/07 - Dispõe sobre o horário de trabalho e registro de ponto dos servidores públicos estaduais da Administração Direta e das Autarquias, consolida a legislação relativa às entradas e saídas no serviço.
* Inst. UCRH – nº 1, de 16/08/07 – D.O. 17/08/2007 – Dispõe sobre os procedimentos relativos ao horário de trabalho e registro de ponto previstos no Dec. nº 52.054, de 15/08/07.
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Nova Carreira.
* Res. SEDUC nº 40, de 01/06/22, D.O. de 02/06/22 - Dispõe sobre o horário de trabalho e os critérios relativos à apuração de faltas dos integrantes do Quadro do Magistério.

1. Convalidação de Estudos

* Ind. CEE n° 08/86 - Diretrizes para apreciação de processos de Regularização de Vida Escolar (anexada à Del. CEE nº 18/86).
* Del. CEE n° 18/86 - Dispõe sobre Regularização de Vida Escolar.
* Par. CEE n° 95, de 19/02/92 - Convalidação de Atos Escolares.
* Ind. n° 02, de 05/04/95 - Regularização de Vida Escolar e Convalidação de Estudos.
* Com. SE, de 13/09/99 - Convalidação na Esfera do Mercosul.
* Del. CEE nº 21/01 - Dispõe sobre equivalência de estudos.
* Del. CEE nº 121/13, D.O. 03/09/13 – Transfere a competência para as DREs.
* Res. SE de 01/11/13, D.O. 02/11/13 – Homologa da Del. CEE 122/13, sobre Convalidação de Estudos e Regularização de Vida Escolar. Tudo deve ser feito nas DREs.
* Res. SEDUC nº 65, de 25/07/22 - Dispõe sobre regularização de vida escolar e convalidação de estudos de estudantes do Sistema Estadual de Ensino com curso presencial ou em Educação à Distância da Educação Básica procedentes de cassação de autorização e funcionamento e descredenciamento pelo Conselho Estadual de Educação–CEE.

1. Convocação de Funcionários/Servidores - incluindo Serviços Extraordinários

* Dec. nº 13.535, de 22/05/79 - Convocação de docentes e especialistas de educação para prestação de serviços extraordinários.
* Dec. nº 22.622, de 29/08/84 - Altera disposições do Dec. nº 13.535/79.
* Res. SE n° 121, de 19/06/90 - Ações de aprimoramento do desempenho do pessoal do quadro da SE (Orientação Técnica).
* Dec. n° 39.931, de 30/01/95 - art. 11 - Fixação de sede de controle de freqüência e apuração de faltas dos docentes.
* Dec. nº 40.095, de 24/05/95 - Veda a convocação dos servidores para prestação de serviços extraordinários (revogado pelo Dec. 52.218/07).
* Dec. nº 40.193, de 13/07/95 - Disciplina a convocação para prestação de serviço extraordinário no âmbito das Secretarias de Estado, "extrema necessidade" convocação pelo Dirigente (revogado pelo Dec. 52.218/07).
* Dec. n° 52.218, de 03/10/07, D.O. 04/10/07 – Disciplina as convocações para serviços extraordinários.
* Port. do Chefe de Gabinete, de 06/10/21, D.O. de 07/10/21 - Dspõe sobre a convocação de Diretores para Reunião de trabalho: Protagonismo juvenil e jovens acolhedores.

1. Coordenador de Equipe Escolar e Professor de Especialista em Currículo

* Lei Com. nº 1374, de 30/03/20, D.O. de 31/06/22- Institui a Função de Coordenador de Gestão Escolar.
* Res. SEDUC nº 62, de 14/07/22, D.O. de 15/07/22. Dispõe sobre as funções de Professor Especialista em Currículo, de Coordenador de Equipe Curricular e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 30, de 31/07/23, D.O. de 01/08/23 - Dispõe sobre o módulo de Professor Especialista em Currículo, de Coordenador de Equipe Curricular e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 3, de 19/01/24, D.O. de 22/01/24 - Dispõe sobre o módulo de Professor Especialista em Currículo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 12, de 08/02/24, D.O. de 09/02/24 - Dispõe sobre as funções de Professor Especialista em Currículo e Coordenador de Equipe Curricular e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 16, de 01/03/24, D.O. de 05/03/24 - Dispõe sobre o módulo de Professor Especialista em Currículo e dá providências correlatas.

1. Coordenador de Gestão Escolar

* Lei Com. nº 1374, de 30/03/20, D.O. de 31/06/22- Institui a Função de Coordenador de Gestão Escolar.
* Res. SEDUC nº 53, de 29/06/22, D.O. de 22/06/22 - Dispõe sobre a função de Coordenador de Gestão ~~Pedagógica~~ Escolar.
* Port. do Coordenador de 27/07/23, D.O. de 28/07/23 - Dispõe sobre o apoio presencial para os Professores, em sala de aula, pelo Diretor Escolar e/ou Diretor de Escola e/ou Coordenador de Gestão Pedagógico.

1. Coordenador de Organização Escolar

* Lei Com. nº 1374, de 30/03/2020, D.O. de 31/06/2022- Institui a Função de Coordenador de ~~Gestão~~ Organização Escolar.
* Resolução SEDUC nº 52, de 29/06/22, D.O. de 30/06/2022 - Dispõe sobre a função de Coordenador de Organização Escolar.

1. Cotas: Negros, Índios e Egressos de escolas públicas

* Depende de legislação estadual.
* Ainda não há Lei Federal regulamentando o assunto.

1. COVID-19 (Novo Coronavírus)

* Dec. nº 64.862, de 13/03/20 - Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração direta e indireta, de medidas temporária e emergências de prevenção contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus) bem como sobre recomendações no setor privado.
* Port. SPPREV nº 121, de 13/03/20 - Disciplina a suspensão da obrigatoriedade do recadastramento aos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência.
* Dec. nº 64.864, de 16/03/20 - Dispõe sobre a adoção de medidas adicionais, de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio pelo COVID- 19, (Novo Corona vírus).
* Res. SEDUC, de 18/03/20 - Homologando, com fundamento no § 1º do artigo 9º, da Lei nº 10.403, de 06/07/71, a DEL. CEE nº 177/20, que fixa normas quanto à reorganização dos calendários escolares, devido ao surto global do Coronavírus, para o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
* Res. SEDUC nº 26, de 18/03/20 - Altera dispositivos da Res. SE nº 25, de 17/03/20, que dispõe sobre a jornada laboral mediante teletrabalho, em regulamentação ao Dec. nº 64.864, de 16/03/20.
* Res. SEDUC nº 28, de 19/03/20 - Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e à transmissão do Covid-19 (Novo Coronavírus) no âmbito da Secretaria da Educação, em complementação àquelas previstas no Dec. nº 64.864/20.
* Res. SEDUC nº 30, de 20/03/20 - Dispõe sobre o funcionamento das unidades escolares, como medida preventiva ao novo Coronavírus (Covid-19), e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 32, de 25/03/20 - Dispõe sobre procedimentos e condições para retirada e utilização dos alimentos em redes conveniadas com fornecimento descentralizado e unidades escolares com fornecimento centralizado em razão da suspensão das aulas como medida de prevenção do contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus).
* Res. SEDUC nº 34, de 31/03/20 - Altera dispositivos da Res. SEDUC nº 28, de 19/03/20, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e à transmissão do Covid-19 (Novo Coronavírus) no âmbito da Secretaria da Educação, em complementação àquelas previstas no Dec. nº 64.864/2020.
* Res. SEDUC nº 35, de 31/03/20 - Dispõe sobre a prorrogação da composição da Diretoria Executiva da Associação de Pais e Mestres, em caráter excepcional, em razão das medidas adotadas para prevenção do contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus).
* Res. SEDUC nº 36, de 02/04/20 - Autoriza, temporariamente e em caráter excepcional, visando assegurar as condições necessárias ao efetivo e ininterrupto trabalho na Secretaria da Educação, a transformação de processos físicos em processos eletrônicos no âmbito do Programa SP Sem Papel.
* Res. SEDUC nº 37, de 02/04/20 - Altera a composição da Comissão Permanente instituída pela Res. SEDUC nº 64, de 14/11/19.
* Res. SEDUC nº 38, de 03/04/20 - Institui o Programa Aprender em Casa, de apoio aos estudos dos alunos no período de suspensão das aulas em decorrência da necessidade de prevenção de contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus).
* Res. SEDUC nº 39, de 03/04/20 - Inclui dispositivo na Res. SE nº 65, de 09/12/19. Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar para o ano letivo de 2020.
* Res. SEDUC nº 40, de 03/04/20 - Regulamenta o Dec. nº 64.891, de 30/03/20. Dispõe sobre o atendimento de necessidade inadiável de alunos da rede pública estadual de ensino em situação de pobreza ou de extrema pobreza, no contexto da pandemia COVID19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas.
* Res. nº 41, de 07/04/20 - Altera a Res. SE nº 31, de 23/03/20, que regulamenta o pagamento do Auxílio de Avaliação Educacional (AAE) no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 42, de 09/04/20 - Altera dispositivo da Res. SEDUC nº 28, de 19/03/20, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e à transmissão do Covid-19 (Novo Coronavírus) no âmbito da Secretaria da Educação, em complementação àquelas previstas no Dec. nº 64.864/20.
* Dec. nº 64.937, de13/04/2020 - Dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da Emergência em Saúde Pública Internacional, no contexto da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus).
* Desp. da Chefe de Gabinete, de 13/04/2020 - Dispõe sobre o Parecer da Comissão Permanente de Análise de Chamamento Público.
* Res. de 15/04/20 - Homologa, com fundamento no § 1º do artigo 9º, da Lei nº 10.403/71, a Indicação abaixo: IND. CEE nº 193/20 - Covid-19 - Normas para as escolas de Educação Infantil do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo devido ao surto global da Covid-19.
* Res. SEDUC nº 43, de 16/04/20 - Altera a composição da Comissão Especial do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, instituída pela Res. SE nº 53/17.
* Res. SEDUC nº 44, de 20/04/20 - Dispõe sobre a reorganização do calendário escolar, das atividades pedagógicas e a extensão do teletrabalho devido à suspensão das atividades escolares presenciais para prevenir o contágio pelo coronavírus (COVID-19) e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 45, de 20/04/20 - Dispõe sobre a realização e o registro de atividades escolares não presenciais pelas unidades escolares vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, durante o período de restrição das atividades presenciais devido à pandemia de COVID19.
* Res. SEDUC nº 46, de 24/04/20 - Estabelece o protocolo de entrega de materiais pedagógicos aos alunos matriculados na rede pública estadual de ensino.
* Dec. nº 64.953, de 27/04/20 - Estende o prazo a que alude o “caput” do artigo 2º do Dec. nº 64.879/20, que determinou a suspensão das atividades de natureza não essencial na Administração Pública estadual, no contexto da pandemia da COVID-19.
* Res. SEDUC nº 47/20 - Dispõe sobre a elaboração do calendário escolar devido à suspensão das atividades escolares presenciais como medida de prevenção do contágio pelo Coronavírus (Covid-19).
* Dec. nº 64.956/20 - Determina a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial no âmbito do serviço de transporte público de passageiros de responsabilidade do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
* Dec. nº 64.963/20 - Institui o Sistema de Informações e Disciplina a prorrogação da suspensão da obrigatoriedade do recadastramento aos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência.
* Res. Conj. SG/SS/SE/SEDS-1, de 06/05/20 - Dispõe sobre a instalação de Corregedoria Setorial Extraordinária, da Corregedoria Geral da Administração, junto às Secretarias da Saúde, da Educação e de Desenvolvimento Social, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 51/20 - Altera dispositivos da Res. SEDUC nº 28/20 - Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e à transmissão do Covid-19 (Novo Coronavírus) no âmbito da Secretaria da Educação, em complementação àquelas previstas no Decreto 64.864/20.
* Com. DPME nº 040/20, alterado pelo Com. DPME nº 48/20 e do Com. DPME nº 044, de 18/03/2020, alterado pelo Com. DPME nº 047, de 24/04/2020, enquanto perdurar a situação de emergência de saúde pública, decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).
* Com. DPME nº 051/20 - Dispõe sobre os agendamentos e convocações para fins de perícias médicas a partir de 01/06/2020, exceto para os municípios pertencentes às regiões da Baixada Santista, Registro (Vale do Ribeira) e Grande São Paulo, enquanto fizerem parte da Fase 1 da Retomada Consciente, do Plano São Paulo.
* Dec. nº 65.014/20 - Estende a medida de quarentena de que trata o Dec. nº 64.881/20.
* Com. DPME nº 051/20 - Dispõe sobre os agendamentos e convocações para fins de perícias médicas a partir de 01/06/2020, exceto para os municípios pertencentes às regiões da Baixada Santista, Registro (Vale do Ribeira) e Grande São Paulo, enquanto fizerem parte da Fase 1 da Retomada Consciente, do Plano São Paulo.
* Dec. nº 65.014/20 - Estende a medida de quarentena de que trata o Dec. nº 64.881/20.
* Com. DPME nº 057/20 - As perícias médicas agendadas para o dia 11/06/2020, no município de São Paulo, ficam remarcadas para o dia 23/06/2020, no mesmo local e horário.
* Com. DPME nº 060/20 - Instrui sobre o comparecimento para perícia médica, se apresentar sintomas do COVID-19.
* Res. SEDUC nº 53/20 - Detalha as atribuições das Diretorias de Ensino e das Unidades Escolares com relação às atividades escolares não presenciais durante o período da pandemia da COVID-19.
* Com. DPME nº 63 e nº 66 de 19/06/2020 - Instrui sobre procedimentos por conta do Coronavirus.
* Res. SEDUC nº 55, de 23/06/2020, D.O. de 24/06/2020 - Dispõe sobre a prorrogação da composição da Diretoria Executiva da Associação de Pais e Mestres, em caráter excepcional, em razão das medidas adotadas para prevenção do contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus)
* Com. DPME, nº 63 e nº 66 de 19/06/2020, D.O. de 23/06/2020 - Instrui sobre procedimentos por conta do Coronavírus.
* Com. DPME nº 67, de 23/06/2020, D.O. de 27/06/2020 - Instrui sobre procedimentos por conta do Coronavírus.
* Com. DPME nº 68, de 26/06/2020, D.O. de 27/06/2020 - Instrui sobre procedimentos por conta do Coronavírus.
* Dec. nº 65.032, de 26/06/2020, D.O. de 27/06/2020 - Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020.
* Com. DPME nº 67, de 23/06/2020, D.O. de 29/06/2020 - Instrui sobre procedimentos por conta do Coronavírus. Republicado por ter saído com incorreções.
* Port. SPPREV nº 178, de 29/06/2020, D.O. de 30/06/2020 - Prorroga, enquanto perdurar o estado de calamidade pública e a quarentena decretada no Estado de São Paulo, a suspensão da obrigatoriedade da realização do recadastramento.
* Res. SEDUC nº 57, de 30/06/2020, D.O. de 02/07/2020 - Estabelece normas complementares para aplicação do Decreto 64.982, de 15/05/2020.
* Dec. nº 65.056, de 10/07/2020, D.O. de 11/07/2020 - Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020.
* Dec. nº 65.061, de 13/07/2020, D.O. de 14/07/2020 -Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais, no contexto da pandemia de COVID-19.
* Res. de 31/07/20, D.O. de 04/08/20 - Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei nº 10.403/71, a Indicação CEE nº 199/20, que "Disponibiliza estudos e documentos para a retomada das aulas e atividades pedagógicas presenciais nas instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, em razão do surto global da Covid-19.
* Res. SEDUC nº 60, de 19/05/20, D.O. de 20/08/20 - Altera a Res. SEDUC nº 47/20, que dispõe sobre a elaboração do calendário escolar devido à suspensão das atividades escolares presenciais como medida de prevenção do contágio pelo Coronavírus (Covid-19).
* Dec. nº 65.140/20, D.O. de 20/08/2020 - Dispõe sobre Nota Técnica Conjunta do Centre de Contingência do Coronavírus e da Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.
* Dec. nº 65.141/20, D.O. de 20/08/20 - Altera o Anexo III do Dec. nº 64.994/20, que dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Dec. nº 64.881, de 22/03/20, e institui o Plano São Paulo.
* Dec. nº 65.143/20, D.O. de 22/08/20 - Observados os termos e condições estabelecidos no Dec. nº 64.994/20, fica estendida, até 6 de setembro de 2020, a quarentena.
* Res. Conj. SPOG/SE nº 01, de 24/08/20, D.O. de 26/08/20 - Dispõe sobre constituição do Comitê Técnico de Certificação de que trata o artigo 8º, do Dec. nº 64.902/20, que regulamenta o § 1º, do artigo 18, da LC nº 01.144/11, que dispõe sobre o processo de certificação ocupacional para a função de Gerente de Organização Escolar e dá outras providências.
* Delib. CIB/CPS nº 71/20, D.O. de 26/08/20 - Considerando o Dec. nº 64.862/20, que dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações no setor privado estadual;
* Considerando o Dec. nº 64.881/20, que decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do Covid-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares; - A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB/SP, em reunião realizada em 20/08/20 aprova “Nota Técnica CIB” – Diretrizes para o Trabalho Integrado da Saúde e Educação para Controle da Covid-19 nas Escolas, do Estado de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 61, de 31/08/20, D.O. de 01/09/20 - Edita normas complementares sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica, no contexto da pandemia de COVID-19 e nos termos do Artigo 6º, do Dec. nº 65.061/20.
* Dec. nº 65.170/20, D.O. de 05/09/20 – Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881/20.
* Res. SS nº 127, de 11/09/20, D.O. de 12/09/20 - Altera o Anexo I, da Res. SS nº 73, de 31/05/20, que dispõe sobre a “classificação das áreas de abrangência dos Departamentos Regionais de Saúde do Estado e respectivas fases”, frente à Pandemia Covid-19 e dá providências correlatas.
* Com. DPME nº 093, de 14/09/20, D.O. de 16/09/20 - Dispõe sobre procedimentos da Covid-19 (Novo Coronavírus).
* Dec. nº 65.184/20, D.O. de 19/09/20 - Estende a medida de quarentena de que trata o Dec. nº 64.881/20.
* Dec. nº 65.234/20, D.O. de 09/10/20 - Altera os Anexos II e III do Dec. nº 64.994/20, que dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Dec. nº 64.881/20, e institui o Plano São Paulo.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria/CGRH 2020 - nº 170 de, 27/10/20, D.O. de 29/10/20. - Dispõe sobre orientações técnicas referente ao período de teletrabalho.
* Dec. nº 65.295, de 16/11/20, D.O. de 17/11/20. Estende a medida de quarentena de que trata o Dec. nº 64.881, de 22/03/20.
* Res. SEDUC nº 88, de 25/11/20, D.O. de 27/11/20. Altera e inclui dispositivo na Res. SEDUC nº 55, de 23/06/20, que dispõe sobre a prorrogação da composição da Diretoria Executiva da Associação de Pais e Mestres, em caráter excepcional, em razão das medidas adotadas para prevenção do contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus) .
* Dec. nº 65.319, de 30/11/20, D.O. de 01/12/20. Altera o Anexo II do Dec. nº 64.994, de 28/05/20, que dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Dec. nº 64.881, de 22/03/20, e institui o Plano São Paulo.
* Dec. nº 65.384, de 17/12/20, D.O. de 18/12/20 - Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais no contexto da Pandemia de COVID-19, institui o Sistema de Monitoramento da Educação para a COVID-19.
* Dec. nº 65.437, de 30/12/20, D.O. de 31/12/20 - Estende a medida de quarentena de que trata o Dec. nº 64.881, de 22/03/20.
* Dec. nº 65.460, de 08/01/21, D.O. de 09/01/21 - Altera os Anexos II e III do Dec. nº 64.994/20, que dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Dec. nº 64.881/20, e institui o Plano São Paulo.
* Del. CEE nº 195, de 14/01/21, D.O. de 16/01/21 - Fixa normas para a retomada tanto das atividades presenciais quanto das por meio remoto e para a organização dos calendários escolares para o ano letivo de 2021 no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, devido ao surto global do Coronavírus, e dá outras providências.
* Dec. nº 65.479/21, de 20/01/21, D.O. de 21/01/21 - Altera dispositivos do Dec. nº 65.463, de 12 de janeiro de 2021. (COVID-19)
* Res. de 22/01/21, D.O. de 23/01/21 - Homologa, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403, de 06/07/1971, a Deliberação CEE nº 196/21, que “Altera e acrescenta dispositivos à Deliberação CEE 195/2021”.
* Dec. nº 65.487, de 22/01/21, D.O. de 23/01/21 - Institui, no âmbito do Plano São Paulo, disciplina excepcional para as áreas e datas que especifica, altera o Anexo II do Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 11, de 26/01/21, D.O. de 26/01/21 - Dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica para o ano letivo de 2021, nos termos do Decreto Estadual 65.384/2020, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 13, de 26/01/21, D.O. de 28/01/21 - Altera a Res. SEDUC nº 11, de 26/01/21 que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica para o ano letivo de 2021, nos termos do Dec. Est. nº 65.384/20 e dá providências correlatas.
* Com. Ext. Subsecretaria nº. 147/21, de 11/02/21 - Dispõe sobre o Acesso às Escolas da Rede Pública Estadual.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria/CGRH nº 156/21 - Dispõe sobre o Regime de Trabalho Presencial para as Designações de Suporte Pedagógico, bem como os Projetos da Pasta.
* Dec. nº 65.521, de 16/02/21, D.O. de 17/02/21 - Dá nova redação ao Dec. nº 64.920, de 07/04/20, e dá providências correlatas (COVID-19).
* Dec. nº 65.545, de 03/03/21, D.O. de 04/03/21 - Estende a medida de quarentena de que trata o Dec. nº 64.881, de 22/03/20, institui, no âmbito do Plano São Paulo, disciplina excepcional e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 32, de 05/03/21, D.O. de 06/03/21 - Altera a Res. SEDUC nº 11, de 26/01/21, que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica para o ano letivo de 2021, nos termos do Dec. Est. nº 65.384/20 e dá providências correlatas
* Dec. nº 65.563, de 11/03/21, D.O. de 12/03/2021 - Institui medidas emergenciais, de caráter temporário e excepcional, destinadas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, e dá providências correlatas.
* Com. Subsecretaria/COPED/CGRH/CISE/CITEM nº 304, de 12/03/21 - Dispõe sobre Orientações das atividades escolares durante a fase emergencial de combate à Pandemia.
* Com. SEDUC, de 16/03/21, D.O. de 17/03/21 - Dispõe sobre a Fase Emergencial do Plano São Paulo de combate ao coronavírus (COVID-19), a vigorar no período 15 a 30 de março de 2021.
* Dec. nº 65.588, de 24/03/21, D.O. de 25/03/21 - Altera dispositivos do Dec. nº 64.891, de 30/03/20, que dispõe sobre o atendimento de necessidade inadiável de alunos da rede pública estadual de ensino em situação de pobreza ou de extrema pobreza, no contexto da pandemia da Covid-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas.
* Dec. nº 65.596, de 26/03/21, D.O. de 27/03/21 - Estende a medida de quarentena de que trata o Dec. nº 64.881, de 22/03/20, a vigência das medidas emergenciais instituídas pelo Dec. nº 65.563, de 11/03/21, e dá providências correlatas.
* Dec. nº 65.597, de 26/03/21, D.O. de 27/03/21 - Acrescenta dispositivo ao Dec. nº 65.384, de 17/12/20, que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais no contexto da pandemia de COVID-19, institui o Sistema de Informação e Monitoramento da Educação para COVID-19 e dá providências correlatas.
* Com. Ext. Conj. SUBSECRETARIA/COPED/CGRH/CISE nº 312 de 01/04/21 - Orientações sobre as atividades escolares durante a fase emergencial para o período de 5 a 9 de abril.
* Res. SEDUC nº 42, de 08/04/21, D.O. de 09/04/21 - Dispõe sobre procedimentos de validação dos dados dos profissionais da Educação, no âmbito do Programa Estadual de Imunização – PEI – Retificação do D.O. de 09/04/21 - Onde se lê: Resolução SEDUC nº 42, de 08/04/21. Leia-se: Res. SEDUC nº 45, de 08/04/21...
* Dec. nº 65.613, de 09/04/21, D.O. de 10/04/21 - Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22/03/20, altera a redação do Decreto nº 64.994, de 28/05/20 e dá providências correlatas.
* Com. SUBSECRETARIA SEDUC/COPED/CGRH DE 11/04/21 - Dispõe sobre o funcionamento das unidades escolares no período de classificação do Plano SP na fase vermelha, de 12 a 18 de abril de 2021.
* Dec. Nº 65.663 de 30/04/2021, D.O. de 01/05/21 - Estende a medida de quarentena até 09/05/2021.
* Dec. nº 65.680, de 07/05/2021, D.O. de 08/05/21 - Estende a medida de quarentena de que trata o Dec. nº 64.881, de 22/03/20, e as medidas transitórias, de caráter excepcional, instituídas pelo Dec. nº 65.635, de 16/04/21, e dá providências correlatas.
* Dec. nº 65.731, de 28/05/2021, D.O. de 29/05/21 - Estende a medida de quarentena de que trata o Dec. nº 64.881, de 22/03/20, e as medidas transitórias, de caráter excepcional, instituídas pelo Dec. nº 65.635, de 16/04/21, e dá providências correlatas.
* Dec. nº 65.839, de 30/06/21, D.O. de 01/07/21 - Estende a medida de quarentena de que trata o Dec. nº 64.881, de 22/03/20, e as medidas transitórias, de caráter excepcional, instituídas pelo Dec. nº 65.635, de 16/04/21, altera a redação do Dec. nº 64.994, de 28/05/20, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 65, de 26/07/21 - Dispõe sobre a realização das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica no segundo semestre do ano letivo de 2021, no contexto da pandemia de COVID-19, nos termos do Dec. Est. nº 65.384/20 alterado pelo Dec. Est. nº 65.849/21, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC de 26/07/21, D.O. de 27/07/21 - A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403/71, a Deliberação CEE nº 201/2021, que fixa normas para a ampliação da retomada das aulas e atividades presenciais bem como para a organização dos calendários escolares do segundo semestre de 2021 no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, devido ao surto global do Coronavírus, e dá outras providências". (CEESP-EXP-2021/00078). Publicada novamente por ter saído incompleta.
* Res. SEDUC de 19/08/21 - Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403/71, a Deliberação CEE nº 203/2021, aprovada pela Presidência do Conselho Estadual de Educação em caráter de urgência ad referendum, com a seguinte conclusão: "Disciplina a aprovação e a entrada em vigor dos Regimentos Escolares das instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, no período de surto global do Covid-19 (Novo Coronavírus), e dá outras providências".
* Del. CEE nº 204/2021, de 14/10/21, D.O. de 15/10/21 - Fixa normas para a retomada das aulas e atividades presenciais no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
* Res. SEDUC nº 101, de 15/10/21, D.O. de 16/10/21 - Altera dispositivos da Res. SEDUC nº 65, de 26/07/21, que dispõe sobre a realização das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica no segundo semestre do ano letivo de 2021, no contexto da pandemia de COVID-19, nos termos do Dec. Est. nº 65.384/20 alterado pelo Dec. Est. nº 65.849/21, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 1, de 07/01/22, D.O. de 08/01/22 - Disciplina o Dec. nº 66.421, de 03/01/22, que dispõe sobre a comprovação de vacinação contra a COVID-19 por parte dos agentes públicos, em exercício no âmbito da Secretaria da Educação.
* Com. DPME nº 003, de 18/01/22, D.O. de 20/01/21 - Quando o servidor necessitar afastar-se por apresentar sintomas reconhecidos do Novo Coronavirus, ou confirmada a contaminação, devem ser observadas as orientações contidas nos Comunicados DPME nº 067, de 23/06/20 e 093, de 14/09/2020.
* Res. SEDUC nº 9, de 28/01/22, D.O. de 29/01/22 - Dispõe sobre a realização das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica no ano letivo de 2022, no contexto da pandemia de COVID-19, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 20, de 09/03/22, D.O. de 10/03/22 - Dispõe sobre o uso de máscaras de proteção facial nas unidades escolares.
* Lei nº 17.629, de 14/02/23, D.O. de 15/02/23 - Dispõe sobre a proibição da exigência de apresentação do cartão de vacinação contra a COVID-19 para acesso a locais públicos ou privados no Estado e dá outras providências.
* Dec. nº 67.490, de 14/02/23, D.O. de 15/02/23 - Revoga o Dec. nº 66.421de 03/01/22, que dispõe sobre a comprovação de vacinação contra a COVID-19 por parte dos agentes públicos que especifica e dá providências correlatas.

1. Curso Normal - Orientações Gerais

* Res. CP n.º 1, de 30/09/99 - Dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação, considerados os Art. 62 e 63 da Lei 9.394/96 e o Art. 9º, § 2º, alíneas "c" e "h" da Lei 4.024/61, com a redação dada pela Lei 9.131/95.
* Par. CEE n° 02/03 - Consulta sobre autorização e funcionamento do Curso Normal.
* Res. CEB/CNE n° 01, de 20/08/03 - Direitos aos Profissionais da Educação com formação de nível médio na modalidade normal, em relação à prerrogativa do exercício da docência, em vista do disposto na Lei nº 9394/96.
* Res. SE n° 119, de 07/11/03 - Matrículas (extinção dos CEFAMs).
* Res. SE nº 38, de 21/06/06, D.O. 22/06/06 - Prorroga o prazo para funcionamento do Programa Especial de Formação Inicial em Serviço.
* Res. SEDUC, de 29/10/21, D.O. de 30/10/21 - Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei nº 10.403, de 06/07/71, a Indicação CEE nº 213/2021, sobre “Orientação ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo a respeito da qualificação necessária aos docentes para ministrar aulas dos componentes curriculares da Educação Básica”.

1. Cursos Complementares e Cursos de Especialização

* Del. CEE nº 09/98 - Homologada pela Res. SE de 19/11/98 - Dispõe sobre oferecimento, aprovação e validade de curso de especialização, aperfeiçoamento e extensão universitária.
* Ind. CEE nº 15/98 - Anexa à Del. CEE nº 09/98.
* Ind. CES/CEE nº 23/02 - Formação de Especialistas - Cursos de Especialização (o "lato sensu" também vale).
* Del. CEE n° 53/05, homologada pela Res. SE de 21/12/05 - Fixa normas para os cursos de especialização que se destinam à formação de profissionais da educação previstos no art. 64 da LDB.
* Del. CEE n° 54/05 - Prorroga a validade do reconhecimento de cursos.
* Del. CEE nº 197/21 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação nos cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.
* Port. do Coord. de 15/06/23, D.O. de 16/06/23 - Autorizando, nos termos da Res. SE nº 62 e nº 63, de 11/12/17, o seguinte Curso de Atualização, proposto e executado por Órgãos da Estrutura Básica da Secretaria e Instituição Parceira aos Psicólogos Educacionais contratados via empresa parceira Psicologia Viva, (www.psicologiaviva.com.br), e participantes do Programa Psicólogos na Educação, para atuação na rede estadual de ensino - 40 horas - em Ambiente Virtual de Aprendizagem / AVAEFAPE.

1. Cursos e Exames Supletivos (Educação de Jovens e Adultos - EJA)

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - arts. 37 e 38.
* Del. CEE n° 17/97 - Regulamenta o funcionamento de Cursos e Exames Supletivos (inclusive reclassificação - art.8°).
* Del. CEE n° 01/98 - Educação a Distância.
* Ind. CEE n° 01/98 - Disciplina o funcionamento de cursos de Ed. a Distância (anexada a Del. CEE nº 01/98).
* Res. SE nº 04/98 e 09/98 - Ensino Fundamental - Matriz Curricular.
* Res. SE nº 07/98 e 10/98 - Ensino Médio - Matriz Curricular.
* Del. CEE n° 09/99 - EJA - Curso Individualizado e Presença Flexível.
* Ind. CEE n° 11/99 - Anexada a Del. CEE nº 09/99.
* Res. CNB/CEB n° 01/00 - Educação de Jovens e Adultos.
* Res. SE, de 29/11/00 - Educação de Jovens e Adultos - Diretrizes.
* Del. CEE nº 09/00 - EJA - Diretrizes.
* Ind. CEE n° 11/00 - EJA - Diretrizes.
* Par. CEB/CNE n° 11/00 - Diretrizes EJA.
* Res. SE n° 01/01 - Educação de Jovens e Adultos - Organização Curricular.
* Del. CEE n° 14/01 - Educação a Distância.
* Del. CEE n° 18/01 - Homologada pela Res. SE de 23/11/03 - Altera a Del. CEE nº 14/01.
* Ind. CEE n° 04/01 - Educação a Distância.
* Ind. CEE n° 13/01 - Anexada a Del. CEE nº 18/01.
* Par. CEE n° 78/01 - Inclusão de Ed. Artística no ensino supletivo.
* Par. CEE n° 167/01 - Inclusão de Língua Estrangeira Moderna.
* Port. COGSP/CEI, de 20/04/2001, republicado no D.E. de 26/04/01.
* Del. CEE n° 23/02 - Homologada pela Res. SE de 17/05/02 - Altera a Del. CEE nº 14/01.
* Res. n° 181/02 - Organização e Funcionamento dos Cursos de Ed. Flexível de Jovens e Adultos, com atendimento individualizado e presença flexível, desenvolvidos em telessalas.
* Ind. CEE n° 17/02 - Dispõe sobre Educação a Distância e Presença Flexível.
* Res. SE nº 33, de 05/03/02, D.O. 06/03/02 - Estabelece critérios para a expedição de certificados de conclusão de candidatos que obtiveram declaração de eliminação de componentes em Exames Supletivos realizados até o final de 2001 e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 181, de 19/12/02, D.O. 20/12/02 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos de educação de jovens e adultos, com atendimento individualizado e presença flexível, desenvolvidos em telessalas da rede pública estadual de ensino.
* Res. SE n.º 69, de 26/10/06, D.O. 27/10/06 - Estabelece normas para o atendimento à demanda Escolar do Ensino Médio, para o ano de 2007, nas escolas da rede estadual e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 48, de 24/09/07, D.O. 25/09/07 - Dispõe sobre a implementação, nas unidades escolares estaduais, das diretrizes dos Cursos de Educação de Jovens e Adultos estabelecidas pela Del. CEE nº 82/09.
* Res. SE nº75, de 06/11/07, D.O. 07/11/07 - Estabelece normas para o atendimento à demanda escolar do Ensino Médio, para o ano de 2008, nas escolas da rede estadual e dá providências correlatas.
* Res.SE nº 56, de 31/07/08, D.O. 01/08/08 - Dispõe sobre o processo de cadastramento de alunos, coleta de vagas, compatibilização demanda/ vaga e matrícula para o atendimento à demanda escolar do ensino fundamental no ano letivo de 2009, na Rede Pública de Ensino, excetuando-se o Município da Capital que será objeto de resolução específica.
* Res. SE nº 70, de 31/10/08, D.O. 01/11/08 - Estabelece normas para o atendimento à demanda escolar do Ensino Médio, para o ano de 2009, nas escolas da rede estadual e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 55, de 11/08/09, D.O. 12/09/09 - Dispõe sobre o processo de cadastramento de alunos, coleta de vagas, compatibilização demanda/ vaga e matrícula para o atendimento à demanda escolar do ensino fundamental no ano letivo de 2010, na Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SE nº 77, de 30/10/09, D.O. 31/10/08 - Estabelece normas para o atendimento à demanda escolar do Ensino Médio, para o ano de 2010, nas escolas da rede estadual, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 03, de 13/01/10, D.O. 14/01/10 - Dispõe sobre alterações na organização dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, mantidos pelas escolas estaduais.
* Res. SE nº 16, de 21/03/2011, D.O. 22/03/12 - Dispõe sobre a idade mínima para matrícula inicial nos cursos de Educação de Jovens e Adultos – EJA, do ensino fundamental, mantidos pelas escolas estaduais.
* Res. SE nº 77, de 06/12/11, D.O. 07/12/11 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAs.
* Res. SE nº 31, de 16/05/13, D.O. 17/05/13 - Ementa: Altera dispositivos da Res. SE nº 77, de 06/12/11, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAS.
* Res. SE nº 02, de 08/01/16, D.O. 09/01/16 - Estabelece diretrizes e critérios para a formação de classes de alunos, nas unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Res. Conj. SE-SAP nº 2, de 30/12/16, D.O. 31/12/16 - Dispõe sobre a oferta da educação básica a jovens e adultos que se encontram em situação de privação de liberdade no Sistema Prisional do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 4, de 20/01/17, D.O. 22/01/17 - Dispõe sobre a idade mínima para matrícula em cursos de Educação de Jovens e Adultos – EJA mantidos pelas escolas da rede estadual de ensino e sobre a participação em exames de certificação nessa modalidade de educação.
* Res. SE nº 30, de 07/07/17, D.O. 08/07/17 - Estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos - EJA, em classes multisseriadas, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 32, de 17/07/17, D.O. 18/07/17 - Dispõe sobre o detalhamento de atribuições do Centro de Aplicação de Avaliações, da Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional, e do Centro de Educação de Jovens e Adultos, da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica.
* Res. SE nº 20, de 26/02/18, D.O. 27/02/17 - Dispõe sobre registros escolares de jovens e adultos privados de liberdade, em estabelecimentos penais, no período de 2011 a 2012.
* Res. SE nº 62, de 09/11/18, D.O. 10/11/17 – Altera dispositivo da Res. SE nº 2, de 08/01/16, que estabelece diretrizes e critérios para a formação de classes de alunos, nas unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Res. CNE nº 01, de 25/05/21, D.O.U. de 26/05/21 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.

1. Cursos Sequenciais

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art 44, I.
* Port. MEC n° 514/01 - Cursos Seqüenciais de Ensino Superior.
* Dec. nº 9.235, de 15/12/17, D.O.U. de 17/12/17 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

1. Cursos Técnicos

* LDB – arts. 39 a 41
* Dec. Fed. nº 5.154/04 - Dispõe sobre os cursos técnicos.
* Parecer CNE/CEB nº 11/08, D.O.U. 07/07/08 - Cursos Técnicos.
* Res. CNE/CEB nº 3, de 09/07/08, D.O.U. 10/07/08 - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.
* Port. MEC nº 870, de 16/07/2008, D.O.U. 18/07/2008 – ANEXO - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio
* Del. CEE n° 79/08, D.O. 23/12/08 – Implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de nível médio em São Paulo.
* Dec. nº 65.176, de 09/09/20, D.O. de 10/09/20 - Dispõe sobre o Programa de Qualificação Profissional e Habilitação Técnica NOVOTEC e dá providências correlatas.
* De. CEE nº 189/21 - Fixa normas para a autorização e funcionamento de Cursos de Educação Profissional Técnica e de Especialização Técnica, de Nível Médio, modalidade presencial, vinculados ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, devido ao surto global da Covid-19, e dá outras providências.

1. Data-Base: Revisão Anual da Remuneração dos Servidores

* Lei n° 12.391, de 23/05/06 - Dispõe sobre a Revisão Anual da Remuneração dos Servidores.

1. Décimo Terceiro Salário

* CF/88 - art. 7°, VIII.
* LC n° 644/89 - 13° Salário dos Servidores.
* Dec. nº 41.562, de 22/01/97 - Dispõe sobre o pagamento do 13º salário dos servidores públicos estaduais.
* Dec. n° 42.564, de 01/12/97 - Parcelamento do 13° Salário no mês do aniversário.

1. Declaração de bens
   * Dec. n° 41.865, de 16/06/97 – Dispõe sobre a declaração de bens dos agentes públicos... (Art. 1° §§ 1° e 2°: para todos; na posse, e atualização anual).
   * Dec. n° 43.199, de 18/06/98 – Dá nova redação ao art. 7° do Dec. 41.865/97 – (formulário próprio ou cópia da declaração do Imposto de Renda).
   * Dec. n° 54.264, de 23/04/2009 – Dispõe sobre o art. 3° do Dec. 41.865/97 (declaração de autoridades).
2. Defesa do Funcionário Público - Desacato

* Código Penal - art. 331.

1. Deficientes - Direitos em Geral e Reserva de Cargos e Empregos em Concursos

* LC n° 683, de 18/09/92 - Reserva de Cargos e Empregos em Concursos.
* Lei n° 9938, de 17/04/98 - Direitos dos Deficientes em geral.
* Lei Fed. n° 10.048/00 - Prioridade aos Deficientes.
* Lei Fed. n° 10.098/00 - Acessos.
* LC n° 932, de 08/11/02 - Reserva de Cargos e Empregos em Concursos.

1. Delegação de Competências/Atribuições

* Res. SE n° 158/87 - Dispõe sobre Delegação de Competências previstas nos Dec.s nº 7.510/76 e 17.329/81.
* Normas Regimentais Básicas (Par. CEE n° 67/98) - art. 18.
* Res. SE n° 44, de 17/07/09, D.O. 18/07/09 – Delega atribuições ao Chefe de Gabinete.
* Res. SE n° 47, de 01/06/10, D.O. 02/06/2010 – Delega competências ao Diretor DRHU.

1. Denúncia Anônima: invalidade

* Lei n° 10.177/98 - art. 87 - Regulamenta o Procedimento Administrativo no Âmbito da Administração Pública Estadual.
* Lei n° 10.294/99 - Expõe Sobre a Proteção e Defesa do Usuário do Serviço Público.

1. Desacato a Funcionário Público

* Código Penal - art. 331.

1. Deveres e Direitos dos Funcionários

* Lei nº 10.261/68 (EFP).
* Lei n° 500/74 - Regimento Jurídico dos Servidores ACT.

1. Dia da Consciência Negra (20 de novembro) - feriado na cidade de São Paulo

* Lei Municipal nº 13.707, de 07/01/04.
* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 79, b (dado pela Lei Fed. nº 10.639/03) - "Dia Nacional da Consciência Negra" - Inclusão obrigatória no Calendário Escolar.
* Dec. nº 51.274, de 16/11/06, D.O. 17/11/06 - Suspende o expediente nas repartições públicas na Capital, no dia 20 de novembro.
* Dec. nº 63.769, de 29/10/18, D.O. 30/10/18 - Suspende o expediente nas repartições públicas estaduais nos dias que especifica e dá providências correlatas.
* Lei nº 17.746, de 12/09/23, D.O. de 13/09/23 - Determina que o Dia Estadual da Consciência Negra, 20 de novembro, seja declarado feriado estadual.

1. Dia do Diretor de Escola (18 de outubro)

* Lei n° 10.927, de 11/10/01 - Institui o dia do “DIRETOR DE ESCOLA”.

1. Dia do Professor (15 de outubro)

* Lei nº 174/48 - "Feriado Escolar".
* Res. SE nº 03/70.
* Mensagem DRHU/UDEMO de 15/10/99 - Confirmação.
* Lei Fed. N° 9.093/95 – “Feriados estaduais são fixados em lei estadual”.
* Dec. n° 49.341/05 – Não incluiu o Dia do Professor nos dias de suspensão de expediente.
* Dec. n° 52.638/08 – Não menciona o Dia dos Professores como suspensão de expediente.

1. Dia do Supervisor de Ensino (14 de novembro)

* Lei n° 11.366, de 28/03/03 - Institui o dia do “SUPERVISOR DE ENSINO”.

1. Diárias e Ajuda de Custo - Pagamento

* Lei nº 10.261/68 (EFP) - art. 144 a 154.
* Lei nº 10.320, de 16/12/68, D.O. de 17/12/68 - Dispõe sobre os sistemas de controle interno da gestão financeira e orçamentária do Estado.
* Dec. n°53.980, de 29/01/09, D.O. de 30/01/09 - Regulamenta o regime de adiantamento previsto nos artigos 38 a 45 da Lei nº 10.320, de 16/12/68.
* LC nº 1.374 de 30/12/22, D.O. de 31/12/22 - Plano Nova Carreira - art.13, inciso III, alínea C.

1. Diário de Classe

* Normas contidas no próprio diário.
* Res. SE nº 16, de 31/01/20, D.O. de 1º/02/20 - Dispõe sobre os registros do Diário de Classe no âmbito da Rede Estadual de Ensino, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 118, de 08/11/21, D.O. de 19/11/21 - Inclui dispositivos na Resolução SE nº 16, de 31/01/20, que dispõe sobre os registros do Diário de Classe no âmbito da Rede Estadual de Ensino.

1. Dias Letivos e Carga Horária - Obrigatoriedade do Cumprimento

* Lei Fed. nº 9394/96 (LDB) - art. 24, I.
* Com. SE, de 04/08/01 - Obrigatoriedade de cumprimento de dias letivos e carga horária.
* Res.SE nº 136/03 - Calendário Escolar (Publicação anual).
* Inst. CENP/DRHU, de 30/06/10, D.O. 01/07/10 – Carga horária do ensino fundamental e médio – Orientações para dirigentes e diretores.
* Res. SE nº 8, de 19/01/12, D.O. 20/01/12 – Nova carga horária dos docentes da rede estadual de ensino (Horas – relógios e horas-aula).(Revogada pela Res. SE 72 de 16/12/2019)
* Res. SE nº 50, de 08/10/19, D.O. de 09/09/19 – Homologa a Indicação CEE 185/2019, que versa sobre o tema “LDB e o efetivo trabalho escolar.
* Res. SE nº 72, de 16/12/19, D.O. de 17/12/19 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 2, de 03/01/20, D.O. de 04/01/20 - Altera a Res. SE nº 72, de 16/12/19, que dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* Res SE nº 76, de 03/01/20, D.O. de 04/01/2020 - Altera a Res. SE nº 72, de 16/12/19, que dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* Res. SEDUC nº 132, de 26/11/21, D.O. de 27/11/21 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* Res. SEDUC nº 133, de 29/11/21 (Revoga Res. SEDUC nº 132 de 26/11/21), D.O. de 30/11/21.
* Res. SEDUC nº 15, de 14/02/22, D.O. de 15/02/22 - Dispõe sobre a carga horária de expansão do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino.
* LC nº 1374 de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Nova Carreira do Magistério.
* Res. SEDUC nº 55, de 29/06/22, D.O. de 30/07/22 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino submetidos ao regime instituído pela LC nº 1.374/22 e providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 58 de 08/07/22, D.O. de 09/07/22 - Dispõe sobre a realização de Atividades Pedagógicas Diversificadas excepcionalmente no ano de 2022, em complemento à Res. Seduc nº 55, de 29/06/22.

1. Dinheiro Direto na Escola (PDDE Paulista)

* Res. CD/FNDE n° 3, de 27/02/03 - Dispõe sobre critérios e as formas de transferência e de prestação de contas dos recursos destinados a execução do Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE .
* Com. SE, de 09/05/03 - Disciplina os procedimentos para a participação das Associações de Pais e Mestres e Escolas no Programa Dinheiro Direto na Escola/2003.
* Com. GS/SE, D.O. 17/06/05 - Procedimentos para o ano de 2005.
* Lei nº 11.947, de 16/06/09 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 09/06/04, 11.273, de 06/02/06, 11.507, de 20/07/07; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24/08/01 e a Lei nº 8.913, de 12/07/94 e dá outras providências.
* Res. nº 09/11 – Estabelece os procedimentos a serem adotados para aquisição de materiais, bens e contratação de serviços, com repasses efetuados à custa do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), pelas Unidades Executoras Próprias (UEx) e entidades qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público que ministram educação especial, denominadas de Entidades mantenedoras (EM) , de que trata o inciso I,§2º, do artigo 22 da Lei nº 11.947, de 16/06/09.
* Res. nº 10/13 - Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16/06/09.
* Res. 15/14 – Dispõe sobre as prestações de contas das entidades beneficiadas pelo Programa Direto na Escola (PDDE) e suas ações agregadas.
* Res. nº 08/16, que altera as Resoluções nºs 10, de 18/04/13 e 16, de 09/12/15, do Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE) e dá outras providências.
* Res. nº 06, de 27/02/18 – Altera dispositivos da Res. nº 10, de 18/04/13, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – CD/FNDE.
* Lei nº 17.149, de 13/09/19, D.O. de 14/09/19- Institui o Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, vinculado à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, define suas finalidades, diretrizes e estabelece outras providências
* Dec. nº 64.644, de 05/12/19 – Regulamenta a Lei n° 17.149, de 13/09/19, que institui o Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, define suas finalidades, diretrizes e estabelece outras providências correlatas.
* Res. SE nº 67, de11/12/19, D.O de 12/12/2019 - Dispõe sobre as normas para adesão, repasse e aplicação financeira dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista- PDDE Paulista
* Res. SEDUC nº 49, de 30/04/20, D.O. de 01/05/2020 - Dispõe sobre a prestação de contas das unidades executoras representativas da comunidade escolar - Associações de Pais e Mestres beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista - PDDE Paulista.
* Res. SEDUC nº 89, de 30/11/20, D.O. de 01/12/20 - Altera e renumera artigos da Res. SE nº 67, de 11/12/19, que dispõe sobre as normas para adesão, repasse, aplicação financeira dos recursos do Programa Dinheiro na Escola Paulista - PDDE Paulista.
* Res. SEDUC nº 99, de 23/12/20, D.O. de 24/12/20 - Autoriza o repasse de recursos financeiros à Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, para aquisição de Kit Centro de Mídias – CMSP.
* Res. SE nº 100, de 29/12/20, D.O. de 30/12/20 - Altera a Res. SE nº 99, de 23/12/20, que autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, para aquisição de Kit Centro de Mídias.
* Res. SEDUC nº 101, de 30/12/20, D.O. de 31/12/20 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, para aquisição de Kit Centro de Mídias – CMSP.
* Res. SEDUC nº 14, de 27/01/21, D.O. de 28/01/21 - Dispõe sobre a prorrogação de prazo de encaminhamento da prestação de contas dos recursos do PDDE Paulista de que trata a Resolução SEDUC nº 49 de 30/04/20.
* Res. SEDUC nº 16, de 28/01/21, D.O. de 29/01/21 - Dispõe sobre empenho trimestral, objetivando a razoabilidade e a proporcionalidade dos recursos aplicados
* Res. SEDUC nº 17, de 02/02/21, D.O. de 03/02/21 - Dispõe sobre autorização para contratação de serviços de contabilidade e aquisição de certificado digital com recursos do PDDE Paulista.
* Res. SEDUC nº 31, de 05/03/21, D.O. de 06/03/21 - Dispõe sobre a prorrogação do prazo de encaminhamento da prestação de contas dos recursos do PDDE Paulista de que trata a Res. SEDUC nº 49 de 30/04/20.
* Res. SEDUC nº 37, de 16/03/21, D.O. de 17/03/21 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs), via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, para aquisição de utensílios descartáveis destinados ao fornecimento de alimentação escolar aos alunos da rede estadual.
* Port. CISE nº 9, de 23/03/21, D.O. de 24/03/2021 - Dispõe sobre a aquisição de utensílios descartáveis destinados ao fornecimento de alimentação escolar aos alunos da rede estadual, nos termos da Res. SEDUC nº 37, de 16/03/21, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 73, de 20/08/21, D.O. de 21/08/21 - Dispõe sobre as normas para adesão, repasse e aplicação financeira dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista- PDDE Paulista, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 90, de 30/09/21, D.O. DE 01/10/21 - Dispõe sobre a prorrogação do prazo de decisão pelos Dirigentes Regionais de Ensino sobre a análise de prestações de contas dos recursos do PDDE Paulista de que trata a Res. SEDUC nº 49, de 30/04/20.
* Res. SEDUC nº 126, de 17/11/21, D.O. de 19/11/21 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs), no subprograma PDDE Paulista - Climatização, visando à aquisição de equipamentos de climatização para os prédios escolares da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 131, de 26/11/21, D.O. de 27/11/21 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs), via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista - PDDE Paulista, visando à contratação de prestação de serviços de engenheiro eletricista, em subprograma denominado PDDE Paulista - Engenharia Elétrica, a fim de elaborar projetos de instalações elétricas, para a instalação de equipamentos de climatização nos prédios escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SEDUC nº 134, de 30/11/21, D.O. de 02/12/21 - Dispõe sobre a prorrogação do prazo de decisão pelos Dirigentes Regionais de Ensino sobre a análise de prestações de contas dos recursos do PDDE Paulista de que trata a Res. SEDUC nº 49, de 30/04/20.
* Lei nº 17.449, de 29/10/21, D.O. de 30/10/21 - Altera a Lei nº 11.498/03, que autoriza o Poder Executivo a instituir Programas de Formação Continuada destinados aos integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá outras providências correlatas, e altera a Lei nº 17.149/19, que institui o Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, vinculado à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, define suas finalidades, diretrizes e estabelece outras providências.
* Res. SEDUC nº 141, de 16/12/21, D.O. de 17/12/21 - Estabelece a obrigatoriedade de uso de minuta-padrão para a celebração de Termos de Compromisso com Municípios, para a execução do eixo de infraestrutura física do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo – PAINSP.
* Dec. nº 66.402, de 28/12/21, D.O. de 29/12/21 - Altera o Dec. nº 65.298, de 18/11/20, que dispõe sobre o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres - APMs para os fins que especifica.
* Res. SEDUC nº 04, de 20/01/22, D.O. de 21/01/22 - Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs), via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista – PDDE Paulista, para pequenos reparos e aquisição de equipamentos destinados à implantação de polos de transmissão do Centro de Mídias da Educação de São Paulo, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 05, de 20/01/22, D.O. de 21/01/22 - Acrescenta dispositivos na Res. SEDUC nº 71, de 11/08/21, que autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APMs) via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, para implementação dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 6, de 24/01/22, D.O. de 25/01/2022. Dispõe sobre a prestação de contas das unidades executoras 11representativas da comunidade escolar - Associações de Pais e Mestres beneficiadas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista- PDDE Paulista, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 83, de 31/10/22, D.O. de 03/11/22 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APM’s), via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista -PDDE Paulista, para a contratação de serviços e aquisição de equipamentos e itens necessários à obtenção e renovação do Auto de Vistoriados Bombeiros (AVCB) dos prédios escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SEDUC nº 96, de 13/12/22 – D.O. de 14/12/22 - Dispõe sobre fixação de prazo para decisão do Dirigente Regional de Ensino sobre as prestações de contas dos exercícios de 2020 e 2021 do Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista (PDDE Paulista).
* Res. SEDUC nº 83, de 31/10/22, D.O. de 03/11/22 - Autoriza o repasse de recursos financeiros às Associações de Pais e Mestres (APM’s), via Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista -PDDE Paulista, para a contratação de serviços e aquisição de equipamentos e itens necessários à obtenção e renovação do Auto de Vistoriados Bombeiros (AVCB) dos prédios escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SEDUC nº 96, de 13/12/22 – D.O. de 14/12/22 - Dispõe sobre fixação de prazo para decisão do Dirigente Regional de Ensino sobre as prestações de contas dos exercícios de 2020 e 2021 do Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista (PDDE Paulista).
* Res. SEDUC nº 105, de 30/12/22, D.O. de 31/12/22 - Alterar a Res. SEDUC nº 80, de 17/10/22, que institui o Subprograma Educação & Atividades Pedagógicas Externas, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista – PDDE Paulista, objetivando a contratação de serviço eventual de transporte para visitas a museus, teatros, exposições culturais e artísticas, casas de cultura e atividades afins, pelas Associações de Pais e Mestres (APM).
* Res. SEDUC nº 7, de 14/03/23 – D.O. de 15/03/23 - Prorroga excepcionalmente o prazo para envio das prestações de contas de recursos repassados pelo PDDE Paulista no exercício de 2022.
* Res. SEDUC nº 20 de 06/06/23, D.O. 12/06/23 - Empenho 2 Quadrienal. Exercício 2023 - Dispõe sobre empenho do segundo quadrimestre do exercício de 2023, objetivando a razoabilidade e a proporcionalidade dos recursos aplicados.
* Res. SEDUC nº 23, de 23/06/23, D.O. de 26/06/23 - Dispõe sobre a utilização de saldos remanescentes dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Paulista e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 26, de 06/07/23, D.O. de 07/07/23 - Prorroga excepcionalmente o prazo de análise pelo CAF das prestações de contas de recursos repassados pelo PDDE Paulista, no exercício de 2022.
* Res. SEDUC nº 31, de 02/08/23, D.O. de 03/08/23 - Prorroga excepcionalmente o prazo de análise pelo CAF das prestações de contas de recursos repassados pelo PDDE Paulista, no exercício de 2022.
* Res. SEDUC nº 38 de 01/09/23, D.O. de 05/09/23 - Prorroga excepcionalmente o prazo de análise pelo CAF das prestações de contas de recursos repassados pelo PDDE Paulista, no exercício de 2022.
* Res. SEDUC nº 68, de 01/12/23, D.O. de 04/12/23 - Prorroga excepcionalmente o prazo de análise pelo CAF das prestações de contas de recursos repassados pelo PDDE Paulista, no exercício de 2022.
* Res. SEDUC nº 18, de 18/03/24, D.O. de 19/03/24 - Prorroga excepcionalmente o prazo de encaminhamento pelas unidades escolares das prestações de contas de recursos repassados pelo PDDE Paulista, no exercício de 2023.

1. Diplomas

* Lei Fed. n° 12.605, de 03/04/12, D.O.U. 04/04/12 – Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas.
* Del CEE n° 125/14 - Dispõe sobre a inclusão de nome social nos registros escolares das instituições públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo e dá outras providencias correlatas. Artº 6º.
* Dec. nº 64.187, de 17/04/19, D.O. de 18/04/19 - Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas - (art. 76-IA-2).
* Res. SEDUC nº 73, de 12/12/23, D.O. de 13/12/23 - Dispõe sobre a emissão de histórico escolar, certificado e diploma para estudantes das turmas de Ensino Médio com itinerário de formação técnica profissional nas Escolas Estaduais, e dá providências correlatas.

1. Direito de Manifestação

* CF/88 - art. 5°, IV.
* CF/88 - art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

1. Diretor de Escola – Habilitação e Competências
   * + Ind. CEE n° 23/02 – Exige formação específica para o cargo (administração)
     + Instr. Especiais SE nº 1, de 18/12/06, D.O. 19/12/06 – Dispõe sobre o Concurso de Diretor de Escola.
     + Com. DRHU, de 20/12/06, D.O. 21/12/06 – Edital e Abertura de Concurso Público de Diretor de Escola.
     + Dec. nº 53.037, de 28/05/08, D.O. 29/05/08 – Dispõe sobre a regionalização dos concursos públicos para provimento de cargos do Magistério, da Secretaria da Educação, define normas relativas a remoção, a substituição e a contratação de docentes.
     + Dec. nº 53.161, de 24/05/08, D.O. 25/05/08 - Altera dispositivos do Dec. nº 53.037, de 28/05/08, que dispõe sobre a regionalização dos concursos públicos para provimento de cargos do Quadro do Magistério, da Secretaria da Educação, define normas relativas a remoção, a substituição e a contratação temporária de docentes.
     + Res. SE nº 82, de 16/12/13, D.O. 17/12/13 - Dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
     + Dec. nº 60.444, de 15/05/14, D.O. 16/05/14 – Regulamenta os procedimentos relativos á realização de concursos públicos, no âmbito da Administração direta e autárquica do Estado de São Paulo.
     + Res. SE nº 42, de 31/07/14, D.O. 01/08/14 - Altera dispositivo da Res. SE nº 82, de 16/12/13, que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
     + LC nº 1256, de 06/01/15, D.O. 06/01/15 – Dispõe sobre Estágio Probatório e institui Avaliação Periódica de Desempenho Individual para os ocupantes do cargo de Diretor de Escola e Gratificação de Gestão Educacional para os integrantes das classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação.
     + Res. SE nº 51, de 16/10/15, D.O. 17/10/15 - Institui Comissão Especial para propor minuta de regulamentação da Avaliação Especial de Desempenho e do Curso Específico de Formação dos ocupantes do cargo do Diretor de Escola.
     + Res. SE nº 56, de 14/10/16, D.O. 15/10/16 - Dispõe sobre perfil, competências e habilidades requeridos dos Diretores de Escola da rede estadual de ensino, e sobre referenciais bibliográficos e legislação, que fundamentam e orientam a organização de concursos públicos e processos seletivos, avaliativos e formativos, e dá providências correlatas.
     + Res. SE nº 69, de 19/12/16, D.O. 20/12/16 - Dispõe sobre o módulo de Diretor de Escola e de Vice-Diretor de Escola das unidades escolares da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas.
     + Res. GS, de 01/12/17, D.O. 02/12/17 – Dispõe sobre a homologação do Concurso de Diretor de Escola.
     + Res. SE nº 1, de 03/01/18, D.O. 04/01/14 - Altera a Res. SE nº 82, de 16/12/13, que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
     + Res. SE nº 18, de 26/02/18, D.O. 27/02/18 - Institui Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho, dos ingressantes no cargo de Diretor de Escola, durante Estágio Probatório.
     + Res. SE nº 19, de 26/02/18, D.O. 27/02/18 - Constitui Comissão do Curso Específico de Formação relacionado ao Estágio Probatório de Diretor de Escola.
     + Res. SEDUC nº 6, de 11/01/21, D.O. de 12/01/21 - Dispõe sobre o módulo de Diretor de Escola e de Vice-Diretor de Escola das unidades escolares da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas.
     + LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Nova Carreira do Magistério.
     + Port. do Coordenador de 27/07/23, D.O. de 28/07/23 - Dispõe sobre o apoio presencial para os Professores, em sala de aula, pelo Diretor Escolar e/ou Diretor de Escola e/ou Coordenador de Gestão Pedagógico.
2. Dirigente Regional de Ensino

* LC n° 836/97 - Institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da SE.
* Res. SE nº 14, de 30/01/98 - Ementa: Dispõe sobre alteração do nome de Cargo do Quadro do Magistério
* Res. Conj. SGP/SE nº 1, de 02/09/09 - Ementa: Homologa o processo CDRE-001/2009 de certificação ocupacional para o cargo de Dirigente Regional de Ensino.
* Edital CDRE – da Gestão Pública n° 001/09, D.O. 17/06/09 – Certificação de Dirigente Regional de Ensino.
* Comunicado DRHU, de 19/06/09, D.O. 20/06/09 – Certificação do Dirigente Regional de Ensino – Esclarecimentos.
* Res. Conj. SGP/SE n° 001, de 22/06/10, D.O. 23/06/2010 – Homologa o processo CDRE n° 002/10 de certificação ocupacional para o cargo de Dirigente de Ensino.
* Res. Conj. SGP/SEE nº 1, de 20/05/11, D.O. 21/05/11 - Homologa o processo CDRE-003/2010 de certificação ocupacional para o cargo de Dirigente Regional de Ensino.
* Res. SE nº 75, de 30/11/11, D.O. 01/12/11 - Dispõe sobre a ocupação dos cargos de comando das Diretorias de Ensino e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 20, de 12/04/17, D.O. 13/04/17 -Dispõe sobre delegação de competência referente a abono e justificação de faltas e à fruição de férias e licenças dos Dirigentes Regionais de Ensino.
* LC. nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Nova Carreira do Magistério.
* Res. SEDUC nº 51, de 29/06/22, D.O. de 30/06/22 - Dispõe sobre a delegação de competência, relativa à celebração de termos de colaboração, com organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, atuantes em educação especial, nos termos do Dec. nº 62.294/16.
* Port. do Chefe de Gabinete, de 27/07/22, D.O. de 28/07/22 - Dispõe sobre o cancelamento da “Reunião Presencial de Trabalho" nos dias 28 e 29/07, que convocou os 91 Dirigentes Regionais de Ensino.
* Convocação de Dirigentes, de 27/07/23, D.O. de 31/07/23 - Seminário sobre Educação de Sobral.
* Res. SEDUC nº 13, de 15/02/24, D.O. de 16/02/24 - Dispõe sobre delegação de atribuições.

1. Discriminação (vedação)

* Lei nº 10.313, de 20/05/99, D.O. 21/05/99 - Veda qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos ou particulares, comerciais, industriais e residenciais multifamiliares existentes no Estado.
* Lei n° 11.369, de 28/03/03 - Veda qualquer forma de discriminação racial ao idoso, à pessoa portadora de necessidades especiais, à mulher.
* Lei nº 14.187, de 19/07/10, D.O. 20/07/10 - Dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial.
* Lei nº 14.363, de 15/03/11, D.O. 16/03/11 - Altera a Lei nº 10.313, de 1999 -Veda qualquer forma de discriminação em virtude de raça, sexo, cor, origem, orientação sexual, identidade de gênero, condição social, idade, porte ou presença de deficiência, ou doença não contagiosa por contato social no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos ou particulares, comerciais, industriais e residenciais multifamiliares existentes no Estado de São Paulo.”; (NR)
* Lei nº 16.925 de 16/01/19, D.O. 17/01/19 - Veda qualquer discriminação à criança e ao adolescente portador de deficiência ou doença crônica nos estabelecimentos de ensino, creches ou similares, em instituições públicas ou privadas.

1. Dispensa/Abono das aulas por motivos religiosos - Vedação

* CF/88 - art. 5°, VIII.
* Par. CNE/CP n° 5/97 - Interpretação do art. 33 da L.D.B. (Ensino Religioso).
* Par. CNE/CEB n° 15/99 - Legislação pertinente ao tratamento diferenciado a aluno frequentador da Igreja Adventista do Sétimo Dia.
* Lei nº 17.346, de 12/03/21 - Institui a Lei Estadual de Liberdade Religiosa no Estado de São Paulo e dá outras providências- Artº 3º.

1. Dispensa de Ponto – ver item Afastamentos em Geral
2. Disque-Denúncia

* Lei n° 11.853, de 17/01/05 - Obrigatoriedade de fixação nas escolas e hospitais públicos.

1. Doação de Órgãos

* Lei n° 12.145, de 09/12/05 - Institui a Semana de Esclarecimentos e Incentivo à Doação de Órgãos nas escolas de Ensino Fundamental e Médio no âmbito do Estado de São Paulo.

1. Doação de Material Inservível e Excedente

* DL. Estadual n° 204/70 - Dispõe sobre material considerado inservível.
* Dec. n° 16.258/80 - Dispõe sobre doação e venda de material excedente das escolas de 1º e 2º graus.
* Res. n° 41, de 26/04/00 - Dispõe sobre procedimentos para doação de material inservível e ou/ excedente.
* Res. SE n° 28, de 02/04/09 – Delega competência para autorizar o recebimento de doações de bens móveis.
* Dec. nº 64.187, de 17/04/19 - Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas – (Artigo 82).

1. Doação de Material Servível e Excedente

* Inst. Conjunta CEI/COGSP/DAE, de 23/05/00, D.O. 25/05/00.
* Res. SE n° 28, de 02/04/09 – Delega competência para autorizar o recebimento de doações de bens móveis.
* Res. SE n° 45, de 18/04/12, D.O. 19/04/12 – Dispõe sobre delegação de competência para autorizar recebimento de bens móveis.
* Res. SE n° 51, de 16/05/12, D.O. 17/05/12 – Altera dispositivos da Res. SE n° 18/12 (carga horária).
* Dec. nº 64.187, de 17/04/19 - Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas – (Artigo 82).

1. Docente Adventista

* Par. NDP nº 141/22 - Dispõe sobre docentes Adventistas.

1. Docente Afastado - Carga Horária

* Res. SE n° 19, de 01/03/96 - Dispõe sobre carga horária de docente afastado.
* Res. SEDUC nº 85, de 07/11/22, D.O. de 08/11/22 - Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 87, de 11/11/22, D.O. de 12/11/22 - Dispõe sobre a gestão de pessoas dos integrantes do Quadro do Magistério nas escolas estaduais do Programa Ensino Integral – PEI, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 71, de 08/12/23, D.O. de 12/12/23 (Republicada por conter incorreções) - Dispõe sobre a gestão de pessoas dos integrantes do Quadro do Magistério nas escolas estaduais do Programa Ensino Integral - PEI, e dá providências correlatas.

1. Docentes - Afastamento para o Programa Especial de Formação

* Res. SE n° 57, de 29/03/02 - Atividades docentes dos Professores de Ed. Básica I que participam do Programa Especial de Formação de Professores.
* Res. SE nº 41, de 10/06/16, D.O. de 11/06/16 - Dispõe sobre a instrução de processos de afastamento de servidor para participação em congresso, curso, missão ou certame, de cunho cultural, técnico ou científico, no País ou no Exterior.
* Res. SE nº 62, de 11/12/17 – D.O. de 12/12/17 - Dispõe sobre o desenvolvimento e a oferta de cursos e orientações técnicas para os integrantes do Quadro do Magistério - QM, na conformidade das competências e atribuições estabelecidas para a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” - EFAP, pelo Dec. nº 57.141, de 18/07/11 ***(revogado)***.

1. Docentes - Aproveitamento
   * Res. SE n° 29, de 19/03/10, D.O. 20/03/10 – Atuação de docentes em funções que especifica (Sala de Leitura, Professor Mediador).
   * Res. SEDUC nº 85, de 07/11/22, D.O. de 08/11/22 - Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério, e dá providências correlatas.
   * Res. SEDUC n° 17, de 12/05/23, D.O. de 16/05/23 - Institui o “Programa Multiplica SP #Professores” no âmbito da Secretaria da Educação.
2. Docentes - Contratação

* LC n° 1.093, de 16/07/09, D.O. 17/07/09 – Institui o sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação...
* Inst. Norm. UCRH 2, de 21/09/09, D.O. 22/09/09 – Processo seletivo simplificado, de que trata a LC n° 1.093/09
* Res. SE n° 68, de 01/10/09, D.O. 02/10/09 – Dispõe sobre a contratação.
* Res. SE n° 98, de 29/12/09 – Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério...
* Res. SE n° 8, de 22/01/10 – Dispõe sobre a classificação de docentes e candidatos à contratação temporária no processo seletivo para atribuição de classes e aulas...
* Res. SE n° 44, de 24/05/10 – Cadastro de candidatos à contratação por tempo limitado.
* Port. DRHU n° 24, de 25/05/10 – Cronograma e diretrizes para cadastramento
* MEC – GM – Port. Normat. N° 14, de 21/05/10, D.O.U. 24/05/10 – Institui o Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente.LC n° 1.132, de 10/02/11, D.O. 11/02/11 – Altera a LC n° 1.093/09 – aumenta o prazo de contratação.
* Dec. n° 58.140, de 15/06/12, D.O. 19/06/12 – Extinção do contrato: procedimentos.
* Dec. nº 65.458, de 05/01/21, DO de 06/01/21 - Altera o Dec. nº 54.682/09, que regulamenta a LC nº 1.093/09, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual, e dá providências correlatas.
* LC nº 1.381, de 16/12/22, D.O. de 17/12/22 - Fica autorizado o Governo do Estado de São Paulo a prorrogar a vigência dos contratos dos docentes firmados nos termos da LC nº 1.093, de 16/07/09, que se vencerem ao longo do ano de 2022 por mais um ano.
* Res. SEDUC nº 102, de 23/12/22, D.O. de 24/12/22 - Dispõe sobre a prorrogação dos contratos dos docentes celebrados nos termos da LC nº 1.093, de 16/07/09, a que se refere a LC nº 1.381, de 16/12/22.
* Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Docentes para Atuações nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2024, de 14/12/23, D.O. de 15/12/23.
* Com. da Coordenadora, de 10/01/24, D.O. de 12/01/24 - Processo Seletivo Simplificado – Contratação de Docente- 2024.

1. Documentos Escolares - Expedição, 2º via, Guarda e Eliminação

* Res. SE n° 190/77 - Expedição em uma única via.
* Par. CEE nº 67/98, Art. 81 - "Cabe à escola expedir documentos escolares..."
* Lei Fed. n° 9.870/99, art. 6° - Proibição de retenção por falta de pagamento.
* Dec. n. 48.897, de 27/08/04, D.O. de 28/04/04 - Dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 8, 31/01/07, D.O. 01/02/07 - Revoga o Art. 2º da Res. SE nº 190/77 (que impedia ou dificultava a expedição da 2º via).
* Inst. Nor. APE/SAESP n. 2, de 02/12/10, D.O. de 03/12/10 - Estabelece critérios para a avaliação da massa documental acumulada e procedimentos para a eliminação, transferência e recolhimento de documentos à Unidade do Arquivo Público do Estado.
* Lei nº 12.527, de 18/11/11 - Regula o acesso a informações.
* Dec.º 58.052, de 16/05/12, D.O. de 17/05/12 - Regulamenta a Lei Fed. n° 12.527, de 18/11/11, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 73, de 12/12/23, D.O. de 13/12/23 - Dispõe sobre a emissão de histórico escolar, certificado e diploma para estudantes das turmas de Ensino Médio com itinerário de formação técnica profissional nas Escolas Estaduais, e dá providências correlatas.

1. Documentos de Identificação dos Alunos

* Lei Fed. n° 7.088/83 - Normas para expedição de documentos escolares.
* Lei n° 7.116/83 - Carteira de Identidade.
* Par. CEE n° 1.501/87 - Exigência da Carteira (identificação) dos Alunos.
* Port. Conj. COGSP/CEI, de 14/02/05 - Dispõe sobre a verificação de documentos e atos escolares.
* Port. Citem, de 25/09/20, D.O. de 26/09/20 - Dispõe sobre a verificação de documentos e atos escolares.

1. Documentos – Incineração (ver Incineração de Documentos)
2. Doenças - Notificação Compulsória

* Lei Fed. nº 6.259, de 30/10/75 - Vigilância Epidemiológica.
* Res. SS n° 62, de 09/05/02 - Doenças de notificação compulsória (Revogada pela Res. SS nº 59/04 de 22/07/04).
* Res. SS n° 141, de 12/11/02 - Intoxicação por Agrotóxico (Revogada pela Res. SS nº 59, de 22/07/04).
* Portaria nº 2.325, de 08/12/03, do Ministério da Saúde - Atualizando a Listagem de DNC.
* Res. SS n° 43, de 18/05/04 - D.O. 19/05/04 - Doenças de notificação compulsória no Estado de São Paulo.
* Res. SS nº 59, de 22/07/04 - Doenças de notificação compulsória – DNC ***(Revogado pela Res. SS n° 20, 22/02/06)***.
* Port. SVS n° 5, de 21/02/06, D.O.U. 22/02/06 - Inclui doenças de notificação compulsória e define doenças de notificação imediata.
* Res. SS n° 20, de 22/02/06 – Atualiza lista de doenças compulsórias – DNC.
* Port. nº 204, de 17/02/16, D.O.U. de 17/02/16 - Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde público se privado sem todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.
* Port. de Consolidação nº 4, de 28/09/17, D.O.U. de 29/09/17- Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde.
* Port. nº 264, de 17/02/20, D.O.U. de 18/02/20 - Altera a Port. de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28/09/17, para incluir a doença de Chagas crônica, na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.
* Port. GM/MS Nº 420, de 02/03/22, D.O.U. de 03/03/22 - Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28/09/17, para incluir a síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.

1. Drogas - Prevenção

* Dec. n° 34.074, de 29/10/91 - Institui no Estado de São Paulo, o Programa Permanente de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas.
* Lei n° 12.297, de 07/03/06, D.O. 08/03/06 - Dispõe sobre o "Programa de Educação Específica Contra os Males do Fumo, do Álcool e das Drogas" nas escolas públicas de Ensino Fundamental do Estado.
* Lei nº 17.183, de 18/10/19, D.O. de 19/10/19 - Institui a Política Estadual sobre Drogas, o Fundo Estadual Antidrogas e dá outras providências.

1. Educação - Compromisso de São Paulo - Programa

* Dec. n° 57,571, de 02/12/11, D.O.03/12/11 – Institui, junto à SE, o Programa Educação – Compromisso de São Paulo.
* LC nº 1.164 de 04/01/12, D.O. de 05/01/12 - Regime de Dedicação Plena e Integral.
* Res. SE nº 03, de 13/01/12, D.O. de 14/01/12 - Dispõe sobre o processo seletivo de integrantes do Quadro do Magistério para atuação no projeto especial “Escola Estadual de Ensino Médio de Período Integral”.
* Res. SE nº 12 de 31/01/12, D.O. de 01/02/12 - Institui o Projeto Escola Estadual de Ensino Médio de Período Integral e estabelece diretrizes para a organização e funcionamento das Escolas Estaduais de Ensino Médio de Período Integral de que trata a LC nº 1.164, de 04/01/12.
* Res. SE nº 87, de 04/09/12, D.O. de 05/09/12 - Dispõe sobre a composição do Conselho Consultivo e da Câmara Técnica de Acompanhamento que integram o Programa Educação - Compromisso de São Paulo, instituído pelo Dec. nº 57.571, de 02/12/11, alterado pelo Dec. nº 57.791, de 14/02/12.
* LC nº 1.374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22, Institui Nova Carreira do QM.

1. Educação a Distância

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 80.
* Dec. Fed. nº 2.494/98 - Educação a Distância. ***(revogado)***
* Res. SE, de 17/12/98 - Homologa a Del. CEE nº 11/98.
* Del. CEE nº 01/98 - Educação a Distância.
* Del. CEE nº 11/98 - Credenciamento de Instituições e autorização de funcionamento de cursos a distância de Ens. Fundamental para Jovens e Adultos, Ensino Médio e Profissional de Nível Técnico (em anexo à Ind. 18/98) - revogada pela Del. CEE 41/04 abaixo.
* Res. SE n° 01/01 - Dispõe sobre a organização curricular do EJA.
* Del. CEE n° 14/01 - Educação a Distância - Alterada pela Del. CEE nº 18/01.
* Res. SE de 28/06/04, que homologa a Del. CEE nº **41/2004** e Ind. CEE nº 42/04 - Credenciamento de Instituições e Autorização de funcionamento de cursos a distância de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos, Médio e Profissional de Nível Técnico no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SE, de 17/11/04 - D.O. 18/11/04 - Homologa a Del. CEE nº 43/04 - Recredenciamento das Instituições que oferecem educação a distância.
* Port. MEC n° 22/01, de 22/06/05, D.O.U. 23/06/05 - Formação de professores a distância: habilitação de instituições públicas de educação superior.
* Res. FNDE n° 34, de 09/08/05, D.O.U. 11/08/05 - Projetos de cursos de licenciatura para professores, a distância.
* Dec. Fed. n° 5.622/05, de 19/12/05 – Regulamenta o art. 80 da LDB.
* Dec. Fed. n° 6.303/07, de 12/12/07 – Altera dispositivos do Dec. Fed. n° 5.622/05 e do Dec. Fed. n° 5.773/06.
* Res. SE, de 06/04/10, D.O. 08/04/10 – Homologa a Del. CEE/CEB 97/10 – Novos conceitos e normas gerais.
* Dec. nº 9.057 de 25/05/17, D.O.U. de 26/05/17 – Regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9394, LDB, DE 20/12/96 - “Educação a Distância”.

1. Educação Ambiental

* Lei n° 8.951/94 - Componente obrigatório do currículo da escola.
* Lei Fed. n° 9.795/99 - Política Nacional de Educação Ambiental.
* Lei Est. nº 12.780, de 30/11/07, D.O. de 01/12/07 - Institui a Política Estadual de Educação Ambiental. Dec. nº 63.456, de 05/06/18, D.O. de 06/06/18 - Regulamenta a Política Estadual de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 12.780, de 30/11/07, institui a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental.

1. Educação Artística e Educação Física no Ciclo I

* Res. SE n° 184, de 27/12/02- Dispõe sobre a natureza das atividades de E.A. e E.F. nas séries do ciclo I.
* Res. SE nº 71, de 22/07/03 - Altera acrescentando § único ao art. 1º da Res. Se nº 184/02.
* Res. Se nº 134, de 16/12/03 - Atribuição de classes e aulas.
* Res. SE n° 1, de 06/01/04 - altera a Res. 184/02.
* Par. CEE/CES n° 198/05 - Direito de lecionar Educação Artística.
* Res. SEDUC nº 88, de 22/09/21, D.O. de 23/09/21 - Altera a Res. Nº 184, de 27/12/02, que dispõe sobre a natureza das atividades de Educação Artística e de Educação Física nas séries do ciclo I do Ensino Fundamental das escolas públicas estaduais.
* Res. SEDUC nº 115, de 05/11/21, D.O. de 06/11/21 - Dispõe sobre as Atividades Curriculares Desportivas e Artísticas - ACDA nas Unidades Escolares da rede Pública Estadual.

1. Educação Básica

* Ano: 2024 - Nº 5 – de 09 fevereiro de 2024 - Expediente – Subsecretaria de Acompanhamento da Grande São Paulo e Interior - Pauta: Comunicados Externos Conjuntos com as Coordenadorias

1. Educação Especial - Diretrizes Curriculares

* Lei nº 17.744, de 12/09/2023, DO de 13/09/2023 - Autoriza a criação de Centros de Referência e Atendimento Especializado às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e dá outras disposições.

1. Educação Especial - Convênio com Instituições Especializadas

* Dec. n° 46.264, de 09/11/01- Autoriza a SE a celebrar convênios com instituições que mantêm atendimento educacional gratuito, na modalidade de educação especial.
* Res. SE n° 10, de 14/01/02 - Orientações e procedimentos para celebração de convênios.
* Dec. n° 48.060, de 01/09/03 - Autoriza a SE a celebrar convênios com instituições sem fins lucrativos, com atuação em Ed. Especial, para promover atendimento de educandos portadores de necessidades especiais.
* Lei Fed. n° 10.845, de 05/03/04 - D.O.U. 08/03/04 - Institui o PAED: Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência.
* Res. SEDUC nº 94, de 13/12/22, D.O. de 14/12/22 - Aprova Plano de trabalho, para vigência a partir de 2023,como parte integrante do Termo de Colaboração que tem por objeto o atendimento pedagógico (escolarização) a educandos que necessitam de apoio permanente-pervasivo com Deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada à Deficiência Intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.
* Res. SEDUC nº 21, de 21/06/23, D.O. de 22/06/22 - Dispõe sobre a regulamentação da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo e do Plano Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA.
* Lei n 17.798, de 06/10/23, D.O. de 09/10/23 - Altera a Lei nº 17.158, de 18/09/19, que dispõe sobre a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA.
* Res SEDUC nº 60, de 23/11/23 – D.O. de 24/11/23 - Institui o Comitê Estratégico Estadual do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Ceec).
* Res SEDUC nº 61, de 23/11/23 – D.O. de 24/11/23 - Aprova Plano de trabalho, para vigência a partir de 2024, como parte integrante do Termo de Colaboração que tem por objeto o atendimento pedagógico(escolarização) a educandos que necessitam de apoio permanente-pervasivo com Deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada à Deficiência intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular
* Instr. COPED nº 03 de 24/11/23, D.O. de 27/11-23 - Dispõe sobre orientações e procedimentos quanto ao Atendimento Educacional Especializado AEE, em conformidade com o Dec. nº 67.635, de 06/04/23 e a Res. SEDUC nº 21, de 21/06/23.

1. Educação Especial - Diretrizes Nacionais

* Res. CEB/CNE n° 02, de 11/09/01 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
* Lei nº 13.146 de 06/07/15, D.O. de 07/07/15 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
* Dec. Leg. Nº 186, de 09/07/08 – D.O.U. de 10/07/08 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
* Dec. nº 6.949 de 09/08/09, D.O.U. de 10/08/09 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
* Lei nº 13.846 de 18/06/19, D.O.U. de 18/06/19 - Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.
* Lei nº 14.126 de 22/03/21, D.O.U. de 23/03/21 - Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.
* Dec. nº 11.063, de 04/05/22 D.O.U. de 05/05/22 - Estabelece os critérios e os requisitos para a avaliação de pessoas com deficiência ou pessoas com transtorno do espectro autista para fins de concessão de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de automóveis.
* Res. SEDUC nº 21, de 21/06/23, D.O. de 22/06/22 - Dispõe sobre a regulamentação da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo e do Plano Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA.

1. Educação Especial na Educação Básica

* Res. SE nº 95, de 23/11/00 - Dispõe sobre o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas da rede estadual.
* Res. CEB/CNE n° 02, de 11/09/01 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
* Parecer CEE/CES n° 196/05 - Certificação de alunos especiais.
* Res. SE n° 8, de 26/01/06, D.O. 27/01/06 - Altera dispositivos da Res. SE n° 95/00, inclusive o SAPES (Serviço de Apoio Pedagógico Especializado). (Revogado pela Res. SE n° 11/08).
* Res. SE nº 2, de 12/01/07 - Altera dispositivo da Res. SE nº 8/06. (Revogado pela Res. SE n° 11/08).
* Res. SE n° 11/08 – Dispõe sobre o atendimento de alunos especiais nas escolas da rede estadual.
* Res. SE n° 31/08 – Altera dispositivos da Res. SE n° 11/08.
* Res. SE nº 61, de 11/11/2014, D.O. 12/11/2014 – Define o público-alvo da educação especial.
* Res. SE nº 29, de 23/06/15 - Dá nova redação ao artigo 10 da Resolução SE nº 61, de 11/11/14, que dispõe sobre a Educação Especial nas unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Del. CEE nº 149/16 - Estabelece normas para a educação especial no sistema estadual de ensino.
* Res. SE nº 5, de 20/01/17 - Altera dispositivo da Res. SE nº 61, de 11/11/14, que dispõe sobre a Educação Especial nas unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 68, de 12/12/17 - Dispõe sobre o atendimento educacional aos alunos, público-alvo da Educação Especial, na rede estadual de ensino.
* Resolução SE nº 15, de 16-2-2018 - Ementa: Dispõe sobre o processo de credenciamento de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, a que alude o artigo 30, inciso VI, da Lei Federal13.019, de 31-7-2014.
* Res. SE nº 62, de 09/11/18, D.O. de 10/11/18 - Altera dispositivo da Res. SE nº 2, de 08/01/16, que estabelece diretrizes e critérios para a formação de classes de alunos, nas unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SEDUC nº 92, de 28/09/21, D.O. de 06/10/21 - Altera dispositivos da Res. SE nº 68, de 12/12/17, para ampliação e reorganização das aulas do ensino colaborativo, no âmbito do atendimento educacional especializado e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 95, de 08/10/21, D.O. de 09/10/21 - Aprova Plano de trabalho, parte integrante do Termo de Colaboração que tem por objeto o atendimento pedagógico (escolarização) a educandos que necessitam de apoio permanente-pervasivo com Deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada à Deficiência Intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.
* Res. SEDUC nº 138, de 10/12/21, D.O. de 11/12/2021. Estabelece normas complementares para aplicação dos eixos s de “materiais didáticos e pedagógicos, tecnologias educacionais e educação inclusiva”, “formação e valorização de profissionais”, “equipamentos” e “gestão pedagógica, avaliação educacional e estratégia de aprendizagem para alunos com altas habilidades, superdotados e com necessidades especiais” do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo – PAINSP.
* Res. SEDUC nº 144, de 21/12/21, D.O. de 22/12/21 - Altera e inclui dispositivos na Res. SEDUC nº 95, de 08/10/21, que aprova Plano de trabalho, parte integrante do Termo de Colaboração que tem por objeto o atendimento pedagógico (escolarização) a educandos que necessitam de apoio permanente-pervasivo com Deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada à Deficiência Intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com Transtorno do Espectro Autista ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.
* Lei nº 17.669, de 06/04/23 – D.O. de 07/04/23 - Dispõe sobre o prazo de validade do laudo médico pericial que atesta o Transtorno do Espectro Autista – TEA (Prazo de Validade Indeterminada).
* Dec. nº 67.634, de 06/04/23, D.O. de 07/04/23 - Institui o Plano Estadual Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo – PEIPTEA (Envolve a Secretaria da Educação, de Desenvolvimento Social e dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que será a Coordenadora do PEIPTEA. Cria o selo Amigos da Pessoa com TEA).
* Dec. nº 67.635, de 06/04/23, D.O. de 07/04/23 - Dispõe sobre a Educação Especial na Rede Estadual de Ensino (Educação Especial e Modalidade Transversal da Educação Básica).
* Res. SEDUC nº 21, de 21/06/23, D.O. de 22/06/22 - Dispõe sobre a regulamentação da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo e do Plano Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA.
* Lei nº 17.759, de 20/09/23, D.O. de 21/09/23 - Dispõe sobre o Protocolo Individualizado de Avaliação (PIA) para os alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento, incluindo-se o Transtorno do Espectro Autista (TEA), nas instituições de ensino de todo o Estado.
* Lei n 17.798, de 06/10/23, D.O. de 09/10/23 - Altera a Lei nº 17.158, de 18/09/19, que dispõe sobre a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA.
* Dec. nº 68.415, de 02/04/24, D.O. de 03/04/24 - Dispõe sobre a presença de atendente pessoal nas unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.

1. Educação Física

* Regimento Escolar.
* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art 26, § 3°.
* Res. SE n° 275/93 - Dispõe sobre aulas de Educação Física.
* Ind. CEE n° 09/97 - Diretrizes para a Elaboração do Regimento.
* Del. CEE n° 10/97 - Fixa Normas para as Escolas de Ensino Fundamental e Médio. ("Educação Física não reprova por aproveitamento, somente por freqüência")
* Res. SE n° 03/98 - Ensino Médio - Diretrizes Nacionais.
* Res. SE nº 28, de 09/02/98 - Permite Ed. Física fora do período ***(revogado)***.
* Res. SE nº 173, de 05/12/02 - Dispõe sobre as sessões de atividades curriculares desportivas ***(revoga a Res. SE nº 142/01 e parte da Res. SE nº 275/93)***.
* Lei n° 11.361, de 17/03/03 - Dispõe sobre a **obrigatoriedade** da disciplina de Educação Física.
* Lei Fed. n° 10.793, de 01/12/03 - Altera a LDB e disciplina a dispensa das aulas de Ed. Física.
* Res. SE n° 01, de 06/01/04 - Educação Física e Artística no Ciclo I.
* Res. SE n° 6/05, de 28/01/05 – Organização Curricular do Ensino Médio, período diurno.
* Inst. CENP, de 23/02/10, D.O. 24/02/10 – Atividades curriculares desportivas (ACD) e plano anual de trabalho.
* Com. Conj. CGEB – CGRH, de 08/05/13, D.O. 08/05/13 – obrigatoriedade de registro profissional no Sistema CONFEF/CREF.
* Boletim Semanal SUBSECRETARIA – Comunicados Externos Conjuntos com as Coordenadorias - nº 326 – de 18/05/21. COPED - COORDENADORIA PEDAGÓGICA. Dispõe sobre a entrega de bolas nas unidades escolares. Interessados: Dirigentes Regionais de Ensino.
* Res. SEDUC nº 115, de 05/11/21, D.O. de 06/11/21 - Dispõe sobre as Atividades Curriculares Desportivas e Artísticas - ACDA nas Unidades Escolares da rede Pública Estadual.
* Res. SEDUC nº 66, de 25/07/22, D.O. de 28/07/22 - Altera dispositivos da Res. SEDUC nº 115, de 05/11/2021 que dispõe sobre as Atividades Curriculares Desportivas e Artísticas - ACDA nas Unidades Escolares da rede Pública Estadual.

1. Educação Fundamental e Médio

* Res. SEDUC nº 16, de 05/05/23, D.O. de 06/05/23 - Dispõe sobre os perfis, competências e habilidades requeridos dos Professores de Ensino Fundamental e Médio, os referenciais bibliográficos e de legislação, que fundamentam e orientam a organização de exames, concursos e processos seletivos, e dá providências correlatas.
* Parte Pedagógica Concurso Estado – D.O.E. de 09/05/23, Executivo 2, Pag. 22 a 28 - Dispõe sobre o “Perfil e Bibliografia Específica de cada Componente Curricular.
* Edital de Abertura de Inscrições nº 01/23 (concurso público), de 10/05/23, D.O. de 11/05/23.
* Res. SEDUC nº 25, de 05/07/23, D.O. de 07/07/23 - Estabelece critérios e procedimentos para o lançamento de registro de Não Comparecimento – NCOM, com vistas ao pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 65, de 30/11/23, D.O. de 01/12/23 - Estabelece as diretrizes da organização curricular da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Ensino Médio para Educação Escolar Indígena em relação ao Programa Ensino Integral.

1. Educação Indígena

* Res. SE n° 44, de 18/04/97 - Institui Núcleo de Educação Indígena.
* Res. CES/CNE nº 03, de 10/11/99 - Fixa Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas.
* Res. SE n° 40/00, de 18/04/00 - Aprova Regimento Interno do Núcleo de Ed. Indígena (REVOGADA).
* Port. CENP, de 14/02/02 - Curso de Formação de Professores Índios.
* Res. SE n° 147/03, de 29/12/03 - Organização e funcionamento das escolas indígenas em SP.
* Res. SE n° 27/05, de 07/04/05, D.O. 08/04/05 - Aprova o novo Regimento Interno do Núcleo de Educação Indígena.
* Res. SE n° 31, de 19/04/2005, D.O. 21/04/05 - Altera o art. 3° da Res. SE 147/03.
* Res. SE nº 21, de 15/02/08, D.O. de 16/02/08 - Altera dispositivos da Res. SE nº 147, de 29/12/03, que dispõe sobre a organização e funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SE nº 03, de 28/01/11, D.O. de 29/01/11 - Dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 19, de 09/02/12, D.O. de 10/02/12 - Altera dispositivo da Res. SE nº 44, de 18/04/97, que institui Núcleo de Educação Indígena.
* Res. SE n° 50, de 14/05/12, D.O. 15/05/12 – Altera a subordinação do Núcleo de Educação Indígena – NEI/SP.
* Res. SE nº 30, de 16 -05- 2013, DO de 17-05-2023 -Dispõe sobre a convocação da II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA
* Res. SE nº 60, de 09/12/16 - Altera a composição do conselho Geral do Núcleo de Educação Indígena de que trata o artigo 6º do Regimento Interno do Núcleo de Educação Indígena, aprovado pela Res. SE nº 27, de 07/04/05.
* Res. SE nº 61, de 09/12/16 - Designa membros do Conselho Geral do Núcleo de Educação Indígena – NEI, instituído pelo artigo 6º do Regimento Interno do Núcleo de Educação Indígena, aprovado pela Res. SE nº 27, de 07/04/05.
* Res. SE nº 68, de 19/12/2016 - Altera a Res. SE nº 147/03, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo – (Republicada por ter saído com incorreção).
* Res. SEDUC nº 123, de 16/11/21, D.O. de 17/11/2021 - Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Médio Noturno para Educação Escolar Indígena e dispõe sobre a oferta do componente curricular de Educação Física para os Anos Finais Ensino Fundamental e Médio.
* Res. SEDUC nº 7, de 26/01/22, D.O. de 27/01/22 - Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio para Educação Escolar Indígena em relação ao Programa de Ensino Integral e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 104, de 29/12/22 – D.O. de 31/12/22 - Altera a Res. SEDUC n° 07, de 26/01/22, que estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio para Educação Escolar Indígena em relação ao Programa Ensino Integral e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 22, de 21/06/23, D.O. de 22/06/22 - Designa membros para compor o Conselho Geral do Núcleo de Educação Indígena (NEI), instituído pelo artigo 6º do Regimento Interno do Núcleo de Educação Indígena, aprovado pela Res. SE nº 27, de 07/04/05.
* Res. SEDUC nº 55, de 16/11/23, D.O. de 17/11/23 - Estabelece as diretrizes da organização curricular para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio da Educação Escolar Indígena da Rede Estadual de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 65, de 30/11/23, D.O. de 01/12/23 - Estabelece as diretrizes da organização curricular da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Ensino Médio para Educação Escolar Indígena em relação ao Programa Ensino Integral.
* Res. SEDUC nº 18, de 13/03/24, D.O. de 14/03/24 - Dispõe sobre a participação de professores indígenas, integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, em curso de Licenciatura Intercultural Indígena ofertado pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e dá providências correlatas .

1. Educação Infantil

* Res. SE n° 196, de 07/08/95 - Dispõe sobre competências e procedimentos para dar cumprimento às normas instituídas pela Del. CEE nº 06/95.
* Del. CEE nº 06/95 (e Ind. CEE nº 04/95) Homologada pela Res. SE de 27/06/95 - Fixa Normas para autorização de funcionamento e supervisão de instituições de Ed. Infantil, no Sistema de Ensino.
* Del. CEE nº 22/97 - Fixa normas para integração de instituições de Ed. Infantil ao respectivo Sistema de Ensino.
* Res. SE n° 38, de 07/03/02 - Aprova programa de formação inicial em serviço na modalidade normal de nível médio, para o pessoal da Educação Infantil.
* Ind. CEE nº 20, de 17/12/97 - Implantação da LDB - Lei Fed. nº 9394/96 - A Ed. Infantil e a nova LDB.
* Del. CEE nº 140 de 04/05/16, D.O. de 05/05/16 - (revogada pela Del. CEE nº 213/23) -Estabelece orientações e fixa diretrizes gerais para autorização de funcionamento e supervisão de estabelecimentos de Educação Infantil no Estado de São Paulo.
* Del. CEE nº 213/23 de 04/04/23, D.O. de 05/04/23 - Estabelece orientações e fixa diretrizes gerais para autorização de funcionamento e supervisão de estabelecimentos de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Estado de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 65, de 30/11/23, D.O. de 01/12/23 - Estabelece as diretrizes da organização curricular da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Ensino Médio para Educação Escolar Indígena em relação ao Programa Ensino Integral.

1. Educação nas Prisões
   * Dec. nº 57.238, de 17/08/11, D.O. 18/08/11 – Institui o programa de Educação nas Prisões – PEP – e dá providências correlatas.
   * Res. SE n° 02/01 - Regulamenta os incisos II e IV do art. 1º do Dec. nº 44.449/99.
   * Res. Conj. SE-SAP nº 2, de 30/12/16 - Dispõe sobre a oferta da educação básica a jovens e adultos que se encontram em situação de privação de liberdade no Sistema Prisional do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
   * Res. SE nº 71/18 - Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério para o ano letivo de 2019.
   * LC. nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Institui o Novo Plano de Carreira
   * Res. SEDUC nº 85, de 07/11/22 - Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério, e dá providências correlatas.
   * O Secretário da Educação do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, à vista do que determina o artigo 45 da LC nº 444, de 27/12/85 alterada pela LC nº 1.374, de 30/03/22, e considerando a necessidade de estabelecer normas, critérios e procedimentos que assegurem legalidade, legitimidade e transparência ao processo de atribuição de classes e aulas, na rede estadual de ensino.
   * Port. nº 569, de 30/12/22, D.O. de 31/12/22 - Dispõe sobre o macro cronograma do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja 2023: Regular; Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) e Reaplicação do Encceja Regular; Exterior e Exterior PPL.
2. Educação Profissional

* Res. SE n° 12, de 23/01/98 - Normas para Reorganização Curricular nas Escolas da Rede Estadual que mantêm Cursos de Ed. Profissional e dá providências.
* Dec. Nº 44.449, de 24/11/99 - Tipologia das Escolas da Rede.
* Res. SE n° 92/00, de 10/11/00 - Dispõe sobre a organização e funcionamento dos cursos de Ed. Profissional de Nível Técnico nas escolas estaduais a partir de 2001 **(revogada pela Res. SE n° 2/09).**
* Res. SE n° 02/01 - Regulamenta os incisos II e IV do art. 1º do Dec. nº 44.449/99.
* Dec. Fed. n° 5.154, de 23/07/04 - Regulamenta artigos da LDB.
* Res. CNE/CEB n° 1, de 03/02/05 - Articulação entre Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Ensino Médio (atualiza as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio).
* Port. MEC n° 2.080, de 13/06/05 - Diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional, de forma integrada ao ensino médio, modalidade EJA.
* Res. SEDUC nº 2, de 08/01/21, D.O. de 09/01/21 - Dispõe sobre a organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional de Nível Técnico, a serem oferecidos em unidades escolares da rede estadual de ensino, em parceria com o Centro Paula Souza - CPS e dá providências correlatas.
* Edital CGRH de 10/10/23, D.O. de 11/10/23 - Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporário de Docentes para a Educação Profissional Técnica de Nível de Médio - Edital de Convocação para as Provas.
* Res. SEDUC nº 8, de 05/02/24, D.O. de 06/01/24 - Autoriza a abertura do Cadastro Emergencial nas Diretorias de Ensino Regionais, para contratação temporária de docentes para atuar na Educação Profissional de Nível Técnico.

1. EJA - Cursos, Exames, Comp. Curriculares, Matrícula

* Par. CEE n° 527/98 - Língua Estrangeira Moderna no Curso Supletivo.
* Par. CEE n° 627/99 - Funcionamento de Cursos Supletivos.
* Del. CEE n° 09/99 e Ind. CEE n° 11/99 - Atendimento individualizado e Presença Flexível na EJA.
* Res. SE n° 10/00 - Telecurso 2000.
* Res. CNE/CEB n° 01/00 e Par. CNE/CEB n° 11/00 - Diretrizes Curriculares Nacionais.
* Res. SE n° 01, de 12/08/01 - Educação de Jovens e Adultos - Organização Curricular.
* Par. CEE n° 78/01 - Inclusão de Educação Artística.
* Par. CEE/CEF n° 167/01 - Consulta sobre Língua Estrangeira Moderna na Grade Curricular.
* Par. CNE/CEB n° 11/01 - Idade.
* Res. SE n° 181/02 - Telessalas - Organização e Funcionamento.
* Par. CNE/CEB n° 41/02 - Educação a Distância para EJA.
* Port. DRHU n° 22, de 02/10/02 - Estabelece normas destinadas à realização das inscrições ao Exames Supletivos - Ensino Fundamental e Ensino Médio de 2002.
* Port. DRHU n° 27, de 28/11/02 - Estabelece normas destinadas à realização das provas dos Exames Supletivos - Ensino Fundamental e Ensino Médio referentes ao ano de 2002.
* Port. MEC n° 2.080, de 13/06/05 - Diretrizes para a oferta de cursos de educação profissional, de forma integrada ao ensino médio, modalidade EJA.
* Dec. Fed. n° 5.478, de 24/06/05, D.O.U. 27/06/05 - Institui o PROEJA no âmbito das instituições federais de educação tecnológica.
* Res. SE, de 13/03/09, D.O. 18/03/09 – Homologa a Del. CEE 82/09.
* Del. CEE n° 82/09 – Estabelece as diretrizes para os cursos de EJA em São Paulo.
* Res. SE, de 09/09/09, D.O. 10/09/09 – Homologa a Del. CEE n° 91/2009
* Res. SE n° 3, de 13/01/10, D.O. 14/01/10 – Alterações na organização dos cursos (material de apoio, carga horária, disciplinas, turmas, etc).
* Par. CEE/CEB n° 98/10, aprovado em 10/03/10, D.O. 11/03/10 – Artes na grade curricular da EJA.
* Com. CENP, de 07/04/10, D.O. 08/04/10 – Del. CEE 97/10 – Não se aplica aos CEEJAs.
* Inst. CENP, de 06/08/10, D.O. 07/08/10 – Procedimentos na organização dos cursos de EJA (matrículas, idades, duração, frequência, currículo, avaliação, promoção, etc.)
* Res. Se n° 16, de 21/03/11, D.O. 22/03/11 – Idade mínima para matrícula no ensino fundamental: 15 anos completos.
* Inst. CENP, de 01/04/11, D.O. 02/04/11 – Esclarece a Res. SE n° 16/11 – idades mínimas para matrícula.
* Res. Conj. SE/SAP nº 1, de 16/01/13, D.O. 17/01/13 – Oferta de EJA a jovens e adultos em situação de provação de liberdade.
* Res. SE nº 38, de 07/06/13, D.O. 08/06/13 – Dispõe sobre idade mínima para matrícula.
* Res. Conj. SE/SAP nº 2, de 30/12/16 - Dispõe sobre a oferta da educação básica a jovens e adultos que se encontram em situação de privação de liberdade no Sistema Prisional do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 2, de 08/01/16 - Estabelece diretrizes e critérios para a formação de classes de alunos, nas unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Res. Conj. SE/SAP n° 2, de 30/12/2016 - Dispõe sobre a oferta da educação básica a jovens e adultos que se encontram em situação de privação de liberdade no Sistema Prisional do Estado de São Paulo.
* Res. SE n° 4, de 20/01/17 - Dispõe sobre a idade mínima para matrícula em cursos de Educação de Jovens e Adultos – EJA mantidos pelas escolas da rede estadual de ensino e sobre a participação em exames de certificação nessa modalidade de educação.
* Res. SE nº 13, de 09/03/17 - Altera dispositivo da Res. SE nº 81, de 16/12/11, que estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio nas escolas estaduais.
* Res. SE nº 30, de 07/0717 - Estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos – EJA, em classes multisseriadas, e dá providências correlatas.
* Edital MEC nº 43, de 24/07/2017 - Dispõe sobre o Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos-ENCEJA NACIONAL 2017.
* Res. SE nº 75, de 07/12/18, D.O. 08/12/18 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos-CEEJAs.
* Res. SEDUC nº 29/20 - Estabelece diretrizes para a organização e funcionamento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos - EJA em classes multisseriadas, e dá providências correlatas.
* Port. CGRH nº 09, de 21/07/23, D.O. de 24/07/23 - Altera a Port. CGRH nº 7, publicada em 03 e 06/07/2023, que estabelece o cronograma de atribuição da Educação de Jovens e Adultos – EJA, para o 2º semestre de 2023.

1. EJA - Exame Nacional de Certificação (ENCCEJA)

* Port. MEC n° 2.270, de 14/08/02 - Instituição do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos.
* Port. INEP n° 77, de 16/08/02.
* Ind. CEE n° 107/11 e Del. CEE 104/11 – Normas para a certificação de alunos do ensino médio através do Encceja/Enem-2010.
* Edital MEC nº 43, de 24/07/17 - Dispõe sobre o Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos-ENCEJA NACIONAL 2017.
* Edital nº 19, de 13/03/22, D.O. de 14/03/23 – INEP, no exercício de sua competência prevista no inciso primeiro do artigo 22 do Anexo 1 do Dec. nº 11.204, de 21/09/22, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20/12/96, na Port. nº 458, de 05/05/20, que instituem o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), e o Dec. Presidencial nº 9.432, de 29/06/18, torna pública a realização do Encceja Nacional 2023.

1. EJA - Ensino Fundamental e Ensino Médio

* Res. SEDUC nº 57, de 16/11/23, D.O. de 17/11/23 - Altera e acrescenta dispositivos à Res. SEDUC nº 56, de 06/07/22, que dispõe sobre a organização curricular de cursos da Educação de Jovens e Adultos da etapa do Ensino Médio.
* Res. SEDUC nº 58, de 16/11/23, D.O. de 17/11/23 - Dispõe sobre a organização curricular de cursos da Educação de Jovens e Adultos nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

1. EJA - Organização Curricular e Idades
   * Res. SE n° 1, de 12/08/01 - Educação de Jovens e Adultos - Organização Curricular.
   * Res. SE nº 13, de 10/02/09, D.O. 11/02/09 – Organização curricular: Filosofia, Sociologia, Leitura e Produção de Textos.
   * Inst. CENP, de 06/08/10, D.O. 07/08/10 – Procedimentos na organização dos cursos de EJA (matrículas, idades, duração, frequência, currículo, avaliação, promoção, etc.).
   * Res SE nº 4, de 20/01/17, D.O. 21/01/17 - Dispõe sobre a idade mínima para matrícula em cursos de Educação de Jovens e Adultos – EJA mantidos pelas escolas da rede estadual de ensino e sobre a participação em exames de certificação nessa modalidade de educação.
   * Res. SEDUC nº 56, de 06/07/22, D.O. de 07/07/22 - Dispõe sobre a organização curricular de cursos da Educação de Jovens e Adultos da etapa do Ensino Médio.
2. EJA - Telessalas

* Res. SE n° 181, de 19/12/02.
* Res. SE nº 13, de 10/02/09, D.O. 11/02/09 – Organização curricular: Filosofia, Sociologia, Leitura e Produção de Textos.
* Res. SE n° 8, de 03/02/09, D.O. 04/02/09 – Diretrizes para a organização curricular.
* Lei nº 4737/65 (Código Eleitoral) - art. 73 - Vedações.
* CF/88 - arts. 14 a 17.
* L. C. nº 64, de 18/05/90 - Inelegibilidade.
* Lei nº 9.504/97 - Atualiza a Lei n° 4737/65, art. 37 - proíbe todo e qualquer tipo de propaganda, direta ou indireta, nos prédios públicos (camisetas, inscrições, carros, etc).
* Com. SE, de 24/09/99 com fundamento no Dec. 40.094/95 e Lei nº 10.309/99 - Veda cessão de prédios escolares para partidos políticos.
* Inst. DRHU nº 8, de 27/06/02 - Uniformização de procedimentos - eleição de 2002.
* Dec. n° 55.753, de 30/04/10 – Eleições 2010 – Colocada à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências.
* Dec. nº 60.367, de 16/04/14, D.O. de 17/04/14 - Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, com vistas ao pleito de 5 de outubro de 2014, em primeiro turno, e 26 de outubro de 2014, em segundo turno, se houver
* Dec. nº 63.295, de 21/03/18, D.O. de 22/03/18 - Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, com vistas ao pleito de 7 de outubro de 2018, em primeiro turno, e 28 de outubro de 2018, em segundo turno, se houver.
* Res. SE nº 75, de 07/12/18, D.O. de 08/12/18 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAs.
* Dec. nº 65.074, de 20/07/20, D.O. de 21/07/20. - Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, com vistas ao pleito de 15 de novembro de 2020, em primeiro turno, e 29 de novembro de 2020, em segundo turno, se houver.
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Institui o Pano de Carreira.

1. Eleições

* Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral) - art. 73 - Vedações.
* CF/88 - arts. 14 a 17.
* LC. nº 64, de 18/05/90 - Inelegibilidade.
* Lei nº 9.504/97 - Atualiza a Lei n° 4737/65, art. 37 - proíbe todo e qualquer tipo de propaganda, direta ou indireta, nos prédios públicos (camisetas, inscrições, carros, etc).
* Com. SE, de 24/09/99 com fundamento no Dec. 40.094/95 e Lei nº 10.309/99 - Veda cessão de prédios escolares para partidos políticos.
* Inst. DRHU nº 8, de 27/06/02 - Uniformização de procedimentos - eleição de 2002.
* Dec. n° 55.753, de 30/04/2010 – Eleições 2010 – Colocada à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências.
* Dec. nº 60.367, de 16/04/14, D.O. de 17/04/14 - Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, com vistas ao pleito de 5 de outubro de 2014, em primeiro turno, e 26 de outubro de 2014, em segundo turno, se houver
* Dec. nº 63.295, de 21/03/18, D.O. de 22/03/18 - Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, com vistas ao pleito de 7 de outubro de 2018, em primeiro turno, e 28 de outubro de 2018, em segundo turno, se houver.
* Dec. nº 65.074, de 20/07/20, D.O. de 21/07/20. - Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, com vistas ao pleito de 15 de novembro de 2020, em primeiro turno, e 29 de novembro de 2020, em segundo turno, se houver.
* Dec. nº 66.929/22, D.O. de 02/07/22 - Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino, com vistas ao pleito de 2 de outubro de 2022, em primeiro turno, e 30 de outubro de 2022, em segundo turno, se houver.

1. ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 9°, VI.
* Port. MEC n° 438/98 - Dispõe sobre o ENEM.
* Com. CENP, D.O. 08/07/09 – Incentivo aos alunos do EJA.
* Port. Norm. MEC/GM n° 4, de 11/02/10, D.O.U. 112/02/10 – Certificação com base no ENEM.
* Del. CEE n° 95/10 (Ind. CEE n° 96/10), D.O. 20/02/10 – Certificação de alunos do ensino médio através do ENCCEJA/ENEM – 2009.
* Res. SE n° 24, de 19/02/10, D.O. 20/02/10 – Homologa a Del. CEE 95/10, sobre certificação de alunos do ensino médio através do ENCCEJA/ENEM – 2009.
* Port. Fed. nº 468, de 03/04/17, D.O.U. 04/04/17 - Dispõe sobre a realização do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, e dá outras providências.
* Edital do Enem, D.O.U. 21/03/18 – Dispõe sobre a inscrição da Prova do ENEM/2018.
* Port. nº 575, de 30/12/22, D.O. de 31/12/22 - Dispõe sobre o macro cronograma do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem 2023: Regular impresso e digital, Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) e Reaplicação do Enem Regular.
* Edital nº 20, de 22/03/23, D.O. de 23/03/23 - O INEP, no uso das atribuições que lhe conferem o Dec. n.º 11.204, de 21/09/22, e a Port. n.º 986, de 21/12/17, tendo em vista o disposto na Port/MEC n.º 458, de 05/05/20, torna públicos os procedimentos de justificativa de ausência na edição de 2022 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e de solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição para a edição 2023.

1. Enfermagem - Auxiliar e Técnico

* Res. C.F.E. nº 07, de 18/04/77 - Institui a Habilitação de Técnico de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem no nível do ensino de 2º grau.
* Del. CEE nº 25, de 03/10/77 - Estabelece normas para a formação do Técnico e do Auxiliar de Enfermagem no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.
* Lei Fed. n° 7498/86 - Dispõe sobre a regulamentação do Exercício da Enfermagem.
* Dec. Fed. nº 94.406/87 - Regulamenta a Lei Fed. nº 7498/86.
* Del. CEE nº 19/88 - Altera a redação do art. 20 da Del. CEE nº 25/77 - anexa ao Par. CEE nº 863/88.
* Par. CEE nº 586/93 - Consulta sobre registro de diploma junto ao COREN e COFEN, de Técnico de Enfermagem.
* Par. CEE nº 90/02 - Autorização para funcionamento de classes descentralizadas dos Cursos de Qualificação Profissional de Auxiliar de Enfermagem e Habilitação Profissional de Técnico de Enfermagem.
* Del. CEE nº 31, de 09/04/03 - Estágio em Habilitações Profissionais de 2° grau..
* Par. CEE nº 163/03 - Carga horária de Cursos de Especialização de Nível Técnico para Técnicos e Auxiliares de Enfermagem do Trabalho.
* Com. CENP/COGSP/CEI de 17/03/04 - Liminar concedida ao Conselho Fed. de Enfermagem, objetivando fixar carga horária mínima para estágio supervisionado (correio da CENP).
* Par. CEE nº 122/24, D.O. 25/05/04 - Consulta sobre a possibilidade de avaliar as habilitações e competências de alunos egressos de outras instituições com carga horária diferente - Habilitação de Técnico de Enfermagem.

1. Enriquecimento Curricular

* Com. CENP, de 14/02/05 - Projeto de Leitura e de Recuperação.
* Res. SE n° 16, de 01/03/05, D.O. 02/03/05 - Aulas Complementares de Enriquecimento Curricular.

1. Ensino da Arte

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 26, § 2°.
* Ind. CEE n° 09/97 - Diretrizes para a Elaboração do Regimento.
* Del. CEE n° 10/97 -Fixa Normas para as Escolas de Ensino Fundamental e Médio.
* Par. CEE n° 78/01 - Inclusão de Ed. Artística no Ensino Supletivo.

1. Ensino Fundamental - Duração e Diretrizes Curriculares

* Ind. CEE n° 08/01 - Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.
* Ind. CEB/CEE n° 52/05 - Ensino Fundamental de 9 anos - ponderações.
* Par. CEB/CEE n° 461/05 - Consultas à respeito da ampliação para 9 anos.
* Res. CEB/CNE nº 3, de 03/08/05, D.O.U. 08/08/05 - Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração - inclui quadro com correspondências entre etapas, faixa etária e duração.
* Res. SE, de 08/12/06, D.O. 09/12/06 - Homologa a Del. CEE nº 61/06 - Normas para Implementação do Ensino Fundamental de 09 anos...
* Par. CEB/CNE nº 45/2006 - D.O.U. 17/01/07 - Idade de ingresso; um só professor; educação física.
* Del. CEE n° 73, de 02/04/08 – Regulamenta a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos na rede pública estadual.
* Res. SE, de 07/04/08, D.O. 08/04/08 – Homologa a Del. CEE n° 73/08 (E.F. de 9 anos).
* Res. CNE/CEB n° 01/10, de 14/01/10, D.O.U. 15/01/10 – Define Diretrizes Operacionais para implantação do ensino fundamental de 9 (nove) anos.
* Res. CNE/CEB n° 7/10, D.O.U. 09/12/10 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
* Par. CNE/CEB n° 11/10, D.O.U. 09/12/10 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
* Res. SE n° 74, de 08/11/13, D.O. 09/11/13 – Reorganização dos ciclos; criação do 3° ciclo e instituição de avaliação bimestral, em vez de semestrais.
* Res. SE nº 2, de 08/01/16 - Estabelece diretrizes e critérios para a formação de classes de alunos, nas unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 45, de 02/08/16 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar – Ano 2017, com vistas ao pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 88, de 22/09/21, D.O. de 23/09/21 - Altera a Res. Nº 184, de 27/12/02, que dispõe sobre a natureza das atividades de Educação Artística e de Educação Física nas séries do ciclo I do Ensino Fundamental das escolas públicas estaduais.
* Res. SEDUC nº 65, de 30/11/23, D.O. de 01/12/23 - Estabelece as diretrizes da organização curricular da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Ensino Médio para Educação Escolar Indígena em relação ao Programa Ensino Integral.
* Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Docentes para Atuações nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2024, de 14/12/23, D.O. de 15/12/23.

1. Ensino Híbrido

* Com. Ext. Conj. SUBSECRETARIA nº 314 de 06/04/21 - CITEM - Coordenadoria de Informação, Tecnologia, Evidências e Matrícula. 1) Iniciativa de Ensino Híbrido agora é: "Além da Escola";

1. Ensino Médio

* Port. da Coord. de 05/02/24, D.O. de 07/02/24 - Dispõe sobre oferta de curso de capacitação de inglês online no contraturno escolar em plataforma síncrona para alunos da 1ª série do Ensino Médio .

1. Ensino Médio de Período Integral

* L nº 1.164, de 04/01/12, D.O. 05/01/12 – Institui o Regime de Dedicação Plena e Integral – RDPI – e a Gratificação de Dedicação Plena e Integral – GDPI – aos integrantes do Quadro do Magistério em exercício nas Escolas Estaduais de Ensino Médio de Período Integral, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 12, de 31/01/12, D.O 01/02/12 – Institui o projeto Escola Estadual de Ensino Médio de Período Integral e estabelece diretrizes.
* Res. SE n° 69, de 27/06/12, D.O. 28/06/12 – Professor em Sala/Ambiente de Leitura nas Escolas Estaduais de Ensino Médio de Período Integral...
* Res. SE n° 96, de 30/11/12, D.O. 01/12/12 – Processo de avaliação das equipes escolares e critérios para permanência.
* LC nº 1.191, de 28/12/12, D.O. 29/12/12 – Altera a LC 1.164/12.
* Res. SEDUC nº 65, de 30/11/23, D.O. de 01/12/23 - Estabelece as diretrizes da organização curricular da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Ensino Médio para Educação Escolar Indígena em relação ao Programa Ensino Integral.

1. Ensino Profissionalizante

* Par. CEB/CNE n° 17/97 - Diretrizes Operacionais para a Ed. Profissional em Nível Nacional.
* Ind. CEE n° 14 e 24/97 - Fixa Diretrizes para Ed. Profissional.
* Del. CEE n° 14/97 - Homologada pela Res. SE, de 27/10/07 - Fixa Diretrizes para a Ed. Profissional no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo (em anexo a Ind. CEE nº 14/97).
* Dec. Fed. n° 2.208, de 17/04/97 - Regulamenta artigos 39 a 42 da LDB.
* Res. SE n° 12, de 23/01/98 - Normas para reorganização curricular nas escolas da Rede Estadual que mantêm cursos de Ed. Profissional de Nível Técnico.
* Res. CEB/CNE n° 04/99, de 08/12/99 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico - Revoga Par. nº 45/72.
* Par. CEB/CNE n° 16/99 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico.
* Ind. CEE n° 08, de 05/07/00 - Diretrizes para implementação da Educação Profissional de Nível Técnico no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.
* Del. CEE nº 20/01 (homologada pela Res. SE de 03/01/02, D.O. 04/01/02) - Aprova Plano de Curso de Ed. Profissional de Nível Técnico.
* Del. CEE nº 31, de 09/04/2003 - Dispõe sobre a realização de Estágio Supervisionado para alunos do Ensino Médio, do Curso Normal e da Educação Profissional de Nível Técnico - Revoga a Del. CEE nº 05/86 de 05/03/86.
* Dec. Fed. n° 5.154, de 23/07/04 - Regulamenta artigos da LDB.
* Res. CNE/CEB n° 01, de 03/02/05 - Articulação entre Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Ensino Médio (atualiza as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio).
* Res. SE n° 12, de 31/01/08, D.O. 01/02/08 – Implementação de cursos de Ensino Médio de Formação Básica e Profissional nas escolas públicas estaduais.
* Res. SEDUC, de 14/06/22, D.O. de 15/06/22 - Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403/1971, a Indicação CEE nº 216/2022, sobre “Formação de Técnico em Educação para Apoio Pedagógico na Educação Básica”.

1. Ensino Religioso

* CF/88 - art. 5°, VI, VII, VIII; art. 210 §1°.
* CE/89 - art. 244.
* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 33.
* Lei Fed. n° 9475/97 - altera o art. 33 da LDB.
* Res. SE, de 27/07/01
* Lei n° 10.783, de 09/03/01.
* Del. CEE n° 16/01.
* Ind. CEE n° 07/01 - Regulamenta o art. 33 da LDB (anexada a Del. CEE n° 16/01).
* Dec. n° 46.802, de 05/06/2002.
* Com. CENP, de 27/02/02 - Ensino Religioso nos cursos de Ensino Fundamental.
* Res. SE n° 21, de 29/01/02 - Dispõe sobre as aulas de ensino religioso e dá providências.
* Com. CGEB (Coordenadoria de Gestão da Educação Básica), de 18/01/12, D.O. 19/01/12 – Ensino Religioso, Língua Espanhola, Distribuição dos alunos no ensino fundamental de 9 anos.
* Lei nº 17.346, de 12/03/2021, D.O. de 13/03/21 - Institui a Lei Estadual de Liberdade Religiosa no Estado de São Paulo e dá outras providências.

1. Entidade de Classe - Dirigente - Mandato

* Dec. n° 31.170, D.O. 31/03/90 - Regulamenta a LC n° 343, de 06/01/84 e o art. 64, inciso VII, da LC n° 444/85, que dispõe sobre o afastamento de funcionário e servidor do Estado, para exercício de mandato como Dirigente de Entidade de Classe.

1. Entrevistas à Imprensa - Servidor Público

* Lei n° 10.261/68 (EFP) - art. 242, I.
* CF/88 - art. 5°, IV - Liberdade de Pensamento e Expressão.
* Res. SE n° 170/90 - Regulamenta a autorização de entrevistas de servidores à imprensa em geral sobre assuntos da pasta. **(Revogada pela Res. SE 63/2008).**

1. Erradicação do Analfabetismo

* Res. CD/FNDE n° 45, de 18/09/07, D.O.U. 19/09/07 – Programa Brasil Alfabetizado.
* Res. CD/FNDE n° 65, de 13/12/07, D.O.U. 17/12/07 – Inclui artigo na Res. CD/FNDE n° 45/07.
* Lei nº 13.005 de 25/06/14, D.O.U. de 26/06/14 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
* Lei nº 16.279, de 08/07/16, D.O. de 09/07/16 - Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências.

1. Escola da Família - Programa

* Lei n° 11.498/03 - art. 3º - Projeto e Diretrizes.
* Com. SE, de 23/05/03, D.O. 24/05/03 - Inscrições para adesão ao Programa Escola da Família.
* Com. SE, de 24/07/03, D.O. 25/07/03 - Manual de Orientação às DEs e UEs.
* Res. SE n° 02, de 08/01/04 - Designação do Assistente Técnico.
* Dec. n° 48.781, de 07/07/04 - Institui o Programa Escola da Família - Desenvolvimento de uma cultura de paz no Estado de São Paulo.
* Res. SE. nº 82, de 11/12/06, D.O. 12/12/06 - Orientações e Procedimentos: uma cultura de paz.
* Res. SE. n° 18, de 05/02/10, D.O. 06/02/10 – Consolidação de diretrizes e procedimentos.
* Res. SE nº 29, de 19/03/10 - Dispõe sobre a atuação de docentes nas funções que especifica.
* Res. SE nº 03, de 28/01/11 - Dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério e dá providências correlatas.
* Res. SE. n° 22, de 07/04/11, D.O. 08/04/11 – Altera a Res. SE n° 18/10 e cria a figura do Educador Profissional.
* Res. SE. n° 32, de 26/05/11, D.O. 26/05/11, artigo 15, §§ 1º, 2º e 3º - funções.
* Res. SE nº 39, de 10/06/11 - Acrescenta artigo à Res. SE nº 37, de 25/04/08, que institui o Programa Acessa Escola para atendimento aos alunos, professores e servidores das escolas da rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 10, de 23/01/12 - Altera dispositivos da Res. SE nº 3, de 28/01/11, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 09, de 29/01/16 - Ementa: Altera a Resolução SE nº 3, de 28/01/11, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 53, de 22/09/16 - Dispõe sobre a consolidação das normas que regulam e regulamentam o Programa Escola da Família - PEF, nas escolas da rede pública estadual, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 43, de 28/09/17 - Dispõe sobre a instituição do Projeto Bolsa-Universidade, no âmbito do Programa Escola da Família, instituído pelo Dec. nº 48.781 de 07/07/04.
* Res. SE nº 3, de 23/01/19, D.O. de 24/01/19 - Dispõe sobre a consolidação das normas que regulamentam o Programa Escola da Família - PEF, nas escolas da rede pública estadual, e dá providências correlatas.

1. Escola da Juventude - Programa de Ensino para Jovens e Adultos (fins de semana)

* Par. CEE/CEB n° 05/05 - Diretrizes, currículo e carga horária.
* Res. SE n° 14, de 17/02/05 - Dispõe sobre o Projeto.
* Res. SE n° 22, de 23/03/06 - Altera os artigos 6° e 7° da Res. SE n° 14/05.

1. EFAP – Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo.

* Dec. nº 54.297, de 05/05/09, D.O. 06/05/09 – Cria a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo – EFAP – e dá outras providências.
* Dec. nº 56.640, de 30/11/10, D.O. 31/11/10 – Aprova o Regimento Interno da EFAP.
* Dec. nº 57.141, de 18/07/11, D.O. 19/07/11 – Estabelece atribuições e competências da EFAP
* Res. SE nº 58, de 23/08/11, D.O. 24/08/11, republicada no D.O. 27/08/11 – Oferta e desenvolvimento de atividades didáticas na EFAP.
* Dec. nº 54.297, de 05/11/09, D.O. 06/11/09 – Cria a EFAP.
* Dec. nº 55.717, de 19/04/10, D.O. 20/04/10 – Organiza a EFAP e dá providências correlatas.
* Dec. nº 56.460 de 30/11/10, D.O. 01/12/10 – Aprova o Regimento da EFAP.
* Decreto nº 57.141, de 18/07/11, D.O. de 19/07/11 - Reorganiza a Secretaria da Educação.
* Dec. nº 57.487, de 04/11/11, D.O. 05/11/11 – Pagamento das Horas – Aula nos cursos da EFAP.
* Res. SE nº 43, de 12/04/12, D.O. 12/04/12 – Acrescenta dispositivo à Res. SE 58/11, retificada pelo D.O. 13/04/12.
* Dec. n° 58.045, de 14/05/12, D.O. 15/05/12 – Altera o Dec. n° 55.650/10 – REDEFOR
* Res. SE n° 38, de 30/7/14, D.O. 31/7/2014 – Altera matrizes curriculares da Res. SE 85/13.
* Res. SE nº 62, de 11/12/17, D.O. de 12/12/17 - Ementa: Dispõe sobre o desenvolvimento e a oferta de cursos e orientações técnicas para os integrantes do Quadro do Magistério - QM, na conformidade das competências e atribuições estabelecidas para a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” - EFAP, pelo Dec. nº 57.141, de 18/07/11.
* Res. SE nº 63, de 11/12/17, D.O. de 12/12/17 - Dispõe sobre o desenvolvimento e a oferta de cursos e orientações técnicas para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar - QAE e do Quadro da Secretaria da Educação - QSE, na conformidade das competências e atribuições estabelecidas para a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” - EFAP, pelo Dec. nº 57.141, de 18/07/11.
* Com. EFAPE, de 13/01/21 - Dispõe sobre o Programa de Recuperação e Aprofundamento do Banco de Talentos Avaliadores da SEDUC/SP.
* Res. SEDUC nº 46, de 08/04/21, D.O. de 13/04/21 - Institui o Projeto de Acompanhamento Pedagógico Formativo das escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 31, de 29/04/22, D.O. de 30/04/22 - Define os cursos de formação de conhecimentos específicos alinhados ao modelo pedagógico da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo em obediência à LC nº 1.374, de 30 de março de 2022.
* Port. do Coord. de 20/01/23, D.O. de 21/01/23 - Autorizando, nos termos da Resolução SE nº 62, de 11/12/17, o seguinte Curso de Atualização, proposto e executado por Órgãos Centrais da Secretaria da Educação: Órgão Proponente/Órgão Executor - Nº Processo - Nome do Curso - Público-alvo - Carga Horária- Local de Realização - Período de Realização.
* Port. do Coord. de 28/02/23, D.O. de 01/03/23 - Portaria Normativa EFAPE-Estabelece regras e instruções complementares do “Programa Inglês para Todos, para o preenchimento de vagas remanescentes.

1. Escola de Tempo Integral

* Res. SE n° 89, de 09/12/05, D.O. 10/12/05 - Dispõe sobre o Projeto Escola de Tempo Integral.
* Res. SE n° 7, de 18/01/06, D.O. 19/01/06 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Escola de Tempo Integral.
* Res. SE n° 50, de 14/07/06, D.O. 15,18 e 21/07/06 - Posto de Trabalho de Professor Coordenador na ETI.
* Res. SE nº 77, de 29/11/06, D.O. 08/12/06 (Republicação) - Funcionamento, reorganização curricular, atribuição de classe e aulas...
* Inst. CENP, de 08/12/06, D.O. 09/12/06 - Instruções Gerais sobre a Escola de Tempo Integral.
* Res. SE n° 93, de 12/12/08, D.O. 13/12/08 – Diretrizes para a reorganização curricular.
* Res. SE n° 7, de 22/01/10, D.O. 23/01/10 – Altera dispositivos da Res. SE. n° 93/08.
* Res. SE nº 3, de 13/01/12, D.O. 14/01/12 – Processo seletivo de integrantes do Quadro do Magistério para atuação no projeto especial “Escola Estadual de Ensino Médio de Período Integral”.
* Res. SE nº 5, de 19/01/12, D.O. 20/01/12 – Reorganização curricular do Ensino Fundamental.
* Res. SE n° 47, de 27/04/12, D.O. 28/04/12 – Cria grupo de trabalho para elaborar o Plano Estadual de Educação Empreendedora.
* Res. SE n º 12, de 31/01/12, D.O. 01/02/12 - Matriz curricular.
* Res. SE nº 82, de 14/08/12, D.O. 15/08/12 - Altera matriz curricular.
* Res. SE n° 2, de 18/01/13, D.O. 19/01/13 – Reorganização Curricular do Ensino Fundamental, na Escola de Tempo Integral.
* Inst. CGEB s/nº, de 12/07/13 – Avaliação do desempenho escolar na Parte Diversificada.
* Res. SE nº 85, de 19/12/13 – D.O. 04/01/14 – Reorganização curricular do ensino fundamental.
* Res. SE 38, de 30/07/14, D.O. 31/07/14 – Altera matrizes curriculares da Res. SE nº 85/13.
* Inst. CGEB de 17/09/14, D.O. 18/09/14 – Avaliação de desempenho dos alunos – Parte Diversificada.
* Res. SE nº 06, de 19/01/16, D.O. de 20/01/16 - Dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental, nas Escolas de Tempo Integral – ETI, e dá providências correlatas:
* Res. SE nº 76, de 27/12/16, D.O. de 28/12/16 – Altera a Res. SE nº 6, de 19/01/16, que dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental, nas Escolas de Tempo Integral - ETI, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 60, de 06/12/17, D.O. de 07/12/17 - Dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental, nas Escolas de Tempo Integral – ETI, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 77, de 11/12/18, D.O. de 12/12/18 - Altera a Res. SE nº 60, de 06/12/17, que dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental, nas Escolas de Tempo Integral - ETI, e dá providências.
* Res. SE nº 69, de 12/12/19, D.O. de 13/12/19 - Altera a Res. SE nº 60, de 06/12/17, que dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental nas Escolas de Tempo Integral – ETI.
* Res. SE nº 7, de 17/01/20, D.O. 18/01/20 - Altera a Res. SE nº 60, de 06/12/17, que dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental nas Escolas de Tempo Integral – ETI, e dá providências correlatas do Programa Ensino Integral - PEI e dá providências correlatas.

1. Escola Indígena

* Dec. n° 47.779, de 22/04/03 - Tipologia.
* Res. SE nº 147, de 29/12/03 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SE nº 27, de 07/04/05, D.O. de 08/05/05 - Aprova regulamento interno do Núcleo de Educação Indígena.
* Dec. n° 48.754, de 25/06/04 - Módulo de Pessoal.
* Del. CEE n° 46/05 - Estabelece normas para criação, regulamentação, funcionamento...
* Res. SE nº 21, de 15/02/08, D.O. de 16/02/08 - Altera dispositivos da Res. SE nº 147, de 29/12/03, que dispõe sobre a organização e funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.
* Dec. Fed. n° 6.861, de 27/05/09, D.O.U. 28/05/09 – Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena.
* Res. SE nº 03, de 28/01/11, D.O. de 29/01/11 - Dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 19, de 09/02/12, D.O. de 10/02/12- Altera dispositivo da Res. SE nº 44, de 18/04/97, que institui Núcleo de Educação Indígena.
* Res. SE nº 50, de 14/05/12, D.O. de 15/05/12 - Altera a subordinação do Núcleo de Educação Indígena – NEI/SP, criado pela Res. SE nº 44, de 18/04/97.
* Res. SE nº 30, de 16/05/13, D.O. de 17/05/13 - Dispõe sobre a convocação da II CONFERÊNCIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 09, de 29/01/16, D.O. de 30/01/16 - Altera a Res. SE nº 3, de 28/01/11, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 60, de 09/12/16, D.O. de 10/12/16 – Altera a composição do Conselho Geral do Núcleo de Educação Indígena de que trata o artigo 6º do Regimento Interno do Núcleo de Educação Indígena, aprovado pela Res. SE nº 27, de 07/04/05.
* Res. SE nº 61, de 09/12/16, D.O. de 10/12/16 - Designa membros do Conselho Geral do Núcleo de Educação Indígena - NEI, instituído pelo artigo 6º do Regimento Interno do Núcleo de Educação Indígena, aprovado pela Res. SE nº 27, de 07/04/05.
* Res. SE nº 68, de 19/12/16, D.O. de 20/12/16 - Altera a Res. SE nº 147, de 29/12/03, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 123, de 16/11/21, D.O. de 17/11/2021 - Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Médio Noturno para Educação Escolar Indígena e dispõe sobre a oferta do componente curricular de Educação Física para os Anos Finais Ensino Fundamental e Médio.
* Res. SEDUC nº 7, de 26/01/22, D.O. de 27/01/22 - Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio para Educação Escolar Indígena em relação ao Programa de Ensino Integral e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 104, de 29/12/22 – D.O. de 31/12/22 - Altera a Res. SEDUC n° 07, de 26/01/22, que estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio para Educação Escolar Indígena em relação ao Programa Ensino Integral e dá providências correlatas.

1. Escola Militar

* Lei nº 17.359, de 31/03/2021, D.O. de 01/04/2021 - Institui a implementação do modelo de Escola Cívico Militar - ECIM na rede pública estadual de ensino.

1. Programa Escola na Copa

* Dec. n° 58.168, de 25/06/12, D.O. 27/06/12 – Institui no âmbito da S.E. o Programa Escola na Copa.

1. Escola-Padrão

* LC n° 671/91 – Institui o RDPE – Regime de Dedicação Plena e Exclusiva- para as Escolas-Padrão (revogada pela LC 796/95)
* Dec. n° 34.035, de- 22/10/91 - Institui o Projeto Educacional Escola Padrão - Revogado pelo Dec. n° 40.510/95, de 04/12/95 - Reorganiza as Escolas da Rede Pública Estadual.
* Res. SE n° 265, de 04/12/95 - Diretrizes para a reorganização das Escolas.

1. Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo - EVESP
   * Dec. n° 57.011, de 23/05/11, D.O. 24/05/11 – Cia a Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo – EVESP.
   * Res. SE n° 48, de 22/07/11, D.O. 26/07/11 – Dispõe sobre a criação do Grupo Gestor da EVESP.
2. Escolas de 1° e 2° graus - Projetos e Edificações

* Res. SS n° 493, de 08/04/94 - Aprova Normas Técnicas para edificação de escolas.

1. Escolas Experimentais

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 81.
* Ind. CEE nº 21/97 - Escolas Experimentais.
* Del. CEE nº 23/97 - Escolas Autorizadas como Experiência Pedagógica.

1. Estabilidade

* CF/88 - art. 41 e art. 19 das ADCT.
* CE/89 - art. 127.
* LC nº 1.374, de 30/03/22 - Institui Planos de Carreira e Remuneração para os Professores de Ensino Fundamental e Médio, para os Diretores Escolares e para os Supervisores Educacionais da Secretaria da Educação.

1. Estágio de Alunos (Aluno Estagiário)

* Lei Fed. n° 6.494, de 07/12/77 - alterada pela Medida Provisória n° 2.164-41, de 26/08/01. ***(REVOGADA)***.
* Dec. Fed. n° 87.497, de 18/08/82 (alterado pelo Dec. n° 2.080/96).
* Del. CEE n° 30/87 - Dispõe sobre Habilitação Específica de 2° grau para o Magistério.
* Ind. CEE n° 15/87 - Em anexo a Del. CEE n° 30/87.
* Lei Fed. n° 8.859/94 - Modifica dispositivos da Lei n° 6.494, de 07/12/77, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividade de estágio. ***(REVOGADA)***.
* Res. SE nº 27/94 - Estágio Supervisionado - Magistério.
* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 82. ***(REVOGADA)***.
* Lei Fed. n° 9.608, de 18/02/98 - Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.
* Medida Provisória n° 1.726/98.
* Lei n° 10.335, de 30/06/99 - Dispõe sobre a prestação de Serviço Voluntário.
* Res. CEB/CNE n° 04, de 08/12/99 art. 9° §§ 1°, 2° e 3°- Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.
* Dec. nº 44.860/00 - Estágio: Meu Primeiro Trabalho.
* Del. CEE n° 31/03 - Ind. CEE n° 30/03 Realização de Estágio de Ensino Médio/Curso Normal e Ed. Profissional de Nível Técnico.
* Res. n° 337, de 16/10/03, publicada no D.O.U. - Dispõe sobre a concessão de estágio a estudantes no âmbito do Cons. e da Justiça Fed. de 1° e 2° graus.
* Res. CEB/CNE n° 01, de 21/01/04 - Estabelece diretrizes nacionais para a organização e realização de estágios...
* Res. SE n° 76, de 30/08/04 - Estágios de Estudantes de Ensino Médio.
* Par. CEE n° 320/05, D.O. 15/09/05 - Responda a consulta sobre carga horária e compatibilidade de funções no estágio.
* Par. CEE nº 35/07, D.O. 14/02/07 - Carga horária de estágio do Ensino Médio Regular e Profissionalizante ("a escola define a carga horária")
* Dec. n° 52.756, de 27/02/08, D.O. 28/03/08 – Institui o Programa de Estágios em Órgãos Públicos.
* Lei Fed. n° 11.788, de 25/09/08, D.O.U. 26/09/08 – Novas normas sobre o estágio.
* Res. SE n° 40, de 08/07/09, D.O. 09/07/09 – Dispõe sobre os estágios de estudantes de ensino.
* Dec. nº 57.571, de 02/12/11 - Institui junto à Secretaria da Educação, o Programa Educação – Compromisso de São Paulo e dá providências correlatas.
* Dec. nº 57.978, de 18/04/12 - Institui o Programa Residência Educacional, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* Dec. nº 59.150, de 03/05/13, D.O. de 04/05/13 - Dispõe sobre o Programa Residência Educacional, instituído pelo Dec. nº 57.978, de 18/04/12.
* Res. SE nº 36, de 06/06/13, D.O. de 07/06/13 - Dispõe sobre a implementação do Programa Residência Educacional em escolas da rede pública estadual.

1. Estágio - Alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, incluindo Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos

* Res. CEB/CNE n° 01, de 21/01/04, D.O.U. 04/02/04 - Diretrizes Nacionais para organização e realização de estágio.
* Res. SE n° 76, de 30/08/04 - Estágios de Estudantes de Ensino Médio.
* Res. CEB/CNE n° 02, de 04/04/05 (publicada no D.O.U. de 22/06/05) - Modifica a redação do art. 5°, § 3°, da Res. n° 01/04.
* Par. CEE n° 320, D.O. 15/09/05 - Responda a consulta sobre carga horária e compatibilidade de funções no estágio.
* Res. SE, de 14/05/09, D.O. 15/05/09 – Homologa a Deliberação CEE n° 87/2009, sobre estágio supervisionado de alunos do ensino médio, educação profissional e educação superior.
* Res. SE n° 40, de 08/07/09, D.O. 09/07/09 – Dispõe sobre os estágios de estudantes de ensino.

1. Estágio do Curso de Licenciatura - Contagem em dobro na Alfabetização de Jovens e Adultos

* Res. CNE/CP n° 02, de 19/02/02 - Duração e carga horária dos cursos de Licenciatura.
* Port. MEC n° 2.252, de 21/08/03 - Contagem em dobro de horas de estágio.

1. Estágio do Curso de Magistério - Curso Normal

* Lei n° 6.494, de 07/12/77 - alterada pela Medida Provisória n° 2.164-41, de 26/08/01 e pela Lei n° 8.859/94 - Estende aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio.
* Del. CEE n° 30/87 e Ind. CEE n° 15/87 - Habilitação Específica de 2° grau para o Magistério.
* Res. SE n° 27/94 - Estágio Supervisionado - Magistério.
* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 82.
* Dec. n° 87.497, de 18/08/82 - alterado pelo Dec. n° 2.080/96.
* Ind. CEE nº 11/97 - Prática de Ensino e Estágio no Curso Normal.
* Lei Fed. n° 9.608, de 18/02/98 - Dispõe sobre o Serviço Voluntário e dá outras providências.
* Lei n° 10.335, de 30/06/99 - Dispõe sobre a prestação de Serviço Voluntário.
* Res. CEB/CNE n° 04, de 08/12/99 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Ed. Profissional de Nível Técnico.
* Dec. nº 44.860/00 - Estágio: Meu Primeiro Trabalho.
* Res. SE n° 105/00 - Estágio de Curso de Magistério.
* Del. CEE n° 31/03 - Ind. CEE n° 30/03 - Realização de estágio de Ensino Médio/ Curso Normal e Ed. Profissional de Nível Técnico.
* Res. CEB/CNE n° 01, de 21/01/04 - Estabelece diretrizes nacionais para a organização e realização de estágios...

1. Estágio Probatório

* CF/88 - art. 41, caput e parágrafos.
* Dec. n° 52.344, de 09/11/07, D.O. 10/11/07 – Estágio Probatório dos Integrantes do Q.M.
* Res. SE n° 66, de 02/09/08, D.O. 03/09/08 – Normas complementares ao Decreto n° 52.344/07.
* Res. SE n° 79, de 07/11/08, D.O. 08/11/08, republicada em 13/11/08 – altera a Res. SE 66/08.
* Dec. n° 56.114, de 16/08/10, D.O. 20/08/10 – Regulamenta a avaliação especial de desempenho para fins de estágio probatório.
* Dec. n° 56.114, de 19/08/10, D.O. 31/08/10 – Retifica o D.O. 20/08/10, art. 3° das DT do Dec. n° 56.114.
* Inst. UCRH n° 003, de 08/09/10, D.O. 09/09/10 – Metodologias e procedimentos na avaliação de desempenho.
* LC nº 1.114, de 11/06/11, D.O. 12/06/11 – Institui Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os integrantes do quadro de Apoio Escolar, da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* Dec. nº 58.855, de 23/01/13, D.O. 23/01/12 – Regulamenta a Avaliação Especial de Desempenho do Pessoal de Apoio.
* Inst. CGRH 2, de 08/02/13, D.O 14/02/2013 – Critérios e procedimentos da avaliação da QAE.
* Lei nº 1.256/15, D.O. de 07/01/15 - Dispõe sobre Estágio Probatório e institui Avaliação Periódica de Desempenho Individual para os ocupantes do cargo de Diretor de Escola e Gratificação de Gestão Educacional para os integrantes das classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação.
* Res. SE nº 25, de 12/05/15, D O de 13/06/15 - Dispõe sobre a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho - CEAD, da Secretaria da Educação, constituída pela Res. SE nº 66/10.
* Res. SE nº 26/15, D.O. de 20/05/15 - Constitui a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho - CEAD, da Secretaria da Educação, relacionada aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar – QAE.
* Dec. nº 62.216, de 14/10/2016 – D.O. de 15/10/2016 - Regulamenta a Avaliação Especial de Desempenho para fins de estágio probatório dos ingressantes nos cargos de Diretor de Escola do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, prevista na Lei Complementar nº 1.256, de 6 de janeiro de 2015.
* Res. SE nº 72, de 22/12/17, D.O. de 23/12/17 - Dispõe sobre Estágio Probatório e Avaliação Especial de Desempenho de titulares de cargo de Diretor de Escola.
* Res. SE nº 18, de 26/02/18, D.O. de 27/02/2018 - Institui Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho, dos ingressantes no cargo de Diretor de Escola, durante Estágio Probatório.
* Res. SE nº 19, de 26/02/18, D.O. de 27/02/18 - Constitui Comissão, do Curso Específico de Formação relacionado ao Estágio Probatório de Diretor de Escola.
* Res. SEDUC n°70, 24/08/22, D.O. de 25/08/22 - Institui Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho, dos ingressantes no cargo de Diretor de Escola, durante Estágio Probatório.

1. Estágio Supervisionado

* Res. SE n° 27/94 - Estágio Supervisionado - Magistério.
* Del. CEE n° 31/03 - Ind. CEE nº 30/03 - Realização de estágio de Ensino Médio/ Curso Normal e Ed. Profissional de Nível Técnico.
* Res. SE de 08/05/03, D.O. 09/05/03.

1. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

* Lei Fed. n° 8.069/90 - ECA - Dispõe sobre a Proteção Integral à Criança e ao Adolescente.
* Lei n° 10.498/00 - Notificação compulsória de maus tratos.
* Lei n° 10.685/00 - Acompanhamento de menores internados para tratamento de saúde.
* Par. CEE n° 101/00 - Não existe "expulsão" de aluno .
* Lei Fed. n° 10.764/03 - Altera dispositivos da Lei Fed. n° 8.069/90.
* Res. Fed.n ° 105, de 15/06/05, D.O.U. 23/06/05, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (CONANDA) - Dispõe sobre os parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente...
* Lei Fed. n° 11.259, de 30/12/05 - Determina investigação imediata em caso de desaparecimento de criança ou adolescente.
* Res. CONANDA n° 113, de 19/04/06, D.O.U. 20/04/06 - Parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.
* Dec. nº 51.546, de 06/02/07, D.O. 07/02/07 - Transfere o CONDECA para a Secretaria de Relações Institucionais.
* Dec. Fed. n° 6.230, de 11/10/07, D.O.U. 15/10/07 – Estabelece o Compromisso pela Redução da Violência contra Crianças e Adolescentes.
* Dec. Fed. n° 6.231, de 11/10/07, D.O.U. 15/10/07 – Institui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte-PPCAAM.
* Lei n° 11.829, de 25/11/08, D.O.U. 26/11/08 – Agravamento de penas para pornografia e pedofilia.
* Instituição da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, na lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019;
* A criação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas - na lei nº 13.812, de 16/03/19.
* A mudança na idade mínima para que uma criança ou adolescente possa viajar sem os pais ou responsáveis e sem autorização judicial, passando de 12 para 16 anos - na mesma Lei nº 13.812;
* A mudança na Lei sobre a reeleição dos conselheiros tutelares, que agora podem ser reeleitos por vários mandatos consecutivos, em vez de apenas uma vez - Lei nº 13.824, de 09/05/19.

1. Estatuto da Pessoa com Deficiência

* Lei nº 13.146 de 06/07/15, D.O. de 07/07/15 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
* Dec. Leg. nº 186, de 09/07/08, D.O.U. de 10/07/08 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
* Dec. nº 6.949 de 09/08/09, D.O.U. de 10/08/09 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
* Lei nº 13.846 de 18/06/19, D.O.U. de 18/06/19 - Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.
* Lei nº 14.126 de 22/03/21, D.O.U. de 23/03/21 - Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.
* Dec. nº 11.063, de 04/05/22, D.O.U. de 05/05/22 - Estabelece os critérios e os requisitos para a avaliação de pessoas com deficiência ou pessoas com transtorno do espectro autista para fins de concessão de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de automóveis.

1. Estatuto do Idoso

* Lei Fed. n° 10.741, de 01/10/03 - Dispõe sobre o Estatuo do Idoso e dá providências.
* Dec. Fed. nº 5.130, de 07/07/04 - Regulamenta o art. 40 da Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso).
* Dec. Fed. n° 5.155, de 23/07/04 - Altera dispositivos do Dec. 5.130/04.
* Dec. Fed. nº 5.934, de 18/10/06, D.O.U. 19/10/06 - Regulamenta o artigo 40 da Lei nº 10.741/03 (transporte interestadual gratuito para os idosos)
* Dec. nº 51.548, de 06/02/07, D.O. 07/02/07 - Dispõe sobre as Delegacias de Policia de Proteção ao Idoso.
* Lei n° 11.737, de 14/07/08, D.O.U. 15/07/08 – Defensores Públicos e Alimentos.
* Lei Fed. n° 11.765, de 05/08/08, D.O.U. 06/08/08 – Prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.
* Lei nº 14.423, de 22/07/22, D.O.U. de 23/07/22 - Altera a Lei nº 10.741, de 01/10/03, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente.
* Lei nº 14.583, de 16/05/23, D.O.U. de 17/03/2023 - Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos.

1. Estatuto do Magistério

* LC n° 444/85 - Estatuto do Magistério.
* Dec. n° 25.500/86 - Acrescenta referências às escalas de vencimentos.
* Dec. n° 25/501/86 - Acrescenta referências às escalas de vencimentos.
* LC n° 645/89 - Revoga os arts. 57, 67 e 68 da LC n° 444/85.
* LC n° 706/93 - Altera o art. 45 da LC n° 444/85.
* LC n° 725/93 - Acrescenta artigos à LC n° 444/85.
* LC n° 766/94 - Acrescenta artigos à LC n° 444/85.
* LC n° 774/94 - Altera redação de artigos à LC n° 444/85.
* LC n° 786/94 - Acrescenta artigos à LC n° 444/85.
* LC n° 806/95 - Acrescenta artigos à LC n° 444/85.
* LC n° 836/97 - Altera a LC n° 444/85 e estabelece Plano de Carreira para o Magistério.
* LC nº 923/02 - Altera os Anexos que especifica da LC nº 836, de 30/12/97, que institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e acrescenta subanexos nos anexos que especifica da LC nº 888, de 28/12/00, que institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação, e dá outras providências.
* LC nº 958/04 - Altera a LC n. 836, de 30/12/97, que institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* LC nº 975/05 - Dispõe sobre os vencimentos e salários dos servidores que especifica.
* Res. SE n° 7, de 10/02/11, D.O. 11/02/11 – Constitui Grupo de Trabalho para elaborar propostas de reestruturação do Estatuto do Magistério Paulista e dos Planos de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes dos Quadros do Magistério e de Apoio Escolar.
* LC nº 1095/11 - Institui a Jornada Integral de Trabalho Docente e a Jornada Reduzida de Trabalho Docente para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, cria cargos de docente que especifica.
* LC nº 1143/11 - Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários dos integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* LC nº 1207/13 - Dispõe sobre os Concursos públicos regionalizados para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* LC nº 1374/22 - Institui Novo Plano de Carreira.

1. Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo - (*Atualizado pela LC nº 1.361, de 21/10/2021)*.

* Lei n° 10.261/68 (EFP).
* Despacho Normativo do Governador, de 12/03/90, D.O. 13/03/90. Com a Constituição Federal de 1988, e de acordo com o Despacho Normativo do Governador, de 12/03/90, no processo CRHE-569-89-SENA, não mais subsistem as formas de provimento denominadas readmissão, reversão a pedido e transposição. Da mesma forma, só é possível o acesso como forma de promoção, e não provimento, e em apenas algumas carreiras do funcionalismo, o que não se aplica ao magistério. A reintegração, por sua vez, só é possível mediante decisão judicial.
* LC n° 942/03 - Altera artigos da Lei nº 10.261/68.
* LC n° 989/06 - Altera artigos da LC n° 942/03 (licença-prêmio em pecúnia).
* LC n° 1.012, de 05/07/07, D.O. 06/07/07 – Altera as Leis Complementares: LC 180/78, LC 10261/68, LC 207/79 – PREVIDÊNCIA – Pensão, Salário-Família, Auxílio-Reclusão, Auxílio-Funeral, Contribuições, Base de Cálculo, Abono Permanências e Afastamentos.
* LC n° 1.043, de 09/05/08, D.O. 10/05/08 – Acrescenta um parágrafo único ao artigo 66 da LC 10.261/68.
* LC n° 1054, de 07/07/08, D.O. 08/07/08 – Amplia os períodos de licença-gestante (180 dias), licença-paternidade (5 dias) e licença por adoção (180 dias).
* Dec. n° 54.050, de 20/02/09, D.O. 21/02/09 – Regulamenta o artigo 271 – Procedimentos disciplinares punitivos.
* Res. Conj. CC/SE/SSP/PGE n° 1, de 05/03/09 – D.O. 06/03/09 – Procedimentos quando de infrações disciplinares cometidas por servidores da S.E.
* LC n° 1.096, de 24/09/09, D.O. 25/09/09 – Altera o inc. VI do Artigo 241 da Lei n° 10.261/68.
* Dec. n° 55.513, de 01/03/10, D.O. 02/03/10 – Regulamenta o artigo 169 da Lei n° 10.261/68 (trabalho e prêmios).
* LC n°1.123, de 01/07/10, DO 02/07/10, retificada no DO 22/07/10 – Altera leis que especifica: L. 10.261/68 e LC 180/78.
* LC n° 1.196 de 27/02/2013, D.O. de 28/02/2013 - Artigo 1.º - Altera: I - o "caput" do artigo 191; II - o artigo 193; III - o "caput" e o inciso I do artigo 198, todas da Lei n. 10.261/1968.
* LC n° 1.199 de 22/05/2013, D.O. de 23/05/2013 - Artigo 8º - O período de licença à funcionária gestante, a que se refere o artigo 198 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, deverá ser computado para fins do estágio probatório a que se refere o artigo 41 da Constituição Federal, na forma a ser regulamentada em decreto, ficando revogadas as disposições legais em contrário.
* LC n° 1.310 de 04/10/2017, D.O. de 05/10/2017 - Fica acrescentado à Lei nº 10.261, de 1968, o artigo 68-A.
* LC nº 1.361, de 21/10/21 - (Última atualização: Retificação publicada no Diário Oficial Executivo I de 30/10/21) - Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da administração direta e autarquias, cria a Controladoria Geral do Estado, dispõe sobre a Assistência Técnica em Ações Judiciais, altera as Leis nº 10.261, de 28/10/68, e nº 500, de 13/11/74, as LCs nº 180, de 12/05/78, nº 367, de 14/12/84, nº 432, de 18/12/85, nº 907, de 21/12/01, nº 1.034, de 04/01/08, nº 1.059, de 18/09/08, nº 1.079, de 17/12/08, nº 1.080, de 17/12/08, nº 1.093, de 16/07/09, nº 1.104, de 17/03/10, nº 1.122, de 30/06/10, nº 1.144, de 11/07/11, nº 1.157, de 02/12/11, nº 1.164, de 04/01/12, nº 1.195, de 17/01/13, nº 1.245, de 27/06/14, nº 1.317, de 21/03/18, e nº 1.354, de 06/03/20, revoga a Lei nº 1.721, de 07/07/78, as LCs nº 1.078, de 17/12/08, nº 1.086, de 18/02/09, e nº 1.121, de 30/06/10, e dá providências correlatas- - Art. 24.

1. Estudos realizados no Exterior - Equivalência

* Ind. CEE n° 15/01 - anexada a Del. CEE nº 21/01.
* Del. CEE n° 21/01 - Homologada pela Res. SE, de 03/01/02 - Dispõe sobre equivalência de estudos realizados no exterior em nível do ensino fundamental e médio.

1. Evolução Funcional (Acadêmica e Não Acadêmica)

* LC nº 836/97 – art 19. e 20 – evolução Funcional via Acadêmica e não acadêmica.
* Dec. nº 45.348/00 - Regulamenta a Evolução Funcional (art. 20 da LC nº 836/97).
* Res. CES/CNE n° 01/01 - Normas para o Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação.
* Dec. n° 49.366, de 10/02/05 - Altera a redação do Dec. n° 45.348/00.
* Dec. n° 49.394, de 22/02/05, D.O. 23/02/05 - Regulamenta a E. F. - via não-acadêmica.
* Res. SE n° 21, de 22/03/05, D.O. 31/03/05 - Dispõe sobre a Evolução Funcional pela via não-acadêmica, dos integrantes do QM.
* Inst. Conjunta CENP/DRHU, de 25/04/05, D.O. 26/04/05 - Procedimentos referentes à Evolução Funcional pela via não-acadêmica.
* Res. SE n° 62, de 09/08/05, D.O. 10/08/05 - Procedimentos para implementação de ações de formação continuada nas modalidades Curso e Orientação Técnica.
* Com. Conjunto CENP/DRHU, 21/08/06, D.O. 22/08/06 - Esclarece sobre o Fator Atualização
* Res. SE n° 50, de 16/06/08, D.O. 17/06/08 – Evolução Funcional do Pessoal do QAE.
* Res. SE n° 62, de 18/08/10, D.O. 20/08/10 – Altera dispositivos da Res. SE n° 21/05.
* Dec. nº 60.825, de 24/03/14, D.O. 25/03/14 – Nova redação ao Dec. nº 45.348/00 – evolução funcional via não – acadêmica.
* Inst. Conj CGRH/CGEB de 03/09/14 D.O.04/09/14.Procedimentos referentes à evolução funcional via não acadêmica.

1. Exames Supletivos

* Lei n° 9.394/96 (LDB) - arts. 37 e 38.
* Res. SE n° 116/01 - Dispõe sobre os exames supletivos de Educação Básica.
* Port. DRHU n° 22/02, de 02/10/2002 - Estabelece Normas destinadas à realização as inscrições aos Exames Supletivos - Ensino Fundamental e Ensino Médio - 2002.
* Res SE nº 01/01 - de 12/01/01, D.O. de 13/01/01 - Dispõe sobre a organização curricular dos cursos de Educação de Jovens e Adultos da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.
* Delib. CEE nº 124 de 19/02/14, D.O. de 20/02/14 - Dispõe sobre exames e cursos de educação de jovens e adultos oferecidos por instituições públicas e privadas no sistema de ensino do Estado de São Paulo.
* Res nº 47 de 18/09/15, D.O. de 19/09/15 - Dispõe sobre os mínimos de idade exigidos para matrícula em cursos da Educação de Jovens e Adultos oferecidos nas escolas da rede pública estadual.

1. Exames Supletivos - Normas

* Port. Conjunta CENP/DRHU n° 01, de 22/10/01 - Estabelece normas destinadas à realização dos Exames Supletivos - Ensino Fundamental e Médio.
* Com. DRHU nº 08, de 21/07/04 - Eixos Temáticos para Exame Supletivo.
* Port. DRHU nº 07 de 21/07/04 - Regulamenta as inscrições para Exame Supletivo e revoga a Port. DRHU nº 16/03 de 29/07/03.
* Port. DRHU Nº16/03 de 29/07/03 -Revogada
* Res SEDUC nº 56 de 06/07/22, DO de 07/07/2022 - Dispõe sobre a organização curricular de cursos da Educação de Jovens e Adultos da etapa do Ensino Médio.

1. Excedente - Servidor Público

* Lei Complementar nº 180, de 12/05/78, D.O. de 13/05/78 - Dispõe sobre a instituição do Sistema de Administração de Pessoal e dá providências correlatas - artigos 54 e 55.
* Lei nº 7.698, de 10/01/92, D.O. de 11/01/92 - Cria na Secretaria da Educação, o Quadro de Apoio Escolar e dá providências correlatas.
* Inst. DRHU n° 01, de 04/03/97 - Normatiza procedimentos de transferência.
* Res. SE nº 141, de 24/09/97 - Dispõe sobre a transferência de servidores.
* Inst. DRHU n° 08, de 25/09/97 - Procedimentos sobre transferência dos servidores.
* Dec. nº 42.966, de 27/03/98 - Disciplina a transferência e o aproveitamento do pessoal do QM.
* LC nº 1.144 de 11/07/11, D.O. de 12/07/11 - Institui Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar, da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 12, de 17/02/17, D.O. de 18/02/17 - Dispõe sobre módulo e movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e do Quadro da Secretaria da Educação- artigo 8º.

1. Experiência Pedagógica - Escolas Autorizadas

* Del. CEE n° 23/97 - Dispõe sobre escolas autorizadas como experiência pedagógica - Em anexo a Ind. nº 21/97.
* Res SE nº 17 de 12/05/23 - Ações de formação continuada - EFAP - Professor Multiplicador.

1. Experimentação Educacional e Formação do Professor

* Ind. CEE nº 21/97 - Anexada à Del. CEE nº 23/97.
* Del. CEE nº 23/97 - Escolas autorizadas como experiência pedagógica.
* Ind. CEE nº 07/00 - Anexada à Del. CEE nº 08/00.
* Del. CEE nº 08/00 - Dispõe sobre credenciamento de Institutos Superiores de Educação no sistema de Ensino do Estado de São Paulo.
* Ind. CEE n° 12/01 - Aprovada em 31/10/01 - Significado de Experimentação Educacional (art. 81 da LDB).
* Res SE nº 17 de 12/05/23 - Programa Multiplica SP.

1. Falta dos Alunos: Falta Coletiva

* Par. CEE n° 1.040/89 - "Falta coletiva não é dia letivo".
* Res. SEDUC nº 39 de, 05/09/23, D.O. de 06/09/23 - Estabelece procedimento de prevenção à evasão e “Busca Ativa” de alunos da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

1. Faltas dos Alunos: Outras

* Regimento Escolar.
* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art 24, VI.
* Par. CEE n° 67/98 - Normas Regimentais Básicas.
* Res. SE nº 22, de 06/02/98 - Altera redação do art. 15 da Res. SE nº 164/97 - Com. ao Conselho Tutelar.
* Lei Fed. n° 10.287/01 - obriga notificar Conselho Tutelar, Ministério Público e Juiz.
* Lei nº 13.068, de 10/06/2008, D.O. 11/06/2008 - Obriga a comunicação aos pais, Conselho Tutelar e Vara da Infância e da Juventude, quando os alunos atingirem o limite de 20% de faltas.
* Res. SE nº 42, de 18/08/15, D.O. de 19/08/15 - Institui o Projeto “Quem Falta Faz Falta”, no âmbito do Programa Educação - Compromisso de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 25 de, 05/07/23, DO de 12/09/23 - Estabelece critérios e procedimentos para o registro da movimentação de matrícula de Não Comparecimento – NCOM, para alunos da rede estadual de ensino de São Paulo (Republicada).
* Res. SEDUC nº 39 de, 05/09/23, D.O. de 06/09/23 - Estabelece procedimento de prevenção à evasão e “Busca Ativa” de alunos da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

1. Falta dos Docentes/Funcionários: Falta Médica (ex-falta IAMSPE)

* Com. CRHE n° 7/95 - Inst. Complementares relativas ao horário de trabalho e registro no ponto.
* LC nº 883/00 - Consulta ou Tratamento de Saúde - Remuneração. (*obs: só vale* ***atestado****, não valendo comprovantes, declarações ou justificativas*)
* Correio Eletrônico DRHU, de 15/10/01.
* Informação CELP/DRHU nº 1888/03 - Aplicação da LC 883/00 (revogada pela LC n° 1.041/08).
* LC n° 1.041, de 14/04/08, D.O. 15/04/08 – Republicada no D.O. 17/05/08 - Falta Médica (revoga a LC n° 883/00).
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/05/22 - Nova Carreira.
* Res. SEDUC nº 40, de 01/06/22, D.O. de 02/06/22 - Dispõe sobre o horário de trabalho e os critérios relativos à apuração de faltas dos integrantes do Quadro do Magistério.

1. Falta dos Docentes/Funcionários: Falta por Doação de Sangue

* Dec. n° 42.850/63 - RGS - art. 286, § 2° - Servidor extranumerário.
* Lei n° 10.261/68 (EFP) art. 122 e 324 - Efetivos.
* Lei n° 500/74 - art. 16, XII - ACT e Estagiário.
* Dec. 17.329/81 - art. 73, VII - Competência.
* Dec. 24.645/86 - art. 13 - Estagiário.
* Lei nº 12.147, de 12/12/05, D.O. de 13/12/05 - Dispõe sobre a isenção, ao doador de sangue, do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos e adota outras providências.

1. Faltas dos Docentes/Funcionários: Outras

* Dec. n° 17.698/47 - art. 1.024 - Greves, enchentes, colapso nos meios de transp. e comunicação (revogado pela Lei n° 10.261/68).
* Dec. nº 42.850, de 30/12/63 - RGS - Regulamenta as Disposições Legais vigentes relativas aos Servidores Públicos Civis. (Art. 264 e 265: faltas justificadas, 12 na escola e 12 na diretoria. Art. 266: a justificação tem de ser requerida no primeiro dia em que o servidor comparecer à repartição; pode ser exigida prova. Art. 270: no caso de falsidade: injustificação).
* Lei nº 10.261/68 (EFP) - art. 110.
* Dec. nº 52.322/69 - Congresso e Eventos (inclui o trânsito) - Efetivo Exercício.
* Dec. nº 11.104/78 - Autoriza o abono de faltas dadas em época de Concursos e Sessões de Escolha (revogado pela N.T. UCRH/SGP de 17/09/07).
* LC n° 444/85 - Estatuto do Magistério.
* Dec. nº 39.931/95 - Falta dia e Falta-aula (inclui fixação da sede de controle de frequência).
* Com. CRHE nº 07/95 - Horário de Trabalho e Faltas dos Funcionários.
* LC 833, de 30/12/97 – D.O. de 31/12/97
* Dec. n° 52.054/07, D.O. 15/08/07 – Horário de trabalho e registro de ponto.
* UCRH/SGP – Nota Técnica de 17/09/07 – O artigo 1.024 da CLE (Dec. nº 17.698/47) foi revogado pela Lei n° 10.261/68, art. 110, § 1°. É nesse mesmo sentido o e-mail do Diretor do DRHU à Udemo, datado de 15/10/07, 16:47.
* Dec. nº 54.682, de 13/08/09, D.O. de 14/08/09 - Faltas Cat.O.
* Dec. nº 62.031, de 17/06/16, D.O. de 18/06/16, de 13/08/09, altera o Dec. nº 54.682 - faltas Cat.O.
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O de 31/03/22 - Nova Carreira.
* Res. SEDUC nº 40, de 01/06/22, D.O. de 02/06/22 - Faltas dos Docentes/Funcionários: Outras
* Dec. n° 17.698/47 - art. 1.024 - Greves, enchentes, colapso nos meios de transp. e comunicação (revogado pela Lei n° 10.261/68).
* Dec. nº 42.850, de 30/12/63 - RGS - Regulamenta as Disposições Legais vigentes relativas aos Servidores Públicos Civis. (Art. 264 e 265: faltas justificadas, 12 na escola e 12 na diretoria. Art. 266: a justificação tem de ser requerida no primeiro dia em que o servidor comparecer à repartição; pode ser exigida prova. Art. 270: no caso de falsidade: injustificação).
* Lei nº 10.261/68 (EFP) - art. 110.
* Dec. nº 52.322/69 - Congresso e Eventos (inclui o trânsito) - Efetivo Exercício.
* Dec. nº 11.104/78 - Autoriza o abono de faltas dadas em época de Concursos e Sessões de Escolha (revogado pela N.T. UCRH/SGP de 17/09/07).
* LC n° 444/85 - Estatuto do Magistério.
* Dec. nº 39.931/95 - Falta dia e Falta-aula (inclui fixação da sede de controle de frequência).
* Com. CRHE nº 07/95 - Horário de Trabalho e Faltas dos Funcionários.
* LC nº 833, de 30/12/97 – D.O. de 31/12/97.
* Dec. n° 52.054/07, D.O. 15/08/07 – Horário de trabalho e registro de ponto.
* UCRH/SGP – Nota Técnica de 17/09/07 – O artigo 1.024 da CLE (Dec. 17.698/47) foi revogado pela Lei n° 10.261/68, art. 110, § 1°. É nesse mesmo sentido o e-mail do Diretor do DRHU à Udemo, datado de 15/10/07, 16:47.
* Dec. nº 54.682, de 13/08/09, D.O. de 14/08/09 - Faltas Cat.O.
* Dec. nº 62.031, de 17/06/16, D.O. de 18/06/16, de 13/08/09, altera o Dec. nº 54.682 - Faltas Cat.O.
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22- Nova Carreira.
* Res. SEDUC nº 40, de 01/06/22, D.O. de 02/06/22 - Dispõe sobre o horário de trabalho e os critérios relativos à apuração de faltas dos integrantes do Quadro do Magistério.

1. Férias

* Lei nº 10.261/68 (EFP) - arts. 176 a 180.
* LC n° 444/85 - Estatuto do Magistério - arts. 62, 82, 91 e 94.
* Res. SE nº 289/86 - Férias - Pagamento Proporcional, alterada pela Res. SE nº 15/90.
* Dec. n° 25.013/86 - Pagamento de Férias não usufruídas.
* CF/88 - art. 7°, XVII..
* Dec. n° 29.439/88 - Pagamento de 1/3 a mais.
* Res. SE nº 306/89 - Férias - Docentes Afastados e Gestante.
* Dec. n° 39.907/95 - Veda indeferimento de férias “por absoluta necessidade de serviço”.
* Dec. n° 40.532/95 - Determina o gozo de férias relativas ao exercício de 1994.
* Dec. nº 57.130, de 13/07/11, D.O. 17/07/11 – Dá nova redação do Dec. nº 29.439/88 – 1/3 de férias de outros exercícios.

1. Feriados - 9 de julho

* Res. SE, de 03/09/70 - Vedação, exceto para as comemorações nos feriados civis nacionais.
* Lei Fed. n° 9.093/95 - Institui o dia 9 de julho como feriado civil do Estado de SP.
* Dec. n° 49.341, de 24/01/05 – Suspende o expediente nos feriados...
* Lei Estadual n° 9.497/97 - Institui o dia 9 de julho como feriado civil do Estado de SP.
* Lei nº 17.264/20 - Altera a data de comemoração do feriado civil de 9 de julho, nos termos que especifica.

1. Festas Escolares - Músicas - Direitos Autorais - ECAD

* Lei Fed. n° 5988/73 e Lei Fed. n° 9610/98 - Direitos Autorais.
* O ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - exige o pagamento de Direitos Autorais em toda e qualquer atividade/festividade. No entanto, não havendo finalidade econômica/lucrativa (“tudo é de graça”), já há jurisprudência desobrigando do pagamento.

1. Flexibilização Curricular

* Par. CEE, n° 1.512/92 - Projeto de Implantação da Organização Administrativa e Pedagógica da Escola em Período Noturno - Alternativas de Flexibilização Curricular, Organização Semestral e matrícula com dependência.
* Res. SE n° 275/95 - Estabelece normas para implementação das alternativas de Flexibilização Curricular para o Período Noturno, das Escolas Estaduais, e dá providências.(Revogada pela Res. SE n° 63/08).
* Lei nº 13.415,de 16/02/17, D.O.U. de 17/02/17 - Altera as Leis n º 9.394, de 20/12/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20/06/07, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Dec.-Lei nº 5.452, de 01/05/43, e o Dec.-Lei nº 236, de 28/02/67; revoga a Lei nº 11.161, de 05/08/05; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
* Res. de 22/07/19, D.O. de 23/07/19 - Homologando, com fundamento no art. 9º da Lei 10.403, de 06/07/71, a Ind. CEE nº 180/19, sobre “Procedimentos de flexibilização da trajetória escolar e certificação curricular: garantia à educação e à aprendizagem”.
* Res. SEDUC n° 85 de 19/11/20, D.O. de 20/11/20 - Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e das respectivas modalidades de ensino da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 87 de 20/11/20, D.O. de 21/11/21 - Dispõe sobre a organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional de Nível Técnico, a serem oferecidos em unidades escolares da rede estadual de ensino, em parceria com o Centro Paula Souza - CPS e dá providências correlatas
* Res. SEDUC n° 15, de 28/01/21, D.O. de 29/01/21 - Altera a Resolução SEDUC nº 85, de 19/11/20 que estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e das respectivas modalidades de ensino da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 97, de 08/10/21, D.O. de 09/10/21 - Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 74, de 15/09/22, D.O. de 16/09/22 - Dispõe sobre a organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, a serem oferecidos em unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.

1. Formação Continuada

* Lei n° 9.394/96 (LDB) - art. 63, III.
* Res. SE n° 62, de 09/08/05, D.O. 10/08/05 - Procedimentos para implementação de ações de formação continuada nas modalidades Curso e Orientação Técnica.
* Par. CES/CEE n° 388/05, D.O. 11/11/05 - Prosseguimento dos estudos, após a conclusão do PEC.
* Par. CES/CEE n° 395/05, D.O. 11/11/05 - Apostilamento como de Pedagogia, do curso do PEC.
* Lei Fed. n° 11.273, de 06/02/06, D.O.U. 07/02/06 - Autoriza a concessão de bolsas de estudo a professores participantes...
* Dec. nº 56.460, de 30 de novembro de 2010, D.O. de 1º/12/2010 - Aprova o Regimento Interno da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo - EFAP, criada pelo Decreto nº 54.297, de 5 de maio de 2009, e organizada pelo Dec. nº 55.717, de 19 de abril de 2009, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 62, de 11/12/2017 – D.O. de 12/12/2017 - Dispõe sobre o desenvolvimento e a oferta de cursos e orientações técnicas para os integrantes do Quadro do Magistério - QM, na conformidade das competências e atribuições estabelecidas para a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” - EFAP, pelo Dec. nº 57.141, de 18/07/2011.
* Dec. nº 64.187, de 17/04/2019, D.O. de 18/04/2019 - Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 46, de 08/04/21, D.O. de 09/04/21 - Institui o Projeto de Acompanhamento Pedagógico Formativo das escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.

1. Formação e Aperfeiçoamento
   * Dec. n° 54.297, de 05/05/09, D.O. 06/05/09 – Cria a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo.
   * Dec. n° 55.650, de 29/03/10, D.O. 30/03/10 – Cria o Redefor.
   * Dec. n° 55.717, de 19/04/10, D.O. 20/04/10 – Organiza a escola de formação.
   * Dec. n° 56.460, de 30/11/10, D.O. 01/12/10 – Aprova o regimento interno da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo.
   * Res. SE. de 14/03/12, D.O. 15/03/12 – Diretrizes curriculares complementares para a formação de docentes para a Educação Básica.

* Res. SE nº 62, de 11/12/2017 – D.O. de 12/12/2017 - Dispõe sobre o desenvolvimento e a oferta de cursos e orientações técnicas para os integrantes do Quadro do Magistério - QM, na conformidade das competências e atribuições estabelecidas para a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” - EFAP, pelo Dec. nº 57.141, de 18/07/2011.
* Dec. nº 64.187, de 17/04/2019, D.O. de 18/04/2019 - Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 46, de 08/04/21, D.O. de 09/04/21 - Institui o Projeto de Acompanhamento Pedagógico Formativo das escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.

1. Fórum de Educação do Estado de São Paulo – FEESP
   * Dec. n°21.074/1983 – Institui o FEESP.
   * Dec. n°22.563/1984 – Altera o Dec. 21.074/1983.
   * Res. SE nº 9, de 08/02/13, D.O. 09/02/13 – Regulamenta os Decretos anteriores.
   * Res. SE nº 9, de 08/02/13, D.O. 09/02/13 – Regulamenta os Dec. 21.074/83, que institui o FEESP.
   * Res. SE nº 56, de 06/10/14, D.O. de 07/10/14 - Baixa o Regimento Interno do Fórum de Educação do Estado de São Paulo – FEESP.
   * PEC nº 13/21 - Pretende desobrigar os entes federativos a cumprirem suas responsabilidades com o financiamento da Educação, sob o pretexto da excepcionalidade causada pelo período de pandemia.
2. Fotógrafo nas Escolas - Restrições

* Res. SE n° 36, de 01/03/77 - Fica terminantemente proibida a entrada de fotógrafos nas UEs, para trabalho que vise a finalidade comercial.

1. Fumo nas Repartições Públicas - Proibição

* Lei n° 9.760, de 24/09/97 - Dispõe sobre a proibição aos alunos de 1/ e 2° graus, de fumar cigarros de qualquer espécie em todos os recintos das escolas.
* Lei n° 11.540, de 12/11/03 - Dispõe sobre a proibição de fumar em órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional do Estado.
* Lei n° 13.016, de 19/05/08, D.O. 20/05/08 – Proíbe o fumo nas áreas internas de recintos...
* Lei n° 13.541, de 07/05/09, D.O. 08/05/09 – Proíbe o consumo de produtos fumígenos.
* Res. SES/SJ n° 3, de 16/07/09, D.O. 17/07/09 – Ambiente de uso coletivo, avisos e dosimetria das multas.
* Dec. n° 54.622, de 31/07/09, D.O. 01/08/09 – Dá nova redação ao artigo 5° do Dec. n° 54.311/09

1. Funcionário Estudante

* Lei nº 10.261/68 - art. 238 - Estatuto do Funcionário Público.
* Lei nº 3.732, de 13/05/83 - Transferência de funcionário/servidor- estudante.

1. Funcionários Públicos - Direitos e Deveres

* Lei n° 10.261/68 - Estatuto dos Funcionários.
* Lei n° 500/74 - ACT.
* LC. n° 444/85 - Estatuto do Magistério.
* CF/88.
* CE/89.
* LC nº 1.374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Institui Novo Plano de Carreira.
* Res. 40, 01/06/22, D.O. de 02/06/22 - Dispõe sobre o horário de trabalho e os critérios relativos à apuração de faltas dos integrantes do Quadro do Magistério
* Dec. nº 67.569, de 15/03/23, D.O. de 16/03/23 - Dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento de comunicações com os agentes públicos da Administração direta e indireta do Estado e dá providências correlatas.

1. Fundação Casa (ex-FEBEM)
   * LC nº 846, de 04/06/98, D.O. de 05/06/98 - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências.
   * Res. SE n° 9, de 04/02/09, D.O. 05/02/09 – Estabelece diretrizes para a organização curricular das classes em funcionamento em instalações da Fundação Casa. (Revogado pela Res. SE n° 56/09)
   * Res. SE n° 56, de 12/08/09, D.O. 13/08/09 – Institui o Projeto Construindo a Cidadania nas classes de Ensino Fundamental e Médio em Funcionamento nas Unidades de Internação (UI) – da Fundação Casa.
   * Inst. CENP, de 13/08/09, D.O. 14/08/09 – Instruções sobre a implementação do projeto Construindo a Cidadania.
   * Res. SE nº 15, de 03/02/10, D.O. 04/02/10 – Institui o projeto Revitalizando a Trajetória Escolar nas Unidades de Internação.
   * Res. SE n° 6, 28/01/11, D.O. 29/01/11 – Redireciona as diretrizes do projeto Revitalizando a Trajetória Escolar nas Unidades de Internação.
   * Res. SE nº 6, 19/01/12, D.O. 20/01/12 – Altera dispositivos da Res. SE nº 6/11.
   * LC nº 1.243, de 2014, alterou a LC nº 846/98, que qualifica as entidades como organizações sociais (OSs), possibilitando a celebração de convênios com OSs que atendam ou promovam direitos de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo;
   * Port. Normativa nº 337/20 - Rege os deveres, proibições, responsabilidades, direitos e vantagens dos servidores do Quadro de Pessoal da Fundação CASA.
   * Port. Normativa nº 392/22 - Regulamenta o teletrabalho dos servidores da Fundação CASA.
2. FUNDEF e FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (da Educação Básica) e de Valorização do Magistério (dos Profissionais da Educação)

* Lei Fed. n° 9.424/96 - Institui o FUNDEF.
* EC nº 53, de 19/12/06 - Cria o FUNDEB.
* Res. MEC nº 1, de 15/02/07, D.O.U. 16/02/07 - Ponderações aplicáveis aos recursos - FUNDEB.
* Por. Normativa GM-MEC nº 4, de 27/02/07, D.O.U. 28/02/07 - Matrículas públicas presenciais efetivas para fins de distribuição dos recursos do FUNDEB.
* Dec. nº 51.672, de 19/03/07, D.O. 20/03/07 - Regulamenta a gestão dos recursos do FUNDEB e institui o Conselho de Acompanhamento no Estado de São Paulo (alterado pelo Dec. n° 51.672/07).
* Lei Federal n° 11.494, de 20/06/07, D.O.U. de 21/06/07 – Regulamenta o FUNDEB.
* Dec. n° 52.221, de 04/10/07, D.O. 05/10/07 – Altera dispositivos do Dec. n° 51.672/07.
* Dec. Federal n° 6.253, de 13/11/07, D.O.U. 14/11/07 – Dispõe o FUNDEB e regulamenta a Lei n° 11.494/07.
* Com. SE de 23/11/07 – Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social – Torna público o regimento interno deste Conselho.
* Port. MEC n° 43, de 11/01/08, D.O.U. 14/01/08 – Matrículas e distribuições dos recursos.
* Res. CEB/CNE n° 1, de 27/03/08, D.O.U. 28/03/08 – Define quem são os “profissionais do magistério”.
* Dec. nº 64.187, de 17/04/19, D.O. de 18/04/19 - Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
* LC nº 1.144, de 11/07/11, D.O. de 12/07/11 - (Texto atualizado até a LC nº 1.363, de 13/12/21) - Institui Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar, da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* Dec. nº 65.801, de 21/06/21, D.O. de 22/06/21 - Regulamenta, no âmbito do Estado São Paulo, a gestão dos recursos originários do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, e dá providências correlatas.
* LC nº 1.363, de 13/12/21, D.O. de 14/12/21 - Dispõe sobre a concessão do Abono-FUNDEB aos profissionais da educação básica da rede estadual de ensino, na forma que especifica, e altera a LC nº 1.144, de 11/07/11.
* Decreto 66.351, de 17/12/21, D.O. de 18/12/21 - Regulamenta a LC nº 1.363, de 13/12/21, que dispõe sobre a concessão do Abono-FUNDEB aos profissionais da educação básica da rede estadual de ensino, na forma que especifica, e altera a LC nº 1.144, de 11/07/11.

1. Fundação para o Desenvolvimento da Educação- FDE

* Res. SEDUC, de 25/02/21, de 27/02/21 - Homologa, com fundamento no § 1º do artigo 9º, da Lei 10.403, de 6 de julho de 1971, o Parecer CEE 38/2021, que aprova a celebração do Convênio, entre o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, para a execução do Programa de Descarte e Descontaminação de Lâmpadas, nos termos da Lei Fed. nº 8.666/1993, da Lei Est. nº 6.544/89 e do Dec. nº 59.215/13, alterado pelo Dec. nº 60.908/14.
* Dec. nº 64.187, de 17/04/19, D.O. de 18/04/19 - Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 18, de 02/05/19, D.O. de 03/05/19 - Dispõe sobre o siglário a ser utilizado, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, pelas unidades que compõem a sua nova estrutura organizacional, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 10, de 08/02/24, D.O. de 09/02/24 - Dispõe sobre periodicidade dos empenhos do exercício financeiro de 2024, objetivando a razoabilidade e a proporcionalidade dos recursos aplicados.

1. Furto e Roubo de Bens Patrimoniais

* Dec. n° 17.329/81 - Define a estrutura e as atribuições de órgãos de competência das autoridades da SE.
* LC nº 709, de 14/01/93, D.O. de 22/01/93 - Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado
* Com. SE, de 29/08/00 - Procedimentos quando da ocorrência de furto ou roubo de bens patrimoniais.
* Res. SE nº 45, de 18/04/12, D.O. de 19/04/12 - Dispõe sobre delegação de competência para autorizar recebimento de doações de bens móveis, e dá providências correlatas.

1. Gala

* Lei n° 10.261/68 - art. 78, II (oito dias).
* Lei 500/74 – artigo 16-II
* LC 1.093/2009 – artigo 13 – II

1. GDAE - Gestão Dinâmica de Administração Escolar e Informações

* Res. SE nº 107, de 25/06/02, D.O. de 26/06/02 - Institui no âmbito da Secretaria de Estado da Educação os sistemas de Gestão Dinâmica de Administração Escolar e Sistema de Informações da Educação.
* Port. Conj. COGSP/CEI/CENP, de 28/06/02 - Baixa instruções complementares à publicação informatizada dos nomes dos alunos concluintes de estudos de nível fundamental e médio, bem como de registro de diplomas de que trata a Res. SE n° 108, de 25/06/02.
* Res. SE nº 108, de 25/06/02, D.O. de 26/06/02 - Dispõe sobre a informatização do sistema de publicação de nomes de alunos concluintes de estudos de nível fundamental e médio, bem como de registro de diplomas e certificados.
* Res. SE nº 8, de 23/01/03, D.O. de 24/01/03 - Dispõe sobre a desconcentração e descentralização do Módulo de Segurança do Sistema Gestão Dinâmica de Administração Escolar
* Com. Conj. - COGSP/CEI/CENP, de 03/10/06, D.O. 04/10/06 - Ensino fundamental e médio - disponibilidade de registro de vida escolar via site.

1. Gerente de Organização Escolar (GOE)
   * LC n° 1.144, de 11/07/11, D.O. 12/07/11 – Institui Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar, da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
   * Portaria DRHU n° 49, de 25/07/11, D.O. 26/07/11 – Estabelece diretrizes para a designação de servidores, em caráter excepcional, para o exercício da função de Gerente de Organização Escolar.
   * Dec. nº 57.462, de 26/10/11, D.O. 27/10/11 – Regulamenta o processo de certificação ocupacional do GOE.
   * Dec. nº 58.240, de 20/07/12, D.O. 21/07/12 – Escolas que contarão com a função de Gerente de Organização Escolar.
   * Res. SE nº 52, de 09/08/11 - Dispõe sobre as atribuições dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar - QAE, da Secretaria da Educação.
   * Res. SE nº 85, de 24/08/12, D.O. 26/08/12 – Designação do GOE.
   * Dec. nº 58.379, de 06/09/12, D.O. 07/09/12 – Altera dispositivos e o anexo do Decreto nº 58.240/12.
   * Dec. nº 62.425, DE 17/01/17 - Dispõe sobre a identificação das unidades escolares da Secretaria da Educação que contarão com a função de Gerente de Organização Escolar - GOE, e dá providências correlatas.
   * Res. SE nº 11, de 17/02/17 - Altera a Res. SE nº 52, de 09/08/11, que dispõe sobre as atribuições dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar - QAE da Secretariada Educação.
   * Dec. nº 63.687, de 06/09/2018 - Altera dispositivo que especifica do Dec. nº 62.425, de 17/01/17, que dispõe sobre a identificação das unidades escolares da Secretaria da Educação, que contarão com a função de Gerente de Organização Escolar-GOE.
   * Com. CGRH, de 28/09/20, D.O. de 29/09/20 - Dispõe sobre a Certificação Ocupacional para Gerente de Organização Escolar 01/2020.
   * Res. SEDUC nº 93, de 08/12/20, D.O. de 09/12/20 - Dispõe sobre a designação de GERENTE De Organização Escolar e dá providências correlatas.
   * Dec. nº 65.348, de 09/12/20, D.O. de 10/12/20 - Dispõe sore a quantificação das funções de Gerente de Organização Escolar.
   * Com. Ext. Conj. SUBSECRETARIA/CGRH nº 282, de 10/12/20 - Dispõe sobre a Certificação de Gerente de Organização Escolar - Tornado sem efeito em 12/12/20.
   * Dec. Nº 65.348, de 09/12/20, D.O. de 10/12/20 - Regulamenta o § 2º do artigo 15 da LC nº 1.144, de 11/07/11, que dispõe sobre a quantificação das funções de Gerente de Organização Escolar - GOE e a identificação das unidades escolares a que se destinam.
   * LC nº 1374 de 30/12/22, D.O. de 31/12/22 - Nova Carreira (art.100 - c-art.15).

* Dec. nº 68.348, de 29/02/24, D.O. de 01/03/24 - Altera o Dec. nº 65.348/2020, que regulamenta o § 2º do art. 15 da LC nº 1.144/11, que dispõe sobre a quantificação das funções de Gerente de Organização Escolar – GOE, e acrescenta dispositivo ao Dec. nº 66.807/22, que regulamenta o Adicional de Complexidade de Gestão - ACG a que se refere a LC nº 1.374/22.

1. Gratificação de Atividade Pedagógica
   * LC nº 1.192, de 28/12/12, D.O. 29/12/12 – Institui a Gratificação de Atividade Pedagógica para os membros do QM afastados...
   * Res. SE nº 55, de 14/10/19, D.O. de 15/10/19 - Concede Gratificação de Atividade Pedagógica nos termos da LC nº 1.192/2012.
2. Gratificação de Função
   * LC n° 1018/07 – Concessão aos vice-diretores e PCPs; cálculos.
3. Gratificação de Informática

* Lei nº 7.578/91 - art. 20 § 1º - item 1 e art. 21.
* Dec. nº 35.754, de 25/09/92 - Fixa quantidades de atribuição da Gratificação de Informática.

1. Gratificação de Representação

* Dec. n° 52.307/07 – Estende o benefício aos diretores e supervisores
* Res. CC n° 6, de 02/02/09, D.O. 03/02/09 – Dispõe sobre o cálculo das gratificações de representação.
* Orientação Técnica (OT) DRHU – de 12/05/09 – Orientação e prazos.

1. Gratificação de Trabalho Noturno

* LC. nº 774/94 - altera a LC nº 444/85.

1. Gratificação Especial (para Supervisor de Ensino)

* LC. nº 836/97 - art. 44.

1. Gratificação Geral (GG) - Ativos e Inativos

* LC n° 901, de 12/09/01.

1. Gratificação de Dedicação Exclusiva (GDE)

* LC nº 1374 de 30/03/22 - Institui o Plano de Carreira para os Professores de Ensino Fundamental e Médio, para os Diretores Escolares e para os Supervisores Educacionais da Secretaria da Educação.
* Res. SEDUC nº 68, de 12/08/2022, D.O. de 13/08/2022 - Dispõe sobre a concessão de Gratificação de Dedicação Exclusiva - GDE, instituída pelo artigo 61 LC nº 1374, de 30/03/2022.

1. Gratificação por Atividade de Magistério (GAM)

* LC n° 977, de 06/10/05 - Institui a GAM.

1. Gratificação por Trabalho Educacional (GTE) - Ativos

* LC n° 874, de 04/07/00.

1. Gratificação Suplementar (abrange os Dirigentes de Ensino)

* LC n° 957, de 13/09/04.
* LC n° 961, de 16/12/04.

1. Gravidez Precoce e Juvenil
   * Lei nº 11.972, de 25/08/05, D.O. de 26/08/05 - Institui a Política Estadual de Prevenção e Atendimento à Gravidez na Adolescência.
   * Lei n° 12.732, de 11/10/07, D.O. 12/10/07 – Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Orientação em Saúde e Atendimento à Gravidez Precoce e Juvenil.
   * Dec. nº 9579, de 22/11/18, D.O.U. de 23/11/18 - Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências.
   * Dec. nº 11.074, de 18/05/22, D.O.U. de 19/05/22 - Altera o Dec. nº 9.579, de 22/11/18, para instituir o Programa de Proteção Integral da Criança e do Adolescente - Protege Brasil e o seu Comitê Gestor.
2. Grêmio Estudantil

* Regimento Escolar.
* Lei Fed. n° 7.398, de 04/11/85 - Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1° e 2° graus.
* Com. S.E. de 26/09/86 - Esclarece sobre a implantação e implementação de Grêmio Estudantil.
* Com. CEI/COGSP, de 27/11/87 - Dispõe sobre a criação e implementação dos Grêmios Estudantis nas Escolas Estaduais
* Normas Regimentais Básicas (Par. CEE n° 67/98).
* Res. SEDUC nº 73, de 20/08/2021, D.O. de 21/08/21 - Dispõe sobre as normas para adesão, repasse e aplicação financeira dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista- PDDE Paulista
* Res. SEDUC nº 18, de 08/03/22, D.O. de 10/03/22 - Dispõe sobre o modelo do Estatuto-Padrão do Grêmio Estudantil.
* Res. SEDUC nº 21, de 31/03/22 - Altera a Res. SEDUC nº 73, de 20/08/21, para incentivar a participação dos grêmios estudantis no planejamento e no uso dos recursos do subprograma PDDE Paulista - Manutenção, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 18, de 08/03/22, D.O. de 09/03/22 - Dispõe sobre o modelo do Estatuto-Padrão do Grêmio Estudantil.

1. Greve de Professores e Servidores Públicos

* Constituição Federal de 1988, artigo 9º e 37 – VII.
* Lei Fed. n° 7.783/89, de 28/06/89 - Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade e dá outras providências.
* Inst. Conjunta COGSP/CEI/CENP, de 30/06/89 - Reposição de aulas e dias letivos.
* LC n° 736, de 08/12/93 - Confere tratamento especial a faltas ao serviço dos integrantes do QM da SE, na forma que especifica, e dá outras providências (Anistia da Greve de 1993).
* Dec. n° 36.329, de 22/08/96 - Regulamenta a Lei n° 12.153 de 29/12/96 que dispõe sobre a realização de manifestações públicas na Av. Paulista em São Paulo.
* Res. SE n° 102, de 22/09/03 - Reposição de aulas e dias letivos (revoga a Res. SE nº 61/00).
* Lei n° 13.725, de 30/09/09, D.O. 01/10/09 – Uso de equipamentos em movimentos grevistas.
* Port. MEC nº 82, de 17/04/17, D.O.U. de 20/04/17 - Aprovar, na forma do anexo, o Regulamento do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor.
* Port. nº 159, de 15/08/17, D.O.U. de 16/08/17 - Acrescentar os § 1º e § 2º ao artigo 34, alterar os incisos do artigo 34, a tabela do artigo 43 e a alínea "d" dos incisos V e VI do artigo 45 da Port. nº 82, de 17/04/17, publicada no D.O.U. de 20/04/17.
* Port. GAB nº 220, de 21/12/21, DOU de 22/12/21 - Dispõe sobre o Regulamento do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor.

1. Grupo de Coordenação do Programa Nacional de Valorização e Formação do Professor da Educação Básica (GPROF)

* Port. MEC n° 2.135, de 07/08/03.

1. Grupo de Verificação e Controle de Atividades da SE (GVCA) - Extinção

* Dec. n° 48.494, de 13/02/04.

1. Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação - GSTIC
   * Dec. nº 47.836/03 – Cria os Grupos Setoriais de Tecnologia ad Informação e Comunicação – GSTIC.
   * Dec. nº 57.141/11 – Reorganiza a SE.
   * Res. SE nº 65, de 11/10/11, D.O. 12/10/11 – Dispõe sobre a composição do GSTIC na SE.
   * Res. SEDUC nº 29, de 18/06/19, D.O. de 19/06/19 - Altera a composição do Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação - GSTIC, de que trata o artigo 5º da SE nº 65, de 11/10/11.
   * Dec. nº 64.601, de 22/11/19, D.O. de 23/11/19 - Reformula o Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação, reorganiza o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - COETIC, recria a Subsecretaria de Tecnologia e Serviços ao Cidadão, transfere e altera denominações de unidades da Secretaria de Governo e dá providências correlatas.
   * Res. SEDUC nº 48, de 08/11/23, D.O. 09/11/23 - Altera a composição do Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação - GSTIC, de que trata o artigo 5º da Resolução SE nº 65, de 11/10/11.
2. Hasteamento da Bandeira e Hino Nacional

* Dec. Fed. n° 98.068/89 - Dispõe sobre o Hasteamento da Bandeira Nacional e dá providências.
* Lei n° 6.757/90 - Torna obrigatória a execução do Hino Nacional e Hasteamento da Bandeira Nacional semanalmente.
* Com. SE, de 03/07/02 - Dispõe sobre a entoação do Hino Nacional e Hasteamento da Bandeira Nacional nas UEs.
* Dec. Fed. n° 4.835/03 - Dá nova redação ao art. 2° do Dec. n° 98.068, de 18/08/89, que dispõe sobre o hasteamento da Bandeira Nacional (2ªs e 6ªs feiras).
* Lei nº 13.413, de 29/12/16, D.O.U. de 30/12/16 - Altera a Lei nº 5.700, de 01/09/71, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências, para determinar que o Hino Nacional seja executado na abertura das competições esportivas nacionais que especifica Hierarquia.

1. Hierarquia
   * Dec. n° 5.614/75, de 13/02/75 – Regulamenta o art. 239 da Lei n° 10.261/68 (“a petição será entregue ao superior imediato do peticionário”).
2. Hino Nacional

* Lei Fed. n° 5.700/71, de 01/09/71 - Forma e apresentação dos Símbolos Nacionais.
* Lei n° 6.757/90 - Torna obrigatória a execução do Hino Nacional e Hasteamento da Bandeira Nacional semanalmente.
* Com. SE, de 03/07/02 - Dispõe sobre a entoação do Hino Nacional e Hasteamento da Bandeira Nacional nas UEs.
* Dec. Fed. n° 4.835/03 - Dá nova redação ao art. 2° do Dec. n° 98.068, de 18/08/89, que dispõe sobre o hasteamento da Bandeira Nacional (2ªs e 6ªs feiras).
* Lei nº 13.413, de 29/12/16, D.O.U. de 30/12/16 - Altera a Lei nº 5.700, de 01/09/71, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências, para determinar que o Hino Nacional seja executado na abertura das competições esportivas nacionais que especifica Hierarquia.

1. Hino Nacional em Eventos Esportivos

* Lei n° 10.876/01.
* Lei nº 13.413, de 29/12/16, D.O.U. de 30/12/2016 - Altera a Lei nº 5.700, de 01/09/71, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências, para determinar que o Hino Nacional seja executado na abertura das competições esportivas nacionais que especifica Hierarquia.

1. Holocausto

* Lei nº 17.817, de 27/10/23, D.O. de 27/10/23 - Institui a proibição do ensino ou abordagem disciplinar do Holocausto sob os prismas do negacionismo ou revisionismo histórico, no âmbito do Sistema Estadual de Educação Básica do Estado de São Paulo.

1. História e Cultura Afro-Brasileira no Currículo

* Lei Fed. n° 10.639, de 09/01/03 - Obrigatoriedade da inclusão no currículo - altera a Lei n° 9394/96 (LDB).

1. Homossexualismo

* Lei n° 10.948 de 05/11/01, D.O. de 06/11/01 - Dispões sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.
* Dec. n° 55.588 de 17/03/10, D.O. de 18/03/10 - Dispões sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos.
* Dec. n°55.589 de 17/03/10, D.O. de 18/03/10 - Regulamenta a Lei n° 10.948/01 sobre penalidades.
* Dec. nº 55.839, de 18/05/10, D.O. de 19/05/10 - Institui o Plano Estadual de Enfrentamento à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT e dá providências correlatas.
* Lei nº 15.082, de 10/07/13, D.O. de 11/07/13 - Altera a Lei n. 10.948, de 05/11/01, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências.
* Del. CEE n° 125 de 30/04/14, D.O. de 02/05/14 - Dispõe sobre a inclusão de nome social nos registros escolares das instituições públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo e dá outras providencias correlatas.
* Res. SE nº 45, de 18/08/14, D.O. de 15/08/14 - Dispõe sobre o tratamento nominal de discentes transexuais e travestis, no âmbito da Secretaria da Educação.
* Lei Fed. nº 14.382, de 27/06/22, D.O. de 28/06/22 - Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP); altera as Leis nºs 4.591, de 16/12/64, Lei nº 6.015, de 31/12/73 (Lei de Registros Públicos), Lei nº 6.766, de 19/12/79, Lei nº 8.935, de 18/11/94, Lei nº 10.406, de 10/01/02 (Código Civil), Lei nº 11.977, de 07/07/09, Lei nº 13.097, de 19/01/15, e Lei nº 13.465, de 11/07/17, e revoga a Lei nº 9.042, de 09/05/95, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29/11/65, Lei nº 8.212, de 24/07/91, Lei nº 12.441, de 11/07/11, Lei nº 12.810, de 15/05/13, e Lei nº 14.195, de 26/08/21.

1. Hora-Aula

* Res. SE n° 49/98 - Normas Complementares referentes a Organização Escolar (REVOGADA).
* Inst. Conjunta CENP/COGSP/CEI, de 13/02/98 - Diretrizes para a reorganização curricular.
* Res. SE n° 06, de 28/01/05 - Revoga a Res. SE 49/48 (Diretrizes para o Ensino Médio).
* Res. SE n° 07, de 01/02/05 - Diretrizes para o Ensino Noturno.
* Res. SE n° 11, de 11/02/05 - Diretrizes para o Ensino Fundamental.
* Res. SEDUC n°133, de 29/11/21, D.O. de 30/11/21 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* LC. nº 1374 de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Institui Nova Carreira- art. 9º e 10.
* Dec. nº 66.793, de 30/05/22, D.O. de 01/06/22 - Dispõe sobre as jornadas de trabalho dos docentes submetidos ao regime instituído pela LC nº 1.374, de 30/03/22, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 55, de 29/06/22, D.O. de 30/06/22 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino submetidos ao regime instituído pela LC nº 1.374, de 30/03/22 e providências correlatas.

1. Hora de Trabalho Pedagógico (H.T.P. e H.T.P.C.) - Atividade de Trabalho Pedagógica (ATPC-ATPL)

* Port. CENP nº 01/96.
* LC nº 836/97 - Plano de Carreira para o Magistério.
* Inst. DRHU n° 03, de 13/06/97 - Especificando a HTPC na UE com maior n° de aulas.
* Comunicado Conjunto CENP/COGSP/CEI, de 26/02/02, D.O. 27/02/02 - Poderão ser consideradas como equivalentes às HTPCs, as horas de atividades realizadas pelos Professores enquanto participantes do PEC/Formação Universitária.
* Comunicado CENP s/n, de 29/01/08, D.O. 31/01/08 – Orientações sobre as HTPCs.
* Port. Conj. CENP/COGSP, de 06/02/09, D.O. 07/02/2009 – Instruções Gerais.
* Res. SE nº 8, de 19/01/12, D.O. 19/01/12 - Carga horária dos docentes -horas/aulas e ATPC.
* Com. Conj. CGEB/CGRH, de 27/04/18 - Orientações sobre os ATPCs.

1. Horário Administrativo da Escola *(Ver também Horário de Funcionamento das escolas, Horário de Trabalho e Ponto.)*

* Dec. n° 6.288/75 - Altera o Dec. 49.603/68. Faculta ao servidor retirar-se do expediente uma vez por mês, não excedendo a 2 horas (revogado pelo Dec. n° 52.054/07).
* Res. SE n° 26, de 30/04/74 - Afixação de Horário.
* Dec. n° 40.258, de 09/08/95 - Dispõe sobre o horário de trabalho e o registro do ponto dos servidores das Secretarias do Estado (revogado pelo Dec. n° 52.054/07).
* Res. SAM nº 14, de 10/08/95 - Dispõe sobre Horário de Trabalho e registro de Ponto dos Servidores Públicos Estaduais. (revogado)
* Com. CRHE n° 07/95 - Quadro Demonstrativo da Legislação que regulamenta a entrada e saídas do Servidor.
* Res. SE n° 213, de 31/08/95 - Horário de Trabalho e Registro do Ponto.
* LC nº 836 de 30/12/97, D.O. de 31/12/97.
* Dec. n° 52.054, de 14/08/07, D.O. 15/08/07 – Dispõe sobre o horário de trabalho e o registro de ponto dos servidores.
* Inst. UCRH n° 1, de 16/08/07, D.O. 17/08/07 – Orientações sobre o Dec. n° 52.054/07.
* Res. SE n° 73, de 26/10/07, D.O. 27/10/07 – Dispõe sobre o horário de trabalho dos servidores em exercício nas unidades escolares da Secretária da Educação (pode começar às 6h da manhã; supervisor pode trabalhar à noite). Revogada
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Horário e Frequência - Art.66.
* Res. SEDUC nº 40, de 01/06/22, D.O. de 02/06/22 - Horário e Frequência.

1. Horário de Almoço (*Ver também Horário Administrativo da Escola e Horário de Trabalho e Ponto*)

* Res. SAM n° 14/95 - Dispõe sobre Horário de Trabalho e registro de Ponto dos Servidores Públicos Estaduais. (revogado)
* Dec. n° 52.054, de 14/08/07, D.O. 15/08/07 – Dispõe sobre o horário de trabalho e o registro de ponto dos servidores.
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Art.66.
* Res. SEDUC nº 40, de 01/06/22, D.O. de 02/06/22 - Horário e Frequência.

1. Horário de Banco *(Ver também Horário Administrativo da Escola e Horário de Trabalho e Ponto*)

* Dec. n° 49.603/68 - Regulamenta Regimes Especiais de Trabalho (revogado pelo Dec. n° 52.054/07).
* Dec. n° 6.288/75 - Altera o Dec. 49.603/68. Faculta ao servidor retirar-se do expediente uma vez por mês, não excedendo a 2 horas (revogado pelo Dec. n° 52.054/07).
* Res. SAM n° 14, de 10/08/95 - art. 9°. (REVOGADA)
* Dec. n° 52.054, de 14/08/07, publicado no D.O. 15/08/07 – Dispõe sobre o horário de trabalho e ponto dos servidores.
* Inst. UCRH n° 1, de 16/08/07, D.O. 17/08/07 – Orientações sobre o Dec. n° 52.054/07.
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Art.66.
* Res. SEDUC nº 40, de 01/06/22, D.O. de 02/06/22 - Horário e Frequência.

1. Horário de Estudante – Servidor (*Ver também Horário Administrativo da Escola e Horário de Trabalho e Ponto*)

* Res. SAM nº 14/95 - Horário de Trabalho e Ponto (inclui horário de funcionário e estudante). (REVOGADA)
* Com. CRHE n° 07/95 - Horário de Trabalho e Faltas dos Funcionários. (revogado)
* Dec. n° 52.054, de 14/08/07, D.O. 15/08/07 – Dispõe sobre o horário de trabalho e o registro de ponto dos servidores.
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Art.66.
* Res. SEDUC nº 40, de 01/06/22, D.O. de 02/06/22 - Horário e Frequência.

1. Horário de Funcionamento das Escolas *(Ver também Horário administrativo da Escola e Horário de Trabalho e Ponto*)

* Res. SE n° 39, de 12/02/90 - Dispõe sobre Horário de Funcionamento das Unidades da S.E.
* Res. SE n° 265, de 04/12/95 - Diretrizes para Reorganização das UEs da Rede Estadual.
* Res. n° 49/98 - Hora-Aula (REVOGADA).
* Res. SE n° 06, de 28/01/05 - Revoga a Res. SE 49/48 (Diretrizes para o Ensino Médio).
* Res. SE n° 07, de 01/02/05 - Diretrizes para o Ensino Noturno.
* Res. SE n° 11, de 11/02/05 - Diretrizes para o Ensino Fundamental.
* Res. SE n° 73, de 26/10/07, D.O. 27/10/07 – Dispõe sobre o horário de trabalho dos servidores em exercício nas unidades escolares da Secretária da Educação (pode começar às 6h da manhã; supervisor pode trabalhar à noite). Revogada
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Art.66
* Res. SEDUC nº 40, de 01/06/22, D.O. de 02/06/22 - Horário e Frequência.

1. Horário de Trabalho e Ponto (*Ver também Horário Administrativo da Escola e Horário Funcionamento da Escola*)

* Dec. n° 49.603/68 - Regulamenta Regimes Especiais de Trabalho.
* Lei nº 10.261/68 (EFP) - arts. 117 a 123.
* Dec. nº 6.288/75 - Altera o Dec. 49.603/68. Ausências e/ou Atrasos Autorizados (revogado pelo Dec. n° 52.054/07).
* Dec. n° 10.623/77 - Regimento Comum das Escolas de 1° Grau.
* Dec. n° 11.625/78 - Regimento Comum das Escolas de 2° Grau.
* Dec. n° 17.329/81 - Competências, Atribuições e Deveres nas U.Es. e D.Es..
* Res. SE n° 39, de 12/02/90 - Dispõe sobre Horário de Funcion. das Unidades da S.E.
* Dec. nº 39.931/95 - Falta-dia e Falta-aula.
* Res. SAM nº 14/95 - Horário de Trabalho e Ponto (inclui horário de funcionário e estudante). (REVOGADA).
* Dec. n° 52.054, de 14/08/07, publicado no D.O. 15/08/07 – Dispõe sobre o horário de trabalho e ponto dos servidores.
* Inst. UCRH-1, de 16/08/07, D.O. 17/08/07 – Orientações sobre o dec. 52.054/07.
* Res. SE n° 73, de 26/10/07, D.O. 27/10/07 – Dispõe sobre o horário de trabalho dos servidores em exercício nas unidades escolares da Secretária da Educação (pode começar às 6h da manhã; supervisor pode trabalhar à noite). Revogada.
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Horário e Frequência. Art.66.
* Res. SEDUC nº 40, de 01/06/22, D.O. de 02/06/22 - Horário e Frequência.

1. IAMSPE
   * Dec. n° 52.747, de 26/06/08, D.O. 27/02/08 – Transfere a vinculação do IAMSPE, da SS para Secretaria de Gestão Pública.
   * Lei nº 17.293, de 15/10/20 - Estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá providências correlatas - Artº 6º.
2. IAMSPE - Inscrição de Dependentes

* Lei n° 11.253, de 04/11/02.
* Lei nº 11.125, de 11/04/02 - Altera dispositivos do Dec. Lei nº 257, de 29/05/70, que dispõe sobre a finalidade e organização básica do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE
* Lei n º 17.293, de 15/10/20 - Estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá providências correlatas - Artº 6º.

1. IAMSPE - Inscrição e Cancelamento de Agregados/Retorno de Contribuintes

* Inst. DRHU n° 05, de 08/05/02 - Inscrição ou cancelamento de pais e/ou padrasto e madrasta, como agregados.
* Res. Conjunta CC/SS n° 01, de 06/08/03 - Inscrição e ou cancelamento de agregados.
* Lei nº 11.456, de 9/10/03 - Altera o artigo 26 do Dec. Lei nº 257, de 29/05/70.
* Dec. n° 50.994, de 24/07/06, D.O. 25/07/06 - Novos prazos para inscrição de pais e afins como agregados.
* Lei nº 12.534, de 17/01/07, D.O. 18/01/07 - Concede prazo de 180 dias para retorno à condição de contribuinte.

1. Idoso (60 anos ou mais) - Atendimento Prioritário

* Lei Fed. n° 10.173, de 09/01/01 - Prioridade na tramitação de processos judiciais à pessoas com mais de 65 anos de idade.
* Lei n° 11.355, de 17/03/03 - Atendimento prioritário ao Idoso.
* Lei n° 10.741 (Estatuto do Idoso), de 01/10/03.
* Dec. Fed. n° 5.130/04 - Regulamenta art. 40 da Lei Fed. n° 10.741/03.
* Lei nº 12.548, de 27/02/07 (Atualizada até a Lei nº 14.874, de 01/10/12) - Consolida a legislação relativa ao idoso.
* LC n° 1.107, de 23/04/10, D.O. 24/04/10 – Incorporação e extinção da GAM.

1. Idoso (60 anos ou mais) - Prioridade na Tramitação dos Procedimentos Administrativos

* Lei n° 11.251, de 04/11/02 - Prioridade na tramitação dos procedimentos em que figure como requerente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.
* Lei Fed. n° 10.741 (Estatuto do Idoso), de 01/10/03.
* Lei nº 12.548, de 27/02/07 (Atualizada até a Lei nº 14.874, de 01/10/12) - Consolida a legislação relativa ao idoso.

1. Imposto de Renda - Isenção para Aposentados, Reformados e Pensionistas

* Lei Fed. n° 7.713/88 (Moléstias, acidentes, doenças graves) artigo 6°, XIV.
* Dec. nº 58.291, de 09/08/12, D.O. 09/08/12 – Dispensa de emissão em papel.

1. Inativos - Recadastramento

* Dec. n° 47.441, de 12/12/02 - Disciplina o recadastramento geral dos Inativos, instituído pelo Dec. n° 42.610 de 10/12/92.
* Dec. nº 49.077, de 28/10/04 - Novas normas.
* Res. SF-23, de 16/11/04, D.O. 19/11/04 - Normas complementares **(REVOGADA)**
* Res. SF-41, de 09/12/05, D.O. 13/12/05 - Estabelece normas complementares e revoga a Res. SF-23/05.
* Dec. n° 55.089, de 30/11/09, D.O. 01/12/09 – Recadastramento geral dos inativos e pensionistas.
* Port. SPPREV nº 236, de 16/11/2021, D.O. de 17/11/2021 - Disciplina o censo previdenciário dos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência no ano de 2022.
* Port. SPPREV nº 372 de 12/12/22, D.O. de 13/12/22 - Disciplina o recadastramento (prova de vida) dos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência no ano de 2023.

1. Incêndio na Escola

* Lei n° 3.092/81 - Exigência de Brigada na Escola.
* Dec. nº 56.819, de 10/03/11, D.O. de 11/03/11 - Institui o Regulamento de Segurança contra Incêndio das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
* LC nº 1.257, de 06/01/15, D.O. de 07/01/15 - Institui o Código estadual de proteção contra Incêndios e Emergências e dá providências correlatas.
* Dec. nº 63.058, de 12/12/17, D.O. de 13/12/17 - Regulamenta o Sistema de Atendimento de Emergências no Estado de São Paulo e dispõe sobre o serviço de atendimento de incêndios, desastres e outras emergências, nos termos da LC nº 1.257, de 06/01/15.
* Dec. nº 63.911, de 10/12/18, D.O. de 11/12/18 - Institui o Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

1. Incineração de Documentos

* Lei Fed. n° 5.433/68 - Microfilmagem.
* Dec. Fed. n° 1.799/96 - Regulamenta a Lei Fed. n° 5.433, de 08/05/68 que regula a microfilmagem de documentos oficiais.
* Dec. n° 48.897, de 27/08/04 - Arquivos Públicos - Normas para avaliação, guarda e eliminação.
* Dec n° 48.898, de 27/08/04 - Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo.
* Dec. nº 10.278, de 18/03/20, D.O.U. de 19/03/20 - Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20/09/19, e no art. 2º- A da Lei nº 12.682, de 09/07/12, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.

1. Inclusão Escolar

* Res. SE n° 61/02 - Ações referentes ao Programa de Inclusão Escolar.
* Res. SE n° 130, de 06/08/02 - Programa de Inclusão Escolar - CAPE (FDE).
* Lei nº 13.146, de 06/07/15, D.O.U. de 07/07/15 - tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania A lei é destinada a pessoas com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. A maior parte dos dispositivos da lei são autoaplicáveis, mas alguns precisam de regulamentação complementando a norma disposta. A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência promove a regulamentação de artigos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A lei é baseada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

1. Incorporação de Décimos

* LC n° 924, de 16/08/02 - Institui incorporação ao Servidor Público.
* EC. nº 103, de 12/11/29, D.O. de 13/11/19 - Fica revogado o artigo 133 da C.E. de SP, assegurada a concessão das incorporações que, na data da promulgação da EC nº 103, de 12/11/19, tenham cumprido os requisitos temporais e normativos previstos na legislação então vigente.
* EC nº 49, de 06/03/20, D.O. de 07/03/20 - Modifica o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado e dá outras providências.

1. Incorporação de Gratificações de Representação

* LC n° 813/96.
* LC nº 1.354,de 06/03/20 - Os servidores fazem jus a esta concessão somente até 12/11/19, de acordo com a LC nº 1354/20.
* LC nº 1.361, de 21/10/21 - Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da C.E. de SP, e dá outras providências.

1. Ingresso e Remoção
   * Dec. n° 53.037, de 28/05/08, D.O. 29/05/08 – Regionalização dos Concursos; remoção; substituição e contratação temporária.
   * Dec. nº 53.161, de 24/05/08, D.O. 25/05/08 - Altera dispositivos do Dec. nº 53.037, de 28/05/08, que dispõe sobre a regionalização dos concursos públicos para provimento de cargos do Quadro do Magistério, da Secretaria da Educação, define normas relativas a remoção, a substituição e a contratação temporária de docentes.
   * Dec. nº 60.444, de 15/05/14, D.O. 16/05/14 – Regulamenta os procedimentos relativos á realização de concursos públicos, no âmbito da Administração direta e autárquica do Estado de São Paulo.
   * Res. GS, de 01/12/17, D.O. 02/12/17 – Dispõe sobre a homologação do Concurso de Diretor de Escola.
   * Res. SE nº 31, de 18/04/18, D.O. 19/04/18 - Altera o artigo 3º da Res. SE nº 33, de 17/05/16, que constitui Comissão Especial de Concurso Público e dá providências correlatas.
   * Res. SE nº 48, de 30/07/18, D.O. 31/07/18 - Constitui Comissão Especial de Concurso Público, para provimento de cargos de Oficial Administrativo, e dá providências correlatas.
   * Res. SEDUC nº 148, de 29/12/21, D.O. de 30/12/21 - Dispõe sobre Prorrogação de prazo de validade do Concurso Público para Provimento de Cargos de Supervisor de Ensino/2020.
   * Res. SEDUC nº 149, de 29/12/21, D.O. de 30/12/2021 - Dispõe sobre Prorrogação de prazo de validade do Concurso Público para Provimento de Cargos de Oficial Administrativo/2020. Republicado em 04/01/2022, por conter incorreções.
   * Res. SEDUC nº 78, de 17/10/22, D.O. de 18/10/22 - Constitui Comissão Especial de Concurso Público e dá providências correlatas.
   * LC. nº 1.207, de 05/07/13, D.O. 06/07/13 – Revoga o § 2º do artigo 24 da LC 444/85 (a remoção antes do ingresso não é mais obrigatória).
   * Com. CGRH nº 2, de 31/01/20, D.O. de 01/02/20 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção de Docentes 2020 – Procedimentos de Inscrição/Indicações.
   * Com. CGRH nº 3, de 31/01/20, D.O. de 01/02/20 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção de Suporte Pedagógico 2020 – Procedimentos de Inscrição/ Indicações.
   * Com. CGRH nº 06, de 27/04/20 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção – Suporte Pedagógico 2020 – Classificação Geral e Reconsideração de Inscrição.
   * Com. CGRH, de 20/11/20, D.O. de 21/11/20 - Considerando que a Portaria de Abertura de Inscrições e Relação de Vagas será publicada em Diário Oficial do Estado - 20/11/2020, este Centro de Ingresso e Movimentação/DEAPE/CGRH informa os prazos e procedimentos referentes à fase de inscrição/indicação por parte de Candidatos, Unidades Escolares e Diretorias Regionais de Ensino (QM).
   * Port. CGRH nº 16, de 09/12/20, D.O. de 10/12/20 - Estabelece os procedimentos de desligamento das classes de Suporte Pedagógico do QM em decorrência do Concurso de Remoção.
   * Port. CGRH nº 18, de 18/12/20, D.O. de 19/12/20 - Altera a Portaria CGRH nº 16, de 09/12/2020, que estabelece os procedimentos de desligamento dos integrantes das classes de Suporte Pedagógico, do QM.
   * Port. CGRH nº 20, de 23/12/20, D.O. de 24/12/20 - Estabelece os procedimentos de desligamento dos integrantes das classes de Docentes, do Quadro do Magistério, em decorrência do " Concurso de Remoção 2020".
   * Com. CGRH, de 28/12/20, D.O. de 29/12/20 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção do Suporte Pedagógico -2020.
   * Com. CGRH nº 02, de 01/04/22, D.O. de 02/04/22 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção – Supervisor de Ensino 2022- Classificação Geral e Reconsideração de Inscrição.
   * Com. CGRH nº 05, de 13/04/22, D.O. de 14/ 04/22 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção - Diretor de Escola 2022 - Procedimentos de Inscrição/Indicações e Relação de Vagas.
   * Desp. da Coordenadora, de 22/07/22, D.O. de 23/07/22 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção – Diretor de Escola 2022.
   * Port. CGRH nº 07, de 22/07/22, D.O. de 23/07/22 - Estabelece os procedimentos de desligamento dos integrantes da Classe de Suporte Pedagógico, do Quadro do Magistério, em decorrência do Concurso de Remoção – Diretor de Escola 2022.
   * Com. CGRH 001, de 29/12/23 - Concurso de Remoção - Quadro de Apoio Escolar 2024.
   * Port. CGRH nº 02, de 10/01/24 ***\*(Republicada por conter incorreções)***. - Altera a Portaria CGRH nº 15, 06/12/23, que dispõe sobre Procedimentos de Inscrição, Indicação e Relação de Vagas do Concurso de Remoção - 2024 do Quadro de Apoio Escolar - QAE.
   * Port. CGRH nº 04, de 22/01/24, D.O. de 23/01/24. - Concurso de Remoção – Quadro de Apoio Escolar 2024 - Dispõe sobre a Classificação Geral e Reconsideração de Inscrição.
   * Despachos do Vice-Governador, em Exercício no cargo de Governador, de 07/02/24, D.O. de 08/02/24 - Autoriza a Secretaria da Educação a Contratação, por Tempo Determinado, de 14.403 Agentes de Organização Escolar, do Quadro de Apoio Escolar, mediante o aproveitamento de candidatos classificados em processos seletivos simplificados vigentes e/ou realização de Processo Seletivo Simplificado.
2. Integridade (ver Unidade de Gestão de Integridade – UGI)
3. Inspeção Médica
   * Dec. nº 49.227/04.
   * LC nº 1048/08.
   * Res. SE n° 1, de 14/01/13, D.O. 15/01/13 – Institui o Programa de Inspeções Médicas no âmbito da Secretaria da Educação.
   * Dec. n° 58.973, de 18/03/13, D.O. 19/03/13 – Dá nova redação ao Dec.58.032/2012 (inspeções pela própria SE).
   * Res. SE nº 44, de 28/06/13, D.O. 29/06/13 – Altera dispositivos da Res. SE nº 01/13.
   * Res. SE nº 62, de 06/09/13, D.O. 07/09/13 – Acrescenta dispositivos à Res. SE nº 01/13.
4. Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP
   * LC n° 180/78 (Sistema de Administração Pessoal do Estado), alterada pela LC n° 698/92 (Altera o art. 147 da LC 180/78).
   * Dec. n° 40.718/96 - Afastamento - Prova de Recolhimento das Contribuições.
   * Port. IPESP nº 267/98 - Declaração de Vontade.
   * E.C. nº 20/98.
   * Del. IPESP nº 03/98, de 26/03/98 - Dispõe sobre a concessão de financiamentos imobiliários com recursos do próprio IPESP.
   * Dec. n° 47.835, de 21/05/03 - IPESP passa para a Fazenda.
   * Port. IPESP n° 39, de 28/02/03 - Parcelamento de débitos até 36 meses.
   * LC n° 940, de 03/04/03 - Altera o § 3° do art. 135 da LC n° 180/78.
   * Emenda Constitucional n° 41/03;
   * LC n° 943, de 23/06/03 - Institui contribuição previdenciária para custeio de aposentadoria;
   * LC n° 954, de 31/12/03 - Contribuição previdenciária de inativos e pensionistas do Estado;
   * Inst. Conjunta UCRH n° 02/04, de 29/10/2004- Procedimentos administrativos sobre Abono de Permanência;
   * Com. Fazenda/IPESP, D.O. 08/08/06 - Informações sobre servidores afastados com prejuízo de vencimentos.
   * Lei nº 12.400, de 23/11/06, D.O. 24/11/06 - Dispõe sobre liquidação antecipada ou renegociação de contratos de financiamento habitacional...
   * Port. nº 277, de 12/12/06, D.O. 14/12/06 - Recadastramento dos pensionistas, a partir de 2007.
5. Intervalo Pedagógico

* LC n° 836/97 - Plano de Carreira para o Magistério.
* Res. SE n° 49, de 03/03/98 - Dispõe sobre normas complementares referentes à organização escolar.
* Inst. Conjunta CENP/COGSP/CEI, de 13/02/98.

1. Jogos de Azar nas Repartições Públicas (baralho, etc...) - Vedação

* DL. n° 3.688/41 - art. 50 - Lei de Contravenções Penais.

1. Jornadas de Trabalho do Pessoal do QM

* Res. SE n° 39, de 12/02/90 - Horário de Funcionamento das Unidades da SE.
* Res. SE n° 109/94 - Institui a Jornada Pedagógica nas Escolas Estaduais.
* LC nº 836/97 - Plano de Carreira do Magistério.
* Dec. n° 42.965/98 - alterado pelo Dec. nº 43.630/98 no artigo 16, § 1º - Jornada de Trabalho do Pessoal do Quadro do Magistério (inclui n° de horas para acúmulo: 64 h - art. 15).
* Dec. n° 55.078, de 25/11/09, D.O. 26/11/09 – Dispõe sobre as jornadas de trabalho.
* Dec. n° 56.002, de 12/07/10, D.O. 13/07/10 – Bolsa de estudo para candidatos (QM) convocados para os cursos de formação.
* Res. SE nº 08, de 19/01/12, D.O. 20/01/12 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* Res. Conj. SPDR/SEE nº1, de 16/08/12, D.O. 17/08/12 - Dispõe sobre afastamento de docentes readaptados da Secretaria da Educação, para prestar serviços junto à Diretoria de Educação para o Trânsito do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, da Secretaria de Planejo e Desenvolvimento Regional – ***(REVOGADA)***
* Port. CGRH nº 04, de 02/09/19, D.O. de 03/09/19 - Dispõe sobre as inscrições do Processo Anual de Atribuição de Classes e Aulas para o ano letivo de 2020
* Port. CGRH nº 6, de 30/09/19 (comentada) - Complementa a Port. CGRH nº 4, de 02/09/19, que dispõe sobre as inscrições do Processo Anual de Atribuição de Classes e Aulas para o ano letivo de 2020
* Res. SE nº 72, de 16/12/19, D.O. de 17/12/19 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* Res. SEDUC n°133, de 29/11/21, D.O. de 30/11/21 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino.
* L.C. nº 1374 de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Institui Nova Carreira- art. 9º e 10.
* Dec. nº 66.793, de 30/05/22, D.O. de 01/06/22 - Dispõe sobre as jornadas de trabalho dos docentes submetidos ao regime instituído pela LC nº 1.374, de 30/03/22, e dá providências correlatas
* Res. SEDUC nº 55, de 29/06/22, D.O. de 30/06/22 - Dispõe sobre a carga horária dos docentes da rede estadual de ensino submetidos ao regime instituído pela LC nº 1.374, de 30/03/22 e da providências correlatas.

1. Jovem Universitário - Educação com Trabalho

* Lei n° 10.959, de 28/11/01 - Institui o Programa Jovem Universitário.

1. Laudo Médico - Isenção

* LC n° 157/77 - (cinco anos de exercício, sem licença médica).
* Com. Conj. CGRH-SE/DPME-SPG nº 003 de 12/11/18.

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB

* Lei Fed. n° 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.
* Lei Fed. n° 9.475, de 22/07/97 - Altera a redação do componente curricular Ensino Religioso (art. 33).
* Lei Fed. n° 10.287, de 30/09/01 - Obriga os estabelecimentos de ensino a notificarem os casos de alunos faltosos (art. 12).
* Lei Fed. n° 10.639, de 09/01/03 - Inclui História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial; institui o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra (art. 26-A).
* Lei Fed. n° 10.709, de 31/07/03 - Obriga os Estados e Municípios a assumirem o transporte dos alunos da zona rural (arts. 10 e 11).
* Lei Fed. n° 10.793, de 01/12/03 - Torna obrigatório o componente curricular Educação Física, inclusive no noturno (art 26).
* Lei Fed. n° 11.114, de 16/05/05 - Antecipa a matrícula do ensino fundamental para 6 anos de idade (arts. 6, 30, 32 e 87).
* Lei Fed. n° 11.161, de 05/08/05 - Dispõe sobre o ensino da Língua Espanhola, de oferta obrigatória pela escola e matrícula facultativa.
* Lei Fed. n° 11.183, de 05/10/05 - Acrescenta as cooperativas de pais nas escolas comunitárias (art. 20, II).
* Par. CEB/CNE n° 18, de 01/11/05 - Compatibilização, em 2006, do Ensino Fundamental de 8 com o de 9 anos (6 e 7 anos de idade).
* Ind. CEB/ CEE n° 52/05, D.O. 11/11/05 - Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos.
* Dec. Fed. n° 5.622, de 19/12/05 - Regulamenta o art. 80 da LDB (Educação a Distância).
* Lei Fed. n° 11.274, de 06/02/06, D.O.U. 07/02/06 - Altera a LDB: 9 anos de duração para o Ensino Fundamental e matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade (prazo até 2010 para os municípios implementarem) (arts. 32 e 87, § 2°).
* Lei Fed. n° 11.301, de 10/05/06, D.O.U. 11/05/06 - Altera o art. 67 da LDB, estendendo a aposentadoria especial aos especialistas em educação no desempenho de atividades educativas quando exercidas em estabelecimento de educação básica (art. 67).
* Lei Fed. n° 11.330, de 25/07/06, D.O.U. 26/07/06 - Altera o § 3° do art. 87 da LDB. (Atribuições dos entes públicos).
* Lei Fed. n° 11.331, de 25/07/06, D.O.U. 26/07/06 - Altera o art. 44 da LDB. (Processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação).
* Lei n° 11.632, de 27/12/07, D.O.U. 28/12/07 – Dá nova redação ao inciso I do artigo 44.
* Lei n° 11.645, de 10/03/08, D.O.U. 11/03/08 – Altera a Lei n° 10.639/03 – “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
* Lei n° 11.684, de 02/06/08, D.O.U. 03/06/08 – Altera o artigo 36 da LDB: Sociologia e Filosofia são obrigatórias em todas as séries do ensino médio.
* Lei Fed. nº 11.700, de 13/06/2008, D.O.U. 16/06/2008 - Garante vaga na educação infantil, ou ensino fundamental, em escola próxima da residência, a toda criança, a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.
* Lei n° 11.741, de 16/07/08, D.O.U. 17/07/08 - Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
* Dec. Fed. n° 6.571, de 17/09/08, D.O.U. 18/09/08 – Regulamenta o parágrafo único do art. 60 da LDB (educação especial).
* Lei Fed. n° 11.788, de 25/09/08, D.O.U. 26/09/08 – Altera o artigo 82 e revoga o seu parágrafo único.
* Lei nº 12.013, de 06/08/09, D.O.U. de 07/08/09 - Altera o art.12 da LDB.
* Lei nº 12.014, de 06/08/09, D.O.U. de 07/08/09 - Altera o art.61 da LDB.
* Lei nº 13.415, de 16/02/17, D.O.U. de 17/02/17 - Altera as Leis n º 9.394, de 20/12/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e Lei nº 11.494, de 20/06/07, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Dec. Lei nº 5.452, de 01/05/43, e o Dec. Lei nº 236, de 28/02/67, revoga a Lei nº 11.161, de 05/08/05; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
* Res. SE nº 50, de 08/10/19, D.O. de 09/09/19 - Homologa a Indicação CEE nº 185/19, que versa sobre o tema “LDB e o efetivo trabalho escolar”.
* Res. SEDUC, de 18/03/20 - Homologando, com fundamento no § 1º do art. 9º, da Lei nº 10.403, de 06/07/71, a Del. CEE nº 177/2020.
* Res. SEDUC nº97, de 08/10/21, D.O. de 09/10/21 - Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo.

1. LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais - Oficialidade

* Lei n° 10.958, de 27/11/01.
* Lei Fed. n° 10.436/02.
* Lei n° 12.295, de 07/03/06, D.O. 08/03/06 - Dispõe sobre a impressão na linguagem Braille dos livros, apostilas e outros materiais pedagógicos.
* Res. SE n° 8, de 16/06/09 – D.O. 20/06/09 – Admissão de docentes com qualificação.
* Res. SEDUC nº 12, de 01/02/22, D.O. de 02/02/22 - Acrescenta dispositivos na Res. SE nº 8, de 29/01/16, que dispõe sobre a atuação de docentes com habilitação/qualificação na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, nas escolas da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas

1. Licença a Funcionário(a) casado(a) com Militar

* Lei n° 10.261/68 (EFP) - art. 205.
* Lei n° 10.261/68 (EFP) - art. 206 e 324.
* Lei nº 500/74 - arts. 25 e 26 - Regime Jurídico dos Servidores ACT.

1. Licença Compulsória

* Lei n° 10.261/68 (EFP) - art. 206 e 324.
* Lei nº 500/74 - arts. 25 e 26 - Regime Jurídico dos Servidores ACT.

1. Licença-Gestante

* Lei n° 10.261/68 (EFP) - art. 198.
* Lei n° 500/74 - (ACT).
* Res. SENA n° 12, de 26/07/84.
* CF/88 - art. 7°, XVIII.
* Dec. n° 29.180/88 - Institui Regulam. de Perícias Médicas (arts. 49 a 56).
* LC n° 1054, de 07/07/08, D.O. 08/07/08 – Amplia os períodos de licença-gestante (180 dias), licença-paternidade (5 dias) e licença por adoção (180 dias).
* LC n° 1.196, de 27/02/13, D.O. 28/02/13 – Novas determinações sobre a licença-saúde e gestante.
* Res. SGP nº 36, de 06/12/13, D.O. 10/12/13 – Concessão da licença pela Secretaria de origem da servidora.

1. Licença para Atender ao Serviço Militar

* Lei n° 10.261/68 (EFP) - art. 200.

1. Licença para Estágio como Oficial de Reserva das Forças Armadas

* Lei nº 10.261/68 (EFP) - art. 201.

1. Licença para Tratamento de Saúde

* Lei nº 10.261/68 - (EFP) - art. 191.
* Dec. n° 29.180/88 - Regulamento de Perícias Médicas e Licenças.
* Com. DPME n° 4, de 15/05/06, D.O. 27/05/06 - Licenças médicas em prorrogação: relatório do médico assistente.
* Lei Com. n° 1.123, de 01/07/10, D.O. de 02/07/10 - Altera artigos da Lei nº 10.261/68 (retificada no D.O. de 22/07/10).
* Res. SGP n° 07, de 03/02/12, D.O. 11/02/12 – Novas orientações.
* LC n° 1.196, de 27/02/13, D.O. 28/02/13 – Novas determinações sobre a licença-saúde e gestante.
* Com. Conj. UCRH/CAF nº 03/15, de 12/11/15, D.O. de 13/11/15 – Novas orientações sobre os servidores admitidos após o dia 02/06/2007 e, nos termos da Lei nº 500 de 13/11/74.
* Dec. nº 62.969, de 27/11/17, D.O. de 28/11/17 - Regulamenta a licença para tratamento de saúde de que trata o artigo 193 da Lei nº 10.261, de 28/10/68.
* Com. DPME nº 248, de 02/10/18, D.O. de 19/10/18 - Dispõe sobre os novos procedimentos a serem adotados para solicitação de licenças médicas, quando o servidor estiver fora de São Paulo.
* Com. DPME nº 030, de 25/08/22, D.O. de 26/08/2022 - Dispõe sobre Licença médica para servidor civil do Estado de São Paulo fora do Estado.

1. Licença para Tratar de Interesses Particulares

* Lei n° 10.261/68 (EFP) - art. 202.
* Inst. DRHU nº 07/95 - Licença nos Termos do art. 202.
* LC nº 814/96 - Licença sem Vencimentos para o ACT.
* Dec. nº 46.724, de 02/04/02, D.O. 03/04/02 - Na ocorrência de afastamento sem vencimentos, deverá o servidor proceder ao recolhimento também da parcela referente a agregados, integrante da sua contribuição devida ao IAMSPE.
* Lei Com. nº 1012, de 05/07/07, D.O. 06/07/07 - A licença só será computada para fins previdenciários, se houver o devido recolhimento do SPPREV/IAMSPE.
* Dec. nº 52.859/08, D.O. 02/04/08, D.O. 03/04/08 – Regulamenta a L.C. nº 1012, de 05/07/07, (Artigo 8º).
* Inst. UCRH, de 02/06/14, D.O. 03/06/14 – Cientificar o servidor afastado do cargo efetivo sobre o disposto na L.C. nº 1012/07 e Dec. nº 52.859/08.
* Lei n° 10.261/68 (EFP) - art. 202.
* Inst. DRHU nº 07/95 - Licença nos Termos do art. 202.
* LC nº 814/96 - Licença sem Vencimentos para o ACT.
* Dec. nº 46.724, de 02/04/02, D.O. 03/04/02 - Na ocorrência de afastamento sem vencimentos, deverá o servidor proceder ao recolhimento também da parcela referente a agregados, integrante da sua contribuição devida ao IAMSPE.
* Lei Com. nº 1012, de 05/07/07, D.O. 06/07/07 - A licença só será computada para fins previdenciários, se houver o devido recolhimento do SPPREV/IAMSPE.
* Dec. nº 52.859/08, D.O. 02/04/08, D.O. 03/04/08 – Regulamenta a L.C. nº 1012, de 05/07/07, (Artigo 8º).
* Inst. UCRH, de 02/06/14, D.O. 03/06/14 – Cientificar o servidor afastado do cargo efetivo sobre o disposto na L.C. nº 1012/07 e Dec. nº 52.859/08.

1. Licença Paternidade

* CF/88 - art. 7°, XIX; ADCT - art. 10 § 1º.
* LC n° 1054, de 07/07/08, D.O. 08/07/08 – Amplia os períodos de licença-gestante (180 dias), licença-paternidade (5 dias) e licença por adoção (180 dias).

1. Licença por Acidente de Trabalho (ou Doença Profissional)

* Lei nº 10.261/68 (EFP) - art. 194.
* Dec. n° 29.180/88 - Regulamento de Perícias Médicas e Licenças.
* Com. DPME n° 3, de 09/05/06, D.O. 11/05/06 - Procedimentos.
* PA nº 10/2021 , de 30/03/21 - 07/05/21 - Dispõe sobre o Servidor Público. Direitos e Vantagens. Licença ao Funcionário Público Acidentado no Exercício de suas Atribuições. Artigos 194ª 197 da Lei Estadual nº 10.261/1968.
* Com. Conj. CAAS/DPME nº 001, de 11/03/22, D.O. de 12/03/22 - Dispõe sobre os pedidos de reconsideração ou recurso que se referem ao enquadramento de licença para tratamento de saúde em acidente de trabalho, doença profissional ou do trabalho.
* LC. nº 1.361, de 21/10/21, D.O. de 22/10/21 - (Última atualização: Retificação publicada no Diário Oficial Executivo I de 30 de outubro de 2021) -Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da administração direta e autarquias, cria a Controladoria Geral do Estado, dispõe sobre a Assistência Técnica em Ações Judiciais, altera as Leis nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, e nº 500, de 13 de novembro de 1974, as Leis Complementares nº 180, de 12 de maio de 1978, nº 367, de 14 de dezembro de 1984, nº 432, de 18 de dezembro de 1985, nº 907, de 21 de dezembro de 2001, nº 1.034, de 4 de janeiro de 2008, nº 1.059, de 18 de setembro de 2008, nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, nº 1.093, de 16 de julho de 2009, nº 1.104, de 17 de março de 2010, nº 1.122, de 30 de junho de 2010, nº 1.144, de 11 de julho de 2011, nº 1.157, de 2 de dezembro de 2011, nº 1.164, de 4 de janeiro de 2012, nº 1.195, de 17 de janeiro de 2013, nº 1.245, de 27 de junho de 2014, nº 1.317, de 21 de março de 2018, e nº 1.354, de 6 de março de 2020, revoga a Lei nº 1.721, de 7 de julho de 1978, as Leis Complementares nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008, nº 1.086, de 18 de fevereiro de 2009, e nº 1.121, de 30 de junho de 2010 – (art. 24 F- referente ao art. 187 da Lei 10.261-68).

1. Licença por Adoção

* LC nº 367/84 - Licença-Adoção.
* Lei nº 8.069/90 (ECA) - art. 41.
* Inst. UCRH nº 03, de 01/11/04, D.O. 02/11/04.
* LC n° 1054, de 07/07/08, D.O. 08/07/08 – Amplia os períodos de licença-gestante (180 dias), licença-paternidade (5 dias) e licença por adoção (180 dias).

1. Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

* Lei n° 10.261/68 - (EFP) - art. 199.
* Dec. n° 29.180/88 - Regulamento de Perícias Médicas e Licenças.

1. Licença-Prêmio

* Lei n° 10.261/68 - (EFP) - arts. 209 a 214.
* Dec n° 25.013, de 16/04/86.
* LC. n° 644/89.
* LC nº 857/99 - Licença-Prêmio.
* Dec n° 44.722/00.
* Com. UCRH nº 01/00 - Licença-Prêmio e Celetistas.
* Dec n° 48.750, de 24/06/04.
* Ofício Circular n° 08/2004, D.O. 25/08/04 - DRHU - Fruição e/ou Indenização de Licença Prêmio.
* LC n° 989, de 17/01/06 (publicada como Lei n° 12.235, de 17/01/06, publicada no D.O. 18/01/06, retificada em 19/01/06) - altera a LC n° 857/99 - Licença-prêmio para policiais.
* LC n° 1015, de 15/10/07, D.O. 16/10/07 – Licença prêmio em pecúnia.
* Res. Conj. SGP/SE-1, de 11/01/08, D.O. 12/01/08 – Instruções e formulário.
* LC nº 1048, de 10/06/2008, D.O. 11/06/08 - Novas disposições (atinge os que já haviam perdido o prazo).
* Res. SGP – 7, de 06/02/09, D.O. 11/02/09 – Dispõe sobre a conversão em pecúnia de parcela de licença-prêmio.
* Dec. n° 58.542, de 12/11/12, D.O. 13/11/12 – Regras para conversão da parcela de 30 dias em pecúnia.
* LC nº 1.218, de 21/11/13, D.O. 22/11/13 – Altera a LC 1.015/2007 (abrange todo o pessoal da SE e não apenas das U.Es.).
* Dec. nº 65.389, de 18/12/20, D.O. de 19/12/20 - Estabelece disciplina para apreciação de requerimentos de conversão de licença-prêmio em pecúnia no contexto da pandemia da COVID -19.

1. Licenciatura Curta e Programa Especial de Formação Pedagógica

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 63, III.
* Res. CNE/CP n° 02/97 - Programas Especiais de Formação Pedagógica.
* Port. DRHU nº 02/00 - Altera as Ports. 11/99 e 14/99 (incluindo adido).
* Del. CEE nº 10/00 - Programa Especial para as Funções Pedagógicas dos Docentes.
* Res. nº 2, de 01/07/15, D.O.U. de 02/07/15 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

1. Licitação

* Lei Estadual nº 6.544, de 22/11/89 - Estatuto Jurídico das Licitações.
* Lei Fed. nº 8.666, de 21/06/93 - Licitações e Contratos.
* Lei Fed. nº 10.520, de 17/07/02 - Institui a Modalidade de Licitação - PREGÃO.
* Res. SE n° 33/03 - Sanções administrativas no âmbito da SE, referentes às leis n° 8.666/93 e 6.544/89.
* Dec. Estadual nº 48.825, de 23/07/04 - Competência de aplicação de penalidade - art. 7º da Lei Fed. nº 10.520/02.
* Res. CC n° 52, de 19/07/05, D.O. 20/07/05 - Instruções para aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados.
* Res. SE nº 92, de 17/10/12, D.O. 18/10/12 - Dispõe sobre delegação e autorização de exercício de competência e sobre detalhamento de atribuições em procedimentos licitatórios das Diretorias de Ensino, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 28, de 26/02/21, D.O. de 27/02/2021 - Dispõe sobre a competência para a prática de atos administrativos em processos licitatórios, no âmbito da Secretaria da Educação.
* Res. SEDUC nº 29, de 26/02/21, D.O. de 27/02/2021 - Dispõe sobre fluxos de tramitação e procedimentos internos relativos à licitação e contratação da aquisição de bens e de prestação de serviços pelos Órgãos Centrais e de contratação de serviços terceirizados pelas Diretorias de Ensino, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.
* Res SEDUC n° 10, de 28/03/23 - Autoriza os Dirigentes de Ensino a realizarem a opção por licitar ou contratar diretamente com fundamento na Lei Fed. nº 8.666, de 21/06/93, ou na Lei Fed. nº 10.520, de 17/07/02, e respectivos regulamentos até 31/03/23, nos processos licitatórios instaurados nas Diretorias de Ensino cujo valor estimado do pregão seja igual ou superior a R$ 650.000,00.
* LC nº 14.133, de 01/04/2021, D.O.U. de 01/04/2021 - Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
* Dec. nº 67.608, de 27/03/23, D.O. de 28/03/23 - Dispõe sobre a aplicação transitória de regulamentos federais enquanto não houver regulamentação estadual específica sobre a regra de transição entre os regimes jurídicos de contratações públicas, no âmbito da Administração Pública estadual direta e autárquica, para a Lei Fed. nº 14.133, de 01/04/21, e dá providências correlatas.
* Dec. nº 67.652, de 20/04/23, D.O. de 22/04/23 - Revoga o Dec. nº 67.570, de 15/03/23.
* Dec. nº 68.422, de 02/04/24, D.O. de 03/04/24 - Regulamenta o artigo 31 da Lei Fed. nº 14.133, de 01/04/21, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.

1. Língua Estrangeira Moderna

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 26 § 5° e art. 36, III.
* Res. SE n° 04/98 e 09/98 - Ensino Fundamental - Matriz Curricular (REVOGADA).
* Res. SE n° 07/98 e 10/98 - Ensino Médio - Matriz Curricular (REVOGADA).
* Del. CEE n° 18/01 - Língua Estrangeira Moderna é componente obrigatório.
* Par. CEE n° 167, de 27/06/01 - Obrigatoriedade da inclusão de L. Estrangeira Moderna na Grade Curricular na EJA.
* Res. SE n° 01/2001 - Dispõe sobre Organização Curricular dos cursos de EJA da Rede Estadual de Ensino.
* Del. CEE nº 23/02 - Altera o § 4º do art. 1º da Del. CEE nº 14/01.
* Res. SE n° 06, de 28/01/05 - Revoga a Res. SE 49/48 (Diretrizes para o Ensino Médio).
* Res. SE n° 07, de 01/02/05 - Diretrizes para o Ensino Noturno.
* Res. SE n° 11, de 11/02/05 - Diretrizes para o Ensino Fundamental.
* Lei Fed. n° 11.161, de 05/08/05 - Dispõe sobre o ensino da Língua Espanhola.
* Port. MEC n° 3.771, de 25/10/05 - Aquisição e distribuição de material didático de Língua Espanhola aos professores do Ensino Médio.
* Res. SE n° 83, de 05/11/09, D.O. 06/11/09 – “Terceiriza” o ensino de língua estrangeira moderna.
* Res. SE n° 33, de 23/03/10, D.O. 24/03/10 – Altera a Res. SE N° 83/09 (reduz a terceirização).
* Port. Conj. CENP/DRHU, de 19/05/10, D.O. 20/05/10 – Procedimentos para a implementação de Língua Espanhola no ensino médio.
* Res. SE nº 81, de 16/12/11, D.O. 17/12/11 - Estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio nas escolas estaduais.
* Del. CEE nº 190/2020, de 04/12/20, D.O. de 05/12/20 - Dispõe sobre autorização de funcionamento das Escolas Internacionais, Escolas Brasileiras com currículo Internacional, Escolas Bilíngues e Escolas com carga horária Estendida em Língua Adicional.
* Res. SEDUC nº 16, de 05/05/23, D.O. de 06/05/23 - Dispõe sobre os perfis, competências e habilidades requeridos dos Professores de Ensino Fundamental e Médio, os referenciais bibliográficos e de legislação, que fundamentam e orientam a organização de exames, concursos e processos seletivos.
* Port. do Coord. de 08/02/24, D.O. de 09/02/24 - Dispõe sobre oferta de curso de capacitação de inglês online no contraturno escolar em plataforma síncrona para professores de inglês da rede pública estadual de ensino.

1. Lixo e Lixeiras Seletivas nas Escolas Públicas

* Lei n° 10.306/99 - Instalação de lixeiras seletivas nas Unidades Escolares.

1. Locação de Espaços Públicos

* Lei n° 6.479, de 15/08/89 - Muros para propaganda.

1. Mandado de Segurança - Procedimento do Diretor

* Dec. n° 50.415, de 25/09/68.
* Res. SE n° 02, D.O. 02/09/69.
* Com. GS, de 16/06/99.
* Lei nº 12016, de 07/08/09, D.O. de 10/08/09 - Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.
* Res. Conjunta SEDUC-SDPCD-IAMSPE-IMESC nº 1, de 14/12/23, D.O. de 15/12/23 - Dispõe sobre o cumprimento da sentença, não transitada em julgado, proferida no Mandado de Segurança Coletivo nº 1015480-36.2023.8.26.0053.

1. Mandado Judicial/Segurança

* Com. Conj. GSE-CGRH-COPED- CITEM- CEE e CJ 01/24, de 07/02/24, D.O. de 08/02/24 - Dispõe sobre orientações quanto ao trâmite dos Mandados de Segurança que tratem de matérias objeto das Notas Técnicas nele especificadas.

1. Mapa Estratégico

* Res. SEDUC nº 23, de 02/04/24, D.O. de 03/04/24 - Autoriza a criação de Grupo de Trabalho para a implementação de ações relacionadas ao Mapa Estratégico 2023/2026

1. Matérias Obrigatórias no Currículo

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - arts. 26, 33, 36.
* Ind. CEE nº 09/97 - Diretrizes para a Elaboração do Regimento.
* Del. CEE nº 10/97 - Fixa Normas para as Escolas de Ensino Fundamental e Médio.
* Res. SE n° 04/98 e 09/98 - Ensino Fundamental - Matriz Curricular (REVOGADA).
* Res. SE n° 07/98 e 10/98 - Ensino Médio - Matriz Curricular (REVOGADA).
* Res. SE n° 06, de 28/01/05 - Revoga a Res. SE n° 49/48 (Diretrizes para o Ensino Médio).
* Res. SE n° 07, de 01/02/05 - Diretrizes para o Ensino Noturno.
* Res. SE n° 11, de 11/02/05 - Diretrizes para o Ensino Fundamental.
* Res. CEB/CNE n° 01/06 - Altera a Res. SEB/CNE n° 02/98 ("Artes").
* Res. SE n° 2, de 11/01/06, D.O. 12/01/06 - Estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e Médio, no período noturno, nas escolas estaduais (aulas de 45 minutos) (REVOGADA).
* Res. SE n° 92, de 19/12/07, D.O. 20/12/07 – Estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e médio.
* Inst. CENP, de 03/04/08, D.O. 04/04/08 – Orientações sobre a avaliação da recuperação do início do ano (“revisão de estudos”).
* Res. SE n° 76, de 07/11/08, D.O. 08/11/08 – Implementação da proposta curricular para Ensino Fundamental e o Ensino Médio, nas escolas da rede estadual de São Paulo.
* Res. SE nº 83, de 25/11/08, D.O. 26/11/08 – Diretrizes para a organização curricular.
* Res. SE n° 98, de 23/12/08, D.O. 24/12/08 – Estabelece diretrizes para a organização curricular no EF e no EM.
* Res. SE n° 4, de 13/01/10, D.O. 14/01/10 – Altera dispositivos da Res. SE n° 83/09 (terceirização do ensino de língua estrangeira moderna).
* Res. SE n° 5, de 14/01/10, D.O. 15/01/10 – Dispõe sobre língua espanhola no ensino médio.
* Res. SE n° 9, de 20/01/12, D.O. 21/01/12 – Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
* Res. SE nº 4, de 18/01/13, D.O. 19/01/2013 – Oferta de curso médio técnico, na modalidade integrada.
* Res. SE nº 3, de 16/01/2014, D.O. 21/01/2014 – Altera dispositivos da Res. SE nº 81/2011.
* Res. Conj. SE/SAP – nº 1, de 30/10/2014, D.O. – Matriz Curricular.
* Res. SE nº 2, de 18/01/19, D.O. de 19/01/19 - Dispõe sobre a organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional de Nível Técnico, a serem oferecidos em unidades escolares da rede estadual de ensino, em parceria com o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 66, de 09/12/19, D.O. de 10/12/19 - Estabelece as diretrizes da organização curricular do ensino fundamental e médio da rede estadual de ensino de São Paulo.
* Res. de 03/08/2020, D.O. de 07/08/2020 - Homologando, com fundamento no artigo 2º da Lei Federal nº 10.403, de 06/07/1971, a Deliberação CEE nº 186/2020, que “Fixa normas relativas ao Currículo Paulista do Ensino Médio para a rede estadual, rede privada e redes municipais que possuem instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
* Res. SEDUC nº 85, de 19/11/20, D.O. de 20/11/20 - Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e das respectivas modalidades de ensino da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 15, de 28/01/21, D.O. 29/01/21 - Altera a Res. SEDUC nº 85, de 19/11/20 que estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e das respectivas modalidades de ensino da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
* Com. Ext. Conj./COPED nº 302, de 10/03/21 - Dispõe sobre a Matriz de habilidades essenciais: documento completo e ajustes nas habilidades essenciais dos anos iniciais do ensino fundamental.
* Res. SEDUC nº 97, de 08/10/21, D.O. de 09/10/21 - Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 107, de 28/10/21, D.O. de 29/10/21 - Estabelece as diretrizes para organização curricular dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas. O Secretário da Educação do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de adequar as matrizes curriculares da Educação Básica às diretrizes educacionais nacionais e estaduais e às metas da política educacional.
* Res. SEDUC nº 108, de 28/10/21, D.O. de 29/10/21 - Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio para as Modalidades de Ensino da Rede Estadual de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 110, de 29/10/21, D.O. de 30/10/2021 - Altera a Res. SEDUC nº 108, de 28/10/21, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 69, de 12/08/22 – D.O. de 13/08/22 - Altera e inclui dispositivos na Res. SEDUC nº 97, de 08/10/21, que estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.

1. Matrículas de Alunos

* Del. CEE nº 13/84 e 19/95- Dispõem sobre matrícula inicial na 1ª série do 1º grau.
* Par. CEE n° 500/98 - Matrícula no Ensino Médio sem a conclusão do Ensino Fundamental.
* Ind. CEE n° 04/98 - Idade de matrícula na 1ª série do Ens. Fundamental.
* Res. SE nº 154 de 01/09/99, D.O. de 02/09/99 - Processo de Cadastramento de alunos.
* Res. SE nº 75, de 18/08/00, D.O. de 19/08/00 - Processo de Cadastramento de alunos.
* Res SE nº 88, de 21/08/01, D.O. de 22/08/01 - Processo de Cadastramento de alunos.
* Res.SE nº 116, de 17/07/02, D.O. de 18/07/02 - Processo de Cadastramento de alunos.
* Par. CEE n° 448/02 - Matrícula aos 5 anos de idade, em estabelecimento particular.
* Res. SE nº 82, de 07/08/03, D.O. de 08/08/03 - Processo de Cadastramento de alunos.
* Res. SE nº 71, de 10/08/04, D.O. de 11/08/04 - Processo de Cadastramento de alunos.
* Res. CNE n° 01, de 03/02/05, D.O.U. 11/03/05 - Atualização de Diretrizes.
* Lei Fed. n° 11.114, de 16/05/05, D.O.U. de 17/05/05 - Matrícula aos 6 anos, no Ensino Fundamental.
* Res. CEB/CNE n° 03, de 03/08/05, D.O. 08/08/05 - Amplia o Ensino Fundamental para 9 anos de duração e dá nova terminologia.
* Res. SE nº 63, de 12/08/05, D.O. de 13/08/05 - Processo de Cadastramento de alunos.
* Res. SE nº 43, de 05/07/06, D.O. de 06/07/06 - Processo de Cadastramento de alunos.
* Res. SE nº 12, de 08/02/07 - Processo de Cadastramento de alunos- Censo Escolar
* Res. SE nº 45, de 23/07/07, D.O. de 23/07/07 - Processo de Cadastramento de alunos.
* Res. SE nº 56, de 31/07/08, D.O. de 01/08/08 - Processo de Cadastramento de alunos.
* Res. SE nº 55, de 11/08/09, D.O. de 12/08/09 - Processo de Cadastramento de alunos.
* Res. SE nº 77, de 30/10/09, D.O. de 31/10/09 - Processo de Cadastramento de alunos.
* Res. SE nº 61, de 11/08/10, D.O. de 12/08/10 - Processo de Cadastramento de alunos.
* Res. SE nº 71, de 05/11/10, D.O. de 06/11/10 - Processo de Cadastramento de alunos.
* Res. SE nº 16, de 21/03/11, D.O. de 22/03/11 - Processo de Cadastramento de alunos
* Res. SE nº 55, de 16/08/11, D.O. de17/08/11 - Processo de Cadastramento de alunos
* Res. SE nº 72, de 26/10/11, D.O. de 27/10/11 - Processo de Cadastramento de alunos
* Res. SE nº 77, de 06/12/11, D.O. de 07/12/11 - Processo de Cadastramento de alunos
* Res. SE nº 80, de 06/08/12, D.O. de 07/08/12 - Processo de Cadastramento de alunos
* Res. SE nº 81, de 07/08/12, D.O. de 08/08/12 - Processo de aceleração de estudos.
* Res. SE nº 93, de 29/10/12, D.O. de 30/10/12 - Processo de Demanda Escolar.
* Res. SE nº 94, de 05/11/12, D.O. de 06/12/12 - Processo de Demanda Escolar.
* Res. SE nº 04, de 18/01/13, D.O. de 19/01/13 - Oferta de curso médio técnico.
* Res. SE nº 31, de 16/05/13 - Altera dispositivos da Res. SE nº 77 de 06/12/11.
* Res. SE nº 50, de 31/07/13, D.O. de 01/08/13 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar-2014.
* Res. SE nº 27, de 28/05/14, D.O. de 29/05/14 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar – 2015.
* Res. SE nº 28, de 28/05/14 – D.O. de 29/05/14 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar 2015
* Res. SE nº 36, de 05/08/15, D.O. de 05/08/15 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar – 2016
* Res. SE nº 37, de 05/08/15, D.O. de 06/08/15 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar – 2016
* Res. SE nº 46, de 02/08/16, D.O. de 03/08/16 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar – 2017
* Res. SE nº 33, de 26/07/17, D.O. de 27/07/17 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar - 2018
* Res SE nº 34, de 26/07/17, D.O. de 27/07/17 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar - 2018
* Res. SE nº 27, 04/04/18, D.O. de 05/04/18 – Permite realização de matrículas pelo Depto de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e matrículas-DGREM, a menores indicados pelo Núcleo de Atendimento Integrado- NAI, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
* Res. SE nº 45, de 18/07/18 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar -2019.
* Res. SE nº 46, de 18/07/18, D.O. de 19/07/18 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar - 2019.
* Res. SE de 24/05/19, D.O. de 25/05/19 - Altera dispositivo das Res. SE nº 45, de 18/07/18 e SE nº 46, de 18/07/18, que estabelecem critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar - 2019.
* Res. SEDUC nº 40, de 23/08/19, D.O. de 24/08/19 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar - 2020
* Res SEDUC nº 41, de 23/08/19 – D.O. de 24/08/19 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar - 2020.
* Res. SEDUC nº 56, de 17/10/19, D.O. 18/10/19 - Altera o anexo I das Res. SEDUC nº 40 e nº 41, de 23/08/19, que estabelecem critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar 2020.
* Res. SEDUC nº 63, de 29/10/19, D.O. de 30/10/19 - Dispõe sobre atendimento a estudantes estrangeiros na rede estadual de ensino.
* Res. nº 69, de 05/10/20, D.O. de 06/10/20 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar - 2021, com vistas ao pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 72/21 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar - 2022, com vistas ao pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental Ensino Médio, e Novo Ensino Médio, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 50, de 21/06/22, D.O. de 23/06/22 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar - 2023, com vistas ao pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 90, de 18/11/22, D.O. de 19/11/22 - Altera e acrescenta dispositivo na Resolução SEDUC 50, de 21-06-2022, que estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula antecipada/Chamada Escolar - 2023, com vistas ao pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 32, de 02/08/23, D.O. de 03/08/23 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar - 2024, com vistas ao pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 25 de, 05/07/23, DO de 12/09/23 - Estabelece critérios e procedimentos para o registro da movimentação de matrícula de Não Comparecimento – NCOM, para alunos da rede estadual de ensino de São Paulo (Republicada).
* Res. SEDUC nº 40 de, 06/09/23, D.O. de 11/09/2023 - ANEXO I - Cronograma de Atendimento à Demanda do Ensino Fundamental e Médio da rede pública do Estado de São Paulo.

1. Matriz Curricular dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental (*Ver também em Organização Curricular dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental*)

* Res. CEB/CNE n° 02/98 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental
* Res. SE n° 04/98 ***(REVOGADA).***
* Res. SE n° 09/98 ***(REVOGADA).***
* Par. CEE n° 145/99 - CEM - Consulta sobre Quadros Curriculares - Curso Profissionalizante.
* Com. CENP, de 27/01/05 - Ciclo II - Aumento da carga horária (de 25 para 27) e inclusão de Educação Física no horário normal.
* Res. SE n° 07, de 01/02/05 - Diretrizes para o Ensino Noturno (REVOGADA).
* Res. SE n° 11, de 11/02/05, D.O. 12/02/05 - Diretrizes para 2005 (parcialmente revogada).
* Res. SE n° 16, de 01/03/05 - Aulas complementares de enriquecimento curricular: Projeto de Leitura e de Recuperação.
* Lei Fed. n° 11.161, de 05/08/05 - Dispõe sobre o ensino de Língua Espanhola.
* Res. CEB/CNE n° 01/06 - Altera a Res. SEB/CNE n° 02/98 ("Artes").
* Res. SE n° 2, de 11/01/06, D.O. 12/01/06 - Estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e Médio, no período noturno, nas escolas estaduais (aulas de 45 minutos) ***(REVOGADA)***.
* Res. SE n° 92, de 19/12/07, D.O. 20/12/07 – Estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e médio.
* Inst. CENP, de 03/04/08, D.O. 04/04/08 – Orientações sobre a avaliação da recuperação do início do ano (“revisão de estudos”).
* Res. SE n° 76, de 07/11/08, D.O. 08/11/08 – Implementação da proposta curricular para Ensino Fundamental e o Ensino Médio, nas escolas da rede estadual de São Paulo.
* Res. SE nº 83, de 25/11/08, D.O. 26/11/08 – Diretrizes para a organização curricular.
* Res. SE n° 98, de 23/12/08, D.O. 24/12/08 – Estabelece diretrizes para a organização curricular no EF e no EM.
* Res. SE nº 3, de 16/01/2014, D.O. 21/01/14 – Altera dispositivos da Res. SE nº 81/2011.
* Res. SE nº 66, de 09/12/19, D.O. de 10/12/19 - Estabelece as diretrizes da organização curricular do ensino fundamental e médio da rede estadual de ensino de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 85, de 19/11/20, D.O. de 20/11/20 - Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e das respectivas modalidades de ensino da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 15, de 28/01/21, D.O. 29/01/21 - Altera a Res. SEDUC nº 85, de 19/11/20 que estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e das respectivas modalidades de ensino da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
* Com. Ext. Conj./COPED nº 302, de 10/03/21 - Dispõe sobre a Matriz de habilidades essenciais: documento completo e ajustes nas habilidades essenciais dos anos iniciais do ensino fundamental.
* RES. SEDUC nº 107, de 28/10/21, D.O. de 29/10/21 - Estabelece as diretrizes para organização curricular dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas. O Secretário da Educação do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de adequar as matrizes curriculares da Educação Básica às diretrizes educacionais nacionais e estaduais e às metas da política educacional.
* Res. SEDUC nº 108, de 28/10/21, D.O. de 29/10/21 - Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio para as Modalidades de Ensino da Rede Estadual de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 110, de 29/10/21, D.O. de 30/10/2021 - Altera a Res. SEDUC nº 108, de 28/10/21, e dá providências correlatas.
* Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Docentes para Atuações nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2024, de 14/12/23, D.O. de 15/12/23.

1. Matriz Curricular das Classes/Turmas Multisseriadas nos Centros de Internação da Fundação Casa-Revitalizando a Trajetória Escolar (*Ver também em Organização Curricular das Classes/Turmas Multisseriadas nos Centros de Internação da Fundação Casa-Revitalizando a Trajetória Escolar*)

* Res. SEDUC nº 54, de 16/11/23, D.O. de 17/11/23 - Dispõe sobre a organização curricular das classes/turmas multisseriadas nos Centros de Internação da Fundação CASA - Projeto Revitalizando a Trajetória Escolar.

1. Matriz Curricular do Ensino Médio (*Ver também em Organização Curricular do Ensino Médio*)

* Res. CNE/CEB n° 03/98 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
* Res. SE n° 07/98 ***(REVOGADA)***.
* Res. SE n° 10/98 ***(REVOGADA)***.
* Res. SE n° 11/98 - CEFAM. **(Revogada pela Res. SE 63/2008).**
* Par. CEE n° 15/98 - CEB - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
* Com. CENP, de 26/01/05 - Ampliação da carga horária.
* Res. SE n° 06, de 28/01/05 - Ampliação da carga horária (de 25 para 30) no diurno; ***(REVOGADA)***.
* Res. SE n° 07, de 01/02/05 - Alteração para o noturno ***(REVOGADA)***.
* Lei Fed. n° 11.161, de 05/08/05 - Dispõe sobre o ensino de Língua Espanhola.
* Port. MEC n° 4.408, de 19/12/05, D.O.U. 20/12/05 - Altera o art. 1° da Port. n° 3.771/05 - Material para Língua Espanhola.
* Res. SE n° 2, de 11/01/06, D.O. 12/01/06 - Estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e Médio, no período noturno, nas escolas estaduais (aulas de 45 minutos) ***(REVOGADA)***.
* Res. CEB/CNE nº 4, de 16/08/06, D.O.U 21/08/06, republicada em 11/04/07 - Altera o art. 10 da 3/98 - inclui Filosofia e Sociologia no Ensino Médio.
* Ind. CEE nº 62/2006, D.O. 28/09/06 - Em 2007, as escolas de ensino médio não precisam introduzir Filosofia e Sociologia no currículo.
* Par. CEE nº 343/07 (Proc. CEE nº 492/06) – Filosofia e Sociologia não são obrigatórias como disciplinas específicas(republicado no D.O. 18/08/07).
* Res. SE n° 92, de 19/12/07, D.O. 20/12/07 – Estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e médio. **(Revogada pela Res. SE 98/2008).**
* Res. SE n° 12, de 31/01/08, D.O. 01/02/08 – Cursos de Ensino Médio de Formação Básica e Profissional.
* Inst. CENP, de 03/04/08, D.O. 04/04/08 – Orientações sobre a avaliação da recuperação do início do ano (“revisão de estudos”).
* Res. SE n° 76, de 07/11/08, D.O. 08/11/08 – Implementação da proposta curricular para Ensino Fundamental e o Ensino Médio, nas escolas da rede estadual de São Paulo.
* Res. n° 83, de 25/11/08, D.O. 26/11/08 – Diretrizes para a organização curricular.
* Res. SE n° 98, de 23/12/08, D.O. 24/12/08 – Estabelece diretrizes para a organização curricular no EF e no EM.
* MEC – Despacho do Ministro, 11/05/09, D.O.U. 12/05/09 – Homologa o Parecer CNE n° 22/08 sobre a implementação de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio.
* Res. CEB/CNE n°1, de 15/05/09, D.O.U. 18/05/09 – Dispõe sobre a implantação de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio.
* Res. SE n° 83, de 05/11/09, D.O. 06/11/09 – Língua estrangeira moderna – diversificação curricular (CELs e Instituições credenciadas).
* Res. SE n° 4, de 13/01/10, D.O. 14/01/10 – Altera dispositivos da Res. SE n° 83/09 (terceirização do ensino de língua estrangeira moderna).
* Res. SE n° 5, de 14/01/10, D.O. 15/01/10 – Dispõe sobre língua espanhola no ensino médio.
* Res. SE n° 9, de 20/01/12, D.O. 21/01/12 – Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
* Res. SE nº 4, de 18/01/13, D.O. 19/01/2013 – Oferta de curso médio técnico, na modalidade integrada.
* Res. SE nº 3, de 16/01/2014, D.O. 21/01/2014 – Altera dispositivos da Res. SE nº 81/2011.
* Res. Conj. SE/SAP – nº 1, de 30/10/2014, D.O. – Matriz Curricular.
* Res. SE nº 2, de 18/01/19, D.O. de 19/01/19 - Dispõe sobre a organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional de Nível Técnico, a serem oferecidos em unidades escolares da rede estadual de ensino, em parceria com o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 22, de 27/05/19, D.O. de 28/05/19 - Dispõe sobre atendimento escolar a alunos do Ensino Médio de Comunidades Tradicionais do município de Ilhabela, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 66, de 09/12/19, D.O. de 10/12/19 - Estabelece as diretrizes da organização curricular do ensino fundamental e médio da rede estadual de ensino de São Paulo.
* Res. de 03/08/2020, D.O. de 07/08/2020 - Homologando, com fundamento no artigo 2º da Lei Federal nº 10.403, de 06/07/1971, a Deliberação CEE nº 186/2020, que “Fixa normas relativas ao Currículo Paulista do Ensino Médio para a rede estadual, rede privada e redes municipais que possuem instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
* Res, de 03/08/2020, D.O. de 07/08/2020 - Homologando, com fundamento no artigo 2º da Lei Federal nº 10.403, de 06/07/1971, a Deliberação CEE nº 186/2020, que “Fixa normas relativas ao Currículo Paulista do Ensino Médio para a rede estadual, rede privada e redes municipais que possuem instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências”.
* Res. SEDUC nº 67, de 30/09/20, D.O. de 01/10/20 - Institui o Comitê de Acompanhamento e Implementação do Novo Ensino Médio e dá outras providências .
* Res. SEDUC nº 85, de 19/11/20, D.O. de 20/11/20. - Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e das respectivas modalidades de ensino da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 15, de 28/01/21, D.O. 29/01/21 - Altera a Res. SEDUC nº 85, de 19/11/20 que estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e das respectivas modalidades de ensino da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 97, de 08/10/21, D.O. de 09/10/21 - Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 108, de 28/10/21, D.O. de 29/10/21 - Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio para as Modalidades de Ensino da Rede Estadual de São Paulo e dá providências correlatas .
* Res. SEDUC nº 110, de 29/10/21, D.O. de 30/10/21 - Altera a Res. SEDUC nº 108, de 28/10/21, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 69, de 12/08/22 – D.O. de 13/08/22 - Altera e inclui dispositivos na Res. SEDUC nº 97, de 08/10/21, que estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 97, de 13/12/22 – D.O. de 14/12/22 - Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Médio, da rede estadual de ensino São Paulo, para a EE Professor José Mazella da Diretoria de Ensino da Região de Taubaté e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 52, de 16/11/23, D.O. de 17/11/23 - Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 52 de 16/11/23, D.O. de 23/11/23 - Esta publicação prevalece sobre a Res SEDUC n°52 de 16/11/23 publicada no D.O.E. em 17/11/23 - Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.

1. Matriz Curricular dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental *(Ver também em Matriz Curricular dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental)*

* Res. SEDUC nº 53, de 16/11/23, D.O. de 17/11/23 - Estabelece as diretrizes para organização curricular dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
* Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Docentes para Atuações nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2024, de 14/12/23, D.O. de 15/12/23.

1. Matriz Curricular para os Cursos de Educação Profissional Técnica *(Ver também Organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional e Técnica de Nível Médio)*

* Res. SE n° 12/98. **(Revogada pela Res. SE nº 63/2008).**
* Res. SE n° 92, de 19/12/07, D.O. 20/12/07 – Estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e médio. **(Revogada pela Res. SE 98/2008).**
* Res. SE n° 12, de 31/01/08, D.O. 01/02/08 – Cursos de Ensino Médio de Formação Básica e Profissional
* Inst. CENP de 07/03/08, D.O. 08/03/08 – Habilitação Profissional de Técnico em Gestão de Pequenas Empresas.
* Res. SE n° 85, de 26/11/08, D.O. 27/11/08 – Curso de educação Profissional Técnica de Nível Médio, em parceria com o Centro Paula Souza.
* Res. SE n° 98, de 23/12/08, D.O. 24/12/08 – Estabelece diretrizes para a organização curricular no EF e no EM.
* Res. SE n° 31, de 16/03/12, D.O. 17/03/12 – Ensino médio articulado à educação profissional técnica de nível médio.
* Res. SE nº 4, de 18/01/13, D.O. 19/01/2013 – Oferta de curso médio técnico, na modalidade integrada.
* Res SE nº 08, de 12/03/15, D.O. 13/03/15 - Dispõe sobre a organização curricular do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, e dá outras providências.
* Res. SE nº 07, de 20/01/16, D.O. 21/01/16 - Dispõe sobre a organização curricular do Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
* Res. SE nº 1, de 06/01/17, D.O. 07/01/17 - Dispõe sobre a organização curricular do Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
* Res. SE nº 61, de 08/12/17, D.O. 09/12/17 - Dispõe sobre a organização curricular do Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio
* Res. SE nº 2, de 18/01/19, D.O. de 19/01/19 - Dispõe sobre a organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional de Nível Técnico, a serem oferecidos em unidades escolares da rede estadual de ensino, em parceria com o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 103, de 21/10/21, D.O. de 22/10/21 - Dispõe sobre a organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, a serem oferecidos em unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.
* Res. CNE/CP nº 3, de 16/11/22, D.O. de 17/11/22 - Insere o artigo 9 - A na Res. CNE/CP nº 1, de 06/05/22, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM-Formação).
* Res. SEDUC nº 18, de 22/05/23, D.O. de 29/05/23 - Acrescenta e altera disposições da Res. SEDUC nº 74, de 15/09/22, que dispõe sobre a organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, a serem oferecidos em unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC n° 51, de 17/11/23, D.O. de 17/11/23 - Dispõe sobre a organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional e Técnica de Nível Médio a serem oferecidos em unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.

1. Matriz Curricular para Ed. Infantil, Ens. Fund., Ens. Méd. da Educ. Indígena *(Ver também em Organização Curricular para Ed. Infantil, Ens. Fund. Ens. Méd. da Educação Escolar Indígena e Educação Indígena)*

* Res. SEDUC nº 55, de 16/11/23, D.O. de 17/11/23 - Estabelece as diretrizes da organização curricular para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio da Educação Escolar Indígena da Rede Estadual de São Paulo e dá providências correlatas.

1. Matriz Curricular para o Ens. Fund. e Méd. nas Comunidades Tradicionais e Quilombolas (*Ver também em Organização Curricular para o Ens. Fund. Ens. Méd. nas Comunidades Tradicionais e Quilombolas*)

* Res. SEDUC nº 56, de 16/11/23, D.O. de 17/11/23 - Dispõe sobre atendimento escolar e estabelece as diretrizes da organização curricular para o Ensino Fundamental e Médio nas Comunidades Tradicionais e Comunidades Quilombolas da rede Estadual de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 56, de 16/11/23, D.O. de 23/11/23 - Esta publicação prevalece sobre a Res. SEDUC n°56 de 16/11/23 publicada no D.O.E. em 17/11/23 - Dispõe sobre atendimento escolar e estabelece as diretrizes da organização curricular para o Ensino Fundamental e Médio nas Comunidades Tradicionais e Comunidades Quilombolas da Rede Estadual de São Paulo e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 51, de 17/11/23, D.O. de 28/11/23 - Dispõe sobre a organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional e Técnica de Nível Médio a serem oferecidos em unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.

1. Meia-Entrada para Estudantes

* Lei n° 7.844/92 - Assegura a estudantes o direito ao pagamento de meia entrada em espetáculos esportivos, culturais e de lazer.
* Lei nº 12.933/13 – no estado de São Paulo.

1. Meia-Entrada para Professores da Rede Pública Estadual

* Lei n° 10.858, de 31/08/01.
* Lei nº 14.729/12 - no Estado de São Paulo.
* Lei nº 12.933/13 - no estado de São Paulo.
* Lei nº 15.248/14.
* Lei nº 15.298/14 - estende aos coordenadores, supervisores e titulares de cargo das redes públicas municipal e estadual de ensino.

1. Meio-Ambiente

* Res. Conjunta SNA/SEE nº 02, de 10/11/04, D.O. 11/11/04 - Cria o Grupo de Trabalho Inter Secretarias - Políticas Públicas de Educação Ambiental.
* Lei nº 12.780 de 30/11/07 – institui política estadual de educação ambiental.

1. Melhor Gestão, Melhor Ensino

* Res. SE 22, de 18/04/2013, D.O. 19/04/13 – Institui o programa.

1. Mensalidade Escolar

* Lei Fed. n° 9.870, de 23/11/99 - Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.
* Lei nº 12.886/13 - proibição de cobrança de taxa adicional na entrega de documentação.

1. Merenda Escolar

* Lei n° 4.021/84 - "Municipalização" da Merenda.
* Dec. n° 23.632/85 - Regulamenta a Lei n° 4.021/84.
* Dec. n° 40.685, de 26/02/96 - Cria o Conselho Estadual de Alimentação.
* Res. SE n° 53/00 - Procedimentos relativos a administração e controle de Estoques do Sistema Centralizado de Merenda Escolar.
* Com. DSE n° 01, de 12/02/05 - Cronograma para 2005.
* Res. SE nº 51, de 04/08/11, D.O. 05/08/11 - Regulamenta o Dec nº 55.080, de 25/11/09, que dispõe sobre o fornecimento de alimentação escolar aos alunos da rede pública estadual.
* Res. SE nº 48, de 18/09/15, D.O. 20/09/15 - Dispõe sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo – CEAE/SP para o quadriênio 2015-2019.
* Res. SE nº 49, de 30/09/15, D.O. 01/10/15 - Dispõe sobre a continuidade do processo de escolha dos membros do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo - CEAE/SP para o quadriênio 2015-2019, relativos às vagas para suplentes de cada segmento, remanescentes do processo objeto da Res. SE nº 48/15 - O Secretário de Estado da Educação.
* Res. SE nº 22, de 15/03/16, D.O. 16/03/16 - Dispõe sobre a continuidade do processo de escolha dos membros do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo - CEAE/SP para o quadriênio 2015-2019, relativo às vagas para suplentes, remanescentes dos processos objeto das Resoluções SE 48/2015 e 49/2015.
* Res. SE nº 26, de 01/04/16, D.O. 02/04/16 - Dispõe sobre a continuidade do processo de escolha dos membros do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo - CEAE/SP para o quadriênio 2015-2019, relativo ao preenchimento de vagas para suplentes, remanescentes dos processos implementados nos termos das Resoluções SE nº 48/15, nº 49/15 e nº 22/16.
* Res. SE nº 28, de 20/04/16, D.O. 21/04/16. Dispõe sobre a continuidade do processo de escolha dos membros do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo - CEAE/SP para o quadriênio 2015-2019, relativo ao preenchimento de vagas para suplentes, remanescentes dos processos implementados nos termos das Resoluções SE nº 48/15, nº 49/15, nº 22/16 e nº 26/16.
* Res. SE nº 32, de 16/05/16, D.O. 17/05/16 - Dispõe sobre a continuidade do processo de escolha dos membros do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo - CEAE/SP para o quadriênio 2015-2019, relativo ao preenchimento de vaga para suplente, remanescente dos processos implementados nos termos das Resoluções SE nº 48/15, nº 49/15, nº 22/16, nº 26/16 e nº 28/16.
* Res. SE nº 38, de 03/06/16, D.O. 04/06/16 - Dispõe sobre a continuidade do processo de escolha dos membros do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo - CEAE/SP para o quadriênio 2015-2019, relativo ao preenchimento de vaga para suplente, remanescente dos processos implementados nos termos das Resoluções SE nº 48/15, nº 49/15, nº 22/16, nº 26/16, nº 28/16 e nº 32/16.
* Res. SE nº 63, de 16/12/16, D.O. 17/12/16 - Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros aos Municípios paulistas, para fornecimento de alimentação escolar aos alunos das escolas da rede pública estadual de ensino, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 38, de 15/09/17, D.O. 16/09/17 - Dispõe sobre a continuidade do processo de escolha de membro do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo - CEAE/SP para o quadriênio 2015-2019, relativo ao preenchimento de vaga remanescente dos processos implementados nos termos das Resoluções SE nº 48/15, nº 49/15, nº 22/16, nº 26/16, nº 28/16 e nº 32/16 e nº 38/16.
* Res. SE nº 40, de 19/09/17, D.O. 20/09/17 - Altera a composição da Comissão Eleitoral instituída pela Resolução SE nº 48, de 18/09/15, que dispõe sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo – CEAE/SP para o quadriênio 2015-2019.
* Res. SE nº 50, de 30/10/17, D.O. 31/10/17 - Altera o artigo 4º da Resolução SE nº 38, de 15/09/17, que dispõe sobre a continuidade do processo de escolha de membro do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo - CEAE/SP para o quadriênio 2015-2019, bem como o caput do artigo 3º e o caput do artigo 4º do Edital de Chamamento que a integra.
* Com. do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo - CEAE/SP, de 24/05/18, D.O. 25/05/18 – Dispõe sobre a convocação dos conselheiros titulares e suplentes, para reunião ordinária, a ser realizada em 05/06/18.
* Com. do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo - CEAE/SP, de 20/06/18, DO de 21/06/18 – Dispõe sobre a convocação dos conselheiros titulares e suplentes, para reunião ordinária, a ser realizada em 21/07/2018.
* Port. do Presidente do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo - CEAE/SP, de 19/02/19, D.O. 20/02/19 - Dispõe sobre a convocação dos conselheiros titulares e suplentes, para reunião ordinária, a ser realizada em 12/03/2019.
* Lei nº 17.340, de 11/03/21, D.O. de 12/03/21 - Dispõe sobre a proibição, nas unidades escolares de educação básica, da comercialização de alimentos industrializados que contenham gorduras trans.
* Res. SEDUC nº 66, de 01/12/23, D.O. de 04/12/23 - Estabelece o valor per capita dos convênios, cujo objeto consiste no fornecimento de alimentação escolar aos alunos da rede pública estadual de ensino, celebrados entre a Secretaria de Estado da Educação e os municípios paulistas.

1. Meu Primeiro Trabalho - Programa de Estágio

* Dec. n° 44.860/00 - Institui o Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho.
* Res. SE n° 38, de 21/06/06, D.O. 22/06/06 - Prorroga o prazo para funcionamento do Programa Especial de Formação Inicial em Serviço (Modalidade Normal).
* Lei nº 11.788, de 25/09/08, D.O.U. de 26/09/08 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Dec-Lei nº 5.452, de 01/05/43, e a Lei nº 9.394, de 20/12/96; revoga as Leis nº 6.494, de 07/12/77, e nº 8.859, de 23/03/94, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20/12/96, e o art. 6º da MP nº 2.164-41, de 24/08/01, e dá outras providências.
* Dec. n° 53.807, de 11/12/08, D.O. 12/12/08 – Reformula o Programa Cidadão; Meu Primeiro Trabalho.

1. Módulo das Escolas e das Diretorias de Ensino - incluindo Oficinas Pedagógicas

* Dec. n° 37.185, de 05/08/93 - Fixa módulos de pessoal das UEs ***(revogado)***.
* Res. SE nº 124, de 01/07/94 - Disciplina atividades dos integrantes do QM designados nos órgãos da pasta.
* Dec. n° 38.981, de 01/08/94 - Altera anexos do Dec. nº 37.185/93 ***(revogado)***
* Res. SE n° 57, de 10/03/95 - Módulo de Pessoal das D.Es..
* Port. Conjunta COGSP/CEI/CENP/DRHU, de 31/03/95 - Atribuições do pessoal das Oficinas Pedagógicas.
* Dec. n° 40.742, de 29/03/96 - Altera partes do Dec. n° 38.981/94 ***(revogado)***
* Port. Conjunta COGSP/CEI/CENP/DRHU nº 01/97 - Acrescenta inciso na Portaria Conjunta de 31/03/95.
* Res. SE nº 08, de 21/01/98 - Retifica o anexo das Res. SE nº 57/95 - classes de aceleração.
* Res. SE n° 53, de 30/03/99 - Movimentação dos integrantes do QAE e QSE: preferência na composição do módulo.
* Res. SE n° 02, de 12/01/01 - Módulo de Pessoal dos CEFAMs e CEES.
* Res. SE n° 85/01 - art. 19 - Módulo do CEL (Centro de Estudos de Línguas): quatro turmas - uma classe.
* Res. n° 181/02 - art. 14 - Módulo da telessala: 2 turmas - 1 classe. (alterada pela Res. SE n° 3/10)
* Res SE n° 59, de 13/06/03 - Fixa Módulo para Supervisor de Ensino.
* Res. SE n° 89, de 25/08/03 - Módulo da DE: 1 ATP (Assistente Técnico-Pedagógico) por DE.
* Dec. nº 48.754, de 25/06/04 - Fixa o módulo de pessoal para as Escolas Estaduais Indígenas.
* Res SE n° 72, de 13/08/04 - Altera anexo da Res. SE n° 59/03.
* Res. SE n° 12, de 11/02/05, D.O. 12/02/05 - Organização e Módulo das Oficinas Pedagógicas.
* Dec. n° 52.630, de 16/01/08, D.O. 18/01/08 – Módulo de pessoal.
* Res. SE n° 27, de 11/03/08, D.O. 12/03/08 – Altera dispositivos do Dec. n° 52.630/08.
* Res. SE n° 25, de 05/03/10, D.O. 06/03/10 – Módulo de vice-diretor.
* LC n° 1.144, de 11/07/11 – Institui Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os Integrantes do Quadro de Apoio Escolar, da Secretaria da Educação, e dá Providências correlatas.
* Res. SE n° 32, de 26/05/11, D.O. 27/05/11 – Módulos de servidores nas escolas.
* Res. SE n° 62, de 06/06/12, D.O. 23/06/12 – Nova redação à Res. SE n° 32/11.
* Res. SE nº 23, de 06/05/14, D.O. 07/05/14 - Estabelece Módulo de Pessoal nos Órgãos Centrais e Diretorias de Ensino.
* Res. SE nº 75, de 30/12/14, D.O. 31/12/14 - Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador.
* Res. SE nº 03, de 12/01/15, D.O. 13/01/15 - Altera dispositivos da Res. SE nº 75, de 30/12/14, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador.
* Res. SE nº 6, de 20/01/17, D.O. 21/01/17 - Altera a Res. SE nº 75, de 30/12/14, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador.
* Res. SE nº 12, de 17/02/17, D.O. 18/02/17 - Dispõe sobre módulo e movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e do Quadro da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 16, de 06/04/17, D.O. 07/04/17- Fixa o módulo de Supervisor de Ensino nas Diretorias de Ensino da Secretaria da Educação.
* Res. SE nº 19, de 10/04/17, D.O. 11/04/17- Altera a Res. SE nº 75, de 30/11/2011, que dispõe sobre a ocupação dos cargos de comando das Diretorias de Ensino.
* Res. SE nº 66, de 10/04/17, D.O. 11/12/17 D.O. 12/12/17- Altera a Resolução SE nº 75, de 30/11/11, que dispõe sobre a ocupação dos cargos de comando das Diretorias de Ensino.
* Res. SE nº 28, de 05/04/18, D.O. 06/04/18- Altera a Res. SE nº 75, de 30/11/11, que dispõe sobre a ocupação dos cargos de comando das Diretorias de Ensino.
* Res. SEDUC nº 6, de 11/01/21, D.O. de 12/01/21 - Dispõe sobre o módulo de Diretor de Escola e de Vice-Diretor de Escola das unidades escolares da rede estadual de ensino, e dá providências correlata.
* Res. SEDUC nº 129, de 19/11/21, D.O. de 20/11/21 - Acrescenta dispositivos da Res. SEDUC nº 3, de 11/01/21, Res. SEDUC nº 6, de 11/01/21 e Res. SEDUC nº 75, de 07/12/18, quanto ao módulo nas unidades escolares.
* LC nº 1.374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Nova Carreira.
* Res. SEDUC nº 17, de 08/03/24, D.O. de 12/03/24 - Dispõe sobre o módulo adicional para as Diretorias de Ensino que possuem Supervisores de Ensino/Educacional alocados no Projeto Gestão Educacional Paulista, previsto pela Resolução SEDUC nº 64, de 29/11/23, e dá as providências correlatas.

1. Motivação (fundamentação) dos atos administrativos
   * Constituição do Estado de São Paulo, arts. 4° e 111.
   * Lei n° 10.177/98, arts. 4°, 8° e 9°..
2. Municipalização

* CF/88 - art. 211 § 2°.
* CE/89, art. 240.
* Lei n° 9.394/96 (LDB) - art. 11, inc. V.
* Lei n° 9.424/96 - FUNDEF.
* Dec. n° 41.054/96 - Providências relativas ao Programa da Ação Parceria Educacional Estado/Município.
* Res. SE n° 141, de 24/09/97 - Transferência de Servidores.
* Inst. DRHU n° 08, de 25/09/97 - Sobre a Transferência de funcionários/servidores.
* Dec. n° 42.966, de 27/03/98 - Disciplina a transferência e o aproveitamento dos integrantes do QM da SE.
* Dec. n° 43.072/98 - Municipalização.
* Dec. n° 45.777/01 - Altera a redação do art. 1° do Dec. n° 41.054 de 29/06/96.
* Dec. nº 51.673, de 19/03/07, D.O. 20/03/07 - Disciplina a celebração de convênios Estado-Municípios, em razão do FUNDEB (inclui anexo com modelo).
* Res. SE nº 64, de 01/10/07, D.O. 02/10/07 - Dispõe sobre transferência de escolas e classes estaduais, objeto da Parceria Educacional Estado/Município, em julho/2007.
* Res. SE n º 52, de 26/06/08, D.O. 27/06/08 - Dispõe sobre a transferência de escolas e classes estaduais, objeto da Parceria Educacional Estado/Município, em dezembro/2007 e janeiro, fevereiro, março, abril e maio/2008.
* Res. SE nº 62, de 20/08/09, D.O. 21/08/09 - Dispõe sobre transferência de escolas e classes estaduais, objeto da Parceria Educacional Estado/Município, em dezembro/2008 e 1º semestre/2009.
* Res. SE nº 52, de 15/06/10, D.O. 16/06/10 - Dispõe sobre transferência de escolas e classes estaduais, objeto da Parceria Educacional Estado/Município, no 2º semestre/2009 e 1º semestre/2010.
* Res. SE nº 33, de 27/05/11, D.O. 28/05/11 - Dispõe sobre a transferência de escolas e classes estaduais, objeto da Parceria Educacional Estado/Município, no 2º semestre/2010 e 1º semestre/2011.
* Res. SE nº 65, de 15/06/12, D.O. 16/06/12 - Dispõe sobre transferência de escolas e classes estaduais, objeto da Parceria Educacional Estado/ Município, no 2º semestre/2011 e 1º semestre/ 2012.
* Res. SE nº 80, de 11/12/13, D.O. 12/12/13 - Dispõe sobre transferência de escolas e classes estaduais, objeto da Parceria Educacional Estado/Município, no 1º semestre/2013.
* Res. SE nº 69, de 29/12/14, D.O. 30/12/14 - Prorroga afastamentos de servidores desta Pasta, junto a Prefeituras Municipais, para atendimento do ensino fundamental, nos termos do convênio de Parceria Educacional Estado-Município.
* Res. SE nº 59, de 30/12/15, D.O. 31/12/15 - Prorroga afastamentos de servidores da Pasta da Educação, junto a Prefeituras Municipais, para atendimento ao ensino fundamental, nos termos do convênio de Parceria Educacional Estado- Município.
* Res. SE nº 73, de 27/12/17, D.O. 28/12/17. Prorroga afastamentos de servidores da Pasta da Educação, junto a Prefeituras Municipais, para atendimento ao ensino fundamental, nos termos do convênio de Parceria Educacional Estado Município.
* Res. SE nº 32, de 18/04/18, D.O. 19/04/18 - Dispõe sobre transferência de escolas e classes estaduais, objeto do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado/Município, em 2017 e 2018.
* Res. SE nº 36, de 30/05/18, D.O. 31/05/18 - Ementa: Dispõe sobre critérios e procedimentos relativos à implementação do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado/Município, para Atendimento do Ensino Fundamental, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 86, de 21/12/18, D.O. 22/12/18 - Dispõe sobre providências a serem adotadas pelas Diretorias de Ensino no Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para Atendimento do Ensino Fundamental.
* Res. SE nº 4, de 29/01/19, D.O. 30/01/19 - Dispõe sobre transferência de escolas e classes estaduais, objeto do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado/ Município, em 2018. O Secretário de Educação, com fundamento no disposto no artigo 6º do Dec. nº 40.673, de 16/02/96, bem como no Dec. nº 41.054, de 20/07/96, e tendo em vista o Dec. nº 51.673, de 19/03/07.
* Res. SEDUC nº 97, de 21/12/20, D.O. de 22/12/20 - Prorroga afastamentos de servidores da Pasta da Educação, junto às Prefeituras Municipais, para atendimento ao ensino fundamental, nos termos do convênio de Parceria Educacional Estado Município.
* Res. SEDUC nº 146, de 22/12/21, D.O. de 23/12/21 - Prorroga afastamentos de servidores da Pasta da Educação, junto às Prefeituras Municipais, para atendimento ao ensino fundamental, nos termos do convênio de Parceria Educacional Estado Município.
* Res. SEDUC nº 2, de 11/01/22, D.O. de 12/01/22 - Estabelece o valor per capita dos convênios, cujo objeto consiste no fornecimento de alimentação escolar aos alunos da rede pública estadual de ensino, celebrados entre a Secretaria de Estado da Educação e os municípios paulistas.
* Res. SEDUC nº 33, de 05/05/22, D.O. de 06/05/22 - Dispõe sobre o afastamento de docentes ocupantes de função-atividade junto ao Programa de Ação de Parceria Educacional Estado/Município, para Atendimento do Ensino Fundamental, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 86 de 10/11/22, D.O. de 11/11/22 - Prorroga afastamentos de servidores da Pasta da Educação, junto às Prefeituras Municipais, para atendimento ao Ensino Fundamental, nos termos do convênio de Parceria Educacional Estado-Município.
* Res. SEDUC nº 103, de 29/12/22, D.O. de 30/12/22 - Dispõe sobre transferência de escolas e classes estaduais, objeto do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado/Município, no segundo semestre de 2022.

1. Nojo - Licença

* Lei n° 10.261/68 (EFP) - art. 78.
* CF/88 - art. 226, § 3°.
* Lei n° 9.278/96; art. 1595 do Código Civil.
* LC nº 1.044/08
* LC nº 1.093/09
* LC nº 1.374/22 – nova carreira

1. Normas Regimentais Básicas *(Ver também em Regimento Escolar)*

* Par. CEE nº 67/98 - Normas Regimentais Básicas
* Del. CEE nº 205/2021, D.O. de 12/11/2021 - Disciplina a aprovação e a entrada em vigor dos Regimentos Escolares das instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências para o presente ano.
* Res. SEDUC nº 19, de 08/03/22, D.O. de 09/03/22 - Dispõe sobre o modelo do Estatuto-Padrão do Conselho de Escola.

1. Normas Regimentais, Planos nas Escolas e Regimento Escolar

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - arts. 12 a 14.
* Ind. CEE nº 09/97 - Diretrizes para a Elaboração do Regimento.
* Del. CEE nº 10/97 - Normas para as Escolas de Ensino Fundamental e Médio.
* Ind. CEE nº 13/97 - Normas Regimentais Básicas.
* Par. CEE nº 67/98 - Normas Regimentais Básicas.
* RES. nº 4, de 17-12-2017, DOU de 18-12-2017 -Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Res. CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.
* Port. n° 1.348, D.O.U. de 17/12/2018 - Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do Art. 211 da CF e Art. 8 º da Lei nº 9.394/1996 (LDB).
* Ind. CEE nº 175, de 19/04/19, D.O. de 20/04/19 – Dispõe sobre o Regimento Escolar e o direito à educação e à aprendizagem: a transferência por questões disciplinares como medida educativa de caráter excepcional.
* Del. CEE nº 205/2021, D.O. de 12/11/2021 - Disciplina a aprovação e a entrada em vigor dos Regimentos Escolares das instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências para o presente ano.
* Res. SEDUC nº 19, de 08/03/22, D.O. de 09/03/22 - Dispõe sobre o modelo do Estatuto-Padrão do Conselho de Escola.
* Par. CNE/CEB nº 2/2022, aprovado em 17/02/2022, D.O.U. de 18/02/22 - Normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
* Res. CNE/CEB nº 1, 04/10/22, D.O.U. de 05/10/22 - Normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC.

1. Normas Regimentais e Regimento Escolar (*Ver também em Regimento Escolar*)

* Par. CEE nº 67/98 - Normas Regimentais Básicas.
* Ind. CEE nº 175, de 19/04/19, D.O. de 20/04/19 – Dispõe sobre o Regimento Escolar e o direito à educação e à aprendizagem: a transferência por questões disciplinares como medida educativa de caráter excepcional.
* Cadernos da FDE/2009 – Normas Gerais de Conduta Escolar, e Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania.
* Res. SE nº 35, de 05/08/15, D.O. 06/08/15 - Altera o prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 4º da Resolução SE nº 15, de 26/03/15, que cria Grupo de Trabalho para proceder à revisão das Normas Regimentais Básicas das Escolas Estaduais.
* Ind. CEE nº 175, de 19/04/19, D.O. de 20/04/19 – Dispõe sobre o Regimento Escolar e o direito à educação e à aprendizagem: a transferência por questões disciplinares como medida educativa de caráter excepcional.
* Res, de 11/08/20, D.O. de 12/08/18 - Homologando, com fundamento no § 1º do artigo 9º, da Lei 10.403, de 6 de julho de 1971, a Del. CEE 188/2020, aprovado pela Presidência do Conselho Estadual da Educação em caráter de urgência ad referendum, com a seguinte conclusão: "Disciplina a aprovação e a entrada em vigor dos Regimentos Escolares das instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, no período de surto global do Covid-19 (Novo Coronavírus), e dá outras providências".
* Del. CEE nº 205/2021, D.O. de 12/11/2021 - Disciplina a aprovação e a entrada em vigor dos Regimentos Escolares das instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências para o presente ano.
* Resolução SEDUC nº 19, de 08/03/22, D.O. de 09/03/22 - Dispõe sobre o modelo do Estatuto-Padrão do Conselho de Escola.

1. Noturno - Idade

* Res. SE nº 81, de 16/12/11 - Estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio nas escolas estaduais.

1. Número de Alunos por Classe

* Dec. n° 12.342/78 - arts. 102 a 115.
* Res. SS n° 493/94, de 08/09/94 - Normas Técnicas para Edificações de Escolas.
* Res. SE nº 86/09 - Atendimento a Demanda Escolar.
* Res. SE nº 2 de 08/01/16 – Estabelece diretrizes e critérios para a formação de classes e alunos nas UEs da rede estadual de ensino.

1. Olimpíadas Escolar do Estado de São Paulo (esporte)
   * Dec. n° 56.869, de 22/03/11, D.O. 23/03/11 – Institui a Olimpíada Escolar do Estado de São Paulo.
   * Dec. 58.986/13 – institui jogos escolares nas escolas.
   * Res Conj SE/LJ/SDPCD nº 1 – 2011
   * Res nº 3/11 que altera os dispositivos da Res nº 1.
2. Organização Curricular para Ed. Infantil, Ens. Fund. Ens. Méd. da Educação Escoar Indígena (Ver também em Matriz Curricular para Ed. Infantil, Ens. Fund., Ens. Méd. da Educ. Indígena e Educação Indígena)
   * Res. SEDUC nº 55, de 16/11/23, D.O. de 17/11/23 - Estabelece as diretrizes da organização curricular para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio da Educação Escolar Indígena da Rede Estadual de São Paulo e dá providências correlatas.
3. Organização Curricular das Classes/Turmas Multisseriadas nos Centros de Internação da Fundação Casa-Revitalizando a Trajetória Escolar *(Ver também em Matriz Curricular das Classes/Turmas Multisseriadas nos Centros de Internação da Fundação Casa-Revitalizando a Trajetória Escolar*)
   * Res. SEDUC nº 54, de 16/11/23, D.O. de 17/11/23 - Dispõe sobre a organização curricular das classes/turmas multisseriadas nos Centros de Internação da Fundação CASA - Projeto Revitalizando a Trajetória Escolar.
4. Organização Curricular do Ensino Médio (*Ver também em Matriz Curricular do Ensino Médio)*
   * Res. SEDUC nº 52, de 16/11/23, D.O. de 17/11/23 - Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
   * Res. SEDUC nº 52 de 16/11/23, D.O. de 23/11/23 - Esta publicação prevalece sobre a Res SEDUC n°52 de 16/11/23 publicada no D.O.E. em 17/11/23 - Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
5. Organização Curricular dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental *(Ver também em Matriz Curricular dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental)*
   * Res. SEDUC nº 53, de 16/11/23, D.O. de 17/11/23 - Estabelece as diretrizes para organização curricular dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
   * Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Docentes para Atuações nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2024, de 14/12/23, D.O. de 15/12/23.
6. Organização Curricular dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental (*Ver também em Matriz Curricular dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental)*
   * Res. SEDUC nº 53, de 16/11/23, D.O. de 17/11/23 - Estabelece as diretrizes para organização curricular dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.
   * Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Docentes para Atuações nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 2024, de 14/12/23, D.O. de 15/12/23.
7. Organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional e Técnica de Nível Médio *(Ver também Matriz Curricular para os Cursos de Educação Profissional Técnica)*
   * Res. SEDUC nº n°51, de 17/11/23, D.O. de 17/11/23 - Dispõe sobre a organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional e Técnica de Nível Médio a serem oferecidos em unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.
   * Res. SEDUC nº 51, de 17/11/23, D.O. de 28/11/23 - Dispõe sobre a organização curricular de cursos do Ensino Médio articulados à Educação Profissional e Técnica de Nível Médio a serem oferecidos em unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.
8. Ouvidorias na SE

* Res. SE n° 180/99 - Dispõe sobre Ouvidoria na SE.
* Res. SE nº 93, de 15/10/04 – Integração das Ouvidorias da SE.
* Lei Fed. nº 8490/92, artigos 16 e 19 – Cria a Ouvidoria Geral da República, vinculada ao Ministério da Justiça.
* Res. SE n° 89, de 01/12/09, D.O. 02/12/09 – Organização e funcionamento da ouvidoria da SE.
* Res SE nº 34 - Dispõe sobre o atendimento aos usuários da pasta da Educação.
* Res SE nº 41 - Designação para o exercício das funções de ouvidor.

1. Pagamento - 5º dia útil do mês

* CLT, art. 459, § 1º (dado pela Lei Fed. nº 7.855/89),

1. Pagamento Indevido

* Lei n° 10.261/68 (EFP) - arts. 245 a 250.
* Dec. n° 41.599/97 - Pagamento Indevido.
* Port. CAF-G 11, de 14/06/00 - Orientação para preenchimento do formulário Com. de Ocorrência n° 1 ao nº 20 - Revogada pela Port. CAF/G 12, de 01/07/00.
* Inst. DDP-G-2, de 03/11/03 - Orientação para preenchimento do formulário Com. de Ocorrência n° 4.
* Inst. DDP-G-1, de 04/03/04 - Orientação para preenchimento do formulário GTN/ALE/A .F.
* Port. CAF/G 12, de 01/07/04 - Implanta e uniformiza procedimentos relativos às informações de ocorrências de servidores estatutários e celetistas.
* Inst. DDP/G-3, de 01/07/04 - Orienta os procedimentos relativos ao Com. de Ocorrência, via formulário ou meio eletrônico.

1. Palácio dos Bandeirantes: acesso e realização de eventos: disciplina

* Res. Conjunta CC/CM n° 01, de 25/02/04, D.O. 26/02/04.
* Dec. nº 67.304, de 28/11/22, D.O. de 29/11/22 - Dispõe sobre a designação da Equipe de Transição Governamental.
* Dec. nº 64.164, de 03/04/19, D.O. de 04/04/19 - Dispõe sobre o uso de dependências dos Palácios do Governo e dá providências correlatas.
* Dec. nº 67.304, de 28/11/22, D.O. de 29/11/22 - Dispõe sobre a designação da Equipe de Transição Governamental.

1. Parceiros do Futuro

* Res. SE n° 41/02 - Projeto Parceiros do Futuro. (REVOGADA)
* Inst. DRHU n° 01, de 04/02/04, D.O. 05/02/04.

1. Parceria nas Escolas

* Res. SE n° 234, de 02/10/95 - Dispõe sobre Escola em Parceria. (Revogada pela Res. SE n° 24/2005).
* Res. SE n° 41/02 - Parceiros do Futuro.
* Res. SE n° 24, de 05/04/05 - Dispõe sobre escola em parceria.

1. Parentes até 2° grau

* Lei n° 10.261/68 (EFP) - art. 244.
* LC n° 444/85 - art. 96, § único.
* Dec. n° 54.376/09 – Disciplina a aplicação da Súmula Vinculante n° 13, do STF.
* Inst. DRHU –1, de 01/07/09, D.O. 02/07/09 – Instruções gerais. Exclui PCP, Programas e Projetos e afastados em órgãos.
* Ofício Circular nº 2 - 2012

1. PASEP - Extinção

* Dec. n° 46.298, de 26/11/01 - Regulamenta a Lei n° 10.851, de 10/07/01 - Desvinculação do Estado de São Paulo do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.
* MP nº 946/20 - Extinção/transferência para cotas remanescentes para o FGTS.

1. Passe Escolar

* Res. SE n° 179/93 - Passe Escolar.
* Res. STM n° 55, de 26/12/02 - Institui Carteira de Transporte Escolar Metropolitano.
* Res. SE n° 133/03 - Altera a Res. SE n° 179/93.
* Bilhete Único - Portaria SMT
* Lei nº 7952/14 - institui o passe livre.
* Manual de Instruções para Instituições de Ensino – bilhete único

1. Penalidades Disciplinares

* Lei n° 10.261/68 - art. 251 - Modalidades.
* CF/88 - art. 5°, LV - Direito à ampla defesa e ao contraditório.
* LC n° 942/03 - Altera o art. 251 da Lei n° 10.261/68.

1. Pensão por morte

* LC n° 1.105, de 25/03/10, D.O. 26/03/10 – Reajuste dos benefícios da aposentadoria e pensão por morte.
* SPPREV – Port. DP 210, de 17/06/10, D.O. 25/06/10 – Opção de inclusão na base da contribuição previdenciária – padronização do formulário.
* Dec. n° 56.217, de 21/09/10, D.O. 22/09/10 – Altera artigos do Regulamento do SPPREV.
* Port. do Diretor Presidente do SPPRV n° 25, de 27/01/12, D.O. 31/01/12 – Novo procedimento para a concessão de aposentadoria.
* Port. SPPREV nº 300, de 27/12/13, D.O. 16/03/13 - Recadastramento de inativos e pensionistas.
* Inst.Conj. UCRH/SPPREV 001, de 26/03/13, D.O. 28/03/13 – Protocolo de Aposentadoria e 90 dias.
* Port. SPPREV nº 20, de 04/02/15, D.O. de 05/02/15 - Dispõe sobre a contribuição previdenciária dos servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo.
* Com. Conjunto UCRH/CA/SPPREV nº 01/2015, de 08/12/15, D.O. de 09/12/15. Dispõe sobre a Aposentadoria Compulsória.
* Instr. Conj. UCRH/SPPREV nº 1, de 19/02/16, D.O. de 20/02/16. Dispõe sobre a regulamentação nos benefícios previdenciários conforme formulários disciplinadores.
* Dec. nº 62.030, de 17/06/16, D.O. de 18/06/16. Dispõe sobre a elaboração de laudos e pareceres técnicos para fim de apreciação de pedido de aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal e no artigo 126, § 4º, item 3 da Constituição Estadual, altera dispositivos que especifica do Dec. nº 51.782, de 27 de abril de 2007.
* Instr. Nor. Conj. SPPREV-UCRH nº 01, de 01/08/16, D.O. de 02/08/16. Estabelece instruções para o reconhecimento, pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo, do direito à aposentadoria dos servidores públicos com requisitos e critérios diferenciados, de que trata o artigo 40, §4º, inciso III, da Constituição Federal, com fundamento na Súmula 33 ou por ordem judicial.
* Port. Conj. SPPREV/CAF nº 01, de 30/08/16, D.O. de 31/08/16. Dispõe sobre a atuação conjunta da Coordenadoria da Administração Financeira da Secretaria da Fazenda e da SPPREV-São Paulo Previdência na gestão e cobrança de débitos de servidores quando de sua aposentadoria.
* Com. DBS/SPPREV nº 02, de 12/09/16, D.O. de 21/09/16. A Diretoria de Benefícios dos Servidores Públicos Estaduais da São Paulo Previdência-SPPREV – expede o presente comunicado com o objetivo de orientar órgãos Setoriais, Subsetoriais e Serviços de Pessoas do Sistema de Administração de Pessoal da Administração Direta e das Autarquias do Estado quanto à padronização dos procedimentos de expedição e homologação de Certidões de Tempo de Contribuição-CTC.
* Lei nº 16.675, de 13/02/18, D.O. de 14/03/18. Altera a Lei nº 14.653, de 22/12/11, que “institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de São Paulo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências”, a fim de dar nova redação aos §§ 4º e 5º do artigo 1º e acrescentar os §§ 7º, 8º e 9º ao mesmo dispositivo.
* LC. nº 1.357, de 06/03/20, D.O. de 07/03/20 - Dispõe sobre as aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo, nos termos do artigo 126 da constituição do Estado de São Paulo.
* Com. São Paulo Previdência, de 19/06/2020 - A São Paulo Previdência, em atendimento ao art. 3º, parágrafo único, do Dec. Est. nº 65.021/20, e em virtude da declaração de déficit atuarial feita pelo Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão desta data, comunica que a partir de 90 dias desta publicação a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas incidirá, de forma adicional, sobre o montante dos proventos de aposentadorias e de pensões que supere 1 salário mínimo nacional até o teto do Regime Geral de Previdência Social, por meio da aplicação de alíquotas progressivas de que tratam os incs. II e III do art. 8º da LC nº 1.012/07, incidentes sobre faixas da base de contribuição.
* Com. Subsecretaria/CGRH - nº 318 de 21/04/21 - Protocolos pendentes de Aposentadoria.
* Port. SPPREV nº 157/21, D.O. de 26/08/21 - Disciplina a retomada da obrigatoriedade do recadastramento dos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência no ano de 2021.
* Dec. nº 65.964, de 27/08/21, D.O. de 28/08/21 - Regulamenta a LC nº 1.354/20, para fixar procedimentos para concessão de aposentadorias e pensões por morte e disciplinar o custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo - RPPS e dá outras providências correlatas.
* Com. DPME nº 114, de 30/8/21, D.O. de 01/09/21 - Dispõe sobre Aposentadoria Especial do Servidor com Deficiência.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria/CGRH, de 02/09/21. Dispõe sobre a Regulamentação da LC nº 1354/20.
* Dec. nº 65.964/21, D.O. de 15/09/21 - Retificação do D.O. de 28/08/21, que Regulamenta a LC nº 1.354/20, para fixar procedimentos para concessão de aposentadorias e pensões por morte e disciplinar o custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo – RPPS.
* Com. DPME nº 112, de 05/10/21, D.O. de 06/10/21 - Dispõe sobre os pedidos de avaliação para fins de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.
* Port. SPPREV nº 236, de 16/11/21, D.O. de 17/11/21 - Disciplina o censo previdenciário dos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência no ano de 2022.
* Com. UCRH e SPPREV/DBS nº 01 de 11/01/2022, D.O. de 12/01/2022 - Comunica padronização documental no fluxo da Aposentadoria por Incapacidade Permanente no RPPS-SP.
* Port. SPPREV nº 35, de 20/01/22 - O Diretor Presidente da São Paulo Previdência - SPPREV, nos termos do estabelecido no § 8º do artigo 8º da LC nº 1.012/07 com redação dada pelo artigo 30 da LC nº 1.354/20, conforme previsão regulamentada pelo Dec. nº 65.021/20, comunica: A contribuição social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Estado de São Paulo, inclusive os de suas Autarquias e Fundações, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, das Universidades, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública, para a manutenção do Regime Próprio de Previdência Social, fica estabelecida conforme Anexo I desta Portaria.
* Instr. Normativa SPPREV-DBS nº 01, de 19/08/22 - Estabelece instruções para o reconhecimento, pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo, do direito à aposentadoria especial do servidor público com deficiência de que trata o artigo 40, § 4º - A da CF, conforme as disposições contidas no artigo 3º da Lei Complementar Estadual nº 1.354/2020.
* Mensagem A-nº 02/23 do Senhor Governador do Estado, de 03/02/23 - Veto total ao Proj. de Lei Comp. nº 2, de 2013, aprovado por essa nobre Assembleia, conforme Autógrafo nº 33.330 de 2013. 03/02/23.
* EC 49/18 – Modifica o RPPS dos servidores de cargas efetivos, revoga o art. 133.
* LC 1354/20 – dispõe sobre as aposentadorias
* Dec. nº 65.964/21 - Fixa procedimentos para concessão de aposentadorias e disciplina o custeio do RPPS de são Paulo
* Cartilha Nova previdência da SPPEV; Regras de transição.

1. Pensão Mensal

* LC n° 180/78 - art. 147 - Define os beneficiários.
* LC n° 698/92 - Exclui as filhas solteiras.
* EC. n° 41/03 - Altera os valores integrais.
* LC n° 1012, de 05/07/07, D.O. 06/07/07 – Altera as Leis Complementares: LC 180/78, LC 10261/68, LC 207/79 – PREVIDÊNCIA – Pensão, Salário-Família, Auxílio-Reclusão, Auxílio-Funeral, Contribuições, Base de Cálculo, Abono Permanências e Afastamentos.
* LC n° 1.105, de 25/03/10, D.O. 26/03/10 – Reajuste dos benefícios da aposentadoria e pensão por morte.
* Art. 22 da LC 1354/20 – vedação de acumulação de pensões.
* EC nº 103 trouxe a proibição de os servidores públicos incorporarem junto à remuneração do cargo efetivo as vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão 05/11/22.

1. Perícias Médicas - DPME (Comunicados)

* Lei Fed. nº 6.367, de 19/10/76 - art. 2º, inc. I - Doenças Profissionais.
* Dec. nº 29.180/88 - Regulamento de Perícias Médicas e Licenças (arts. 49 a 56).
* Lei Fed. nº 8.213, de 24/07/91 - arts. 20 a 23 e inc. II - Doença Profissional.
* Res. SS n° 61/99 - Altera a Res. SS n° 39 de 08/03/89 - Indica Unidades da Pasta para realização de Perícias Médicas para Ingresso e Aposentadoria por Invalidez.
* Res. SS nº 62/99 - Perícias Médicas (Revogada pela Res. 175/99).
* Dec. Fed. nº 3.048/99 - Doenças Profissionais previstas no art. 20 da Lei Fed. nº 8.213/91.
* Res. SS n° 175, de 08/12/99 - Indica Unidades da Pasta para realização de Perícias Médicas para ingresso e concessão de aposentadoria.
* Res. SS n° 30, de 21/03/03 - Altera a Res. SS n° 175/99.
* Com. DPME n° 01, de 25/03/04 - Orientações para enquadramento legal de licença “Acidente de trabalho”.
* Com. DPME nº 02 de 05/05/04 - Obrigatório o uso da apresentação da carteira de identidade na sede do DPME para realização de Perícias Médicas.
* Res. SS n° 16, de 28/02/05 - Altera a Res. SS n° 175/99.
* Com. DPME n° 01, de 03/03/05 - Ratifica procedimentos sobre servidores readaptados.
* Res. SE n° 95, de 01/07/05, D.O. 02/07/05 - Altera a Res. SS n° 175/99.
* Com. DPME n° 02, de 10/03/06, D.O. 11/03/06 - Alerta sobre preenchimento incorreto de guias.
* Res. SS n° 44, de 18/04/06, D.O. 20/04/06 - Modifica a Res. SS n° 175/99.
* Com. DPME n° 3, de 09/05/06, D.O. 11/05/06 - Procedimentos.
* Com. DPME nº 6, de 17/08/06, D.O. 22/08/06 - Preenchimento correto das guias.
* Dec. nº 51.738, de 05/04/07, D.O. 06/04/07 - Altera dispositivos do Dec. nº 29,180/80.
* Dec. nº 52.088, de 23/08/07, D.O. 24/08/07 – Altera dispositivos do Dec. nº 29.180/88.
* Com. DPME n° 14/07, D.O. 20/12/07 – Correto preenchimento das Guias (CPF).
* Dec. n° 52.724, de 15/02/08, D.O. 16/02/08 – Transfere a CAAS e o DPME da SS para a Secretaria de Gestão Pública.
* Res. SGP n° 7, de 03/12/12, D.O. 04/12/12 – Instruções sobre Inspeção Médica.
* Res. SGP n° 49, de 30/11/12, D.O. 01/12/12 – Altera a Res. SGP 07, de 03/12/12 – Inspeção médica.
* Res. SGP nº 04, de 21/02/13 - Publicada no D.O.E. de 22/02/13 - Instruções para readaptado.
* Res. SGP nº 36, de 06/12/13 – Publicada no D.O.E. de 10/12/13 - A licença à servidora gestante passa a ser concedida, pelo Órgão de Recursos Humanos das Secretarias de Estado, da Procuradoria Geral do Estado e das Autarquias Estaduais mediante documentos.
* Res. SPG nº 09, de 12/04/16 – D.O.E. de 13/04/16 Dispõe sobre a expedição de Guia para Perícia Médica - GPM mediante a apresentação de atestado emitido por profissional da área médico-odontológica.
* Com. DPME nº 67, de 23/06/20, D.O. de 24/06/20 - Coronavírus
* Com. DPME 001, de 04/01/21, D.O. de 05/01/2021 - Dispõe sobre pedidos de reconsideração, que a partir de 11/01/2021, passam a ser informatizados
* Com DPME nº 005, de 15/01/21, D.O. de 19/01/21 - Ficam suspensas a partir de 18/01/2021 as perícias médicas para os municípios pertencentes à região de Marília, enquanto fizerem parte da Fase 1 da Retomada Consciente, do Plano São Paulo.
* Com. DPME nº 015, de 22/01/21, D.O. de 23/01/21. - Ficam suspensas a partir de 25/01/2021 as perícias médicas para os municípios pertencentes à região de Marília, Barretos, Bauru, Franca, Sorocaba, Taubaté e Presidente Prudente, enquanto fizerem parte da Fase 1 da Retomada Consciente, do Plano São Paulo.
* Com. DPME nº 18, de 29/01/21, D.O. de 02/02/21 - Ficam suspensas a partir de 01/02/21 as perícias médicas para os municípios pertencentes à região de Ribeirão Preto, enquanto fizerem parte da Fase 1 da Retomada Consciente, do Plano São Paulo.
* Com. DPME nº 024, de 05/02/21, D.O. de 09/02/21 - Dispõe sobre suspenção a partir de 08/02/2021 as perícias médicas para os municípios pertencentes à região de Araraquara, enquanto fizerem parte da Fase 1 da Retomada Consciente, do Plano São Paulo.
* Com. DPME nº 031, de 05/02/21, D.O. de 12/02/21 - Dispõe que todos os expedientes enviados via sistema SP Sem Papel ao Departamento de Perícias Médicas do Estado, devem ser direcionados para a Unidade 53.164, que é o nosso protocolo.
* Com. DPME nº 41, de 03/03/2021, D.O. de 04/03/21 - Ficam suspensas a partir de 08/03/21 a realização de perícias médicas em todo o Estado de São Paulo, enquanto as regiões do Estado fizerem parte da Fase 1 da Retomada Consciente, do Plano São Paulo.
* Com. DPME nº 112 de 26/08/21, D.O. de 31/08/21 - Fica revogado o Com. DPME nº 63 de 19/06/20, voltando a aplicar o artigo nº 72, inciso I, alínea B do Dec. nº 29.180/88.
* Com. DPME nº 114, de 30/08/21, D.O. de 01/09/21 - Dispõe sobre Aposentadoria Especial do Servidor com Deficiência.
* Com. DPME nº 112, de 05/10/2021, D.O. de 06/10/21 - Dispõe sobre os pedidos de avaliação para fins de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.
* Com. CAAS nº 001, de 26/01/2022, D.O. de 28/01/22 - Comunica que a partir de 01/02/22, os recursos interpostos contra decisões do DPME, referentes à resultados de perícias médicas, direcionados à Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde deverão ser encaminhados, somente, pelo sistema informatizado de perícias médicas.
* Com. nº 04 DPME, de 31/01/22, D.O. 03/02/22 - A Diretora Técnica de Saúde III, do Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, no uso das competências que lhe são atribuídas e visando a prevenção de contágio pelo COVID-19, reitera os termos do Comunicado DPME nº 67, de 18/06/2020.
* Com. DPME nº 3, de 18/01/22, D.O. de 19/01/22.Coronavírus
* Com. Conj. CAAS/DPME nº 001, de 11/03/22, D.O. de 12/03/22 - Dispõe sobre os pedidos de reconsideração ou recurso que se referem ao enquadramento de licença para tratamento de saúde em acidente de trabalho, doença profissional ou do trabalho.
* Com. DPME nº 08, de 14/03/22, D.O. de 15/03/22 - Dispõe sobre os processos de Insalubridade.
* Com. DPME nº 17, de 04/07/22, D.O. de 07/07/22 - Dispõe sobre os procedimentos relativos aos afastamentos de servidores, com a patologia classificada pela CID 10 B04 – Varíola dos macacos.
* Com. DPME nº 030, de 25/08/22, D.O. de 26/08/22 - Dispõe sobre Licença médica para servidor civil do Estado de São Paulo fora do Estado.
* Com. Orçamento e Gestão DPME nº 31, de 19/10/22, D.O. de 22/10/22 - Ficam revogados os termos do Comunicado DPME nº 067, de 23/06/20 e nº 003, de 18/01/22.
* Com. DPME nº 005, de 28/06/23, D.O. de 03/07/23 - Ficam revogados os termos dos Comunicados abaixo relacionados: Com. DPME nº 060, de 18/06/20; Com. DPME nº 067, de 23/06/20; Com. DPME nº 093, de 14/09/20; Com. DPME nº 003, de 18/01/22; Com. DPME nº 004, de 31/01/22.

1. Perímetro Escolar

* Dec. n° 28.643/88 - Dispõe sobre o estabelecimento de perímetro escolar de Segurança.
* Res. SSP n° 100/91 - Dispõe sobre o estabelecimento de perímetro escolar de Segurança estabelecido pelo Dec. n° 28.643/88.
* Res. SSP n° 50/95 -- Dispõe sobre o perímetro de Segurança do Dec. n° 28.643/88.
* Lei nº 17.341, de 11/03/21, D.O. de 12/03/21 - Estabelece normas gerais sobre segurança escolar.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria-CONVIVA-2022 - nº 179, de 29/06/22 - Protocolos de Segurança, Procedimentos de Convivência e Proteção à vida em Ambientes Escolares da Secretaria da Educação de São Paulo.

1. Pesquisa Discente - Ensino Médio

* Lei n° 10.522, de 29/03/00 - Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Desenvolvimento de Atividades de Pesquisa Discente sobre temas incorporados ao Projeto Pedagógico das UEs de Ensino Médio.
* Res. de 03/08/20, D.O. de 04/08/20 - Homologando, com fundamento no artigo 2º da Lei Fed. nº 10.403, de 06/07/71, a Del. CEE nº 186/20, que “Fixa normas relativas ao Currículo Paulista do Ensino Médio para a rede estadual, rede privada e redes municipais que instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências."

1. Pessoas Estranhas na Escola (Pessoas Estranhas à Comunidade Escolar) - Vedação

* Dec. n° 28.643/88 - Perímetro Escolar de Segurança, art. 2°, II.
* CF/88 - art. 37.
* CE/89 - art.111.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria-CONVIVA – 2022 - nº 179, de 29/06/22 - Protocolos de Segurança, Procedimentos de Convivência e Proteção à vida em Ambientes Escolares da Secretaria da Educação de São Paulo.

*Obs: Princípio da Impessoalidade na Administração Pública (inclui parentes)*

1. Petições

* Lei n° 10.261/68 (EFP) - art. 239.
* Dec. n° 5.614/75 – Regulamenta o artigo 239 da lei n° 10.261/68.
* CF/88 -art. 5°, incisos XXXIII e XXXIV.
* CE/89 -arts. 4° e 114.
* Lei n° 10.177/98 - Regula o Processo Administrativo.
* Lei n° 10.294/99 - Usuários dos Serviços Públicos - Proteção e Defesa.

1. Piso Salarial Nacional
   * Lei n° 11.738, de 16/07/08, D.O.U. 17/07/08 – Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.
   * Dec. nº 66.703 de 05/05/22.
   * Dec nº 67.582 de 17/03/2023 - Autoriza o pagamento do piso salarial aos professores do estado de São Paulo.
2. Planejamento Escolar - Replanejamento - Ações

* Par. CNE/CEB n° 23/03 - (Nova análise do Par. CEB/CNE n° 35/01).
* Parecer CNE/CEB nº 16/08 considera efetivo trabalho escolar “como definido nos pressupostos legais, LDB e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, é compreendido por toda e qualquer sobre a possibilidade de que os dias sem a presença de alunos, como são os dias reservados para planejamento e replanejamento, serem computados como de efetivo trabalho escolar para cumprimento da carga horária mínima de duzentos dias letivos.
* Res. SE nº 50, de 04/10/19 - Dispõe sobre Homologação da Indicação CEE 185/19 de 03/10/19.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria/COPED de 26/01/21 - Dispõe sobre a atualização da programação do planejamento escolar 2021.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria/Coped-2023 n° 16, de 31/01/23 - Dispõe sobre o Planejamento Escolar nas Escolas Públicas Estaduais do Estado de São Paulo de 2023. (Todos os anos sai orientação sobre o planejamento nas escolas).
* Port. do Coord. de 17/07/23, D.O. de 18/07/23 - Dispõe sobre a organização, principais ações e responsabilidades dos profissionais da Educação no Estado de São Paulo em relação ao Replanejamento e à semana de retomada de aprendizagem.

1. Plano de Ações Integradas-PAINSP

* Lei nº 17.414, de 23/07/21 - Institui o Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo - PAINSP, com o objetivo de promover a assistência técnica e financeira do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação, aos Municípios, em regime de colaboração, para melhoria da qualidade da educação básica pública.
* Dec. nº 66.177, de 27/10/21 – D.O. de 28/10/21 - Regulamenta a Lei nº 17.414, de 23/09/21, que institui o Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo - PAINSP.
* Res. SEDUC nº 121, de 12/11/21, D.O. de 13/11/21 - Estabelece normas complementares para aplicação do eixo de infraestrutura física do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo – PAINSP, instituído pela Lei nº 17.414, de 23/09/21, e regulamentado pelo Dec. nº 66.177, de 27/10/21.
* Port. Conj. CISE e CITEM nº 1, de 05/01/22, D.O. de 06/01/22 - Estabelece os valores máximos para o repasse de recursos aos municípios, no âmbito do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo - PAINSP, instituído pela Lei nº 11.414, de 23/09/21, concernente ao eixo de equipamentos.
* Res. SEDUC nº 05 de 28/02/23, D.O. de 01/03/23 - Altera dispositivos do Anexo II da Res. SEDUC nº 141/22, que estabelece a obrigatoriedade de uso de minuta padrão para a celebração de Termos de Compromisso com Municípios, para a execução do eixo de infraestrutura física do Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo – PAINSP.

1. Plano de Carreira do QM

* LC n° 836, de 30/12/97.
* LC n° 958, de 13/09/04 - Altera a LC n° 836/97.
* LC nº 1.374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/2022 - Institui Planos de Carreira e Remuneração para os Professores de Ensino Fundamental e Médio, para os Diretores Escolares e para os Supervisores Educacionais da Secretaria da Educação, altera a Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968 e nº 500, de 13 de novembro de 1974, as Leis Complementares nº 444, de 27 de dezembro de 1985, nº 506, de 27 de janeiro de 1987, nº 669, de 20 de dezembro de 1991, nº 679, de 22 de julho de 1992, nº 687, de 07 de outubro de 1992, nº 836, de 30 de dezembro de 1997, nº 1.018, de 15 de outubro de 2007, nº 1.041, de 14 de abril de 2008, nº 1.144, de 11 de julho de 2011 e nº 1.256, de 6 de janeiro de 2015, revoga as Leis Complementares nº 744, de 28 de dezembro de 1993, nº 1.164 de 04 de janeiro de 2012, e nº 1.191 de 28 de dezembro de 2012, e dá providências correlatas.
* Dec. nº 66.794, de 30/05/22, D.O. de 31/05/22 - Regulamenta a opção aos Planos de Carreira e Remuneração para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, prevista na LC nº 1.374/22, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 36, de 31/05/22, 01/06/2022 - Dispõe sobre o início da contagem de tempo para opção pelo Plano de Carreira e Remuneração, nos termos do Dec. nº 66.794/22, que regulamenta a LC nº 1.374/22, e dá providências correlatas.
* LC. n° 1.396, de 22/12/23, D.O. de 26/12/23 - Altera as LCs n° 1.374, de 30/03/22, n° 836, de 30/12/97, e n° 444, de 27/12/85.

1. Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE - Escola
   * Portaria Normativa do MEC nº 27, de 21/06/07, D.O.U. 22/06/07 - Institui o PDE-Escola
2. Plano Estadual de Educação (Ver informações no D.O. 30/04/03 - II)

* Res. SEDUC nº 36 de, 30/08/23, D.O. de 31/08/23 - Dispõe sobre o empenho bimestral do exercício de 2023, objetivando a razoabilidade e a proporcionalidade dos recursos aplicados.

1. Plano de Promoção de Integridade – (*Ver também Unidade de Gestão de Integridade – UGI*)
2. Plano Nacional de Educação

* Lei Fed. n° 10.172, de 09/01/01.
* Lei Fed. nº 13.005, de 25/06/14, D.O.U. de 26/06/14 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. (decênio 2014-2024).
* Res. SE nº 40, de 13/08/15 - Cria Comissão Técnica para elaborar o Plano Estadual de Educação Empreendedora.
* Lei nº 16.279, de 08/07/16, D.O. de 09/07/16 - Fica aprovado o Plano Estadual de Educação - PEE, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 25/07/14.
* Res. SE nº 48, de 10/08/16 - Altera a Res. SE nº 40, de 13/08/15, que cria Comissão Técnica para elaborar o Plano Estadual de Educação Empreendedora – PEEE.
* Res. SE nº 24, de 02/05/2017 - Institui Comissão Paritária.
* Res. SE nº 25, de 09/05/17 - Dispõe sobre o Grupo Técnico de que trata a Res. SE nº 24, de 02/05/17, que institui Comissão Paritária.
* Res. SEDUC nº 81, de 14/09/21, D.O. de 15/09/21 - O Secretário da Educação do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e - o compromisso desta Pasta, estabelecido no Plano Estratégico 2019-2022, de oferecer uma educação de excelência com equidade para os estudantes da rede estadual de educação de São Paulo, visando promover efetiva igualdade de Oportunidades.

1. "Pontes" entre feriados - permissão quando previstas no calendário

* Com. do Gabinete da SE, D.O. 04/08/01.
* Dec. nº 64.492/20 - Suspende o expediente das repartições públicas estaduais no dia 20 de abril de 2020, e dá providências correlatas.
* Dec. nº 64.987/20 - Suspende o expediente das repartições públicas estaduais sediadas no Município de São Paulo no dia 22 de maio de 2020 e dá providências correlatas

1. Ponto Facultativo

* CESP - Artigo 47, II, XIV, XIX “a” - Os órgãos do governo não funcionam em dias de ponto facultativo, então, para os servidores públicos nesse dia não haverá expediente. Os órgãos públicos só funcionam em casos indispensáveis, como os setores da saúde e segurança pública que não podem parar.
* Dec. nº 67.603, de 23/03/23, D.O. de 24/03/23.
* Dec. nº 67.990, de 02/10/23, D.O. de 02/10/23 - Dispõe sobre o expediente dos servidores nas repartições públicas estaduais da Região Metropolitana de São Paulo e dá providências correlatas.
* Dec. nº 68.298, de 03/01/24, D.O. de 04/01/24 - Dispõe sobre o expediente dos servidores nas repartições públicas estaduais no ano de 2024 e dá providências correlatas.

1. Pós-Graduação - Diferença entre 'lato-sensu' e 'stricto-sensu'

* Res. n° 12/83 - MEC - CFE.
* LC n° 444/85 (Estatuto do Magistério) - art. 49.
* Lei n° 9.394/96 (LDB) - art. 44, III e art. 66.
* LC n° 836/97 - arts. 20, 21 e Anexo III.
* Ofício GS n° 950/99 - da Secretária da Educação, Rose Neubauer, à Presidente do CEE, Profa. Bernardete Gatti.
* Res. CNE - CES n° 01/01.
* Ind. CEE n° 23/02.
* Del. CEE n° 40/04, na Res. SE de 25/06/04 - art. 1°.

*OBS 1: o Ofício GS n° 950/99 e a Indicação CEE 23/02 definem bem a diferença entre um e outro*

*OBS 2: segundo a Ind. CEE 23/02, mestrado e doutorado substituíram a expressão 'stricto-sensu'; a expressão cursos de especialização e aperfeiçoamento substituíam a expressão 'lato-sensu'*

1. Prazos

* Lei nº 10.261/68 (EFP) - arts. 268 a 272.
* Dec. nº 50.415/68 - Prazos processuais.
* CF/88 - art. 5°, inciso XXXIII e XXXIV.
* CE/89 - art. 114 - 10 dias úteis.
* Lei Fed. n° 9.551/95 - Expedição de Certidões - prazo de 15 dias.
* Lei nº 10.177/98 - Processo Administrativo.
* Lei nº 10.294/99 - Usuário dos serviços públicos - Proteção e Defesa.
* Lei nº 16.279, de 08/07/16, D.O. de 09/07/16 - Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo.
* Lei nº 17.293, de 15/10/20, D.O. de 16/10/21 - Estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas.
* Lei nº 17.627, de 07/02/23, D.O. de 08/02/23 - Fica revogado o artigo 22 da Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020.

1. Precatórios

* Lei n° 10.893, de 28/09/01 - Disciplina o pagamento de Precatórios.
* Dec. n° 55.300/09 – Disciplina o pagamento
* Dec. n° 55.529/10 – Disciplina o pagamento (50% para os de menor valor).
* Dec. nº 58.718./12 – Disciplina os pagamentos.
* Dec. nº 59.148, de 02/05/13, D.O. 03/05/13 – Altera disposição do Dec. nº 58.718/12.

1. Prédios Escolares - Cessão

* Res. SE nº 177, de 21/08/91 - Institui o Sistema de Manutenção de Prédios, Máquinas e Equipamentos Escolares e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 229, de 26/09/95 - Dispõe sobre a cessão de dependências das unidades escolares da rede estadual de ensino para os fins que especifica.
* Res SE nº 163, de 24/11/1997 - Dispõe sobre procedimentos referentes às intervenções físicas em prédios escolares.
* Lei n° 10.309, de 06/05/99 - Dispõe sobre cessão de prédios escolares para uso da Comunidade Local.
* Res. SE nº 26, de 03/05/11 - Dispõe sobre a celebração de convênio para implementação do Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares.
* Res. SE nº 37, de 03/06/11 - Inclui item no Plano de Trabalho a que se refere o Anexo II da Res. SE nº 26, de 03/05/11.
* Res. Conj. SEE-SEDS nº 01, de 12/02/14 - Regulamenta o Dec. nº 57.367, de 26/09/11, que institui o Programa “Ação Educacional Estado/Município/Educação Infantil”, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 18, de 03/04/14 - Institui Comissão de Gestão do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Secretaria da Educação e o Ministério Público do Estado de São Paulo, visando à acessibilidade nos prédios escolares da rede estadual de ensino.

1. Preferências Sexuais - Discriminação - Vedação

* Lei n° 10.948, de 05/11/01 - Veda discriminação.
* Res. SE n° 41, de 08/07/09, D.O. 09/07/09 – Altera a Res. SE n° 18/09

1. Prêmio de Valorização para os Profissionais do Magistério (Ativos e Inativos)

* LC n° 809, de 18/04/96 - Institui Prêmio de Valorização para os Servidores da SE.
* LC n° 818, de 18/11/96 - Prorroga Prazo para a concessão do Prêmio de Valorização instituído pela L. C. n° 809/96.
* LC n° 861, de 20/12/99 - Altera a LC n° 809/96.
* LC n° 885, de 05/12/00 - Altera a LC n° 809/96.

1. Previdência Complementar

* Lei n° 14.653, de 22/12/11, D.O. 23/12/11 – Institui o sistema de previdência complementar no Estado de São Paulo.
* Com. Conj. CC/SF/SGP n° 1, de 03/02/12, D.O. 04/12/12 – Contribuições previdenciárias, do titular de cargo e do Estado.
* Res. Conj. CC / SF / SGP nº 1, de 30/07/13, D.O. 31/07/13 – Servidores que ingressaram no serviço público entre 23/12/11 e 20/01/13.
* Lei nº 16.675, de 13/02/18, D.O. de 14/03/18. Altera a Lei nº 14.653, de 22/12/11, que “institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de São Paulo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências”, a fim de dar nova redação aos §§ 4º e 5º do artigo 1º e acrescentar os §§ 7º, 8º e 9º ao mesmo dispositivo.

1. Processo Administrativo - Processos e Expedientes

* Lei nº 10.261/68 (EFP) - arts. 268 a 272.
* Res. SE n° 39/93 - Dispões sobre o encaminhamento de Expedientes e Processos ao CEE.
* Lei n° 10.177/98 - Regula o Processo Administrativo na Administração Pública Estadual.
* Dec. n° 44.422/99, de 23/11/99 - Regula o Processo Administrativo de reparação de danos de que trata a Lei nº 10.177/98.
* Lei n° 942/03, de 06/06/03 - Altera artigos e capítulos da Lei nº 10.261/68 sobre aplicação de penalidades e procedimento disciplinar.
* Com. SE, de 24/04/08 – Apuração Preliminar.
* Dec. nº 56.153, de 01/09/10 - Regulamenta a Lei nº 14.187 de 19/07/10 que dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial.
* Lei Federal nº 12.846, de 01/08/13 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
* Dec. nº 60.106, de 29/01/14, D.O. 30/01/14 – Disciplina a aplicação da Lei Fed. nº 12.846/13.
* Dec. nº 63.251, de 08/03/18 - Disciplina a instauração e o processamento de apuração preliminar na hipótese de assédio sexual praticado por agente público no âmbito da Administração Pública Estadual.
* Res. SEDUC nº 86, de 18/11/20, D.O. de 20/11/20. - Regulamenta a utilização de recursos da tecnologia para a realização de videoconferência nos procedimentos administrativos de apuração preliminar, presididos no âmbito da Pasta.
* Res. SEDUC nº 88 de 17/11/22, D.O. de 19/11/22 - Disciplina a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 7, de 02/02/24, D.O. de 05/02/24 - Revoga a Res. SE nº 34, de 25/07/19 e dá outras providências.

1. Procuração (ou Mandato)

* Código Civil, artigos 115, 116, 653 a 656.
* Lei n° 10.261/68 (EFP) - art. 243 (restrições) - inciso IX.

1. Professor Auxiliar

* Res. SE nº 2, de 12/01/12 – Dispõe sobre mecanismo de apoio escolar.
* Res. SE nº 44, de 12/04/12 – Altera dispositivo da Res. 2/12.
* Inst. CGEB, de 13/04/12, D.O. 14/04/12 – Recuperação, formas, recursos e materiais.
* Com. CGEB, de 25/06/12, D.O. 26/06/12 – Professor Auxiliar e Recuperação.
* Res. SE nº 53, de 02/10/14, D.O. de 03/10/14 - Dispõe sobre a reorganização do Ensino Fundamental em Regime de Progressão Continuada e sobre os Mecanismos de Apoio Escolar aos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio das escolas estaduais.
* Res. SE nº 73, de 29/12/14, D.O. de 30/12/14 - Dispõe sobre a reorganização do Ensino Fundamental em Regime de Progressão Continuada e sobre os Mecanismos de Apoio Escolar aos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio das escolas estaduais.
* Port. Conj. CGRH/CGEB, de 04/01/16, D.O. de 05/01/16 - Fixa datas e prazos para a divulgação da classificação dos inscritos e estabelece cronograma e diretrizes para o processo de atribuição de classes/aulas do ano letivo de 2016, nos termos da Res. SE nº 75, de 28/11/13, alterada pela Res. SE nº 70, de 29/12/14.
* Res. SE nº 37, de 05/08/19, D.O. de 06/08/19 - Institui o Projeto de Reforço e Recuperação das aprendizagens e dispõe sobre a atribuição de aulas específicas para este fim.
* Res. Seduc nº 27, de 26/02/21, D.O. de 27/02/21 - Alteração da Res. SE nº 37, de 05/08/19, que dispõe sobre o Projeto de Reforço e Recuperação das aprendizagens e dispõe sobre a atribuição de aulas específicas para este fim.
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Institui Novo Plano de Carreira do Magistério.

1. Professor-Coordenador-Pedagógico

* LC nº 444/85, de 27/12/85 - arts. 6° e 21.
* LC nº 836/97 - Plano de Carreira para o Magistério.
* Res. SE nº 35/00 - Professor Coordenador - Escolha e Designação. (REVOGADA)
* Res. SE nº 66, de 03/10/06, D.O. 04/10/06 - Credenciamento, seleção e indicação de professor coordenador pedagógico **(REVOGADA)**.
* Res. SE nº 78, de 30/11/06, D.O. 01/12/06 - Altera dispositivos da Res. SE nº 66/06 - Escolas de Tempo Integral **(REVOGADA)**.
* Res. SE n° 88, de 19/12/07, D.O. 21/12/07 – Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador.
* Res. SE n° 89, de 19/12/07, D.O. 21/12/07 – Dispõe sobre função Gratificada de Professor Coordenador das quatro séries iniciais do ensino fundamental, em escolas da rede estadual de ensino.
* Res. SE n° 90, de 19/12/07, D.O. 21/12/07 – Dispõe sobre função gratificada de Professor Coordenador das quatro séries finais do ensino fundamental e no ensino médio, em escolas da rede estadual de ensino.
* Res. SE. n° 88, de 19/12/07, D.O. 21/12/07 – Função gratificada de Professor Coordenador.
* Res. SE. n° 89, de 19/12/07, D.O. 21/12/07 – Função gratificada de Professor Coordenador das quatro séries iniciais do ensino fundamental.
* Res. SE. n° 90, de 19/12/07, D.O. 21/12/07 – Função gratificada de Professor Coordenador das séries finais do ensino fundamental e ensino médio.
* Inst. CENP n° 1, de 10/01/08, D.O. 11/01/08 – Credenciamento de docentes para a função de Professor Coordenador do ciclo II do Ensino Fundamental e/ ou do Ensino Médio, das Escolas Estaduais.
* Res. SE n° 8, de 30/01/08, D.O. 31/01/08 – Permanência do Professor Coordenador para segmento de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental.
* Res. SE n° 10, de 31/01/08, D.O. 01/02/08 – Altera a redação do artigo 4° da Res. SE n° 88/07.
* Isnt. CENP de 10/03/08, D.O. 11/03/08 – Instruções sobre o credenciamento de PCPs.
* Isnt. CENP de 13/03/08, D.O. 14/03/08 – Instruções sobre o credenciamento de PCPs.
* Isnt. Conj. CENP/DRHU, de 24/03/08, D.O. 25/03/08 – Orientações relativas ao processo seletivo de PCP.
* Com. Conjunto CENP/DRHU, de 19/12/08, D.O. 20/12/08 – férias, remoção, recondução do PCP.
* Res. SE n° 21, de 17/02/10, D.O. 18/02/10 – Docentes em Oficinas Pedagógicas e PCPs.
* Res. SE n° 37, de 13/04/10, D.O. 14/04/10 – Ações dos professores coordenadores das oficinas pedagógicas (PCOP) nas unidades escolares.
* Res. SE n° 53, de 24/06/10, D.O. 25/06/10 – Altera as Resoluções SE n° 88/07 e SE n° 21/10, sobre PCP.
* Res. SE n° 55, de 30/06/10, D.O. 02/07/10 – Distribuição de carga horária do PCP.
* Res. SE nº 34, de 30/05/11, D.O. 02/06/11 – Dispõe sobre o uso das linhas telefônicas na Secretaria da Educação.
* Com. CENP, de 29/12/11, D.O. 30/12/11 – PCOP de Tecnologia Educacional.
* Res. SE nº 22, de 14/02/12, 16/03/12 – PCP nas escolas de ensino médio.
* Res. SE nº 42, de 10/04/12, D.O. 11/04/12 – Altera dispositivo da Res. SE nº 88/07, retificada pelo D.O. 19/04/12.
* Res. SE n° 3, de 18/01/13, D.O. 19/01/13 – Amplia o quadro de Professor Coordenador nas escolas.
* Res. SE n° 13, de 01/03/13, D.O. 02/03/13 – Acrescenta dispositivo à Res. SE 03/13.
* Com. Conj. CGEB/CGRH, de 18/12/13, D.O. 19/12/13 – Esclarece artigos da Res. SE nº 88/07.
* Res. SE nº 31, de 16/05/13 - Altera dispositivos da Res. SE nº 77, de 06/12/11, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Cursos de Educação de Jovens e Adultos, nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAS.
* Res. SE nº 35, de 03/06/13 - Altera dispositivo da Res. SE nº 3, de 18/01/13, que dispõe sobre mecanismos de apoio à gestão pedagógica da escola para implementação de ações estabelecidas pelo Programa Educação - Compromisso de São Paulo.
* Res. SE nº 44, de 13/08/14 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Centros de Estudos de Línguas - CELs, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 75, de 30/12/14 - Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador.
* Res. SE nº 03, de 12/01/15 - Altera dispositivos da Res. SE nº 75, de 30/12/14, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador.
* Res. SE nº 19, de 02/04/15 - Dispõe sobre postos de trabalho de Professor Coordenador nas escolas do Programa Ensino Integral nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
* Res. SE nº 15, de 05/02/16 - Altera a Resolução SE nº 75, de 30/12/14, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador.
* Res. SE nº 65, de 19/12/16 - Altera a Res. SE nº 75, de 30/12/14, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador.
* Res. SE nº 6, de 20/01/17 - Altera a Res. SE nº 75, de 30/12/14, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador.
* Res. SE nº 34, de 17/05/18 - Altera a Res. SE nº 75, de 30/12/14, que dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador.
* Res. SE nº 06, de 20/01/17, D.O. 20/01/17- Altera o artigo 3º da Res. SE nº 65, de 19/12/16.
* Res. SEDUC nº 3, de 11/01/21, D.O. de 12/01/21 - Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 10, de 18/01/21, D.O. de 19/01/21 - Altera a Res. SEDUC nº 3, de 11/01/2021 sobre a designação de Professor Coordenador de Agrupamento de Unidades Escolares.
* Res. SEDUC nº 46, de 08/04/21, D.O. de 13/04/21 - Institui o Projeto de Acompanhamento Pedagógico Formativo das escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.
* Com. Ext. Conj. SUBSECRETARIA nº 314 de 06/04/21 - COPED – Coordenadoria Pedagógica- Dispõe sobre o Cronograma Integrado do Programa de Recuperação e Aprofundamento atualizado com antecipação dos recessos e apresentação utilizada durante formação sobre habilidades essenciais e o Cronograma Integrado.

1. Professor de Especialista em Currículo – Ver item Coordenador de Equipe Escolar e Professor de Especialista em Currículo
2. Professor Eventual

* Dec.nº 24.948, de 03/04/86 - art. 10 e incisos - Disciplina as substituições nos impedimentos legais e temporários dos integrantes do Quadro do Magistério.
* Inst. DDP/G-7, de 13/08/97 - Substituição Eventual- Formulários.
* Res. SE nº 134/04 - Dispõe sobre atribuições de classes/aulas.
* Res. SE nº 69, de 30/10/08, D.O. de 31/10/08 - Dispõe sobre o Processo Seletivo Simplificado para classificação de docentes e candidatos, no processo de atribuição de classes e aulas da rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 03, de 28/01/11, D.O. de 29/01/11 - Dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 10, de 23/01/12, D.O. de 24/01/12 - Altera dispositivos da Res. SE nº 3, de 28/01/11, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 23, de 23/02/12, D.O. de 24/02/12 - Dispõe sobre o cadastro de candidatos à contratação por tempo determinado para docência nas escolas da rede estadual de ensino
* Res. SE nº 9, de 29/01/16, D.O. de 30/01/16 - Altera a Res. SE nº 3, de 28/01/11, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 64, de 19/12/16, D.O. de 20/12/16 - Altera a Res. SE nº 3, de 28/01/11, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 72, de 22/12/16 - Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 65, de 11/12/17, D.O. de 12/12/17 - Altera a Res. SE nº 72, de 22/12/16, que dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério
* Res. SE nº 71, de 22/11/18, D.O. de 23/11/18 - Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 1, de 03/01/20, D.O. de 04/01/20 - Altera a Res. SE nº 71, de 22/11/18, que dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 72, de 13/10/20, D.O. de 14/10/20 - Dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério
* LC nº 1.374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Institui Planos de Carreira e Remuneração para os Professores de Ensino Fundamental e Médio, para os Diretores Escolares e para os Supervisores Educacionais da Secretaria da Educação, altera a Lei nº 10.261, de 28/10/68 e nº 500, de 13/11/74, as LCs nº 444, de 27/12/85, nº 506, de 27/01/87, nº 669, de 20/12/91, nº 679, de 22/07/92, nº 687, de 07/10/92, nº 836, de 30/12/97, nº 1.018, de 15/10/07, nº 1.041, de 14/04/08, nº 1.144, de 11/07/11 e nº 1.256, de 06/01/15, revoga as LCs nº 744, de 28/12/93, nº 1.164 de 04/01/12, e nº 1.191 de 28/12/12, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 48, de 09/06/22, D.O. de 10/06/22 - Altera a Res. SE nº 72, de 13/10/20, que dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério.

1. Professor - Formação

* Ind. CEE n° 09/01, de 25/07/01 - Revisão da Ind. CEE nº 12/00.
* Ind. CEE n° 22/02, de 27/11/02 - Esclarecimentos sobre a Ind. CEE nº 07/00 e a Del. 08/00, que tratam da formação de professores no Sistema Estadual de Ensino.
* Ind. CEE n° 40/04 - Orientação ao Sistema Estadual de Ensino a respeito da qualificação necessária dos docentes para ministrar aulas das disciplinas do currículo da Educação Básica.
* Res. CES/CNE n° 01, de 01/02/05 - Estabelece normas para o apostilamento, em diplomas de cursos de graduação em Pedagogia, do direito ao exercício do magistério nos quatro anos iniciais do Ensino Fundamental.
* Res. FNDE n° 34, de 09/08/05, D.O.U. 11/08/05 - Projetos de cursos de licenciatura para professores, a distância.
* Ind. CSE/CEE n° 53/05, de 14/12/05, D.O. 16/12/05 - Revisão da Ind. CEE n° 09/01.
* Res. CNE/CES n° 9, de 04/10/07, D.O.U. 05/10/2007 – Apostilamento em diplomas de cursos de graduação em pedagogia do direito ao exercício do Magistério na Educação Infantil.
* Portaria Normativa do MEC n° 6, de 28/05/09, D.O.U. 29/05/09 – Institui o Exame Nacional de Docentes.
* Res. SE de 28/12/09, D.O. 30/12/09 – Homologa a Del. CEE 94/09, que estabelece normas para a formação de professores em nível de especialização para o trabalho com crianças com necessidades especiais.
* Ind. CES/CEE, de 30/06/10, D.O. 01/07/10 – Revisão da Ind. CEE n° 53/05.
* Res. SE nº 46 de 25/04/12, D.O. 27/04/12 – Formação em serviço do PEB I.
* Boletim Semanal COPED – n° 13 – 10 a 14 de maio de 2021 - CONVITE ISMART - Altas Habilidades/Superdotação - Identificação, desafios e práticas para o professor desenvolver estudantes do fundamental II no ensino remoto.

1. Professor Mediador Escolar e Comunitário do Sistema de Proteção Escolar da Rede Pública Estadual (Extinto)

* Res. SE n° 19, de 12/02/10, D.O. 13/02/10 – Institui o Sistema de Proteção Escolar na Rede Estadual de Ensino.
* Res. SE n° 01, de 20/01/11, D.O. 21/01/11 – Dispõe sobre o exercício das atribuições de professor mediador escolar e comunitário do sistema de proteção escolar.
* Inst. Conj. CENP/DRHU, de 27/01/11, D.O. 29/01/11 – Instruções Gerais sobre o professor mediador.
* Res. SE n° 18, de 28/03/11, D.O. 29/03/11 – Altera a Res. SE. n° 01/11 – Carga horária.
* Res. SE nº 7, de 19/01/12, D.O. 20/01/12 – Professor Mediador Escolar e Comunitário do Sistema de Proteção Escolar.
* Inst. Conj. CGEB/CGRH, de 03/02/12, D.O. 04/02/12 – Seleção, classificação, atribuição de aulas e etc.
* Res. SE nº 54, de 22/08/13, D.O. 23/08/13 – Altera a Res. SE nº 7/2012.
* Res. SE nº 09, de 29/01/16, D.O. 30/01/16 - Altera a Res. SE nº 3, de 28/01/11, que dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 42, de 22/09/17, D.O. 23/09/17 - Altera dispositivos da Res. SE nº 19, de 12/02/10, que institui o Sistema de Proteção Escolar na rede estadual de ensino de São Paulo.
* Res. SE nº 8, de 31/01/18, D.O. 01/02/18 - Dispõe sobre o Projeto Mediação Escolar e Comunitária, na rede estadual de ensino de São Paulo, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº76, de 11/12/18, D.O. 12/12/18 – Altera a Res. SE nº 8, de 31/01/18, que dispõe sobre o Projeto de Mediação Escolar e Comunitária, na rede estadual de ensino.
* Res. nº 48, de 1º/10/19, D.O. de 02/10/19 - Institui o CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar no âmbito da rede estadual de educação e dá outras providências. Ficam revogadas a Res. SE nº 19, de 12/02/10 e Res. SE nº 08, de 31/01/18.
* Res. SE º 49, de 03/10/19 – Altera o artigo 10 da Res. SE nº 48, de 1º/10/19, D.O. de 02/10/19.
* Res. SE nº 77, de 03/01/20, D.O. de 04/01/20 - Dispõe sobre a recondução dos docentes que atuam na função de Professor Mediador e Comunitário – PMEC, do CONVIVA – Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar, para o ano de letivo de 2020.
* Res. SEDUC nº 92, de 01/12/20, D.O. de 05/12/20. Institui Orientação de Convivência como parte integrante da equipe executora local do CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar instituída pelo inciso v do artigo 3º da Res. SE nº 48, de 01/12/2019. (EXTINGUE PROFESSOR MEDIADOR)

1. Professor Orientador de Convivência – POC

* Res. nº 48, de 01/10/19, D.O. de 02/10/19 - Institui o CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar no âmbito da rede estadual de educação e dá outras providências.
* Res. SEDUC nº 49, de 03/10/19, D.O. de 04/10/19 - Altera o artigo 10 da Resolução SE publicada em 03/10/19, na forma que específica.
* Res. SE nº 3, de 03/01/20, D.O. de 03/02/20 - Dispõe sobre a recondução dos docentes que atuam na função de Professor Mediador Escolar e Comunitário - PMEC, do CONVIVA SP – Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar, para o ano letivo de 2020.
* Res. SEDUC nº 92, de 01/12/20, D.O. de 02/12/20 - Institui a Orientação de Convivência como parte integrante da equipe executora local do CONVIVA SP – programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar, instituída pelo inciso V do artigo 3º da Res. nº 48, de 01/10/19.
* Res. SEDUC nº 44 de, 11/10/23, D.O. de 11/10/23 - Dispõe sobre a Orientação de Convivência, como parte integrante do CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar, e dá providências correlatas.

1. Professor - Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada

* Port. MEC n° 1.403, de 09/06/03 - Institui o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada dos Professores.
* Port. MEC n° 1.179, de 06/05/04 (Educação Básica) - Fica instituído o Sistema Nacional de Formação Continuada de professores da Educação Básica.
* Lei n° 12.713, de 05/10/07, D.O. 06/10/2007 – Concede novo prazo de 180 dias.
* Res. SE nº 62, de 11/12/17, D.O. de 12/12/17 - Dispõe sobre o desenvolvimento e a oferta de cursos e orientações técnicas para os integrantes do Quadro do Magistério - QM, na conformidade das competências e atribuições estabelecidas para a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” - EFAP, pelo Dec. nº 57.141, de 18/07/11 ***(revogado)***.

1. Professor da Rede - Formação Pedagógica Superior

* Res. SE, de 12/04/01 - Institui Programa Especial de Formação Pedagógica Superior destinado aos Professores Efetivos da Rede Pública.
* Del. CEE n° 12/01 - Homologada pela Res. SE, de 12/04/01 - Dispõe sobre Programa Especial de Formação Pedagógica Superior destinado aos Professores Efetivos da Rede Pública - com as alterações introduzidas pela Del. CEE nº 13/01 ( Em anexo as Indicações CEE nºs 01 e 02/01).
* Res. CES/CNE n° 01, de 01/02/05 - Estabelece normas para o apostilamento, em diplomas de cursos de graduação em Pedagogia, do direito ao exercício do magistério nos quatro anos iniciais do Ensino Fundamental.
* Res. CES/CNE n° 08, de 29/03/06, D.O.U. 25/04/06 - Altera a Res. CES/CNE n° 01/05.
* Res. CNE n° 01, de 15/05/06, D.O.U. 16/05/06 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia - Licenciatura.
* Res. CNE/CES n° 9, de 04/10/07, D.O.U. 05/10/2007 – Apostilamento em diplomas de cursos de graduação em pedagogia do direito ao exercício do Magistério na Educação Infantil.

1. Professor I - Habilitação - Dispensa de Nível Superior

* Res. CEB/CNE n° 01, de 20/08/03 - Dispõe sobre os direitos dos profissionais da educação com formação de nível médio, na modalidade normal, em relação à prerrogativa do exercício da docência, em vista do dispositivo na Lei nº 9394/96 e dá outras providências.

1. PROEMI – Programa Ensino Médio Inovador

* Portaria MEC n° 971, de 09/10/09 – Institui o PROEMI – Programa Ensino Médio Inovador
* Res. SE n° 11, de 14/02/13, D.O. 15/02/13 – Dispõe sobre a implementação do PROEMI nas escolas da rede estadual.

1. PROFIC - Programa de Formação Integral da Criança

* Dec. n° 25.469, de 07/07/86 - Institui Programa de Formação Integral da Criança (REVOGADO).

1. Profissionais de Educação - Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional para a Ed. Básica - Formação

* Lei nº 9.394/96 (LDB) art. 64.
* Del. CEE nº 40/04 e Par. CEE nº 152/04 - Estabelecem condições para o exercício.

1. Programa de Alimentação Saudável da SE

* Dec. n° 58.861, de 28/01/13, D.O 29/01/13 – Institui, junto à SE, o Programa de Alimentação Saudável.
* Lei nº 17.340, de 11/03/21, D.O. de 12/03/21 - Dispõe sobre a proibição, nas unidades escolares de educação básica, da comercialização de alimentos industrializados que contenham gorduras trans.

1. Programa Alfabetização Ambiental

* Res. Conj. SIMA/SEDUC nº 01, de 07/10/19, D.O. de 08/10/19 - Institui o Programa Alfabetização Ambiental e dá providências correlatas.

1. Programa Alfabetização Juntos SP

* Dec. nº 68.335, de 20/02/24, D.O. de 21/02/24 - Institui o Programa Alfabetiza Juntos SP e dá providências correlatas.

1. Programa Bolsa do Povo

* Lei nº 17.372, de 26/05/21, D.O. de 27/05/21 - Cria o Programa Bolsa do Povo e dá outras providências.
* Dec. nº 65.812, de 23/06/2021, D.O. de 24/06/21 - Regulamenta o Programa Bolsa do Povo, criado pela Lei nº 17.372, de 26/05/21, e dá providências correlatas,
* Dec. nº 65.868, de 16/07/21, D.O. de 17/07/21 - Altera o Dec. nº 65.812, de 23/07/21, que regulamenta o Programa Bolsa do Povo, criado pela Lei nº 17.372, de 26/05/21, e dá providências.
* Res. SEDUC nº 75, de 27/08/21, D.O. de 28/08/21 - Regulamenta o Dec. nº 65.812, de 23/06/21, alterado pelo Dec. nº 65.945, de 23/08/21, que regulamenta o Programa Bolsa do Povo, instituído pela Lei nº 17.372/21, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 87, de 20/09/21, D.O. de 22/09/21 - Altera a Res. SEDUC nº 75, de 27/08/21, que regulamenta o Dec. nº 65.812, de 23/06/21, alterado pelo Dec. nº 65.945, de 23/08/21, que regulamenta o Programa Bolsa do Povo, instituído pela Lei nº 17.372, de 26/05/21, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 147, de 23/12/21, D.O. de 24/12/21 - Acrescenta dispositivos e prorroga a Ação Bolsa do Povo Educação, nos termos da Res. SEDUC nº 62 de, 20/07/21, alterada pela Res. SEDUC nº 66, de 29/07/21, que regulamenta o Dec. nº 65.812, de 23/07/21, alterado pelo Decreto nº 65.868, de 16/07/21, que regulamenta o Programa Bolsa do Povo, instituído pela Lei nº 17.372, de 26/05/21, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 76, de 04/10/22, D.O. de 05/10/22 - Altera a Resolução SEDUC nº 75, de 27/08/21, que Regulamenta o Dec. nº 65.812/21, alterado pelo Dec. nº 65.945/21, que regulamenta o Programa Bolsa do Povo, instituído pela Lei nº 17.372/21, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

1. Programa dignidade íntima

* Lei nº 17.525, de 23/03/22, D.O. de 24/03/22 - Institui o Programa Dignidade Íntima, no âmbito da Secretaria da Educação e do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

1. Programa de Demissão Incentivada -PDI

* Lei nº 17.293, de 15/10/20, D.O. de 16/10/20 - (Texto atualizado até a Lei nº 17.473, de 16 de dezembro de 2021) - Estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá providências correlatas.
* Lei nº 17.473 2021, de 16/10/21 D.O. de 17/12/21 - Altera a Lei nº 13.296/08, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a Lei nº 6.374/89, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, a Lei nº 17.293/20, que estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá outras providências
* Dec. nº 66.548, de 04/03/22, D.O. de 05/03/22 - Institui o Programa de Demissão Incentivada -PDI de que tratam os artigos 26 a 34 da Lei nº 17.293/20, e estabelece os parâmetros para a primeira edição do referido programa.

1. Programa de Educação Continuada - PEC

* Res. SE n° 57, de 29/03/02 - Atividades docentes dos Professores de Ed. Básica I que participam do Programa Especial de Formação de Professores.
* Res. SE n° 58, de 29/03/02 - Disponibiliza recursos utilizados no Programa Especial de Formação de Professores de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental para os professores efetivos da Rede Estadual para a UNDIME/SP.

1. Programa de Intercâmbio “Prontos pro Mundo”

* Lei n° 17.861, de 22/12/23, D.O. de 26/12/23 - Institui no âmbito da Secretaria da Educação o Programa de Intercâmbio "Prontos pro Mundo", destinado aos alunos da rede pública estadual de ensino, e dá providências correlatas.

1. Programa Educação - Compromisso de São Paulo

* **Obs.** – O Programa Educação – Compromisso São Paulo, anunciado pelo governador Geraldo Alckmin em 15 de outubro de 2011, norteia as ações da Secretaria voltadas à melhoria da Educação do Estado de São Paulo.
* Res. SE nº 87, de 04/09/12 - Dispõe sobre a composição do Conselho Consultivo e da Câmara Técnica de Acompanhamento que integram o Programa Educação - Compromisso de São Paulo, instituído pelo Dec. nº 57.571, de 02/12/11, alterado pelo Dec. nº 57.791, de 14/02/12, e dá providências correlatas.
* Res. SE n° 3, de 18/01/13, D.O. 19/01/13 – Dispõe sobre mecanismos de apoio.
* Res. SE nº 35, de 03/06/13 - Altera dispositivo da Resolução SE nº 3, de 18/01/13, que dispõe sobre mecanismos de apoio à gestão pedagógica da escola para implementação de ações estabelecidas pelo Programa Educação - Compromisso de São Paulo.
* Res. SE nº 10, de 28/02/14 - Designa servidores para integrar a Câmara Técnica de Acompanhamento do Programa Educação - Compromisso de São Paulo.
* Res. SE nº 17, de 26/03/14 - Aprova o Regimento Interno da Câmara Técnica de Acompanhamento do Programa Educação – Compromisso de São Paulo, instituído pelo Dec. nº 57.571, de 02/12/11, alterado pelo Dec. nº 57.791, de 14/02/12, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 21, de 28/04/14 - Institui o Programa Novas Tecnologias - Novas Possibilidades.
* Res. SE nº 43, de 28/08/15 - Dá nova redação ao artigo 1º da Res. SE nº 10, de 28/02/14, que trata da composição da Câmara Técnica de Acompanhamento do Programa Educação - Compromisso de São Paulo e dá providência correlata.
* Res. SE nº 62, de 12/12/16 - Altera dispositivo da Res. SE nº 10, de 28/02/14, que designa servidores para integrar a Câmara Técnica de Acompanhamento do Programa Educação - Compromisso de São Paulo.

1. Programa Educação Profissional Paulista

* Dec. nº 68.189, de 14/12/23, D.O. de 15/12/23 - Institui o Programa Educação Profissional Paulista e dá providências correlatas.

1. Programa Computador do Professor

* Dec. nº 65.231, de 07/10/20, D.O. de 08/10/20.- Dá nova disciplina ao Programa Computador do Professor, instituído pelo Decreto nº 53.559, de 15/10/08, nos termos da Lei nº 11.498, de 15/10/03. Retificado no D.O. de 09/10/20.
* -Res. SEDUC nº 78, de 27/10/20, D.O. de 29/10/20. Estatui normas complementares ao Dec. nº 65.231, de 07/10/20, que dá nova disciplina ao Programa Computador do Professor, instituído pelo Dec. nº 53.559, de 15/10/08, nos termos da Lei nº 11.498, de 15/10/20.
* Dec. nº 65.354, de 10/12/20, D.O. de 11/12/20 - Acrescenta dispositivos ao Dec. nº 65.231, de 07/10/20 - Programa Computador do Professor.
* Port. CITEM - s/nº, de 27/01/21, D.O. de 28/01/21 - Estabelece as definições, especificações e características dos equipamentos tecnológicos referidos na Res. SEDUC nº 78, de 27/10/20, a qual dispõe sobre o Programa Computador do Professor.
* Res. SEDUC nº 24, de 17/02/21, D.O. de 18/02/21 - Altera dispositivos da Res. SEDUC nº 78, de 27/10/20, que estatui normas complementares ao Dec. nº 65.231, de 07/10/20, que dá nova disciplina ao Programa Computador do Professor, instituído pelo Dec. nº 53.559, de 15/10/08, nos termos da Lei nº 11.498, de 15/10/03.
* Port. Conj. CGRH/CITEM/COPED/EFAPE/COFI, de 17/02/21, D.O. de 18/02/21 - Estabelece as definições e critérios para a elegibilidade, solicitação de reembolso e pagamento do subsídio referente ao Programa Computador do Professor, aplicável aos integrantes do Quadro do Magistério.
* Com. Ext. Conj. com as Coord./CITEM nº 308 - 23/03/21 - Solicitação de reembolso ao Programa Computador do Professor.
* Res. SEDUC nº 51, de 30/05/21, D.O. de 01/05/21 - Altera dispositivos da Res. SEDUC nº 78, de 27/10/20, que estatui normas complementares ao Dec. nº 65.231, de 07/10/20, que dá nova disciplina ao Programa Computador do Professor, instituído pelo Dec. nº 53.559, de 15/10/08, nos termos da Lei nº 11.498, de 15/10/03.
* Res. SEDUC nº 91, de 30/09/21, D.O. de 01/10/21 - Altera a Res. SEDUC nº 78, de 27/10/20, que institui normas complementares ao Dec. nº 65.231, de 07/10/20, que dá nova disciplina ao Programa Computador do Professor, instituído pelo Dec. nº 53.559, de 15/10/08, nos termos da Lei nº 11.498, de 15/10/03.
* Res. SEDUC nº 125, de 17/11/21, D.O. de 19/11/21 - Altera dispositivos da Res. SEDUC nº 78, de 27/11/20, que estatui normas complementares ao Dec. nº 65.231/20, que dá nova disciplina ao Programa Computador do Professor, instituído pelo Dec. nº 53.559/08, nos termos da Lei nº 11.498/03.

1. Programa de Inclusão Digital para os Servidores Públicos

* Dec. n° 49.368, de 10/02/05 - Institui o Programa.
* Res. SE nº 49, de 19/07/13, D.O. 23/07/13 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento.
* Port. Citem s/nº, de 27/01/21, D.O. de 28/01/21 - Estabelece as definições, especificações e características dos equipamentos tecnológicos referidos na Res. SEDUC nº 78, de 27/10/20, a qual dispõe sobre o Programa Computador do Professor.

1. Programa Ensino Integral - (PEI)
   * LC nº 1.164/12 – Institui o Programa Ensino Integral.
   * LC nº 1.191/12 – Altera a LC nº 1.164/12.
   * Res. SE nº 49, de 19/07/13, D.O. 23/07/13 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento.
   * Res. SE nº 06, de 31/01/13, do DE 1º/02/13 - Dispõe sobre Orientações Técnicas a integrantes do Quadro do Magistério.
   * LC nº 1.191, de 28/12/12, D.O. 29/12/13 - Dispõe sobre o Programa Ensino Integral em escolas públicas estaduais e altera a Lei Complementar nº 1.164, de 2012, que instituiu o Regime de dedicação plena e integral - RDPI.
   * Res. SE nº 60, de 30/08/13 - Dispõe sobre a atuação de professor em Sala/ Ambiente de Leitura, nas escolas estaduais do Programa Ensino Integral, e dá providências correlatas.
   * Res. SE nº 65, de 16/09/13, D.O. 17/09/13 – Dispõe sobre processo seletivo de credenciamento de profissionais.
   * Res. SE nº 87, de 20/12/13 - Dispõe o calendário das escolas participantes do Programa Ensino Integral para o ano letivo de 2014
   * Res. SE nº 52, de 02/10/14, republicada D.O. 03/10/2014 – Diretrizes para a organização e o funcionamento das escolas que oferecem PEI.
   * Res. SE nº 58, de 17/10/14, D.O. 18/10/14 – Processo seletivo de credenciamento do pessoal do QM.
   * Res. SE nº 06, de 23/02/15 - Altera dispositivos da Res. SE nº 52, de 02/10/14.
   * Res. SE 57, de 25/10/16, DO de 26/10/16- Processo Seletivo.
   * Res. SE nº 25, de 13/03/18 - Altera a Res. SE nº 68, de 17/12/14, que dispõe sobre o processo de avaliação dos profissionais que integram as equipes escolares das escolas estaduais do Programa Ensino Integral.
   * Res. SE 57, de 06/09/18, DO de 08/09/18- Altera a Res. SE 57/16.
   * Res. SE 80, de 13/12/18, DO de 14/12/18- Altera a Res. SE 57/16.
   * Res. SEDUC/SP nº 44, de 10/09/19, D.O. de 11/09/19 – Dispõe sobre a expansão do Programa Ensino Integral – PEI -Altera a redação dos artigos 5º e 11 da Res. SE nº 54, de 25//10/16; altera a redação do artigo 13 da Res SE nº 52, de 02/10/14; revoga o art. 17 da Res. SEDUC 44 de 10/09/19.
   * Resolução SE 68, de 12-12-2019, DO de 13-12-2019 - Altera a Resolução SE 52, de 02-10-2014.
   * Res. SE nº 04, de 03/01/20, D.O. de 04/01/20 - Dispõe sobre o processo de credenciamento de profissionais do Quadro do Magistério, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio nas escolas do Programa Ensino Integral - PEI.
   * Res. SE nº 06, de 09/01/20, D.O. de 10/01/20 - Altera a Res. SE nº 68, de 12/12/19, que altera a Res. SE nº 52, de 02/10/14.
   * Res. SE nº 7, de 17/01/20, D.O. 18/01/20 - Altera a Res. SE nº 60, de 06/12/17.
   * Res. SE nº 8, de 17/01/20, D.O. de 18/01/20 - Dispõe sobre o processo de credenciamento de profissionais do Quadro do Magistério, para atuação nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas estaduais do Programa Ensino Integral – PEI.
   * Res. SE s/nº, de 23/01/20, D.O. 24/01/20 - Altera a Res. SE nº 68, de 12/12/19, que altera a Res. SE nº 52, de 02/10/14, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das escolas estaduais do Programa Ensino Integral.
   * Dec. nº 64.770, D.O. de 1º/02/20 - Altera o Dec. nº 59.354/13, que dispõe sobre o Programa Ensino Integral de que trata a L.C. nº 1.164/12.
   * Res. SEDUC nº 84, de 16/11/20, D.O. de 17/11/20 - Dispõe sobre os processos de credenciamento para atuação no Programa Ensino Integral e de avaliação da equipe escolar nas unidades participantes do referido Programa referentes ao ano de 2020, e dá providências correlatas.
   * Com. à equipe CRH/ESE sobre o registro de transferência PEI, de 03/12/20, D.O. de 04/12/20 -Dispõe sobre os procedimentos de transferência de quem não continuará no PEI.
   * Port. CGRH nº 19, de 23/12/20, D.O. de 24/12/20 - Complementa as orientações relacionados aos procedimentos e cronograma do processo de credenciamento para o Programa Ensino Integral-PEI, para o ano letivo de 2021, previstos no Edital de Credenciamento para atuação em 2021, de 09/12/2020.
   * Com. Ext. Conj. Subsecretaria/CGRH nº 327, de 29/12/20, D.O. de 30/12/20 - Dispõe sobre orientações do Programa PEI-Processo de Credenciamento 2021.
   * Com. Ext. Conj. Subsecretaria/COPED/EFAPE nº 32, de 15/02/21 - Dispõe sobre Formações de preparação para o planejamento escolar 2021 e das escolas do Programa de Ensino Integral.
   * Documento Orientador de 19/01/2021 - Dispõe sobre Alocação e Credenciamento Emergencial do Programa de Ensino Integral (PEI).
   * Com. Ext. Conj. com as Coord./COPED nº 308 - 23/03/21 – Dispõe sobre o Programa Ensino Integral (PEI) - Continuidade à expansão do programa.
   * Res. SEDUC nº 86, de 20/09/21, D.O. de 22/09/21 - Dispõe sobre a oferta do Programa de Qualificação Profissional e Habilitação Técnica - NOVOTEC nas unidades escolares do Programa Ensino Integral - PEI e dá providências correlatas.
   * Res. SEDUC nº 102, de 15/10/21, D.O. de 16/10/21 - Altera dispositivos das Res. SE nº 60/13, Res SEDUC nº 44/19, Res. SE nº 04/20. Res. SE nº 08/20 e Res. SE nº 10/20 que vigoram no Programa de Ensino Integral – PEI.
   * Res. SEDUC nº 104, de 21/10/21, D.O. de 22/10/2021 - Altera a Res. SEDUC nº 102/21, que altera dispositivos das Res. SE nº 60/13, SEDUC nº 44/19, Res SE nº 04/20, Res. SE nº 08/20 e Res SE nº 10/20 que vigoram no Programa de Ensino Integral – PEI.
   * Res. SEDUC nº 122, de 12/11/21, D.O. de 13/11/22 - Acrescenta dispositivo na Res. SE nº 19, de 02/04/15, que dispõe sobre postos de trabalho de Professor Coordenador nas escolas do Programa Ensino Integral nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
   * Com. CGRH de 21/10/21, D.O. de 22/10/21 - Dispõe sobre o Edital de Credenciamento do Programa de Ensino Integral- PEI, para atuação em 2022.
   * Edital de credenciamento PEI/2022, de 12/11/2021, D.O. de 13/11/2021 - A Coordenadora da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos torna pública a alteração das datas da etapa de alocação divulgadas em D.O.E. 06/11/21, pertinentes ao Processo de Credenciamento para atuação no Programa Ensino Integral, disciplinado pelo Edital de Credenciamento publicado em D.O.E. 22/10/21.
   * Res. SEDUC nº 7, de 26/01/22, D.O. de 26/01/22 - Estabelece as diretrizes da organização curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio para Educação Escolar Indígena em relação ao Programa de Ensino Integral.
   * LC. nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22.
   * Dec. nº 66.799, de 31/05/22, D.O. de 01/06/2022 - Regulamenta o Programa de Ensino Integral- PEI.
   * Res. SEDUC nº 41, de 01/06/22, D.O. de 02/06/22 - Dispõe sobre as atribuições dos integrantes do quadro do magistério – QM em atuação no Programa Ensino Integral.
   * Port. Conj. CGRH-COPED nº 02, de 03/10/22, D.O. de 04/10/22 - Altera a Portaria Conjunta CGRH-COPED nº 01, de 16/09/22, que estabelece procedimentos e cronograma do Processo de Avaliação de Desempenho dos integrantes do Quadro do Magistério que atuam nas escolas do Programa Ensino Integral – PEI, em Regime de Dedicação Exclusiva – RDE, para o ano letivo de 2022.
   * Port. CGRH nº 12 de 05/10/22, D.O. de 06/10/22 - Dispõe sobre o Edital de Credenciamento para Atuação no Programa Ensino Integral em 2023.
   * Res. SEDUC nº 87, de 11/11/22, D.O. de 18/11/22 (Republicado por conter incorreções) -Dispõe sobre a gestão de pessoas dos integrantes do Quadro do Magistério nas escolas estaduais do Programa Ensino Integral – PEI, revoga o inciso v do art. 1º da Resolução SEDUC 102/15 e revoga os artigos 2º ao 4º da Res. SEDUC 104/2021.
   * Port. Conj. Coord. Ped. (COPED), de Infraestrutura e Serviços Escolares (CISE) e, Informação, Tecnologia e Evidências e Matrícula (CITEM) de 02/08/23, D.O. de 03-08-2023 - PEI - Dispõe sobre o processo de adesão de 2024 das escolas ao Programa Ensino Integral – PEI e da consulta à mudança de carga horária das Unidades Escolares PEI.
   * Port. Conj. CGRH-COPED nº 01, de 12/09/23, D.O. de 14/09/23 - Estabelece procedimentos e cronograma para o Processo de Avaliação de Desempenho dos integrantes do Quadro do Magistério que atuam nas escolas do Programa Ensino Integral – PEI
   * Res. SEDUC nº 41 de, 15/09/23, D.O. de 18/09/23 - Dispõe sobre a designação de Diretor de Escola ou Diretor Escolar no âmbito do Programa Ensino Integral – PEI- revoga a Res. SEDUC 37/22, os arts. 11, 22 e inciso I do art. 23 da Res. SEDUC 87/22.
   * Port. Conj. CGRH/COPED nº 02, de 26/09/23, D.O. de 27/09/23 - Altera a Portaria Conjunta CGRH- COPED 01, de 12-09-2023, que estabelece procedimentos e cronograma para o Processo de Avaliação de Desempenho dos integrantes do Quadro do Magistério que atuam nas escolas do Programa Ensino Integral – PEI, em Regime de Dedicação Exclusiva – RDE, referente ao ano letivo de 2023.
   * Port. Conj. CGRH/COPED nº 03, de 18/10/23, D.O. de 19/10/23 - Altera a Portaria Conjunta CGRH- COPED nº 01, de 12/09/23, que estabelece procedimentos e cronograma para o Processo de Avaliação de Desempenho dos integrantes do Quadro do Magistério que atuam nas escolas do Programa Ensino Integral – PEI, em Regime de Dedicação Exclusiva – RDE, referente ao ano letivo de 2023.
   * Port. Conj. CGRH/COPED nº 04, de 27/10/23 - Altera a Port. Conj. CGRH/COPED nº 01, de 12/09/23, que estabelece procedimentos e cronograma para o Processo de Avaliação de Desempenho dos integrantes do Quadro do Magistério que atuam nas escolas do Programa Ensino Integral - PEI, em Regime de Dedicação Exclusiva – RDE, referente ao ano letivo de 2023.

* Res. SEDUC nº 65, de 30/11/23, D.O. de 01/12/23 - Estabelece as diretrizes da organização curricular da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Ensino Médio para Educação Escolar Indígena em relação ao Programa Ensino Integral.
* Res. SEDUC nº 71, de 08/12/23, D.O. de 12/12/23 (***Republicada por conter incorreções***) - Dispõe sobre a gestão de pessoas dos integrantes do Quadro do Magistério nas escolas estaduais do Programa Ensino Integral – PEI, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC n° 72, de 11/12/23, D.O. de 12/12/23 - Dispõe sobre o processo de credenciamento de profissionais do Quadro do Magistério, para atuação nas escolas estaduais do Programa Ensino Integral - PEI e dá providências correlatas.
* Edital de Credenciamento Inicial para Atuação no Programa de Ensino Integral em 2024, de 11/12/23, D.O. de 12/12/23.
* Res. SEDUC nº 6, de 30/01/24, D.O. de 31/01/24 - Altera dispositivos da Res. SEDUC nº 71, de 11/12/23.
* Res. SEDUC nº 14 de, 19/02/24, D.O. de 20/02/2024 - Altera dispositivos da Res. SEDUC nº 71, de 11/12/23, e dá providências correlatas.

1. Programa de diagnóstico e apoio aos alunos com dislexia e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH)

* Lei nº 17.465, de 03/12/21, D.O. de 04/12/2021 - Dispõe sobre a criação do Programa de diagnóstico e apoio aos alunos com dislexia e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) na rede estadual de ensino.

1. Programa de Qualidade da Escola (PQE)
   * Res. SE n° 74, de 06/11/08, D.O. 07/11/08 – Institui o Programa de Qualidade da Escola – PQE, e o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo.
   * Res. SE nº 27, de 09/05/11, D.O. 10/05/11 – Disciplina a concessão de transporte escolar.
   * Res. SE nº 52, de 22/10/15, D.O. de 23/10/15 - Dispõe sobre fixação de metas do IDESP, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078, de 17/12/08, para o exercício de 2015.
   * Res. SE nº 15, de 17/03/17, D.O. de 18/03/17 - Dispõe sobre fixação de Metas do IDESP, para fins de pagamento da bonificação por resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078, de 17/12/08, para o Exercício de 2016.
   * Res. SE nº 14, de 27/01/20, D.O. de 28/01/20 - Dispõe sobre fixação de metas do IDESP, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078, de17/12/08, para o exercício de 2019.
   * Res. Seduc nº 98, de 08/10/21, D.O. de 09/10/21 - Inclui dispositivos na Res. SE nº 62, de 29/10/19, que dispõe sobre o registro do rendimento escolar dos estudantes das escolas da Rede Estadual.
   * Res. Seduc nº 64, de 11/09/20, D.O. de 12/09/20 - Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC nº 1.078, de 17/12/08.
2. Programa Estadual Jovem Voluntário - Escola Pública
   * Res. SE n° 143, de 29/08/02 - Implementação do Programa Estadual Jovem Voluntário - Escola Solidária.
3. Programa Jovem Paulista
   * Lei nº 17.743, de 12/09/23, D.O. de 13/09/23 - Dispõe sobre a criação do Programa Jovem Paulista que promove fundamentos de finanças e empreendedorismo no âmbito das Escolas do Ensino Médio Estaduais vinculadas à Secretaria da Educação.
4. Programa Mais Educação
   * Dec. Fed. n° 7.083, de 27/01/10, D.O.U. 27/01/10 (seção I –Edição Extra) – Dispõe sobre o Programa Mais Educação.
5. Programa Melhoria da Convivência e Proteção Escolar.
   * Dec. Fed. n° 7.083, de 27/01/10, D.O.U. 27/01/10 (seção I –Edição Extra) – Dispõe sobre o Programa Mais Educação.
   * Res. SEDUC nº 92, de 01/12/20, D.O. de 05/12/20. Institui Orientação de Convivência como parte integrante da equipe executora local do CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar instituída pelo inciso v do artigo 3º da Res. SE nº 48, de 01/12/2019. (EXTINGUE PROFESSOR MEDIADOR)
   * Res. SEDUC nº 9, de 14/01/21, D.O. de 15/01/21 - Define a relação de unidades escolares, participantes da Orientação de Convivência e dá providências correlatas.
   * Res. SEDUC nº 44, de 18/10/23, D.O. de 19/10/23 (*Republicada por conter incorreções*) - Dispõe sobre a Orientação de Convivência, como parte integrante do CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar, e dá providências correlatas.
6. Programa Multiplica SP #Diretores
   * Res. SEDUC nº 62, de 24/11/23, D.O. de 27/11/23 - Institui o “Programa Multiplica SP #Diretores” no âmbito da Secretaria da Educação.
   * Edital 1ª edição 2024 | Programa Multiplica SP #Diretores - Processo Seletivo Diretor Multiplicador (Edital nº 03/2024).
   * 2º Edital de Retificação - 1ª edição 2024 I Programa Multiplica SP #Diretores – Processo Seletivo Diretor Multiplicador (Edital nº 03/2024).
7. Programa Multiplica SP #Professores
   * Res. SEDUC nº 17, de 12/05/23, D.O. de 13/05/23 - Institui o “Programa Multiplica SP #Professores” no âmbito da Secretaria da Educação
   * Res. SEDUC nº 17, de 12/05/23, D.O. de 16/05/23 - *Publicado novamente por conter incorreções.*
   * Res. nº SEDUC nº 24, de 28/06/23, D.O. de 29/06/23 - Dispõe sobre o “Programa Multiplica SP #Professores” no âmbito da Secretaria da Educação, instituído pela Res. SEDUC nº 17, de 12/05/23.
   * Res. SEDUC nº 49, de 10/11/23, D.O. de 13/11/23 - Dispõe sobre o “Programa Multiplica SP #Professores” no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.
   * Edital nº 02/24, D.O. de 21/11/23. - Processo Seletivo Professor Multiplicador.
   * EFAPE (“Paulo Renato Costa Souza”) - Edital de Retificação, de 04/12/23, D.O. de 05/12/23 - 1ª Edição 2024 - Programa Multiplica SP #Professores – Processo Seletivo Formador- (Edital nº 01/2024).
   * Res. SEDUC nº 22, de 27/03/24, D.O. de 28/03/24 - Altera a Res. SEDUC nº 49, de 10/11/23, que dispõe sobre o “Programa Multiplica SP # Professores" no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.
8. Programa Permanente de Desenvolvimento Profissional do Servidor Público
   * Dec. n° 37.742, de 27/10/93 - Institui o Programa.
   * Dec. n° 50.082, de 06/10/05 - Dá nova redação ao art. 7° do Dec. 37.742/93.
   * Res. SE nº 62, de 11/12/17, D.O. de 12/12/17 - Dispõe sobre o desenvolvimento e a oferta de cursos e orientações técnicas para os integrantes do Quadro do Magistério - QM, na conformidade das competências e atribuições estabelecidas para a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” - EFAP, pelo Dec. nº 57.141, de 18/07/11 (***revogado***).
9. Programa Presença
   * Res. SE nº 67, de 20/09/13, D.O. 21/09/13 - Institui o Programa Presença, usando os professores adidos.
10. Programa Rede de Ensino Médio Técnico - REDE
    * Dec. n° 57.121, de 11/07/11, D.O. 12/07/11 – Institui o Programa Rede de Ensino Médio Técnico – REDE, na S.E.
    * Dec. n° 58.185, de 29/06/12, D.O. 30/06/12, - Dá nova redação ao Dec. n° 57.121/11.
    * Res. SE nº 78, de 30/07/12, D.O. de 31/07/12 - Unifica as normas regulamentares de implementação do Programa Rede de Ensino Médio Técnico – REDE nas escolas públicas estaduais e dá providências correlatas.
11. Programa Residência Educacional
    * Dec. nº 57.978/12 – Cria o programa Residência Educacional em escolas da rede pública estadual.
    * Dec. nº 59.150/13 – Altera o Dec. nº 57.978/12.
    * Res. SE nº 36, de 06/06/13, D.O. 07/06/13 – Dispõe sobre a implementação do Programa Residência Educacional em escolas da rede pública estadual.
12. Programa Saúde na Escola - PSE

* Dec. Fed. n° 6.286, de 05/12/07, D.O.U. 06/12/07 – Institui o PSE.
* Port. CG nº 3, de 19/08/22, D.O. de 20/08/22 - Institui o Concurso a Arte da Vida - Viver com Saúde - Valorização da Vida, promoção da saúde mental e emocional, objeto do Processo SEDUC-EXP-2022/350943.

1. Progressão Continuada

* Del. CEE n° 09, de 05/08/97 - Regime de Progressão Continuada.
* Ind. CEE nº 22, de 17/12/97 - Avaliação e Progressão Continuada.
* Par. CEE n° 67/98 - Normas Regimentais Básicas.
* Res. SE n° 04/98 - Normas a serem observadas na composição curricular e na organização escolar.
* Res. SE n° 49/98 - Normas Complementares referentes à Organização Escolar.
* Res. SE nº 53, de 02/10/14, D.O. 03/10/14 – Reorganização do EF em regime de progressão continuada e mecanismos de apoio aos alunos do EF e EM das escolas estaduais.
* Res. SE nº 27, 26/05/15 - Ementa: Altera dispositivo da Res. SE nº 73, de 29/12/14, que dispõe sobre a reorganização do Ensino Fundamental em Regime de Progressão Continuada e sobre os Mecanismos de Apoio Escolar aos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio das escolas estaduais.

1. Progressão Parcial

* Par. CEE n° 67/98 - Normas Regimentais Básicas.
* Res. SE n° 21/98 - Dispõe sobre a progressão parcial de estudos para alunos do ensino médio das escolas da rede estadual.
* Res. de 22/07/19, D.O. de 23/07/2019 - Homologando, com fundamento no artigo 9º da Lei 10.403/71, a Indicação CEE nº 180/19, sobre “Procedimentos de flexibilização da trajetória escolar e certificação curricular: garantia à educação e à aprendizagem”.

1. Projeto Ação Jovem

* Dec. n° 49.367, de 10/02/05 - Jovens, na faixa de 15 a 24 anos, subsídios de R$ 60,00...
* Com. SE, D.O. 10/08/05 - Cadastramento.

1. Projeto de Apoio ao Estudante do Ensino Técnico (PAEET)

* Res. SEDUC nº 70, de 07/12/23, D.O. de 08/12/23 - Institui o Projeto de Apoio ao Estudante do Ensino Técnico (PAEET).
* Res. SEDUC nº 11, de 08/02/24, D.O. de 09/02/24 - Dispõe sobre o Projeto de Apoio ao Estudante do Ensino Técnico (PAEET) e dá providências correlatas.

1. Projetos Especiais

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 81.
* Par. CEE nº 67/98 - Normas Regimentais Básicas.

1. Projeto Apoio à Aprendizagem
   * Res. Se nº 68, de 27/09/13, D.O. 28/09/13 – Institui o Projeto Apoio à Aprendizagem na rede pública estadual.
   * Res. SE nº 71, de 29/12/14, D.O. de 30/12/14 - Dispõe sobre o Projeto Apoio à Aprendizagem, instituído pela Res. SE nº 68, de 27/09/13.
   * Lei nº 16.279, de 08/07/21, D.O. de 09/07/21 - Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências.
   * Res. SEDUC nº 142, de 17/12/21, D.O. de 18/12/21 - Dispõe sobre o Projeto de Recuperação Intensiva nos meses de janeiro e julho de 2022 e estabelece os critérios de aprovação e retenção do ano letivo de 2021 na rede estadual de ensino.
2. Projeto Aprender Juntos
   * Res. SEDUC nº 96, de 08/10/21, D.O. de 09/10/21 - Institui o Projeto Aprender juntos para recuperação, reforço e aprofundamento diferenciados por níveis de aprendizagem dos 3º ao 6º anos do ensino fundamental.
   * Res. SEDUC nº 26, de 11/04/22, D.O. de 12/04/22 - Altera e acrescenta dispositivo na Res. SEDUC nº 96, de 08/10/21, que institui o Projeto Aprender Juntos para recuperação, reforço e aprofundamento diferenciados por níveis de aprendizagem dos 3º ao 6º anos do ensino fundamental.
3. Projeto Assistência ao Currículo
   * Res. SEDUC nº 4, de 11/01/21, D.O. de 12/01/21 - Institui o Projeto de Assistência ao Currículo (PAC) e dá providências correlatas.
4. Projeto Apoio à Tecnologia

* Res. SEDUC nº 7, de 11/01/21, D.O. de 12/01/21 - Institui o Projeto de Apoio a Tecnologia e Inovação nas unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 43, de 31/03/21, D.O. de 01/04/21 - Altera a Resolução SEDUC nº 7, de 11/01/21, que Institui o Projeto de Apoio a Tecnologia e Inovação nas unidades escolares da rede estadual de ensino e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 15, de 29/02/24, D.O. de 01/03/24 - Dispõe sobre o Projeto de Apoio a Tecnologia e Inovação, nas unidades escolares da rede estadual de ensino da Secretaria da Educação, instituído pela Res. SEDUC nº 7, de 11/01/21.

1. Projeto Gestão Educacional Paulista

* Res. SEDUC nº 64, de 29/11/23, D.O. de 30/11/23 - Estabelece o Projeto Gestão Educacional Paulista e dá providências correlatas.

1. PROJOVEM

* Lei Fed. n° 11.129, de 30/06/05, D.O.U. 01/07/05 - Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude (modalidade Curso Experimental).
* Res. CEB/CNE nº 3, D.O.U. 16/08/06 - Aprova as diretrizes e procedimentos técnico-pedagógicos para a implementação do PROJOVEM.

1. PROMDEPAR

* Dec. n° 27.265, de 05/08/87 - Institui Programa de Municipalização e Descentralização do Pessoal de Apoio Administrativo (REVOGADO).
* Dec. n° 31.364, de 05/04/90 - Dispõe sobre admissões nas Fundações e nas Empresas em cujo capital o Estado tenha participação majoritária.

1. Propaganda e Publicidade - Locação e/ou Cessão de Espaços nas Escolas Públicas Estaduais

* Lei n° 6.479, de 15/08/89 - Autoriza as Associações de Pais e Mestres a locar espaços para propaganda.
* Lei n° 9.485, de 04/03/97 - Faculta a publicidade das empresas privadas que participam da reforma de prédios escolares.
* Res. nº 163, de 13/3/2014 - Dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente.
* Com. Conj. CGEB/CISE, de 22/10/15, D.O. de 23/10/15 - Dispõe sobre ações que visam proteger o público infantil da abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação.

1. Propaganda Eleitoral - Proibição nas Escolas

* Lei Fed. n° 9.504/97 - Estabelece Normas para as Eleições.
* Legislação posterior: Lei n° 10.740/03; Lei n° 11.300/06; Lei n° 12.034/09; Lei n° 12.350/10.

1. Protocolo

* Lei n° 10.177/98, art. 24: “*Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar a petição, sob pena de responsabilidade do agente*”.

1. Prova de Escolaridade

* Res. SE n° 310/89 - Realização de prova de escolaridade para clientela não escolarizada ou semi-alfabetizada, com idade igual ou superior a 14 anos.

1. Provão Paulista Seriado

* Dec. nº 67.941, de 15/09/23, D.O. de 18/09/23 - Institui o Provão Paulista Seriado, no âmbito do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, e dá providências correlatas.
* Edital nº 01/23, de 29/09/23, - D.O de 30/09/23 - Provão Paulista Seriado - Inscrições para o Provão Paulista Seriado 1ª, 2ª e 3ª Série do Ensino Médio – Anexos
* Res SEDUC nº 43, de 29/09/23, D.O. de 30/09/23 - Dispõe sobre a aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e do Provão Paulista Seriado em 2023, revoga Res. SEDUC nº 81/22, de 08/11/22, a Res. SEDUC nº 77/22, de 05/10/22.
* 1°Ret. do Edital nº 01/23, de 29/09/23, D.O. de 04/10/23 - O Secretário da Educação do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, torna pública a seguinte retificação do Edital supracitado, cujas alterações estão a seguir elencadas
* Res. SEDUC nº 50, de 13/11/23, D.O. de 14/11/23 - Altera a Resolução SEDUC nº 43, de 29/09/23, que dispõe sobre a aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e do Provão Paulista Seriado em 2023.
* Res. SEDUC nº 63, de 28/11/23, D.O. de 29/11/23 - Altera e acrescenta dispositivos à Resolução SEDUC nº 43, de 29 -09-23 ( aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e do Provão Paulista Seriado)2023, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 69, de 06/12/23, D.O. de 07/12/23 - Acrescenta dispositivos à Res. nº 43, de 29/09/23, e dá providências correlatas.

1. Provimento de Cargos (ver também: Concursos Públicos - inclui Sessões de Escolha e Abono das Faltas)

* CF/88 - art. 37, II - Concurso Público.
* LC n° 836/97 - QM - Nomeação.
* Dec. n° 43.409/98 - Designação do Vice-Diretor.
* Res. SE n° 35/00 - Designação do Professor-Coordenador.
* Dec. n° 53.037, de 28/05/08, D.O. 29/05/08 – Regionalização dos Concursos; remoção; substituição e contratação temporária.
* Dec. n° 54.556, de 15/07/09, D.O. 17/07/09 – Estabelece periodicidade para a realização de concursos públicos para PEB II na rede estadual.
* Res. SE nº 70/10 – Perfis, competências e habilidades.
* Res. SE nº 13/11 – Altera anexo da Res. SE 70/10
* Res. SE nº 37, de 07/06/13, D.O. 08/06/13 – Altera o anexo da Res. SE nº 70/10 (legislação básica).
* LC nº 1.1027, de 05/07/13, D.O. 06/07/13 – Concursos Regionalizados, acúmulo, remoção, atribuição, carga horária máxima de 65h semanais (‘caça à jornada reduzida’)
* Dec. n° 60.449, de 15/05/14, D.O. 16/05/14 – Regulamenta os procedimentos relativos à realização de concursos públicos, no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Estado e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 33, de 17/05/16, D.O. 18/05/16 - Constitui Comissão Especial de Concurso Público e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 56, de 14/10/16, D.O. 15/10/16 - Dispõe sobre perfil, competências e habilidades requeridos dos Diretores de Escola da rede estadual de ensino, e sobre referenciais bibliográficos e legislação, que fundamentam e orientam a organização de concursos públicos e processos seletivos, avaliativos e formativos, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 48, de 11/10/17, D.O. 12/10/17 - Constitui Comissão Especial de Concurso Público e dá providências correlatas O Secretário da Educação, com fundamento no disposto no artigo 11 do Dec. nº 60.449, de 15/05/14, que regulamenta os procedimentos relativos à realização de concursos públicos, no âmbito da Administração direta e autárquica do Estado, e dá providências correlatas.
* Res. GS, de 01/12/17, D.O. 02/12/17 – Dispõe sobre a homologação do Concurso de Diretor de Escola.
* Res. SE nº 31, de 18/04/18, D.O. 19/04/18 - Altera o artigo 3º da Res. SE nº 33, de 17/05/16, que constitui Comissão Especial de Concurso Público e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 48, de 30/07/18, D.O. 31/07/18 - Constitui Comissão Especial de Concurso Público, para provimento de cargos de Oficial Administrativo, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 50, de 07/08/18, D.O. 08/08/18 - Dispõe sobre perfil, competências e capacidades técnicas requeridos aos Supervisores de Ensino da rede estadual de ensino, e sobre referenciais bibliográficos e legislação, que fundamentam e orientam a organização de concursos públicos e processos seletivos, avaliativos e formativos, e dá providências correlatas.
* Res. GS, de 01/12/17, D.O. 02/12/17 – Dispõe sobre a homologação do Concurso de Diretor de Escola.
* Res. SE nº 1, de 03/01/18, D.O. 04/01/2014 –D.O. de 05/01/2014 - Altera a Res. SE nº 82, de 16/12/13, que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 18, de 26/02/18, D.O. 27/02/18 - Institui Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho, dos ingressantes no cargo de Diretor de Escola, durante Estágio Probatório.
* Com. CGRH - Concurso Público para Provimento de Cargos de Supervisor de Ensino, de 26/10/21, D.O. de 27/10/21. REPUBLICADO em 28/10/21 - Dispõe sobre a convocação dos candidatos aprovados e classificados, para a sessão de escolha.
* Res. SEDUC nº 148, de 29/12/21, D.O. de 30/12/21 - Dispõe sobre Prorrogação de prazo de validade do Concurso Público para Provimento de Cargos de Supervisor de Ensino/2020.
* Res. SEDUC nº 149, de 29/12/21, D.O. de 30/12/2021 - Dispõe sobre Prorrogação de prazo de validade do Concurso Público para Provimento de Cargos de Oficial Administrativo/2020. Republicado em 04/01/2022, por conter incorreções.
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Institui Planos de Carreira e Remuneração para os Professores de Ensino Fundamental e Médio, para os Diretores Escolares e para os Supervisores Educacionais da Secretaria da Educação. Artigos 6º e 29.
* Res. SEDUC nº 78, de 17/10/22, D.O. de 18/10/22 - Constitui Comissão Especial de Concurso Público e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 16, de 05/05/23, D.O. de 06/05/23 - Dispõe sobre os perfis, competências e habilidades requeridos dos Professores de Ensino Fundamental e Médio, os referenciais bibliográficos e de legislação, que fundamentam e orientam a organização de exames, concursos e processos seletivos, e dá providências correlatas.
* Parte Pedagógica Concurso Estado – D.O.E. de 09/05/23, Executivo 2, Pag. 22 a 28 - Dispõe sobre o “Perfil e Bibliografia Específica de cada Componente Curricular.
* Edital de Abertura de Inscrições nº 01/23 (concurso público), de 10/05/23, D.O. de 11/05/23.
* Res. SEDUC nº 16, de 05/05/23, D.O. de 19/05/23 - Dispõe sobre os perfis, competências e habilidades requeridos dos Professores de Ensino Fundamental e Médio, os referenciais bibliográficos e de legislação, que fundamentam e orientam a organização de exames, concursos e processos seletivos, e dá providências correlatas. (Republicada por conter incorreções).
* Edital de Retificação do Edital de Abertura de Inscrições - (Concurso Público nº 01/23), de 30/05/23 – D.O. de 31/05/23.
* Edital de Prorrogação das Inscrições de 06/23, D.O. 12/06/23. (Concurso Público nº 01/23).
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22 - Institui Planos de Carreira e Remuneração para os Professores de Ensino Fundamental e Médio, para os Diretores Escolares e para os Supervisores Educacionais da Secretaria da Educação, altera a Lei nº 10.261, de 28/10/68 e nº 500, de 13/11/74, as LCs nº 444, de 27/12/85, nº 506, de 27/01/87, nº 669, de 20/12/91, nº 679, de 22/07/92, nº 687, de 07/10/92, nº 836, de 30/12/97, nº 1.018, de 15/10/07, nº 1.041, de 14/04/08, nº 1.144, de 11/07/11 e nº 1.256, de 06/01/15, revoga as LCs nº 744, de 28/12/93, nº 1.164 de 04/01/12, e nº 1.191 de 28/12/12, e dá providências correlatas

1. Punição de Alunos

* Regimento Escolar
* Lei Fed. n° 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.
* Par. CEE n° 101/00 - Não existe "expulsão" de aluno.

1. QAE e QSE - Movimentação

* Res. SE n° 53, de 30/03/99 - Movimentação dos integrantes do QSE e QAE: preferência na Composição do módulo escolar.
* Dec. nº 52.630/08 – Fixa módulo das unidades escolares, alterada pela Res. nº SE 27/08, alterada pela Res. SE nº 25/10.
* Processo de Certificação para Gerente de Organização Escoar, CGOE -1/2012 – Edital de Abertura de Inscrição nº01/2012
* Com. CGRH, 03, de 20/02/13, D.O. 23/02/13 – Dispõe sobre a Remoção do Quadro de Apoio Escolar.
* Instr. UCRH nº 04, de 04/02/16, D.O. de 05/02/16 - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em caso de promoção, remoção, transferência ou readaptação de servidores que percebam adicional de insalubridade pelo exercício, em caráter permanente, em unidades e/ou atividades consideradas insalubres.
* Res. SE nº 29, de 02/05/16, D.O. 03/05/16 – Dispõe sobre o módulo e a movimentação dos integrantes do Quadro da Secretaria da Educação. (Republicada em 18/05/2016).
* Res. SE nº 12, de 17/02/17, D.O. 18/02/17 – Dispõe sobre o módulo e a movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar- QAE.
* Port. CGRH 12, de 06/09/17, D.O. 07/09/17 – Estabelece cronograma e diretrizes para a movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e do Quadro da Secretaria da Educação, nos termos do § único do artigo 8º da Resolução SE nº 12, de 17/02/2017.
* Com. CGRH nº 05, de 11/05/18, D.O. 12/05/18 – Dispõe sobre procedimentos de inscrição/indicação e relação de vagas do Concurso de Remoção do Quadro de Apoio Escolar.
* Com. CGRH, 04/06/18, D.O. 05/06/18 - Dispõe sobre a abertura e Edital nº 1, de Concurso Público de Agente de Organização Escolar – Abertura de inscrições.
* Com. CGRH, 12/06/18, D.O. 13/06/18 – Retifica itens do Edital nº 1, de Concurso Público de Agente de Organização Escolar.
* Despachos do Governador de 14/06/18, D.O. 30/06/18 – Autoriza a Secretaria da Educação na contratação de 550 Agentes de Organização Escolar, pelo prazo de 12 meses.
* Com. CGRH, 17/07/18, D.O. 18/07/18 – Dispõe sobre o Concurso Público de Agente de Organização Escolar.
* Res. SE nº 54, de 28/08/18, D.O. 29/08/18 – Dispõe sobre o processo de progressão relativo aos anos de 2015 e 2018, aplicáveis aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar abrangidos pela L. C. nº 1.144 11/07/11.
* Com. CGRH, de 24/09/18, D.O. 19/09/18 – Dispõe sobre a 1ª classificação dos aprovados no concurso de Agentes de Organização Escolar.
* Res. SE nº 70, de 14/11/18, D.O. 14/11/18 – Altera a Res. SE nº 54, de 28/08/18, que dispõe sobre o Processo de Progressão, relativo aos anos de 2015 e 2018, aplicável aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar abrangidos pela LC nº 1.144, de 11/07/2011.
* Com. CGRH, de 09/01/19, D.O. 10/01/19 – Dispõe sobre o Concurso Público para provimento de Agente de Organização Escolar.
* Res. SEDUC nº 21, de 08/02/21, D.O. de 10/02/21 - Altera a Res. SE nº 52, de 09/08/11, que dispõe sobre as atribuições dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar - QAE, da Secretaria da Educação.
* Com. CGRH nº 1, de, 05/03/21, D.O. de 06/03/21 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção do Quadro de Apoio Escolar - 2020.
* Inst. CGRH nº 01, de 22/03/22, D.O. de 23/03/22 - Dispõe sobre a posse e o exercício de candidatos nomeados para cargo efetivo do Quadro de Apoio Escolar.
* Port. CGRH nº 04, de 20/06/22, D.O. de 21/06/22 - Estabelece os procedimentos de desligamento dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar - QAE, em decorrência do Concurso de Remoção – 2022.
* Res. SEDUC nº 82 de 21/10/22, D.O. de 26/10/22 - Altera dispositivo da Res. SE nº 12, de 17/02/17, que dispõe sobre módulo e movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e do Quadro da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* Port. CGRH nº 15 de 31/10/22, D.O. de 01/11/22 - Dispõe sobre o Concurso Público para Provimento de Cargos de Agente de Organização Escolar.
* Port. CGRH nº 02, de 10/11/24, D.O. de 12/01/24 - Altera a Port. CGRH nº 15, 06/12/23, que dispõe sobre Procedimentos de Inscrição, Indicação e Relação de Vagas do Concurso de Remoção - 2024 do Quadro de Apoio Escolar - QAE.

1. Quadro de Apoio Escolar - QAE

* Lei n° 7.698/92 - Cria na SE, o Quadro de Apoio Escolar.
* L. C. n° 888, de 28/12/00 - Institui o Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do QAE da SE.
* Lei C. nº 1.144, de 11/07/11, D.O. 12/07/11 – Institui Planos de Cargos, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar, da Secretaria da Educação – (Revoga a L.C. 888/2000).
* Res. SE nº 52, de 09/08/11, D.O. 10/08/11 – Dispõe sobre as atribuições dos integrantes do QAE.
* Dec. nº 58.648, de 03/12/2012, D.O. 04/12/12 – Regulamenta a promoção de dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar.
* Com. CGRH, de 04/12/12, D.O. 05/12/12 – Dispõe sobre a convocação para sessão de escolha para o cargo de Agente de Organização Escolar-2012.
* Com. CGRH nº16, de 04/12/12, D.O. 05/12/12 – Dispõe sobre o concurso de remoção do Quadro de Apoio Escolar.
* Com. CGRH nº17, de 11/12/12, D.O. 12/12/12 – Dispõe sobre o desligamento por remoção do Agente de Serviços Escolares/QAE-2012.
* Dec. nº 58.855, de 23/01/13, D.O. 25/01/13 – Regulamenta a Avaliação de Desempenho para fins de estágio probatório dos integrantes das classes de cargos abrangidos pela L.C. nº 1.144, de 11/07/11.
* Instr. CGRH, 08/02/13, D.O. 09/02/13 – Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados na aplicação da Avaliação Especial de Desempenho aos servidores do Quadro de Apoio Escolar em estágio probatório, de que trata o Decreto nº58.855, de 23/01/2013.
* Com. CGRH de 22/02/13, D.O. 23/02/13 – Dispõe sobre a remoção dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar.
* Instr. CGRH, de 08/04/13, D.O. 09/04/13 – Altera dispositivos da Instr. nº 2, que dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados na aplicação a serem adotados na Aplicação da Avaliação Especial de Desempenho aos servidores do Quadro de Apoio Escolar em estágio probatório, de que trata o Dec. nº58.855, de 23/01/13.
* Com. CGRH, de 17/04/13, D.O. 18/04/13 – Dispõe sobre a nova oportunidade de escolha de cargo do Concurso Público para Provimento de Cargos de Agente de Organização Escolar 2012.
* LC nº 1204, de 01/07/13, D.O. 02/07/13 – Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários dos integrantes do Quadro do Magistério e do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação.
* Despachos do Governador de 15/07/13, D.O. 16/07/13 – Dispõe sobre a autorização para a contratação por tempo determinado (máximo de 12 meses), de 4.280 funções de Agentes de Organização Escolar do QAE, mediante a realização de processo seletivo simplificado.
* Com. CGRH nº 10, de 08/08/13, D.O. 09/08/13 – Dispõe sobre o concurso de remoção do Quadro de Apoio Escolar-2013.
* LC nº 1.218, de 21/11/13, D.O. 22/11/13 – Altera a L. C. nº 1015 de 15/10/10, que dispõe sobre a conversão em pecúnia de parcela de licença prêmio, para do QM e QAE, da Secretaria da Educação.
* Com. CGRH nº21, de 12/12/13, D.O. 13/12/13 – Dispõe sobre o concurso de remoção do Quadro de Apoio Escolar.
* Res. GS, de 04/07/14, D.O. 05/07/14 – Prorroga por mais dois anos, a partir de 07/08/14, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento de cargos de Agente de Organização Escolar.
* LC. nº 1.248, de 07/07/14, D.O. 04/07/14 – Altera a LC nº 1.144/2011 – Plano de cargos, vencimentos e salários.
* Com. CGRH, de 24/06/15, D.O. 25/06/15 - Dispõe dobre o Edital de convocação para a sessão de escolha de vagas do Concurso Público de Provimento de Cargos de Agente de Organização – 2012.
* Dec. nº 62.425, de 17/01/17, D.O. 18/01/17 – Dispõe sobre a identificação das unidades escolares da Secretaria da Educação que contarão com a função de Gerente de Organização Escolar- GOE.
* Com. CGRH nº 09, de 12/04/16, D.O. 13/04/16 – Dispõe sobre o Concurso de Remoção da Classe do QAE/QSE-2016, orientando os procedimentos de inscrição, indicações e relação de vagas.
* Res. SE nº 11, de 17/02/17, D.O. 18/02/17 – Altera a Resolução SE nº 52, de 09/08/11, que dispõe sobre as atribuições dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar-QAE, da Secretaria da Educação.
* Res. SE nº 12, de 17/02/17, D.O. de 18/02/17 - Dispõe sobre módulo e movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e do Quadro da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 63, de 11/12/17, D.O. 12/12/17 - Dispõe sobre o desenvolvimento e a oferta de cursos e orientações técnicas para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar - QAE e do Quadro da Secretaria da Educação - QSE, na conformidade das competências e atribuições estabelecidas para a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” - EFAP, pelo Dec. nº 57.141, de 18/07/11.
* Com. CGRH nº 05, de 11/05/18, D.O. 12/05/18 – Dispõe sobre procedimentos de inscrição/indicação e relação de vagas do Concurso de Remoção do Quadro de Apoio Escolar.
* Com. CGRH, 04/06/18, D.O. 05/06/18 - Dispõe sobre a abertura e Edital nº 1, de Concurso Público de Agente de Organização Escolar – Abertura de inscrições.
* Com. CGRH, 12/06/18, D.O. 13/06/18 – Retifica itens do Edital nº 1, de Concurso Público de Agente de Organização Escolar.
* Despachos do Governador de 14/06/18, D.O. 30/06/18 – Autoriza a Secretaria da Educação na contratação de 550 Agentes de Organização Escolar, pelo prazo de 12 meses.
* Com. CGRH, 17/07/18, D.O. 18/07/18 – Dispõe sobre o Concurso Público de Agente de Organização Escolar.
* Res. SE nº 54, de 28/08/18, D.O. 29/08/18 – Dispõe sobre o processo de progressão relativo aos anos de 2015 e 2018, aplicáveis aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar abrangidos pela L. C. nº 1.144 11/07/11.
* Com. CGRH, de 24/09/18, D.O. 19/09/18 – Dispõe sobre a 1ª classificação dos aprovados no concurso de Agentes de Organização Escolar.
* Res. SE nº 70, de 14/11/18, D.O. 14/11/18 – Altera a Res. SE nº 54, de 28/08/18, que dispõe sobre o Processo de Progressão, relativo aos anos de 2015 e 2018, aplicável aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar abrangidos pela Lei Complementar nº 1.144, de 11/07/2011.
* Com. CGRH, de 09/01/19, D.O. 10/01/19 – Dispõe sobre o Concurso Público para provimento de Agente de Organização Escolar.
* Res. SEDUC nº 21, de 08/02/21, D.O. de 10/02/21 - Altera a Res. SE nº 52, de 09/08/11, que dispõe sobre as atribuições dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar - QAE, da Secretaria da Educação.
* Com. CGRH nº 1, de ,05/03/21, D.O. de 06/03/21 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção do Quadro de Apoio Escolar - 2020.
* Com. CGRH, de 09/04/21, D.O. de 10/04/21 - Dispõe sobre a Concurso de Remoção – Quadro de Apoio Escolar 2020.
* Res. SEDUC nº 111, de 29/10/21, D.O. de 30/10/21 - Dispõe sobre o processo de progressão, relativo ao ano de 2019, aplicável aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar abrangidos pela Lei Comp. nº 1.144/11, e dá providências correlatas.
* Com. CGRH, de 30/11/21, D.O. de 01/12/21 - Dispõe sobre o Processo de Progressão de que trata a Lei Comp. nº 1.080/08, para os Servidores do Quadro desta Secretaria – QSE, mediante condições estabelecidas no Edital de Abertura/2015, publicado no D.O.E. de 30/10/2021.
* Port. do Chefe de Gab., de 30/11/21, D.O. de 01/12/21 - Institui a Comissão Técnica de Seleção para a contratação de consultor individual para realização de proposta de metodologia e análises para calcular o impacto financeiro do reenquadramento dos servidores da SEDUC-SP (Quadro do Magistério, Quadro de Apoio Escolar e Quadro da Secretaria da Educação), referente ao Projeto OEI - BRA - 019/001.
* Instr. CGRH nº 01, de 22/03/22, D.O. de 23/03/22 - Dispõe sobre a posse e o exercício de candidatos nomeados para cargo efetivo do Quadro de Apoio Escolar.
* Port. CGRH nº 04, de 20/06/22, D.O. de 21/06/22 - Estabelece os procedimentos de desligamento dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar - QAE, em decorrência do Concurso de Remoção – 2022.
* Res. SEDUC nº 82 de 21/10/22, D.O. de 26/10/22 - Altera dispositivo da Resolução SE nº 12, de 17/02/17, que dispõe sobre módulo e movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e do Quadro da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* Port. CGRH nº 15 de 31/10/22, D.O. de 01/11/22 - Dispõe sobre o Concurso Público para Provimento de Cargos de Agente de Organização Escolar.
* Dec. nº 67.691, de 03/05/23, D.O. de 04/05/23 - Altera a redação dos Dec. nº 66.805 e Dec. nº 66.806, de 02/06/22, que regulamentam a concessão do adicional de local de exercício aos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e Quadro do Magistério, de que tratam, respectivamente, as LCs. nº 687, de 07/10/92 e nº 669, de 20/12/91, alteradas pela LC nº 1.374, de 30/03/22.
* Dec. nº 67.697, de 04/05/23, D.O. de 05/05/23 - Revoga o Dec. nº 67.691, de 03/05/23.
* Port. CGRH nº 02, de 10/11/24, D.O. de 12/01/24 - Altera a Port. CGRH nº 15, 06/12/23, que dispõe sobre Procedimentos de Inscrição, Indicação e Relação de Vagas do Concurso de Remoção - 2024 do Quadro de Apoio Escolar - QAE.
* Port. CGRH nº 04, de 22/01/24, D.O. de 23/01/24 - Concurso de Remoção – Quadro de Apoio Escolar 2024 - Dispõe sobre a Classificação Geral e Reconsideração de Inscrição.
* Dec. nº 68.348, de 29/02/24, D.O. de 01/03/24 - Altera o Dec. nº 65.348/2020, que regulamenta o § 2º do art. 15 da LC nº 1.144/11, que dispõe sobre a quantificação das funções de Gerente de Organização Escolar – GOE, e acrescenta dispositivo ao Dec. nº 66.807/22, que regulamenta o Adicional de Complexidade de Gestão - ACG a que se refere a LC nº 1.374/22.

1. Readaptação

* Lei nº 10.261/68 (EFP) - arts. 41 e 42.
* Res. SE nº 307/91 - Readaptados - Integrantes do QM.
* Port. DRHU nº 39/96 - Integrantes do QM Readaptados.
* Res. SE nº 26/97 - Altera a 307/91 (Integrantes do QM e Readaptados).
* Res. SS nº 77/97 - Readaptação - Normas.
* LC. n° 836/97 - art. 40° - Aplica-se aos docentes readaptados o disposto no art. 6° das Disposições Transitórias desta LC.
* Com. DPME nº 07, de 17/11/04, D.O. 18/11/04 - Perícias médicas para readaptados.
* Ofício DRHU n° 410/06 à UDEMO - O professor readaptado cumpre **horas-relógio**.
* Res. SGP 04, de 21/02/13, D.O. 23/02/13 – Novas normas.
* Res. SE nº 12, de 18/03/14, D.O. 18/03/14 – Novas orientações para a readaptação.
* Res. SE nº 74, de 27/12/17, D.O. 28/12/17 - Institui o Programa InterAção e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 9, de 31/01/18, D.O. 01/02/18 - Estabelece normas e critérios relativos à readaptação de servidores da Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 29, de 05/04/18, D.O. 06/04/18 - Dispõe sobre afastamento dos integrantes do Quadro do Magistério readaptados, junto aos órgãos centrais da Secretaria da Educação.
* Res. SE nº 85, de 21/12/18, D.O. 22/12/18 - Institui o Projeto de Reambientação dos Docentes do Quadro do Magistério – QM e dá providências correlatas.
* Res. SOG nº 13, de 20/12/21, D.O. de 24/12/21 - Dispõe sobre a readaptação de servidores.

1. Readmissão, Reversão a Pedido e Transposição (Vedação)

* CF/88 - art. 37, II - Obrigatoriedade de Concurso.
* Desp. Normativo do Governador, de 12/03/90, D.O. 14/03/90 - Reforça a vedação.

1. Reajuste Salarial

* LC n° 1.143, de 11/07/11: Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários dos integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá procidências correlatas.

1. Recadastramento

* Port. SPPREV nº 300, de 27/12/13, D.O. 16/03/13 - Recadastramento de inativos e pensionistas.
* Port. SPPREV nº 157/21, D.O. de 26/08/21 - Disciplina a retomada da obrigatoriedade do recadastramento dos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência no ano de 2021.
* Port. SPPREV nº 295 de 04/12/23, D.O. de 05/12/23 - Disciplina o recadastramento (prova de vida) dos inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência no ano de 2024.

1. Recadastramento por meio digitais

* Dec. n° 68.306, de 16/01/24, D.O. de 17/01/24 - Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, regulamenta o artigo 5° da Lei Fed. n° 14.063, de 23/09/20, e disciplina a comprovação de vida e as ações de recadastramento por meio digital para os fins que especifica.
* Res. SGGD nº 01, de 18/01/24, D.O. de 19/01/24 - Dispõe sobre Recadastramento por meios digitais.
* Dec. nº 68.385, de 12/03/24, D.O. de 03/03/24 - Altera o Dec. n° 68.306 de 16/01/24, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, regulamenta o artigo 5º da Lei Fed. nº 14.063, de 23/09/20, e disciplina a comprovação de vida e as ações de recadastramento por meio digital para os fins que especifica.

1. Recesso

* LC nº 444/85 (Estatuto do Magistério) - art. 16.
* LC nº 463/86 - Secretário de Escola (e Recesso).
* LC nº 577/88 - Recesso - Dispensa do Ponto.
* Dec. nº 31.875/90 - Recesso Escolar ("não haverá expediente...").
* Res. publicada anualmente pela S.E. sobre Calendário Escolar.
* Dec. nº 56.052, de 28/07/10, D.O. 29/07/10 – Dispõe sobre o funcionamento das escolas públicas estaduais nos períodos de recesso escolar e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 53, de 17/11/15, D.O. 18/11/15 – Dispõe sobre o recesso escolar nas unidades em que o corpo discente está sendo impedido de entrar para participar de aulas.
* Com. CISE nº 12, de 03/12/15, D.O. 04/12/2015 - Abertura das unidades escolares durante o período de férias e recesso escolar.
* Res. SE nº 45, de 29/09/17, D.O. de 30/09/17 – Dispõe sobre o recesso escolar nas Diretorias de Ensino que especifica, por ocasião dos 81º Jogos Abertos do Interior “Horácio Baby Barioni”.
* Res. SE nº 52, de 01/11/2017, D.O. de 01/11/2017 – Dispõe sobre o recesso escolar nas Diretorias de Ensino que especifica, por ocasião dos 81º Jogos Abertos do Interior “Horácio Baby Barioni”.
* Dec. nº 65.383, de 16/12/20, D.O. de 17/12/20 - Dispõe sobre o expediente dos servidores nas repartições públicas estaduais entre o Natal e Ano Novo.
* Res. SEDUC nº 09, de 27/03/23, D.O. de 28/03/23 - Antecipa o período de recesso escolar para a EE "Thomázia Montoro".
* Res. SEDUC n° 11, de 31/03/23, D.O. de 03/04/23 - Prorroga o período de recesso escolar para a EE "Thomázia Montoro".
* Dec. nº 67.991, de 02/10/23, D.O. de 03/10/23 - Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes da Administração Direta e Indireta acerca do recesso para comemoração das festas de final de ano.

1. Recreio

* LC nº 836/97 - Plano de Carreira para o Magistério.
* Res. SE n° 49/98 - Recreio.
* Inst. Conjunta CENP/COGSP/CEI, de 13/02/98.

1. Recreio e Intervalo Pedagógico

* LC n° 836/97, de 30/12/97 - art. 10 §§ 1º e 2º.
* Res. SE n° 49/98 - Normas Complementares referentes à Organização Escolar.
* Par. CNE/CEB n° 02/03.

1. Recuperação/Reforço/Dependência/Progressão - "Recuperação Implícita"

* Ind. CEE n° 08/86 - que instrui a Del. CEE n° 18/86, homologada pela Res. SE de 13/10/86 (inclui a recuperação implícita).
* Del. CEE n° 14/89 – Vida Escolar dos Alunos – mais sobre **recuperação implícita**: o fato de ter entrado na faculdade, por exemplo, representa recuperação implícita no ensino médio.
* Lei nº 9.394/96 (LDB) arts. 23, 24 e 32.
* Par. CEE n° 67/98 - Normas Regimentais Básicas.
* Res. SE n° 34/00 - Recuperação, Reforço, Dependência, Progressão.
* Res. SE n° 25/01 - Altera a redação do § 1º do art. 2º da Res. SE nº 34, de 07/04/00.
* Res. SE n° 40/01 - Recuperação, Reforço, Dependência, Progressão.
* Res. SE n° 27/02 (revogada pela Res. 42/04).
* Res. SE n° 84/03, de 15/08/03 - Fim da Recuperação Intensiva de Verão (revogada pela Res. 42/04).
* Res. SE n° 42, de 05/05/04, D.O. 06/05/04 - Recuperação Contínua e Paralela.
* Com. CENP de 14/02/05 - Projeto de Leitura e de Recuperação.
* Res. SE n° 15, de 22/02/05, D.O. 23/02/05 - Estudos de Recuperação Contínua e Paralela. **(Revogada pela Res. SE 63/2008).**
* Inst. CENP, de 31/03/05, D.O. 01/04/05 - Projetos "Trilha de Letras" e "Números em Ação".
* Res. SE n° 32, de 19/04/05, D.O. 21/04/05 - Altera artigos da Res. 15/05
* Res. SE. n° 6, de 24/01/08, D.O. 25/01/08 – Estudos de recuperação no início do ano letivo.
* Res. SE. n° 26, de 05/03/08, D.O. 06/03/08 – Altera a Res n° 6/08. ***(voltou a recuperação intensiva)***
* Inst. CENP, de 29/04/08, D.O. 30/04/08 – Recuperação paralela em 2008.
* Res. SE n° 40, de 13/05/08, D.O. 14/05/08 – SARESP e Recuperação.
* Res. SE n° 60, de 12/08/08, D.O. 13/08/08 – Altera a Res. nº 40/08.
* Res. SE n° 18, de 04/03/09, D.O. 05/03/09 – Dispõe sobre estudos de recuperação (ampliação).
* Inst. CENP, de 26/03/09, D.O. 27/03/09 – Operacionalização dos estudos de recuperação.
* Inst. CENP, de 05/08/09, D.O. 06/08/09, retificado no D.O. 13/08/09 – Altera e complementa a Inst. CENP n° 26/09.
* Res. SE n° 2, de 12/01/12, D.O. 13/01/12 – Mecanismo de apoio escolar (Recuperação e Etapas).
* Com. CGEB, de 26/07/12, D.O. 27/07/12 – Oferta de estudos de recuperação contínua.
* Com. CGEB, de 14/08/12, D.O. 15/08/12 – Orientação sobre oferta de estudos de recuperação contínua.
* Res. SE nº 43, de 18/06/13, D.O. 19/06/13 – Estudos de reforço e/ou recuperação no recesso escolar.
* Res. SE nº 61, de 30/08/13, D.O. 31/08/13 – Dispõe sobre reforço, recuperação e aprofundamento aos sábados.
* Res. SE nº 53, de 02/10/14, D.O. 03/10/14 – Reorganização do EF em regime de progressão continuada e mecanismos de apoio aos alunos do EF e EM das escolas estaduais.
* Res. SE nº 27, 26/05/15 - Ementa: Altera dispositivo da Res. SE nº 73, de 29/12/14, que dispõe sobre a reorganização do Ensino Fundamental em Regime de Progressão Continuada e sobre os Mecanismos de Apoio Escolar aos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio das escolas estaduais.
* Res. SE nº 73, de 29/12/14, D.O. 30/12/14 - Dispõe sobre a reorganização do Ensino Fundamental em Regime de Progressão Continuada e sobre os Mecanismos de Apoio Escolar aos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio das escolas estaduais.
* Res. SE nº 27, 26/05/15, D.O. 27/05/15 - Altera dispositivo da Res. SE nº 73, de 29/12/14, que dispõe sobre a reorganização do Ensino Fundamental em Regime de Progressão Continuada e sobre os Mecanismos de Apoio Escolar aos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio das escolas estaduais.
* Res. SE nº 02, de 08/01/16, D.O. 09/01/16 - Estabelece diretrizes e critérios para a formação de classes de alunos, nas unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Res SE nº 37, de 05/08/19, D.O. de 06/08/19 - Ementa: Institui o Projeto de Reforço e Recuperação das aprendizagens e dispõe sobre a atribuição de aulas específicas para este fim.
* Res. SEDUC nº 70, de 05/10/20, D.O. de 06/10/20. - Estabelece o Projeto Apoio Complementar na Rede Estadual de Ensino, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 95, de 18/12/20, D.O. de 19/12/20 - Dispõe sobre o Projeto Recuperação Intensiva de Janeiro de 2021.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria/CGRH nº 325, de 28/12/20, D.O. de 29/12/20 - Dispõe sobre os procedimentos relativos ao Projeto de Recuperação Intensiva, em conformidade com a Res. SEDUC nº 95.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria/CGRH nº 328, de 30/12/20, D.O. de 31/12/2020. Dispõe sobre Orientações Complementares sobre a Recuperação Intensiva de Janeiro 2021.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria/COPED nº 01, de 04/01/2021 - Dispõe sobre sugestões de atividades e materiais de apoio para Recuperação Intensiva de Janeiro.
* Res. SEDUC nº 12, de 26/01/21, D.O. de 27/01/21 - Altera a Res. SE nº 37, de 05/08/19, que dispõe sobre o Projeto de Reforço e Recuperação das aprendizagens e dispõe sobre a atribuição de aulas específicas para este fim.
* Port. COPED/CGRH s/nº, de 26/01/21, D.O. de 27/01/21. Retificado em 27/01/21, D.O. de 28/01/21 - Estabelece procedimentos e cronograma de atribuição de carga horária do Projeto de Reforço e Recuperação para o ano de 2021.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria/COPED nº. 156/21, de 16/02/21 - Dispõe sobre o Cronograma integrado do Programa de Recuperação e Aprofundamento.
* Res. SEDUC nº 27, de 26/02/21, D.O. de 27/02/21 - Altera a Res. SE nº 37, de 05/08/19, que dispõe sobre o Projeto de Reforço e Recuperação das aprendizagens e dispõe sobre a atribuição de aulas específicas para este fim.
* Res. SEDUC nº 52, de 05/05/21, D.O. de 06/05/21 - Altera e inclui dispositivos na Res. SE nº 37, de 05/08/19, que institui o Projeto de Reforço e Recuperação das Aprendizagens e dispõe sobre a atribuição de aulas específicas para este fim.
* Res. SEDUC nº 58, de 05/07/21, D.O. de 06/07/21 - Dispõe sobre o Projeto Recuperação Intensiva no mês de julho de 2021 e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 89, de 22/09/21, D.O. de 23/09/21 - Acrescenta e altera disposições da Res. SE nº 37, de 05/08/19, que dispõe sobre o Projeto de Reforço e Recuperação das aprendizagens e dispõe sobre a atribuição de aulas específicas para este fim.
* Com. CGRH de 23/09/21, D.O. de 24/09/21 - Altera a Port. COPED/CGRH-s/nº, de 26/01/21, que estabelece procedimentos e cronograma de atribuição de carga horária do Projeto de Reforço e Recuperação para o ano letivo de 2021.
* Res. SEDUC nº 142, de 17/12/21, D.O. de 18/12/21 - Dispõe sobre o Projeto de Recuperação Intensiva nos meses de janeiro e julho de 2022 e estabelece os critérios de aprovação e retenção do ano letivo de 2021 na rede estadual de ensino.
* Res. SEDUC nº 26, de 11/04/22, D.O. de 12/04/22 - Altera e acrescenta dispositivo na Resolução SEDUC nº 96, de 08/10/21, que institui o Projeto Aprender Juntos para recuperação, reforço e aprofundamento diferenciados por níveis de aprendizagem dos 3º ao 6º anos do ensino fundamental.

1. Recurso e Reconsideração.

* Lei n° 8.069/90 (ECA) - art. 53, III - Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
* Del. CEE n° 11/96 - Homologada pela Res. SE de 27/12/96 - Dispõe sobre pedidos de reconsideração e recursos referentes aos resultados finais de avaliação de alunos do Sistema de Ensino de 1º e 2º graus, regular e supletivo, público e particular.
* Ind. CEE n° 12/96 - Anexada a Del. nº 11/96 - (Alteração das Del. CEE nº 03/91 e 09/92).
* Res. SE, de 13/08/2014, D.O. 13/08/2014 – Homologa a Del. CEE 127/2014, que altera dispositivo da Del. CEE 120/2013.
* Ind. CEE nº 128/2014 e a Del. CEE nº 127/2014 e Ind. CEE nº 121/2013, foram revogadas pela Del. Nº.155/2017, Del. CEE-SP n.161/2018 – prazos, e a Del. CEE nº 193/2020 faz acréscimos importantes esclarecidos na Ind. nº 204/2020.

1. REDE – Programa Rede de Ensino Médio Técnico

* Dec. nº 57.121, de 11/07/11 – Institui o Programa Rede de Ensino Médio Técnico - REDE - nas escolas públicas estaduais.
* Res. GS/SE n° 78, de 30/07/12, D.O. 31/07/12 – Unifica as normas regulamentares do Programa Rede.
* Res. SE nº 94, de 05/11/12, D.O. de 06/11/12 - Dispõe sobre o atendimento à demanda escolar do ensino médio articulado à educação profissional técnica de nível médio, na modalidade integrada, para o ano letivo de 2013, nas escolas da rede pública estadual.
* Res. SE nº 4, de 18/01/13, D.O. de 19/01/13 - Dispõe sobre a oferta de curso médio técnico, na modalidade integrada, de que trata a Res. SE nº 78, de 30/07/12.
* Res. SE nº 7, de 20/01/16, D.O. de 21/01/16 - Dispõe sobre a organização curricular do Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
* Res. SE nº 1, de 06/01/17, D.O. de 07/01/17 - Dispõe sobre a organização curricular do Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
* Res. SE nº 61, de 08/12/17, D.O. de 09/12/17 - Dispõe sobre a organização curricular do Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

1. RDPE – Regime de Dedicação Plena e Exclusiva (revogado)

* LC 671/91 – Institui o RDPE – Regime de Dedicação Plena e Exclusiva- para as Escolas-Padrão (revogada pela LC 796/95)
* LC 796/95 - Revogada pela Lei Complementar nº 836, de 30/12/1997.
* LC 836/97 - Institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá outras providências correlatas

1. RDPI – Regime de Dedicação Plena e INTEGRAL

* LC nº 1.191, de 28/12/12, D.O. 29/12/12 – Altera a LC 1.164/12.
* LC nº 1.191, de 28/12/12, D.O. 29/12/12 – Altera a LC 1.164/12.(Revogada)
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/03/22, Art. 47 (RDE).

1. Regimento Escolar *(Ver também em Normas Regimentais)*

* Dec. n° 10.623/77 - Regimento Comum das Escolas de 1º Grau.
* Dec. n° 11.625/78 - Regimento Comum das Escolas de 2º Grau.
* Par. CEE n° 67/98 - Normas Regimentais Básicas.
* Cadernos da FDE/2009 – Normas Gerais de Conduta Escolar, e Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania.
* Res. SE nº 35, de 05/08/15, D.O. 06/08/15 - Altera o prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 4º da Resolução SE nº 15, de 26/03/15, que cria Grupo de Trabalho para proceder à revisão das Normas Regimentais Básicas das Escolas Estaduais.
* Ind. CEE nº 175, de 19/04/19, D.O. de 20/04/19 – Dispõe sobre o Regimento Escolar e o direito à educação e à aprendizagem: a transferência por questões disciplinares como medida educativa de caráter excepcional.
* Res., de 11/08/20, D.O. de 12/08/18 - Homologando, com fundamento no § 1º do artigo 9º, da Lei 10.403, de 6 de julho de 1971, a Del. CEE nº 188/20, aprovado pela Presidência do Conselho Estadual da Educação em caráter de urgência ad referendum, com a seguinte conclusão: "Disciplina a aprovação e a entrada em vigor dos Regimentos Escolares das instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, no período de surto global do Covid-19 (Novo Coronavírus), e dá outras providências".
* Del. CEE nº 205/2021, D.O. de 12/11/2021 - Disciplina a aprovação e a entrada em vigor dos Regimentos Escolares das instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, e dá outras providências para o presente ano.
* Res. SEDUC nº 19, de 08/03/22, D.O. de 09/03/22 - Dispõe sobre o modelo do Estatuto-Padrão do Conselho de Escola.

1. Registro de Ponto e Horário de Trabalho

* Res. SE de 01/11/2013, D.O. 02/11/2013 – Homologa da Del. CEE 122/13, sobre Convalidação de Estudos e Regularização de Vida Escolar. Tudo deve ser feito nas DREs.
* LC nº 1.374, de 30/03/22 - Institui plano de carreira e remuneração para os Professores de Ensino Fundamental e Médio, para Diretores e Supervisores da Secretaria da Educação . Artº 66.
* Res. SEDUC nº 40, de 01/06/22 - Dispõe sobre o horário de trabalho e os critérios relativos à apuração de faltas dos integrantes do Quadro do Magistério.

1. Regularização da Vida Escolar e Convalidação de Atos Escolares

* Res. SE de 13/10/86 - Homologa a Del. CEE n° 18/86, fundamentada na Ind. CEE n° 08/86 - esta Indicação contém a recuperação implícita.
* Res. SE n° 104/92 - Estabelece diretrizes para processar a regularização da vida escolar de alunos abrangidos pela Del. CEE nº 14/89.
* Par. CEE n° 10/92 - Aproveitamento de Estudos.
* Par. CEE n° 95/92 - Convalidação de Atos Escolares.
* Ind. CEE n° 02/95 - Regularização de vida escolar e convalidação de estudos.
* Par. CEE n° 498/02 - Regularização de Vida Escolar.
* Res. SE nº 24, de 04/05/15, D.O. 05/05/15 - Dispõe sobre regularização de vida escolar e convalidação de estudos de alunos procedentes de escolas ou de cursos cassados.
* Res. SEDUC nº 65, de 25/07/22 - Dispõe sobre regularização de vida escolar e convalidação de estudos de estudantes do Sistema Estadual de Ensino com curso presencial ou em Educação à Distância da Educação Básica procedentes de cassação de autorização e funcionamento e descredenciamento pelo Conselho Estadual de Educação–CEE.

1. Religião - Privilégios e Exceções - Proibição

* Lei nº 17.346, de 12/03/2021, D.O. de 13/03/2021 - Institui a Lei Estadual de Liberdade Religiosa no Estado de São Paulo e dá outras providências.

1. Remoção: Levantamento de Vagas

* Dec. nº 40.795, de 24/04/96 - Altera dispositivos do Dec. nº 24.975/86 que regulamenta a remoção dos integrantes da Carreira do Magistério (não considerar as vagas nas escolas em processo de municipalização).
* Inst. DRHU nº 05, de 03/08/98 - Fixa Critérios para levantamento de vagas iniciais do Concurso de Remoção de Titulares de Cargo da Classe de Docentes.
* Inst. DRHU n° 07, de 11/11/98 - Fixa critérios para o levantamento de vagas iniciais do Concurso de Remoção de Titulares de cargo da Classe de Suporte Pedagógico.
* Inst. DRHU n° 3, de 26/07/00 - Fixa critérios para o levantamento de vagas iniciais do Concurso de Remoção de titulares de cargo do Quadro de Apoio Escolar.
* Res. SE nº 02, de 12/01/01 - Coleta de Vagas.
* Dec. n° 53.037/08 – Dispõe sobre a regionalização dos concursos.
* Dec. n° 55.143, de 10/12/09, D.O. 11/12/09 – Regulamenta a Remoção.
* Dec. n° 55.144, de 10/12/09, D.O. 11/12/09 – Altera o Dec. n° 53.037/08.

*Obs: A cada processo, é publicada nova legislação para orientação específica da Remoção do ano em curso.*

1. Remoção por Permuta

* Res. SE n° 107/98 - Disciplina a Remoção por permuta dos integrantes de Carreira do Magistério.
* Inst. DRHU n° 06/98, de 06/10/98 - Fixa critérios para remoção por permuta.

1. Remoção por Títulos e União de Cônjuges

* Lei nº 10.261/68 (EFP) - arts. 43, 44 e 45.
* LC. nº 444/85 - art. 24 - Remoção dos Integrantes do QM.
* Dec. nº 24.975, de 14/04/86 - Regulamenta a remoção dos integrantes da Carreira do Magistério.
* Dec. nº 40.795, de 24/04/96 - Altera dispositivos do Dec. nº 24.975/86 que regulamenta a remoção dos integrantes da Carreira do Magistério (não considerar as vagas nas escolas em processo de municipalização).
* Res. SE n° 87, de 24/07/98 - Disciplina a Remoção de Titulares de Cargo da Carreira do Magistério, por Concurso de Títulos ou por União de Cônjuges; alterada pela Res. nº 132/02.
* Inst. DRHU n° 04, de 03/08/98 - Fixa critérios para a realização do Concurso de Remoção de Titulares de cargo das Classes de Suporte Pedagógico e de Docentes.
* Res. SE nº 132, de 07/08/02 - Dá nova redação ao art. 10 da Res. SE nº 87/98 - (Serão considerados Títulos:).
* LC. nº 1.207, de 05/07/13, D.O. 06/07/13 – Revoga o § 2º do artigo 24 da LC 444/85 (a remoção antes do ingresso não é mais obrigatória).
* Com. CGRH nº 2, de 31/01/20, D.O. de 1º/02/20 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção de Docentes 2020 – Procedimentos de Inscrição/Indicações.
* Com. CGRH nº 3, de 31/01/2020, D.O. de 1º/02/20. - Dispõe sobre o Concurso de Remoção de Suporte Pedagógico 2020 – Procedimentos de Inscrição/ Indicações.
* Com. CGRH nº 06, de 27/04/20 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção – Suporte Pedagógico 2020 – Classificação Geral e Reconsideração de Inscrição.
* Com. CGRH, de 20/11/20, D.O. de 21/11/20 - Considerando que a Portaria de Abertura de Inscrições e Relação de Vagas será publicada em Diário Oficial do Estado - 20/11/2020, este Centro de Ingresso e Movimentação/DEAPE/CGRH informa os prazos e procedimentos referentes à fase de inscrição/indicação por parte de Candidatos, Unidades Escolares e Diretorias Regionais de Ensino (QM).
* Port. CGRH nº 16, de 09/12/20, D.O. de 10/12/20 - Estabelece os procedimentos de desligamento das classes de Suporte Pedagógico do QM em decorrência do Concurso de Remoção.
* - Port. CGRH nº 18, de 18/12/20, D.O. de 19/12/20 - Altera a Portaria CGRH nº 16, de 09/12/2020, que estabelece os procedimento de desligamento dos integrantes das classes de Suporte Pedagógico, do QM.
* Port. CGRH nº 20, de 23/12/20, D.O. de 24/12/20 - Estabelece os procedimentos de desligamento dos integrantes das classes de Docentes, do Quadro do Magistério, em decorrência do " Concurso de Remoção 2020".
* Com. CGRH, de 28/12/20, D.O. de 29/12/20 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção do Suporte Pedagógico -2020.
* Com. CGRH nº 02, de 01/04/22, D.O. de 02/04/22 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção – Supervisor de Ensino 2022- Classificação Geral e Reconsideração de Inscrição.
* Com. CGRH nº 05, de 13/04/22, D.O. de 14/ 04/22 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção - Diretor de Escola 2022 - Procedimentos de Inscrição/Indicações e Relação de Vagas.
* Desp. da Coordenadora, de 22/07/22, D.O. de 23/07/22 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção – Diretor de Escola 2022.
* Port. CGRH nº 07, de 22/07/22, D.O. de 23/07/22 - Estabelece os procedimentos de desligamento dos integrantes da Classe de Suporte Pedagógico, do Quadro do Magistério, em decorrência do Concurso de Remoção – Diretor de Escola 2022 .

1. Remoção do QAE

* Lei nº 10.261/68 (EFP) - arts. 43, 44 e 45.
* Lei nº 7.698, de 10/01/92 - Cria na SE o Quadro de Apoio Escolar.
* Dec. nº 36.529/93 - Regulamenta a Remoção dos Integrantes do QAE.
* Dec. nº 37.185/93 - Fixa módulos do pessoal das Unidades Escolares da SE.
* Res. SE nº 206/93 - Disciplina Concurso de Remoção de Titulares de cargo do QAE.
* Dec. nº 38.981/94 - Anexo que fixa módulo.
* L. C. nº 888, de 28/12/00 - Institui o Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do QAE da SE.
* Port. CGRH nº 11, de 20/11/20, D.O. de 21/11/20 - Dispõe sobre Procedimentos de Inscrição, Indicação e Relação de Vagas do Concurso de Remoção - Quadro de Apoio Escolar 2020 - A Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos, por intermédio de sua Coordenadora, torna pública a Relação de Vagas Iniciais e as respectivas orientações, pertinentes ao Concurso de Remoção - Quadro de Apoio Escolar 2020.
* Com. CGRH nº 04 de 13/04/22, D.O. de 14/04/22 - Dispõe sobre o Concurso de Remoção - Quadro de Apoio Escolar 2022 - Procedimentos de Inscrição/Indicações e Relação de Vagas.
* Port. CGRH nº 15, 06/12/23, D.O. de 07/12/23 - Dispõe sobre Procedimentos de Inscrição, Indicação e Relação de Vagas do Concurso de Remoção - 2024 do Quadro de Apoio Escolar – QAE.
* Port. CGRH nº 02, de 10/11/24, D.O. de 12/01/24 - Altera a Port. CGRH nº 15, 06/12/23, que dispõe sobre Procedimentos de Inscrição, Indicação e Relação de Vagas do Concurso de Remoção - 2024 do Quadro de Apoio Escolar - QAE.
* Port. CGRH nº 04, de 22/01/24, D.O. de 23/01/24 - Concurso de Remoção – Quadro de Apoio Escolar 2024 - Dispõe sobre a Classificação Geral e Reconsideração de Inscrição.
* Port. CGRH nº 09, de 06/02/24, D.O. de 07/02/24 - Altera a Port. CGRH nº 15, de 06/12/23, pub. em 07/12/23, que dispõe sobre Procedimentos de Inscrição, Indicação e Relação de Vagas do Concurso de Remoção - 2024 do Quadro de Apoio Escolar - QAE.
* Com. CGRH nº 01, de 06/02/24, D.O. de 07/02/24 - Concurso de Remoção - QAE 2024.
* Port. da Coord., de 08/02/24, D.O. de 09/02/24 – Removendo por concurso, nos termos do artigo 30 da LC nº 1.144/11, do Dec. nº 58.027/12 e da Res. SE nº 79/12, os integrantes do Quadro de Apoio Escolar (Agentes de Organização Escolar, Agentes de Serviços Escolares, Assistentes de Administração Escolar e Secretários de Escola) da Secretaria de Estado da Educação, por União de Cônjuges e por Títulos.

*Obs: A cada processo, é publicada nova legislação para orientação específica da Remoção do ano em curso*

1. Reorganização da Rede

* Dec. n° 40.473/95 - Institui Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual.
* Dec. n° 40.510/95 - Dispõe sobre o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual.
* Dec. n° 43.948/99 - Dispõe sobre a alteração da denominação e Reorganização das Delegacias de Ensino da SE.
* Dec. n° 48.583, de 02/04/2004 - Altera o anexo a que se refere o art. 2º do Dec. nº 43.948, de 09/04/99, que modificou a denominação e reorganizou as Delegacias de Ensino da SE.

1. Reposição de Dias Letivos e de Horas de Aula

* Par. CEE, n° 640/98 - Consulta sobre falta-aula do professor
* Res. SE n° 102, de 22/09/03 - Dispõe sobre a reposição de dias letivos e horas aula.
* Res. SE nº 30, de 07/07/15, D.O. de 08/07/15 - Dispõe sobre o acompanhamento das atividades de reposição de dias letivos não trabalhados e de aulas não ministradas nas escolas estaduais, no período que especifica, e dá providências correlatas.
* Desp. do Secretário da Educação, de 23/08/19, D.O. de 24/08/19 - Reposição de aulas relativas à paralisação.
* Desp. do Secretário de 10/11/22, D.O. de 11/11/22 - Autoriza reposição de aulas não ministradas.

1. Reposição de Vencimentos Indevidos (Estorno)

* Lei n° 10.261/68 - arts. 93 e 111 - Cálculos para estorno e parcelamento.
* Dec. n° 41.599/97 - Procedimentos para ressarcimento.
* LC nº 1374 de 30/03/22, D.O. de 31/03/23 - Institui Novo Plano de Carreira.

1. Responsabilidade Fiscal
   * LC n° 101/00 (LRF).
   * LC nº 177, de 12/01/21, D.O.U. de 13/01/21 - Altera a LC nº 101, de 04/05/00, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e a Lei nº 11.540, de 12/11/07, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e incluir programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT.
2. RGS (Regulamento Geral dos Servidores)

* Dec. n° 42.850, de 30/12/63 - Regulamenta as disposições legais vigentes relativas aos servidores públicos civis.
* Dec. nº 52.355, de 12 de 12/01/70, D.O. de 13/01/70 - Altera o artigo 547, do Dec. nº 42.850, de 30/12/63.
* Dec. nº 59.032, de 02/04/13, D.O. de 03/04/13 - Dá nova redação a dispositivo do Dec. nº 42.850, de 30/12/63.

1. SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

* Lei nº 9.394/96 (LDB) art. 9°, VI.
* Port. MEC n° 839/99 - Cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.
* Port. nº 1.100, de 26/12/18, D.O.U. de 27/12/18 - Estabelece as diretrizes para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb no ano de 2019.
* Port. nº 250, de 05/07/21, D.O.U. de 06/07/21 - Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) no ano de 2021.

1. Salas de Leitura

* Res. SE n° 15, de 18/02/09, D.O. 19/02/09 – Dispõe sobre a sua criação e organização.
* Inst. Conj. CENP/DRHU, de 04/03/09, D.O. 05/03/09 – Processo de seleção de professor responsável.
* Res. SE 47, de 20/07/09, D.O. 21/07/09 – Atribuição, em caráter excepcional.
* Res. SE n° 16, de 05/02/10, D.O. 06/02/10 – Atribuição de aulas.
* Res. SE nº 70, de 21/10/11, D.O. 22/10/11 – Dispõe sobre a instalação de sala e ambientes de leitura nas escolas da rede pública estadual.
* Res. SE nº 60, de 30/08/13, D.O. 31/08/13 – Dispõe sobre atuação de professor em Sala/Ambiente de Leitura.
* Res. SE nº 14, de 29/01/16, D.O. 30/01/16 - Altera a Res. SE nº 70, 21/10/11, que dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual.
* Res. SE nº 70, de 19/12/16, D.O. 20/12/16 - Altera a Res. SE nº 70, de 21/10/11, que dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual.
* Res. SE nº 76, de 28/12/17, D.O. 29/12/17 - Dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual.
* Res. SE nº 81, de 17/12/18, D.O. 18/12/18 - Altera a Res. SE nº 76, de 28/12/17, que dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual.
* Res. SEDUC nº 114, de 03/11/21, D.O. de 06/11/21 - Altera a Res. SE nº 76, de 28/12/17, que dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual.

1. Salário-Esposa

* Lei n° 10.261/68 (EFP) - art. 162 - Institui o benefício.
* Dec. n° 7.110/75 - Regulamentação.

1. Salário-Família

* Lei n° 10.261/68 (EFP) - art. 155 e seguintes - Previsão.
* CF/88 - art. 7°, XII e art. 39, § 3° - Garantem o direito.
* LC n° 1012, de 05/07/07, D.O. 06/07/07 – Altera as Leis Complementares: LC 180/78, LC 10261/68, LC 207/79 – PREVIDÊNCIA – Pensão, Salário-Família, Auxílio-Reclusão, Auxílio-Funeral, Contribuições, Base de Cálculo, Abono Permanências e Afastamentos.
* Dec. n° 53.301, de 05/08/08, D.O. 06/08/08 – Fixa o valor do salário-família e define competências.
* Inst. UCRH n° 1, de 22/01/09, D.O. 23/01/09 – Concessão de Salário família e auxílio-reclusão.

1. Salário do Servidor

* LC nº 1.388, de 11/07/23 – D.O. de 19/07/23 - Dispõe sobre os vencimentos, salários e subsídios dos servidores que especifica, e dá providências correlatas.

1. Sanções Administrativas - Aplicação

* Res. SE n° 33, de 01/04/03 - Dispõe sobre a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Fed. nº 8.666/93 e estadual nº 6.544/89, no âmbito da SE.

1. SARESP - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar de São Paulo

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 9°, VI.
* Res. SE n° 27/96 - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar - SARESP.
* Res. SE nº 101, de 18/11/04, D.O. 19/11/04 - SARESP 2004.
* Res. SE n° 48, de 02/06/10, D.O. 03/06/10 – SARESP 2010.
* Res. SE nº 14, de 13/03/13, D.O. de 14/03/13 - Dispõe sobre premiação a participantes de eventos que especifica.
* Res. SE nº 41, de 31/07/14, D.O. de 1º/08/14 - Dispõe sobre a realização das provas de avaliação relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP/2014.
* Res. SE nº 46, de 04/09/15, D.O. de 05/09/15 - Altera dispositivo da Res. SE nº 41, de 18/08/15, que dispõe sobre a aplicação de provas relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP/2015, e reabre prazo para execução de atividades de adesão.
* Res. SE nº 50, de 16/10/15, D.O. de 17/10/15 - Dispõe sobre a data final para assinatura de contrato relativo ao SARESP /2015, de que trata a Resolução SE nº 41, de 18/08/15.
* Res. SE nº 47, de 08/08/16, D.O. de 09/08/16 - Institui Comissão Especial Processante de Licitação, no âmbito da Secretaria da Educação, para análise de documentação relacionada ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP 2016.
* Res. SE nº 49, de 1º/09/16, D.O. de 02/09/16 - Dispõe sobre a aplicação de provas relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP/2016.
* Res. SE nº 39, de 19/09/17, D.O. de 20/09/17 - Dispõe sobre a aplicação de provas relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP/2017.
* Res. SE nº 59, de 27/09/18, D.O. de 28/09/18 - Dispõe sobre a aplicação de provas relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP/2018.
* Res. SE nº 52, de 04/10/19, D.O. de 05/10/19 - Dispõe sobre a aplicação de provas relativas ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP/2019.
* Res. SEDUC nº 91, de 03/12/20, D.O. de 04/12/20 - Suspende, no ano de 2020, a aplicação de provas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP).
* Res. SEDUC nº 116, de 08/11/21, D.O. de 10/11/21 - Dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e a aplicação dos instrumentos de avaliação externa em 2021.
* Res. SEDUC nº 124, de 16/11/21, D.O. de 17/11/21 - Altera dispositivos da Res. SEDUC nº 116, de 08/11/21, que dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e a aplicação dos instrumentos de avaliação externa em 2021, considerando a necessidade de adequar datas para a realização da avaliação do SARESP 2021.
* Res. SEDUC nº 77 de 05/10/22 – D.O. de 06/10/22 - Define os critérios que devem ser observados para que estudantes das redes municipais possam ter subsidiada a sua participação no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar - SARESP/2022.
* Res. SEDUC nº 81, de 19/10/22, D.O. de 20/10/22 - Dispõe sobre o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e a aplicação dos instrumentos de avaliação externa em 2022, e dá providências correlatas.
* Res SEDUC nº 43, de 29/09/23, D.O. de 30/09/23 - Dispõe sobre a aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e do Provão Paulista Seriado em 2023, revoga Res. SEDUC nº 81/22, de 08/11/22, a Res. SEDUC nº 77/22, de 05/10/22.
* 1° Ret. do Edital nº 01/23, de 29/09/23, D.O. de 04/10/23 - O Secretário da Educação do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, torna pública a seguinte retificação do Edital supracitado, cujas alterações estão a seguir elencadas.
* Res. SEDUC nº 50, de 13/11/23, D.O. de 14/11/23 - Altera a Resolução SEDUC nº 43, de 29/09/23, que dispõe sobre a aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e do Provão Paulista Seriado em 2023.
* Res. SEDUC nº 63, de 28/11/23, D.O. de 29/11/23 - Altera e acrescenta dispositivos à Resolução SEDUC nº 43, de 29 -09-23 (aplicação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e do Provão Paulista Seriado) 2023, e dá providências correlatas.

1. Saúde Auditiva - Programa

* Lei n° 10.887, de 20/09/01 - Criação do Programa Estadual de Saúde Auditiva.

1. Saúde Vocal do Professor

* Lei n° 10.893, de 28/09/01 - Criação do Programa Estadual de Saúde Vocal do Professor da Rede Estadual.

1. Secretaria da Educação - Estrutura

* Dec. nº 57.141, de 18/07/11, D.O. 19/07/11 – Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
* Res. SE. nº 50, de 02/08/11, D.O. 04/08/11 – Cronograma de implantação gradativa.
* Dec. nº 57.232, de 12/08/11, D.O. 13/08/11 – Dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Educação.
* Dec. nº 57.239, de 17/08/11, D.O. 18/08/11 – Altera a denominação do Fundo Especial de Despesas da Secretaria da Educação.
* Res. SE nº 52, de 14/08/13, D.O. de 15/08/13 - Dispõe sobre os perfis, competências e habilidades requeridos dos Profissionais da Educação da rede estadual de ensino, os referenciais bibliográficos e de legislação, que fundamentam e orientam a organização de exames, concursos e processos seletivos, e dá providências correlatas
* Dec. nº 64.187, de 17/04/19, D.O. de 18/04/19 - Reorganiza a Secretaria de Estado da Educação-PPT.
* Dec. nº 66.031 de 20/09/21, D.O. de 21/09/21 - Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Secretaria da Educação, visando ao atendimento de Despesas Correntes.
* Dec. nº 66.032, de 20/09/21, D.O. de 21/09/21 - Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Secretaria da Educação, visando ao atendimento de Despesas Correntes e de Capital.

1. Secretário de Escola

* Dec. nº 17.329, de 14/07/81 - art. 73 - Competências.
* Lei Fed. n° 7.377, de 30/09/85 - Dispõe sobre o exercício da profissão de Secretário.
* LC n° 888, de 28/12/00 - Institui o Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do QAE da SE.
* Res. SE nº 52, de 09/08/11 - Dispõe sobre as atribuições dos integrantes das classes do Quadro de Apoio Escolar – QAE, da Secretaria da Educação

1. Sede de Controle de Frequência

* Dec. n° 39.931, de 30/01/95 - Sede de Controle de Freqüência e Faltas do Pessoal Docente.

1. Segurança Escolar e Violência

* Dec. nº 28.642/88 - Segurança Escolar - Programa.
* Dec. nº 28.643/88 - Segurança Escolar - Perímetros.
* Res. Conj. SE/SSP nº 06/92 - Segurança Escolar.
* Dec. nº 39.711/94 - Cria o Sistema Estadual de Informações sobre a Violência contra a criança e o adolescente - SEIVA.
* Dec. nº 39.971/94 - Drogas - Prevenção.
* Dec. nº 41.552/97 - Segurança Escolar - Alteração de Programa.
* Lei nº 10.312/99 - Violência - Prevenção e Combate nas Escolas.
* Dec. nº 44.166/99 - Violência - Prevenção e Combate nas Escolas.
* Del. CONDECA nº 17/99 - Atendimento a Adolescentes Infratores.
* Del. CONDECA nº 18/99 - Atendimento a Adolescentes Infratores.
* Lei nº 10.429/99 - Violência e Exploração de Menores - Combate.
* Lei nº 10.498/00 - Maus Tratos em Criança e Adolescente: Notificação Compulsória.
* Lei Est. nº 13.541, de 07/05/09 - Proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica.
* Lei Est. nº 13.242, de 08/12/08 - Dispõe sobre a instituição de programas destinados ao atendimento do cidadão em situação de vulnerabilidade social e dá outras providências correlatas.
* Lei nº 17.341, de 11/03/201, D.O. de 12/03/21 - Estabelece normas gerais sobre segurança escolar e dá outras providências.

1. Semana de Alfabetização e Conscientização Ambiental

* Lei n° 10.857, de 31/08/01 - Semana de Alfabetização e Conscientização Ambiental.

1. Semana de Educação para a Vida
   * Lei n° 11.988, de 27/07/09, D.O.U. 28/07/09 – Cria a Semana de Educação para a vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio.
2. Servente de Escola - Dia do - 28 de outubro

* Lei n° 7.360, de 11/06/91, D.O. 12/06/91.

1. Serviço Voluntário

* Lei Fed. n° 9.608/98.
* Lei n° 10.335/99.
* Res. GR (Unicamp) n° 37, de 19/04/01 - Prestação de serviço em atividades técnicas e ou administrativas no âmbito desta Universidade (inclui modelo).
* Res. SE n° 143/02 - Dispõe sobre a implementação do Programa Estadual Jovem Voluntário - Escola Solidária.
* Dec. Fed. n° 5.313, de 16/12/04 - Auxílio financeiro (16 a 24 anos).

1. Serviços Obrigatórios por Lei

* Informação CELP/DRHU n° 2.786/87 - Aplicação do inc. V do art. 78 da Lei nº 10.261/68.

1. Servidores Públicos - Regime Jurídico

* Lei n° 500/74 - Regime Jurídico dos Servidores ACT.
* LC nº 1.374, de 30/03/22 - Institui Planos de Carreira e Remuneração.

1. Sexta-Parte

* Lei n° 10.261/68 (EFP) - art. 130.
* LC n° 180/78 - art. 178 - Cálculo.
* LC n° 444/85 - art. 26, c (Estatuto do Magistério).
* CE/89 - art. 129 - Previsão legal.
* LC n° 836/97 - art. 33.
* Com. CRHE n° 03, de 08/12/99, D.O. 09/12/99 - Concessão automática e exclusão do ACT.
* Despacho Normativo do Governador publicado D.O.de 23/11/2011.

1. SIAP - Sistema Informatizado de Administração de Pessoal

* Res. SF n° 36, de 19/10/01.

1. Símbolos Nacionais

* Lei Fed. n° 5.700/71 - Forma e apresentação dos Símbolos Nacionais.
* Lei n° 6.757/90 - Torna Obrigatória a execução do Hino Nacional e Hasteamento da Bandeira Nacional semanalmente.
* Lei Fed. n° 8.421/92 - Altera a Lei nº 5.700, de 01/09/71 - Dispõe sobre forma e apresentação dos Símbolos Nacionais.

1. Sistema de Proteção Escolar na rede estadual

* Res. SE n° 19, de 12/02/10, D.O> 13/02/10 – Institui o Sistema de Proteção Escolar na rede estadual de ensino.
* Res. SE n° 01, de 20/01/11, D.O. 21/01/11 – Dispõe sobre o exercício das atribuições de professor mediador escolar e comunitário do sistema de proteção escolar.
* Inst. Conj. CENP/DRHU, de 27/01/11, D.O. 29/01/11 – Instruções Gerais sobre o professor mediador.
* Res. SE nº 42, de 22/09/17, D.O. de 23/09/17 - Altera dispositivos da Res. SE nº 19, de 12/02/10, que institui o Sistema de Proteção Escolar na rede estadual de ensino de São Paulo.
* Dec. nº 64.187, de 17/04/19, D.O. de 18/04/19 - Reorganiza a Secretaria da Educação - art.82, inciso II, alínea h.
* Res. nº 53, de 04/10/19, D.O. de 05/10/19 - Cria Grupo de Trabalho para estruturar, no âmbito da Secretaria da Educação, o Protocolo de Proteção e Defesa da Vida nas Escolas.
* Com. Ext. Conj. Subsecretaria-CONVIVA – 2022 - nº 179, de 29/06/22 - Protocolos de Segurança, Procedimentos de Convivência e Proteção à vida em Ambientes Escolares da Secretaria da Educação de São Paulo.

1. Sistema Municipal de Ensino - Competência

* Del. CEE nº 11/97 - Anexa a Ind. CEE nº 10/97 - Dispõe sobre Sistema Municipal.
* Ind. CEE n° 20/02.
* Ind. CEE n° 33/2003 (D.O. 24/05/03).

1. Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professor

* Port. MEC n° 1.403, de 09/06/03 - Institui o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professor.
* Port. MEC n° 1.179, de 06/05/04 (Educação Básica) - Fica instituído o Sistema Nacional de Formação Continuada de Professores de Ed. Básica.

1. Substituições e Escalas

* LC nº 180/78 - Sistema de Administração de Pessoal do Estado.
* LC nº 444/85 - Estatuto do Magistério.
* Dec. nº 37.185/93 - Alterado pelo Dec. nº 38.981/94 e Dec. nº 40.742/96 - Fixa anexos I e II.
* Res. SE nº 54/95 - Substituição do Pessoal do QM - Revogada pela Res. SE nº 73/03.
* Port. DRHU nº 3/96 e anexos - Substituição nos Impedimentos Legais e Temporários.
* LC nº 836/97 - Plano de Carreira para o Magistério.
* Ofício DRHU nº 102/98, de 03/03/98 - Complementa informações contidas no ofício 69/98 -DRHU em 04/02/98.
* Dec. n° 43.409/98 - Vice-Diretor de Escola.
* Res. SE n° 21, de 14/03/01 que alterou dispositivos da Res. Se nº 54/95 e que foi revogada pela Res. SE nº 73/03.
* Res. SE n° 73, de 22/07/03 - alterada pela Res. SE nº 63/04- Classes de Suporte Pedagógico. ***(Revogado)***
* Res. SE nº 63, de 16/07/04 - Altera dispositivos da Res. SE nº 73 de 22/07/03. ***(Revogado)***
* Dec. n° 53.037, de 28/05/08, alterado pelo Dec. 53.161, de 24/06/08 – Define novas regras para a substituição pelo art. 22 da LC 444/85.
* Res. SE n° 57, de 01/08/08, D.O. 02/08/08 – Dispõe sobre procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Q.M. **(Republicada em 14/08/08).**
* Instrução DRHU, de 15/06/09 – Substituição de docente em licença de saúde (até 15 dias, eventual; mais de 15, docente da unidade).
* Dec. nº 57.379, de 29/09/11, D.O. 30/09/11 – Altera o artigo 7º do Dec. nº 53.037/08. Novos prazos: docentes 200 dias; especialistas, 90 dias.
* Dec. nº 57.379, de 29/09/11 – Nova redação: impedimentos e períodos mínimos. O de especialistas cai para 90 dias.
* Res. SE nº 82, de 16/12/13, D.O. 17/12/13 – Revogada a Res. SE nº 88/11 – o vice substitui o diretor nos seus afastamentos.
* Res. SE nº 42, de 31/07/14, D.O. de 1º/08/14 - Altera dispositivo da Res. SE nº 82, de 16/12/13, que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 1, de 03/01/18, D.O. de 04/01/18 - Altera a Res. SE nº 82, de 16/12/13, que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 36 de 30/07/19, D.O. de 31/07/19 - Dispõe sobre as substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 05, de 07/01/20, D.O. de 08/01/20 - Dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 12, de 24/01/20, D.O. de 25/01/20 - Dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 15, de 27/01/20, D.O. de 28/01/20 - Torna sem efeito a publicação da Res. SE nº 12, 24/01/20.
* Res. SE nº 18, de 31/01/20, D.O. de 1º/02/20 - Altera a Res. SE nº 5, de 07/01/20, que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res. SEDUC nº 56, de 30/06/20, D.O. de 31/06/20 - Altera a Res. SE nº 5, de 07/01/20, que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res. SEDUC nº 81, de 09/11/20, D.O. de 10/11/20 - Dispõe sobre as substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/13/22 - Nova Carreira do Magistério.
* Res. SEDUC n° 43, de 03/06/22, D.O. de 04/06/22 - Dispõe sobre as substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res SEDUC nº 28, de 25/07/23, D.O. de 26/07/23 - Dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério e dá providências correlatas.

1. Suco de Laranja na Merenda Escolar - Obrigatoriedade

* Lei n° 10.945, de 26/10/01 - inclusão de suco de laranja.

1. Supervisor de Ensino/Supervisor Escolar - Atribuições e Vantagens

* Dec. nº 5.586/75 - Dispõe sobre atribuições do QM.
* Dec. nº 7.510/76 - Reorganiza a Secretaria de Estado da Educação.
* Dec. nº 17.329/81 - Define estrutura, atribuições e competências da S.E.E..
* L. C. nº 744/93 - Vantagens Pecuniárias - Classe Supervisor.
* Res. SE nº 28, de 23/02/94 - Critério para a composição do Setor de Trabalho.
* Dec. nº 39.902/95 - Altera Dec. n° 7.510/76 e Dec. nº 17.329/81.
* Res. SE n° 78, de 07/11/08, D.O. 08/11/08 – Delegação de competência para exercer a supervisão em instituições específicas.
* Res. SE n° 23, de 18/02/10, D.O. 19/02/10 – Atribuição de Setores de Trabalho a Supervisores de Ensino.
* Res. SE nº 82, de 16/12/13, D.O. 17/12/13 - Dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 42, de 31/07/14, D.O. 01/08/14 - Altera dispositivo da Res. SE nº 82, de 16/12/13, que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Res. SE nº 16, de 06/04/17, D.O. 07/04/2017 - Fixa o módulo de Supervisor de Ensino nas Diretorias de Ensino da Secretaria da Educação.
* Res. SE nº 1, de 03/01/18, D.O. 04/01/2018 - Altera a Res. SE nº 82, de 16/12/13, que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério.
* Com. CGRR, de 26/03/2019, D.O. 27/03/19 – Dispõe sobre o Edital de Convocação para a realização da prova do Processo de Promoção de Supervisor de Ensino/2018.
* Port. CGRH, de 22/04/19, D.O. de 23/04/19 – Dispõe sobre o Concurso Público de Supervisor de Ensino.
* Res. SE nº 22, de 07/02/20, D.O. de08/02/20 - Dispõe sobre a homologação do concurso público para o provimento de cargos de Supervisor de Ensino.
* Desp. do Sec., de 14/10/21, Processo SEDUC-EXP-2020/365909, D.O. de 15/ 10/21 - Dispõe sobre a continuidade ao provimento de 372 (trezentos e setenta e dois) cargos de Supervisor de Ensino do concurso público regido pelo Edital SE nº 02/18, publicado no D.O.E. de 22/11/2018.
* Com. CGRH - Concurso Público para Provimento de Cargos de Supervisor de Ensino, de 26/10/21, D.O. de 27/10/21. REPUBLICADO EM 28/10/21 - Dispõe sobre a convocação dos candidatos aprovados e classificados, para a sessão de escolha.
* Res. SEDUC nº 148, de 29/12/21, D.O. de 30/12/21 - Dispõe sobre Prorrogação de prazo de validade do Concurso Público para Provimento de Cargos de Supervisor de Ensino/2020.
* LC. nº 1374, de 30/03/22, DO de 31-03-2022- Nova Carreira do Magistério
* Port. CGRH nº 14 de 31/10/22, D.O. de 01/11/22 - Dispõe sobre o Concurso Público para Provimento de Cargos de Supervisor de Ensino.

1. Supletivo - Idade Mínima para Matrícula

* Res. SE nº 4, de 20/01/17, D.O. de 21/01/17 - 15 e 18.

1. Suspensão de atividades previstas no calendário

* Dec. nº 64.987/20 - Suspende o expediente das repartições públicas estaduais sediadas no Município de São Paulo no dia 22 de maio de 2020 e dá providências correlatas.
* Dec. nº 65.966, de 30/08/21, D.O. de 31/08/21 - \*Suspende o expediente das repartições públicas estaduais no dia 6 de setembro de 2021 e dá providências correlatas.
* Dec. nº 66.845, de 14/06/22, D.O. de 15/06/22 - Dispõe sobre o expediente dos servidores nas repartições públicas estaduais no dia que especifica e dá providências correlatas.
* Res. Conjunta SG/SOG – nº 2, de 02/12/22, D.O. de 03/12/22 - Dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas estaduais nos dias da participação do Brasil na Copa do Mundo FIFA 2022 e considerando que as atividades escolares.
* Com. Conj. Coordenadoria Pedagógica e Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos de 05/12/22 - Em virtude do disposto no Dec. nº 67.255, de 10/11/22 e na Res. Conj. SG/SOG nº 2, de 02/12/22, que dispõem sobre o funcionamento das repartições públicas estaduais nos dias da participação do Brasil na Copa do Mundo FIFA 2022 e considerando que as atividades escolares.
* Res. Conj. SG SOG nº 3, de 06/12/22, D.O. de 07/12/22 - Dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas estaduais nos dias da participação dos jogos do Brasil na Copa do Mundo FIFA 2022.

1. Telecursos

* Lei nº 9.394/96 (LDB) - art. 80.
* Ind. CEE nº 11/99 - Estabelece diretrizes para autorização da modalidade EJA, com atendimento individualizado e com presença flexível (anexada a Del. CEE nº 09/99).
* Del. CEE nº 09/99 - EJA - Curso Individualizado e Presença Flexível.
* Res. SE nº 10/00 - Telecurso 2000.

1. Telefone - Uso do Telefone Público nas Repartições Públicas

* Dec. n° 39.944/95 - Disciplina o uso de serviços de telefonia móvel celular, restringindo sua utilização às autoridades que especifica.

1. Telefones Públicos ("Orelhões") nas Escolas Públicas

* Lei n° 9.740/97 - Dispõe sobre a instalação de telefones públicos na Unidade Escolar.

1. Tipologia das Escolas

* Dec. n° 44.449, de 24/11/99 - Dispõe sobre a tipologia das escolas da Rede Estadual da SE.
* Dec. n° 47.779, de 22/04/03 (Indígenas) - Acrescenta dispositivo ao art. 1º do Dec. nº 44.449/99, que dispõe sobre a tipologia das Escolas da Rede Estadual da SE.

1. Trabalhar e Estudar na mesma Escola

* Apesar de ser praxe a proibição, não existe nenhuma base legal para a mesma.

1. Transferência de Alunos

* Par. CEE n° 67/98 – Normas Regimentais Básicas – Art. 27 (o inciso III prevê a transferência compulsória).
* Regimento Escolar.
* Dec. n° 10.623/77 - art. 106 - Regimento Comum das Escolas de 1º Grau.
* Par. CNE n° 11/97 - Solicita Regularização de Estudos.
* Com. SE, de 13/09/99 - Mercosul.
* Par. CNE/CEB n° 40/02.
* Res. SE n° 76, de 29/10/09, D.O. 29/10/09 - Registro de transferência de alunos.
* Res. SE nº 80, de 06/08/12, D.O. 07/08/12 - Define procedimentos e critérios do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar/Ano 2013, para cadastramento de alunos e atendimento à demanda do ensino fundamental, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo
* Res. SE nº 93, de 29/10/12, D.O. de 30/10/12 - Dispõe sobre o atendimento à demanda escolar do ensino médio, para o ano letivo de 2013, nas escolas da rede estadual, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 50, de 31/07/13, D.O. de 01/08/13 - Define procedimentos e critérios do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar/Ano 2014, para cadastramento de alunos e atendimento à demanda do ensino fundamental, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SE nº 28, de 28/05/14, D.O. de 29/05/14 - Dispõe sobre o atendimento à demanda escolar do ensino médio, para o ano letivo de 2015, nas escolas da rede pública estadual, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 61, de 11/11/14, D.O. de 12/11/14 - Dispõe sobre a Educação Especial nas unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Inst. CGEB, de 14/01/15, D.O. de 15/01/15 - Dispõe sobre a escolarização de alunos com deficiência intelectual (DI) da Rede Estadual de ensino de que trata a Resolução SE nº 61 /2014.
* Res SE nº 36, de 05/08/15, D.O. de 06/08/15 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar - Ano 2016, com vistas ao pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SE nº 45, de 02/08/16, D.O. de 03/08/16 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/ Chamada Escolar - Ano 2017, com vistas ao pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SE nº 45, de 18/07/18, D.O. de 19/07/18 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar - Ano 2019, com vistas ao pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.
* Res. SEDUC nº 69, de 05/10/20, D.O. de 06/10/20 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar - 2021, com vistas ao pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental e Ensino Médio, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo
* Res. SEDUC nº 72, de 19/08/21, D.O. de 20/08/21 - Estabelece critérios e procedimentos para a implementação do Programa de Matrícula Antecipada/Chamada Escolar - 2022, com vistas ao pleno atendimento à demanda do Ensino Fundamental Ensino Médio, e Novo Ensino Médio, na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.

1. Transferência de Aluno filho de servidor público

* Dec. n° 10.623/77 - art. 107 - Regimento Comum das Escolas de 1º Grau.

1. Transferência de Funcionários

* Inst. DRHU n° 1, de 04/03/97 - Normatiza proced. de transferência.
* Res. SE nº 141, de 24/09/97 - Dispõe sobre a transfer. de servidores.
* Inst. DRHU n° 8, de 25/09/97 - Proced. sobre transf. dos servidores
* Dec. nº 42.966, de 27/03/98 - Disciplina a transferência e o aproveitamento do Q.M.
* Res. SE nº 32, de 26/05/11, D.O. de 27/05/11 - Dispõe sobre a atuação e a movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar – QAE, e do Quadro da Secretaria da Educação – QSE, das unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SE nº 29, de 02/05/16, D.O. de 03/05/16 - Dispõe sobre o módulo e a movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar – QAE e do Quadro da Secretaria da Educação – QSE.
* Res. SE nº 12, de 17/02/17, D.O. de 18/02/17 - Dispõe sobre módulo e movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar e do Quadro da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 69, de 14/11/18, D.O. de 15/11/18 - Dispõe sobre o processo de transferência, a pedido, dos servidores que especifica e dá providências correlatas.
* Res. SE nº 84, de 21/12/18, D.O. de 22/12/18 - Altera a Resolução SE nº 69, de 14/11/18, que dispõe sobre o processo de transferência, a pedido, dos servidores que especifica e dá providências correlatas.

1. Trânsito

* Lei nº 10.261/68 (EFP) - arts. 61 e 69.
* Dec. nº 52.322/69 - Afastamento para Participação em Eventos.
* Dec. nº 11.104/78 - Concursos e Sessões de Escolha - Autoriza Abono de Faltas.

1. Transparência Ativa

* Res. SEDUC nº 106, de 30/12/22 – D.O. de 31/12/22 - Estabelece os critérios para disponibilização das informações de Transparência Ativa e institui Comissão da Transparência Ativa, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

1. Transporte Coletivo Gratuito para Deficientes

* Res. Conj. SS/STM n° 01, de 21/08/03.
* Res. SE nº 16, de 18-03-2013, D.O. de19/03/13 - Dispõe sobre o transporte escolar de alunos regularmente matriculados em instituições adequadas para autistas residentes no Estado de São Paulo.
* Res. SE nº 52, de 16/08/18, D.O. de 17/08/18 - Dispõe sobre aplicação de reajuste no repasse de valores para transporte de alunos com Transtornado Espectro Autista – TEA, matriculados em instituições Educacionais adequadas, contratadas pela Secretaria da Educação.

1. Transporte Escolar dos Alunos - Obrigatoriedade

* Lei Fed. n° 10.709, de 31/07/03 (acresce à LDB).
* Dec. n° 48.631, de 11/05/04, com retificação em 13/05/04, séc. I, pág. 5.
* Res. SE n° 43, de 12/05/04 - Verbas às Prefeituras para atender transporte de alunos ***(Revogado pela Res. n°11, de 02/02/07)***.
* Res. FNDE n° 05, de 22/05/04, D.O.U. de 25/05/05 - Recursos Financeiros para o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.
* Res. n° 11, de 02/02/07 – Disciplina concessão de auxílio transporte
* Res. SE nº 27, de 09/05/11, D.O. de 10/05/11 - Disciplina a concessão de transporte escolar para assegurar aos alunos o acesso às escolas públicas estaduais.
* Res. SE nº 28, de 12/05/11, D.O. de 13/05/19 - Disciplina a concessão de auxílio-transporte às Prefeituras Municipais para garantir aos alunos acesso à escola pública estadual
* Res. SE nº 67, de 12/12/17, D.O. de 13/12/17 - Cria Grupo de Trabalho para estruturar, no âmbito da Secretaria da Educação, uma plataforma de controle da política pública educacional de transporte escolar.
* Com. Ext. Conj. com as Coord./CISE nº 309 de 25/03/21 - Dispõe sobre a Reativação dos Convênios de Transporte Escolar.

1. Transexuais e Travestis

* Lei n° 10.948/2001 – Dispõe sobre penalidades em casos de discriminação em razão de orientação.
* Dec. n° 55.88/2010 – Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo
* Dec. n° 55.839/2010 – Institui o Plano Estadual de Enfrentamento à Homofobia e Promoção da Cidadania
* Res. SE n° 45, de 18/08/2014, D.O. 19/08/2014 – Dispõe sobre o tratamento nominal de discentes transexuais e travestis, no âmbito da SE.

1. TRE - Afastamento Eleitoral
   * Lei Fed. n° 9.504/97 - Estabelece normas para as Eleições.
   * Inst. DRHU n° 08, de 27/06/02 - Uniformiza procedimentos administrativos para a eleição de 2002.
2. Unidade de Gestão de Integridade – UGI
   * Dec. nº 67.683, de 03/05/23, D.O. de 04/05/23 - Institui o Plano de Promoção de Integridade e dá providências correlatas.
   * Res. SEDUC nº 27, de 07/07/23, D.O. de 10/07/23 - Institui a Unidade de Gestão de Integridade no âmbito da Secretaria de Estado da Educação.
   * Dec. nº 67.883, de 15/08/23, D.O. de 16/08/23 - Altera o § 3º do artigo 7º do Dec. nº 67.683, de 03/05/23, que institui o Plano Estadual de Promoção de Integridade e dá providências correlatas.
3. Uniforme Escolar

* Lei n° 3.913/83 - Proíbe aos estabelecimentos Oficiais de Ensino a cobrança de taxas e instituição do uso obrigatório do Uniforme.
* PL n° 11/1983 - Justificativa: Esclarece que a proibição deve-se a motivos financeiros.
* Par. CEE n° 67/98 (Normas Regimentais Básicas) - art. 25, parágrafo único: autoriza a exigência, desde que isto não impeça a freqüência dos alunos às atividades escolares.
* Com. Conj. COGSP/CEI, de 18/06/09, D.O. 19/06/09 – “Quem decide é o conselho de Escola” (pode e não pode, ao mesmo tempo)

1. Uniformização dos Procedimentos de Elaboração de Normas Legais

* LC n° 863, de 29/12/99 - Dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

1. Universidade Aberta do Brasil

* Dec. Fed. n° 5.800, de 08/0/6/06, D.O.U. 09/06/06 - Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB (educação a distância).

1. Usuário dos Serviços Públicos - Direitos e Deveres

* Lei n° 10.294, de 20/04/99 - Dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo (SEDUSP).
* Lei nº 17.431, de 14/10/21, D.O. de 15/10/21 - Altera a Lei nº 10.294/99, que dispõe sobre proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo e dá outras providências.

1. Utilidade Pública - Declaração

* Lei n° 12.972, de 27/07/98 - Dispõe sobre o reconhecimento de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como entidades de utilidade pública.
* Lei Fed. n° 9.790, de 23/03/99 - Dispõe sobre as organizações da sociedade civil de interesse público.

1. Vacinação

* Res. Conj. SS/SEE nº 01, de 30/09/23, D.O. de 06/10/23 - Instituir a colaboração entre as Secretarias de Estado da Saúde e de Educação para o fortalecimento das estratégias de vacinação e dá providencias correlatas.

1. Vantagem Pessoal (VP)

* LC n° 836/97, de 31/12/97, § 2° do art. 1° das Disposições Transitórias.
* LC n° 958/04 – Altera disposições da LC n° 836/97.

1. Venda de Livros, por empresas ou particulares, nas Escolas - Restrições

* Com. Conjunto COGSP/CEI, de 11/02/92 - Proíbe contato com alunos.
* Dec. n° 28.643/88 - Perímetro Escolar de Segurança.
* Res. SEDUC n° 34, de 14/08/23, D.O. de 15/08/2023 - Fica instituída a Comissão de Monitoramento e Avalição para acompanhamento da parceria celebrada entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação e a Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto, por meio de Termo de Fomento, objetivando a transferência de recursos financeiros para realização da ação “cheque livros” no evento denominado “22º Feira Internacional do Livro de Ribeirão Preto – FIL.

1. Vice-Diretor de Escola

* LC nº 725, de 16/03/96, D.O. de 17/03/93 – Cria a função de Vice-Diretor e altera a LC nº 444/85, e dá providências correlatas.
* Dec. n° 40.742/96 - Vice-Diretor - Módulo.
* LC nº 836/97 - Plano de Carreira para o Magistério.
* Dec. nº 43.409/98 - Vice-Diretor de Escola.
* Par. CLN/CEE n° 36/06, D.O. 10/02/06 - Curso de Especialização em Gestão Escolar habilita para Vice (também para Diretor).
* Dec. nº 57.670, de 22/12/11, D.O. de 23/12/11 - Dá nova redação a dispositivo do Dec. nº 43.409, de 26/08/98, que dispõe sobre os postos de trabalho de Vice-Diretor de Escola, nas unidades escolares da Secretaria da Educação.
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/13/22 - Nova Carreira do Magistério.
* Res. SEDUC nº 9, de 08/02/24, D.O. de 09/02/24 - Altera a nomenclatura da função que se específica, bem como altera e acrescenta dispositivos à Res. SEDUC nº 52, de 29/07/22, de que trata a LC nº 1.396/23, que altera a LC nº 1.374/21.

1. Vice-Diretor - Módulo

* Dec. n° 40.742/96 - Altera, nas partes que especifica, o Anexo I do Dec. nº 37.185/93, que fixa o módulo de pessoal das Unidades Escolares da SE.
* Dec. nº 52.630/08, de 16/01/08, D.O. 17/01/08 - Altera o módulo escolar (retira o vice das escolas de 8 a 12 classes).
* Res. SE n° 27, de 11/03/08, D.O. 12/03/08 - Altera o módulo: escola com 12 classes, 3 períodos, já comporta o vice (restrição até 11 classes).
* Res. SE n° 27, D.O. 03/04/08 - Retificação - Volta ao módulo anterior de vice (8 a 12 classes, em três turnos).
* Res. SE n° 25, de 05/03/10, D.O. 06/03/10 – Módulo vice-diretor.
* Res. SE nº 69, de 19/12/16, D.O. de 20/12/16 - Dispõe sobre o módulo de Diretor de Escola e de Vice-Diretor de Escola das unidades escolares da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas.
* Res. SEDUC nº 6, de 11/01/21, D.O. de 12/01/21 - Dispõe sobre o módulo de Diretor de Escola e de Vice-Diretor de Escola das unidades escolares da rede estadual de ensino, e dá providências correlata.
* LC nº 1374, de 30/03/22, D.O. de 31/13/22 - Nova Carreira do Magistério.

1. Vida Escolar - Regularização

* Del. CEE n° 18/86 - Dispõe sobre regularização de vida escolar.
* Ind. CEE n° 8/86 - Diretrizes para apreciação de processos de regularização de vida escolar.
* Res. SE nº 104 de 13/04/1992 - Estabelece diretrizes para processar a regularização de vida escolar de alunos abrangidos pela Del. CEE 14/89.
* Res. SE nº 46, de 11/07/11, D.O. 12/07/11, D.O. de 13/07/11 - Dispõe sobre regularização de vida escolar de alunos procedentes de escolas e cursos cassados.
* Res. SE nº 24, de 04/05/15, D.O. de 05/05/15 – Dispõe sobre regularização de vida escolar e convalidação de estudos de alunos procedentes de escolas ou de cursos cassados.
* Res. SE nº 20, de 26/02/18 - Dispõe sobre registros escolares de jovens e adultos privados de liberdade, em estabelecimentos penais, no período de 2011 a 2012.
* Manual de Procedimentos de Vida Escolar de 2020/2021. Atribuições dos Gestores Escolares; Orientações Sobre Procedimentos de Escrituração Escolar; Rotinas e Procedimentos de Vida Escolar – Orientações e Modelos.
* Res. SEDUC nº 65, de 25/07/22, D.O. de 27/07/22 - Dispõe sobre regularização de vida escolar e convalidação de estudos de estudantes do Sistema Estadual de Ensino com curso presencial ou em Educação à Distância da Educação Básica procedentes de cassação de autorização e funcionamento e descredenciamento pelo Conselho Estadual de Educação - CEE.
* Port. SEDUC n 1, de 01/03/24, D.O. de 05/03/24 - Instituir Grupo de Trabalho (GT)

1. Violência contra Escolas - Sistema de Cadastro de Alunos

* Res. SE nº 80, de 17/05/02 - Institui no âmbito da Secretaria de Estado da Educação uma sistemática de acompanhamento e controle das ocorrências nas escolas estaduais, através do Sistema de Cadastro de Alunos.
* Com. Conjunto CEI/COGSP de 21/08/02 - Implementa, através do Sistema de cadastro de Alunos, novo procedimento para registro diário das ocorrências de violência, de que as escolas são vítimas.

1. Violência contra Educadores

* Lei n° 11.875, de 19/01/05 - Institui política de prevenção à violência contra educadores da rede de ensino do Estado de São Paulo.

1. Violência Doméstica e Discriminação

* Lei n° 12.284, de 22/02/06, D.O. 23/02/06 - Autoriza o Poder Executivo a incluir no currículo do Ensino Fundamental e Médio a crítica da violência doméstica e da discriminação de raça, gênero, orientação sexual, origem ou etnia.

1. Visão do Futuro – Programa
   * Dec. n° 54.284, de 29/04/09, D.O. 30/04/09 – Institui o Programa Visão do Futuro e dá providências correlatas.
2. Visto Confere

* Com. CEI/COGSP, de 09/04/98, D.O. 10/04/98 -Procedimentos relativos à verificação de documentos escolares e à publicação das relações de concluintes do ano de 1997.
* Res. SE n° 108/02 -Dispõe sobre a informatização do sistema de publicação de nomes de alunos concluintes de estudos de nível fundamental e médio bem como de registro de diplomas e certificados.
* Portaria Conjunta COGSP/CEI/CENP, de 28/06/2002 - Baixa instruções complementares à publicação informatizada dos nomes dos alunos concluintes de estudos do nível fundamental e médio, bem como de registro de diplomas de que trata a Res. SE nº 108/02.

1. Vivisseção de animais - Proibição nas Escolas

* Lei Fed. n° 6.638/79 - Estabelece normas para prática didático-científica da vivisseção de animais.
* Com. SE, de 15/11/86 - Dispõe sobre a necessidade de se observar o disposto na Lei Fed. nº 6.638/79.

1. Zeladoria

* Regimento Escolar.
* Dec. n° 42.850/63 - Regulamento Geral dos Servidores (RGS) - artigos 547, 548, 549 e 550 - (sobre contribuição pecuniária para conservação do imóvel).
* Dec. n° 52.355/70 - Altera a redação do art. 547 do RGS.
* Dec. n° 10.623/77 - Regimento Comum das Escolas de 1° Grau.
* Dec. n° 11.625/78 - Regimento Comum das Escolas de 2° Grau.
* Dec. nº 40.489/95 - Acrescenta § 9º ao art. 547 do RGS.
* Dec. n° 46.102/01 - Dá nova redação ao § 5º do art. 547 do RGS.
* Dec. n° 47.685, de 28/02/03 - Dispõe sobre delegação de competência para autorizar e cessar a ocupação das zeladorias.
* Res. SE n° 30, de 20/03/03, D.O. 21/03/03 - Dispõe sobre a ocupação das dependências das zeladorias das unidades escolares da rede estadual de ensino.
* Res. SE 23, de 18/04/13, D.O. 19/04/13 – Novas normas para a ocupação da zeladoria.

**“A LUTA CONTINUA”**

ÓRGÃOS DIRETORES - QUINQUÊNIO 2023-2027

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Presidente Francisco Antônio Poli - Central

Vice-Presidente Joffre Aguirre Vieira da Rocha - Amparo

Secretário Geral Luiz Gonzaga de Oliveira Pinto - Central

2º Secretário Maria Cristina R. S. Martines- Bebedouro

Tesoureiro Geral Volmer Áureo Pianca – Central

2º Tesoureiro Setsuko Katayama Kjaer – Piracicaba

Diretor Jurídico Maria da Conceição Freitas – Santo André

Diretor Social Maria Fernanda M. Ferreira – Guarulhos

Diretor Cultural Valéria de Paula Lima – São José dos Campos

Diretor de Aposentados Celi Alves dos Santos – Sorocaba

Diretor de Publicações Ana Cristina Prado Poli – Central

Diretor de Patrimônio Elena de Jesus R.M. Manente – Bebedouro

Diretor de Relações Públicas José Milton Salvador - Sorocaba

Diretor de Assuntos Sindicais Rosalina Chinone – Central

Delegados Regionais: Cilene Aparecida Garcia - Campinas

Cláudia Márcia de S. Oliveira - Araçatuba

Égle A. Picolo Balançuelo - Jundiaí

Eliane Alves Passos - Marília

Iria Lúcia de F. Castilho - São José do Rio Preto

Maria Aparecida Leite Knoll - Santo André

Maria Cecília Huada - Baixada Santista

Maria José de Oliveira Faustini - Bauru

Maria Neuza Baldori - Presidente Prudente

Miriam Cecília Facci - Sorocaba

Paula Vasques Santana – Votuporanga

Suzana Aparecida Ferro - Ribeirão Preto

Assessor Especial: Dr. Júlio Bonafonte

**CONSELHO DELIBERATIVO**

1. Adelmo Pereira Gomes - Pindamonhangaba
2. Antonio Carlos M. Antonacci – Amparo
3. Augusto Knoll Jr. – Santo André
4. Claudenilson Nalesso - Sorocaba
5. Edson Alcântara – Sorocaba
6. Elita Rogeli de Cristo Leite – Rio Claro
7. Izaura Madureira Gama – Pindamonhangaba
8. Janete Maria de Novais – Araçatuba
9. Júlio Vieira Filho – Pindamonhangaba
10. Leni de Cássia Hayashida – Taboão da Serra
11. Ludenger Fregolente – Rancharia
12. Luiz Antônio de Paula – Mauá
13. Manoel da Paz Silva – Mauá
14. Margarete Santos Santana – DER Norte 1
15. Maria Aparecida P. Alves – São Bernardo
16. Márcia Cristina da S. L. Sanches – Santo André
17. Maria Adalgiza Barreto – Jundiaí
18. Maria Idalina Gonçalves - Jaboticabal
19. Marileusa Leme Hiroki – Botucatu
20. Marise Mendes de Góes Medeiros – São José dos Campos
21. Marizaura Pereira Farinha Jorge – Itapetininga
22. Renata Campos – Diadema
23. Sérgio Adalberto Armênio – Sorocaba
24. Sônia Maria Innocentini – São Carlos
25. Tânia Cruxatti de Lima – Santo André
26. Valdecir Ferreira G. Nelo – Pindamonhangaba
27. Viridiana Amaral Coelho – Baixada Santista

**CONSELHO FISCAL**

1. Maria José Menezes de Assis - Santo André
2. Marizaura Pereira Farinha Jorge – Itapetininga
3. Roseli Matavelli – Sorocaba
4. Maria Adalgiza Barreto – Jundiaí
5. Marise Mendes de Góes Medeiros – São José dos Campos
6. Iezer Cleonice M. da Silva – São Paulo

**DEPARTAMENTO DE IAMSPE E SAÚDE**

Ísis Garcia Salvestro – São Paulo

**DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS**

Valéria de Paula Lima – São José dos Campos

**DEPARTAMENTO DE APOSENTADOS**

Iezer Cleonice M. da Silva – São Paulo

Neise Maria Citroni – São Paulo

**DEPARTAMENTO DE TURISMO E LAZER**

José Milton Salvador – Sorocaba

**DEPARTAMENTO DE SUPERVISORES**

Cláudia Márcia de Souza Oliveira – Araçatuba

Coordenação Geral deste trabalho: Chico Poli